MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA-DF

2017

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Exército Brasileiro do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2017

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

FIGURA 1 – Organograma do Exército Brasileiro..... 14
FIGURA 2 – Organograma do Estado-Maior do Exército..... 16
FIGURA 3 – Arquitetura da Gestão Organizacional..... 22
FIGURA 4 – Integração entre a estratégia e os processos de negócios..... 23
FIGURA 5 – Metodologia da SIPLEx..... 23
FIGURA 6 – Construção do Mapa Estratégico e execução das estratégias..... 24
FIGURA 7 – Logotipia do SISFRON..... 47
FIGURA 8 – Logotipia do Sistema de Defesa Cibernética..... 53
FIGURA 9 – Sistema de Artilharia Antiaérea (RBS 70) em operação..... 57
FIGURA 10 – Sistema ASTROS em operação..... 61
FIGURA 11 – Logotipia do Sistema PROTEGER..... 66
FIGURA 12 – Blindado GUARANI em operação..... 70
FIGURA 13 – Logotipia da OCOP (Obtenção da Capacidade Operacional)..... 81
FIGURA 14 – Exército coopera com o Desenvolvimento Nacional..... 135
FIGURA 15 – Pontes LSB do Exército Brasileiro..... 137
FIGURA 16 – Árvore de indicadores do OEE Nr 5..... 160
FIGURA 17 – Árvore de indicadores do OEE Nr 8..... 162
FIGURA 18 – Árvore de indicadores do OEE Nr 11..... 163
FIGURA 19 – Árvore de indicadores do OEE Nr 12..... 164
FIGURA 20 – Árvore de indicadores do OEE Nr 13..... 166
FIGURA 21 – Organização dos processos finalísticos da gestão corporativa das TIC no Exército Brasileiro..... 227

QUADRO 1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Exército Brasileiro..... 15
QUADRO 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Estado-Maior do Exército..... 17
QUADRO 3 – Macroprocessos Finalísticos..... 18
QUADRO 4 – Macroprocessos Gerenciais..... 18
QUADRO 5 – Macroprocessos de Suporte..... 18
QUADRO 6 – Competências institucionais e os objetivos estratégicos..... 32
QUADRO 7 – Programas, objetivos, suas ações e responsáveis..... 33
QUADRO 8 – Competências institucionais e os objetivos estratégicos..... 35
QUADRO 9 – Objetivos do PPA 2016-2019 – Comando do Exército..... 37
QUADRO 10 – Ações da LOA vinculadas aos Programas Temáticos constantes do PPA sob responsabilidade do Exército..... 46
QUADRO 14 – Informações sobre a Ação 14T5..... 47
QUADRO 15 – Informações sobre a Ação 147F..... 53
QUADRO 16 – Informações sobre a Ação 13DB..... 58
QUADRO 17 – Quadro de entregáveis..... 60
QUADRO 18 – Informações sobre a Ação 14LW..... 61
QUADRO 19 – Comparação das necessidades de recursos financeiros do PEE ASTROS 2020, da Lei Orçamentária Anual (LOA), do limite de movimentação e empenho (LME) e valores empenhados ao longo dos anos..... 64
QUADRO 20 – Informações sobre a Ação 14T6..... 66
QUADRO 21 – Informações sobre a Ação 14T4..... 70
QUADRO 22 – Informações sobre a Ação 4450..... 76
QUADRO 23 – Informações sobre a Ação 156M..... 80

QUADRO 24 – Informações sobre a Ação 156N..... 82
QUADRO 25 – Informações sobre a Ação 3138..... 85
QUADRO 26 – Informações sobre a Ação 20XK..... 87
QUADRO 27 – Informações sobre a Ação 2919..... 89
QUADRO 28 – Informações sobre a Ação 20PY..... 91
QUADRO 29 – Informações sobre a Ação 20XH..... 93
QUADRO 30 – Informações sobre a Ação 2911..... 94
QUADRO 31 – Informações sobre a Ação 2900..... 96
QUADRO 32 – Informações sobre a Ação 20XL..... 98
QUADRO 33 – Informações sobre a Ação 212O..... 100
QUADRO 34 – Informações sobre a Ação 20XE..... 101
QUADRO 35 – Informações sobre a Ação 2A82..... 103
QUADRO 36 – Informações sobre a Ação 15EZ..... 105
QUADRO 37 – Informações sobre a Ação 20XJ..... 107
QUADRO 38 – Informações sobre a Ação 8965..... 109
QUADRO 39 – Informações sobre recursos de Destaques – exercício 2016..... 134
QUADRO 40 – Optrônicos SISFRON..... 144
QUADRO 41 – SVMR SISFRON..... 144
QUADRO 42 – MAGE SISFRON..... 144
QUADRO 43 – SAD SISFRON..... 144
QUADRO 44 – Comunicações Táticas SISFRON..... 145
QUADRO 45 – Comunicações por Satélite SISFRON..... 145
QUADRO 46 – Comunicações Estratégicas SISFRON..... 145
QUADRO 47 – Centro de Comando e Controle SISFRON 145
QUADRO 48 – Infraestrutura SISFRON..... 146
QUADRO 49 – Suporte Logístico Integrado (SLI) e Software de Gestão Logística (SGL) SISFRON..... 146
QUADRO 50 – Principais produtos e serviços entregues em 2016 – com base no CFF..... 146
QUADRO 51 – Transações de *offset* vinculadas ao objetivo do contrato principal... 150
QUADRO 52 – *Status* atual dos contratos de compensação em vigor..... 150
QUADRO 53 – Datas de entrega - Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES)..... 155
QUADRO 54 – Datas de entrega dos Projetos Executivos..... 156
QUADRO 55 – Datas de entrega dos Planos de Trabalho..... 156
QUADRO 56 – Punições administrativas aplicadas..... 175
QUADRO 57 – Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº8.112/90)..... 176
QUADRO 58 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Gestão..... 182
QUADRO 59 – Demandas do “FALE CONOSCO” 2016..... 185
QUADRO 60 – Atendimento por assunto – 2016..... 187
QUADRO 61 – Avaliação do atendimento – 2016..... 188
QUADRO 62 – Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) 2016..... 189
QUADRO 63 – Pesquisas de satisfação realizadas, por ano (2013-2016)..... 193
QUADRO 64 – Força de Trabalho – MILITARES – situação apurada em 31/12/2016..... 199
QUADRO 65 – Força de Trabalho – CIVIS – situação apurada em 31/12/2016..... 200
QUADRO 66 – Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição do Cmdo Ex Oficiais e Praças temporários..... 200
QUADRO 67 – Distribuição da Lotação Efetiva – MILITARES..... 201

QUADRO 68 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Civis em 31Dez)..... 201
QUADRO 69 – Ingresso e evasão de Servidores Civis..... 202
QUADRO 70 – Afastamentos –Civis..... 203
QUADRO 71 – Custos do Pessoal..... 205
QUADRO 72 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos (contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e com locação de mão de obra) 218
QUADRO 73 – Legislação sobre gerenciamento do patrimônio na unidade..... 220
QUADRO 74 – Distribuição geográfica dos imóveis do Exército..... 221
QUADRO 75 – Regulatório das TIC do Exército..... 228
QUADRO 76 – Relação dos sistemas corporativos, atualmente em uso, e a função de cada um deles..... 230
QUADRO 77 – Principais Sistemas de Informações..... 232
QUADRO 78 – Aspectos da Gestão Ambiental..... 238
QUADRO 79 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento..... 243
QUADRO 80 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento..... 244
QUADRO 81– Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016..... 247
QUADRO 82 – Quantidade de ocorrências observadas no exercício..... 255
QUADRO 83 – Ocorrências e principais justificativas..... 255

TABELA 1 – Necessidade de recursos da Ação 14LW no período 2017-2013..... 65
TABELA 2 – Evolução da Situação de Recursos do PEE 68
TABELA 3 – Metas e desempenhos da Ação 156M até 2016..... 81
TABELA 4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos..... 112
TABELA 5 – Comparação entre as despesas executadas e pagas..... 113
TABELA 6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Recebidos.. 115
TABELA 7 – Quantitativos da profissionalização no Programa Soldado-Cidadão... 133
TABELA 8 – Valores recebidos por natureza de receita..... 221
TABELA 9 – Valores recebidos por tipos de contratos..... 224
TABELA 10 – Contabilização das receitas..... 224
TABELA 11 – Desempenho da Execução da Despesa em cada Ação..... 232
TABELA 12 – Metas da Ação 2000..... 234
TABELA 13 – Metas da Ação 2004..... 234
TABELA 14 – Metas da Ação 4450..... 236
TABELA 15 – Desempenho da Execução da Despesa com RPNP..... 236
TABELA 16 **–** Receitas arrecadadas pelo FEx..... 238
TABELA 17 – Resultado financeiro do exercício – FEx..... 240
TABELA 18 – Balanço Patrimonial – F Ex..... 241
TABELA 19 – Fluxo de Caixa - FEx..... 242
TABELA 20 – Comparativo de determinações e recomendações feitas pelo TCU... 242
TABELA 21 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno..... 246

GRÁFICO 1 - Demandas do Fale Conosco 2016..... 186
GRÁFICO 2 – Mídias Sociais – Atendimento por Assunto 2016..... 187

GRÁFICO 3 – Mídias Sociais – Avaliação do Atendimento 2016..... 188
GRÁFICO 4 – Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) 2016..... 190
GRÁFICO 5 – Desempenho da Execução da Despesa em cada Ação..... 233
GRÁFICO 6 – Desempenho da Execução da Despesa com RPNP – Exercícios Anteriores..... 237

ANEXOS

Anexo I – Demonstrações Contábeis – Diretoria de Contabilidade
Anexo II – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
Anexo III – Cronograma físico-financeiro do SISFRON
Anexo IV – Lista de Licitações e contratos do SAD – SISFRON
Anexo V – Lista de Licitações e contratos de Obras e Serviços de Engenharia – SISFRON
Anexo VI – Lista de Contratos de Apoio à Atuação – SISFRON
Anexo VII – Obras de Engenharia previstas para 2017 – SISFRON

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

6º GLMF - 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes
AAAe - Artilharia Antiaérea
ACE - Alto Comando do Exército
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
AO - Ação Orçamentária
Asse Adm - Assessoria de Administração
BID - Base Industrial de Defesa
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
C² - Comunicações, Comando e Controle
CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CCIEx - Centro de Controle Interno do Exército
CDCiber - Centro de Defesa Cibernética
CDS - Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEADEx - Centro de Ensino a Distância do Exército
CEB - Companhia Energética de Brasília
CGU - Controladoria Geral da União
CHQAO - Curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais
CIdEx - Centro de Idiomas do Exército
Cmdo Ex- Comando do Exército
CMilA - Comando Militar de Área
CMRI - Comissão Mista de Reavaliação da Informação
Cmt Ex - Comandante do Exército
COLOG - Comando Logístico do Exército
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSUT - Conselho Superior de Transformação
CONTIEx- Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COPE - Centro de Operações Espaciais
COTER- Comando de Operações Terrestres
CPAEx - Centro de Psicologia Aplicada do Exército
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CTEx - Centro Tecnológico do Exército
D Cont - Diretoria de Contabilidade
DAAe - Defesa Antiaérea
DCIPAS - Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DCT - Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército
DEC - Departamento de Construção do Exército
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército
DGP - Departamento-Geral do Pessoal
Div Prod Div - Divisão de Produção e Divulgação
DN - Decisão Normativa
DPIMA - Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN - Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
EASA - Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos

EB - Exército Brasileiro
EBCorp - Base de Dados Corporativa do Exército
EBNet - Rede Corporativa do Exército
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EE - Estabelecimento de Ensino
EME - Estado-Maior do Exército
END - Estratégia Nacional de Defesa
EPEx - Escritório de Projetos do Exército
EPOEx - Escritório de Processos Organizacionais do Exército
ERAEx -Escritório de Racionalização Administrativa
ESA - Escola de Sargentos da Armas
EsACosAAe - Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsFCEx - Escola de Formação Complementar do Exército
EsIE - Escola de Instrução Especializada
EsPCEx - Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EsSEx - Escola de Saúde do Exército
EsSLog - Escola de Sargentos de Logística
FAMES - Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade
FEx - Fundo do Exército
FTer - Força Terrestre
Gen Bda - General de Brigada
Gen Div – General de Divisão
Gen Ex – General de Exército
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
GPEX - Gerenciador de Projetos do Exército
GRU - Guia de Recolhimento da União
ICFEX - Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IMBEL - Indústria de Material Bélico
IME - Instituto Militar de Engenharia
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MD - Ministério da Defesa
MeHEx - Meios de Hospedagem do Exército
MEM - Material de Emprego Militar
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MTC - Míssil Tático de Cruzeiro
OADI - Órgãos de Apoio Direto e Imediato
OCI - Órgão de Controle Interno
OCOP - Obtenção da Capacidade Operacional
ODG - Órgão de Direção Geral
ODS - Órgão de Direção Setorial (Departamentos)
OEE - Objetivos Estratégicos do Exército
OM - Organização Militar
ONU – Organização das Nações Unidas

PCM - Plano de Obtenção de Capacidades Materiais
PCTEG - Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba
PE - Planejamento Estratégico
PEDCiber - Projeto Estratégico Defesa Cibernética
PEE - Planejamento Estratégico do Exército
PEEx - Plano Estratégico do Exército
PEF - Pelotões Especiais de Fronteira
PGP - Plano de Gestão do Programa
PISF - Programa de Integração do São Francisco
PMT - Política Militar Terrestre PO - Plano Orçamentário
PO - Plano Orçamentário
POAEx - Proposta Orçamentária Anual do Exército
PPA - Plano Plurianual
PRM - Postos de Recrutamento e Mobilização
PROCAP/SAU - Programa de Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde
PRODE - Produtos de Defesa
QO - Quadro de Organização
RAE - Regulamento de Administração do Exército
RDE - Regulamento Disciplinar do Exército
RG - Relatório de Gestão
RI - Regulamento Interno
RISG - Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RP - Restos a Pagar
SAD - Sensoriamento e Apoio à Decisão
SCh - Subchefia
SCMB - Sistema Colégio Militar do Brasil
SCT&I – Sistema de Ciência Tecnologia e Inovação
SEF – Secretaria de Economia e Finanças
SERMILMOB - Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
SIAFI - Sistema Integrado da Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Segurança da Informação e Comunicações
SICOMEx - Sistema de Comunicações do Exército
SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
SIDOMT - Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIGA-Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário
SIGELEx - Sistema de Guerra Eletrônica do Exército
SIGELOG - Sistema Gerencial de Logística
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMATEx - Sistema de Material do Exército
SINFOEx - Sistema de Informação do Exército
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP - Sistema de Inativos e Pensionistas
SIPLEx - Sistemática de Planejamento do Exército

SIPLOM - Sistema de Planejamento de Operações Militares, do Ministério da Defesa
SISBOL - Sistema de Boletim Interno
SisCEx - Sistema Cultural do Exército
SISDABRA - Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISPRON – Sistema de Prontidão Operacional
SISTAVOP - Sistema de Avaliação Operacional
SLI - Suporte Logístico Integrado
SMDC - Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMU - Setor Militar Urbano
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UA - Unidade Administrativa
UG - Unidade Gestora
UGE - Unidade Gestora Executora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UPC - Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE 16

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS 16
1.1.1. Finalidade 16
1.1.2. Competências 16
1.2. ORGANOGRAMA 17
1.2.1. Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro 17
1.2.2. Estrutura Organizacional do Estado-Maior do Exército 19
1.3. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 21

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL 25

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL 25
2.1.1. Plano Estratégico do Exército (PEEx) 26
2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos da unidade para o Exercício de 2016 e as Estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos 29
2.1.3. Estratégias adotadas pela unidade para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos 29
Fonte: Estado-Maior do Exército 38
2.1.4. Demonstração da Vinculação do Plano da Unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA 38
2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO 48
2.2.1. Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 48
2.3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS 115
2.3.1. Programação de Despesa 115
2.3.2. Realização da Despesa 116
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL 122
2.4.1. Introdução 122
2.4.2. Realizações do ODG 122
2.4.3. Operações militares e outras atividades 130
2.4.4. A Engenharia do Exército Brasileiro no desenvolvimento nacional 139
2.4.5. Informações sobre as ações relativas ao Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON 144
2.4.6. Racionalização Administrativa 162
2.4.7. Indicadores de Desempenho 164

3. GOVERNANÇA,GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS 174

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 174
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS 176
3.2.1 Militares 176
3.2.2 Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército: . 176
3.2.3 Base normativa que regulamenta a atividade de correição no âmbito do Comando do Exército: 178
3.2.4 Competências e responsabilidades 178
3.2.5 Servidores Civis 179
3.2.6 Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército 179

3.2.7 Base normativa que regulamenta a atividade de correição no âmbito do Comando do Exército..... 181
3.2.8 Competências e responsabilidades..... 181
3.2.9 Principais resultados observados em relação à atividade de correição no âmbito do Comando do Exército (servidores civis) 181
3.2.10 Informações Quanto ao Cumprimento da Portaria Nº 1.043/2007-CGU 182
3.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS..... 182
3.3.1. Ambiente de controle 183
3.3.2. Avaliação de risco 185
3.3.3. Procedimentos de controle 185
3.3.4. Informação e comunicação..... 186
3.3.5. Monitoramento 186

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE..... 190

4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO 190
4.1.1. Fale conosco – Divisão de relações públicas 190
4.1.2. Mídias sociais 191
4.1.3. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC-EB)..... 194
4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO..... 195
4.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE..... 197
4.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS..... 197
4.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS E SERVIÇOS 198

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... 199

5.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS199
5.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS..... 200
5.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS 203

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 204

6.1. GESTÃO DE PESSOAS 204
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade..... 204
6.1.2. Demonstrativo de despesas com pessoal..... 210
6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal..... 212
6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 215
6.2.1. Estrutura de Controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada..... 217
6.2.2. Distribuição geográfica dos imóveis da União..... 219
6.2.3. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet..... 220
Objetivos do SPIUnet: 220
6.2.4. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão espaço físico 220
6.2.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis ..223
6.2.6. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los 223
6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... 223
6.3.1 Arcabouço normativo que regula o uso das TIC 226
6.3.2 Principais Sistemas de Informações 228
6.3.3. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 231
6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE 234
6.4.1. Estruturação do meio ambiente no Exército Brasileiro 234

6.4.2. Política de sustentabilidade ambiental ... 235
6.4.3. Critérios de garantia da sustentabilidade ambiental ... 235
6.4.4. Principais resultados alcançados no ano de 2016 ... 237
6.5. GESTÃO DE FUNDOS ... 237
6.5.1. Identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo ... 237
6.5.2. Objetivos e desempenho do fundo ... 238
6.5.4. Relacionamento dos recursos do Fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções ... 245
6.5.5. Demonstrações contábeis do fundo ... 246

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE ... 249

7.1. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE ... 249
7.1.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ... 249
7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) ... 252
7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO ... 254
7.3. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO ... 255
7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O ART. 5º da Lei 8.666/93 ... 255

8. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE ... 256

8.1. INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ... 256
8.2. INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES ... 257
8.3. INTEGRIDADE E COMPLETUDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS ... 259
8.4. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ... 260
8.5. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL ... 261
8.6. DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS DO SIAFI ... 263

9. CONCLUSÃO ... 274

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

APRESENTAÇÃO

O Exército Brasileiro (EB) é uma Instituição nacional, permanente e regular, baseada na hierarquia e disciplina. É constituído por mais de duzentos mil homens e mulheres que integram seiscentos e cinquenta e duas organizações militares espalhadas por todos os rincões do imenso país.

Este Relatório de Gestão de 2016 traz ao conhecimento público e do órgão de controle interno e de controle externo, diversas informações sobre a sua gestão e atividades desenvolvidas pelo EB.

No ano de 2016, o EB participou de centenas de operações militares e atividades de cooperação e apoio ao Estado e à população, como os exemplos a seguir:

- a **Operação Conjunta AGATA** , que, sob a coordenação do Ministério da Defesa, cobriu toda a extensão da fronteira oeste do País, combatendo os chamados crimes transfronteiriços, tais como narcotráfico, contrabando de armas, munições e veículos, descaminho, crimes ambientais e garimpos ilegais;

- a **Missão de Paz no Haiti**, que o Exército participa e lidera desde 2004;

- a **Operação Carro-Pipa**, que é realizada pelo Exército Brasileiro há mais de vinte anos, e é uma atividade de distribuição de água potável por meio de carros-pipa para a população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no semiárido nordestino, atendendo a centenas de municípios e a milhões de brasileiros;

- a **Operação Potiguar** foi realizada na capital do estado do Rio Grande do Norte, e tem como base ações de Garantia da Lei e da Ordem. A segurança pública foi restabelecida com o emprego de mais de mil e oitocentos
militares das Forças Armadas;

- a **Operação Apyterewa** de desintrusão de terra indígena no município de São Felix do Xingu no estado do Pará devolveu aos índios Parakanã território afetado pela Usina de Belo Monte, contribuindo para a segurança das obras de desenvolvimento nacional;

- na **Operação Eleições 1º e 2º turnos,** o Exército atuou em aproximadamente quatrocentos e nove localidades de quatorze estados brasileiros, garantindo a segurança do pleito e contribuindo para a democracia no Brasil.

O Exército também contribuiu para a realização de grandes eventos nacionais, como os **Jogos Olímpicos e Paralímpicos**, projetando o Brasil no cenário internacional.

Inicia-se o presente relatório com a identificação e visão geral do Exército Brasileiro, mostrando sua organização.

Em seguida, são apresentados os macroprocessos que norteiam todo o planejamento estratégico. Como exemplo, destaca-se o macroprocesso **“Operações Terrestres”,** cujo principal cliente é a **Sociedade Brasileira** e que tem como produto “dispor de uma Força Terrestre preparada e empregada para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem,

salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social".

Quanto ao Planejamento Estratégico, importante marco de Instituição, será apresentado desde a Sistemática de Planejamento do Exército, a sua vinculação com os dispositivos legais (Constituição Federal, Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Plano Plurianual etc.) até os Objetivos Estratégicos.

Também há apresentações e análises dos Projetos Estratégicos do Exército e da realização das despesas.

O Exército busca uma permanente evolução e está mergulhado em um Processo de Transformação para estar sempre em compasso com a grandeza do Brasil.

Ressalta-se a todos os leitores que este Relatório de Gestão foi confeccionado por meio da análise e consolidação de informações de todas as Organizações Militares e Unidades Gestoras do Comando do Exército.

O contingenciamento de recursos foi a principal dificuldade encontrada para a realização dos objetivos no ano de 2016. O descontingenciamento próximo ao término do exercício financeiro também traz consequências para o aumento dos restos a pagar, gerando reflexos no orçamento do EB.

O Relatório de Gestão representa a visão geral do Exército sobre sua própria gestão, por meio de seu Órgão de Direção Geral, o **Estado-Maior do Exército**, razão pela qual as informações a seguir têm um aspecto mais gerencial e não a simples transcrição de dados contidos em todos os documentos que deram suporte à confecção deste Relatório.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Exército Brasileiro é uma das três Forças Armadas Brasileiras e tem como missão contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

A visão de futuro é concluir seu processo de transformação até o ano de 2022, quando chegará a uma nova doutrina, empregando produtos de defesa tecnologicamente avançados e profissionais capacitados e motivados. Dessa maneira, poderá enfrentar, com os meios adequados, os desafios do século XXI, respaldando as decisões soberanas do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, a Portaria n° 1507-Cmt Ex, de 15 de dezembro de 2014 e a Portaria n° 295-EME, de 17 de dezembro de 2014, aprovaram, respectivamente, o Plano Estratégico do Exército 2016-2019 e a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro (EB20D-01.016), documentos onde constam, entre outros assuntos, os macroprocessos institucionais:

a. Macroprocesso Finalístico, no qual se destacam as Operações Terrestres;

b. Macroprocesso Gerencial, no qual se insere a Política e Estratégia Militar Terrestre; e

c. Macroprocesso de Suporte, com ênfase na Tecnologia e Gestão da Informação.

A fim de cumprir sua missão, o Exército Brasileiro está estruturado da seguinte maneira:

a. Comandante do Exército;

b. Órgãos de Assessoramento Superior;

c. Órgãos de Assistência Direta e Imediata;

d. Órgão de Direção Geral (Estado-Maior do Exército);

e. Órgão de Direção Operacional (Comando de Operações Terrestres);

f. Órgãos de Direção Setorial; e

g. Comandos Militares de Área.

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1. Finalidade

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes institucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem (Art. 142 da Constituição Federal).

1.1.2. Competências

De acordo com o Decreto n° 5.751, de 12 de abril de 2006, o Comando do Exército é responsável por:

a. formular a política e a doutrina militares terrestres;

b. propor a constituição, a organização e os efetivos, bem como aparelhar e adestrar as forças terrestres;

c. formular o planejamento estratégico e executar o emprego da Força Terrestre na defesa do país;

d. participar na defesa da fronteira marítima e na defesa aérea;

e. participar no preparo e na execução da mobilização e desmobilização nacionais; e

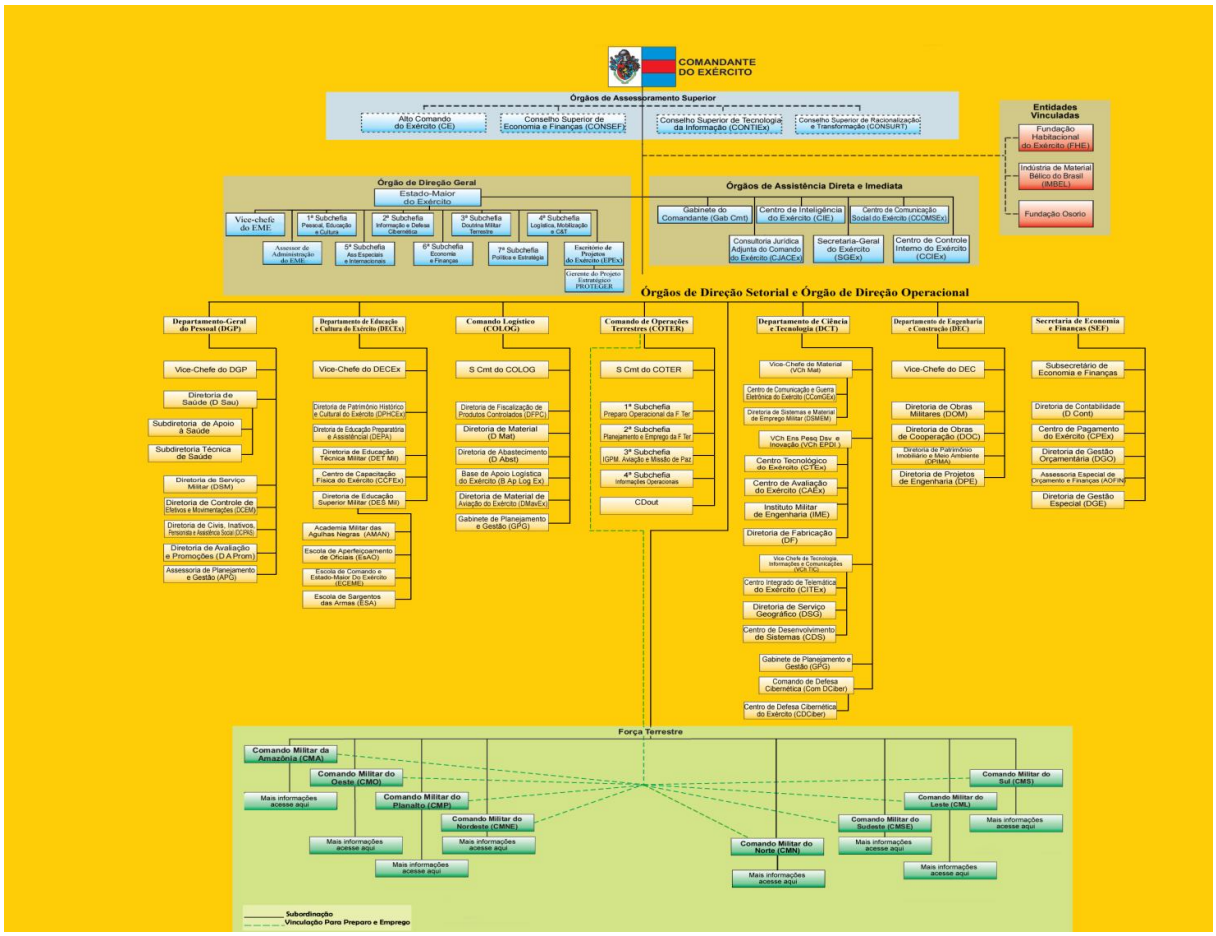
f. exercer as atividades estabelecidas nos Art. 23, 24 e 27 da lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, naquilo que lhe couber.

1.2. ORGANOGRAMA

1.2.1. Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro

A estrutura organizacional do Exército Brasileiro é ampla e abrangente, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Organograma do Exército Brasileiro



Fonte: Secretaria-Geral do Exército

No Quadro 1, visualizam-se as competências das áreas estratégicas que integram a estrutura organizacional do Exército Brasileiro.

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Exército Brasileiro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular (1)	Cargo
Estado-Maior do Exército	Estudar, planejar, orientar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relativas à atuação do Comando do Exército, segundo as decisões e diretrizes do Comandante do Exército. (O organograma do EME – o Órgão de Direção Geral – e suas competências estão detalhados abaixo).	Gen Ex Sérgio Westphalen Etchegoyen	Chefe do Estado-Maior do Exército
Departamento-Geral do Pessoal	Planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com serviço militar, movimentação, promoção, inativos e pensionistas, cadastro e avaliação, direitos, deveres e incentivos, e pessoal civil.	Gen Ex Francisco Carlos Modesto	Chefe do Departamento-Geral do Pessoal
Departamento de Educação e Cultura do Exército	Conduzir no âmbito do Exército, as atividades relativas aos assuntos culturais, educação física e desportos, ao ensino e à pesquisa e ao desenvolvimento, nas áreas de doutrina e pessoal.	Gen Ex João Camilo Pires de Campos	Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército
Comando Logístico	Orientar e coordenar o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre, prevendo e provendo, no campo das funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte, os recursos necessários ao Exército e às necessidades de mobilização dessas funções, além da coordenação das atividades de fiscalização de produtos controlados pelo Exército e de remonta e veterinária.	Gen Ex Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	Comandante Logístico
Comando de Operações Terrestres	Orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército.	Gen Ex Araken de Albuquerque	Comandante de Operações Terrestres
Departamento de Ciência e Tecnologia	Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades científicas e tecnológicas de pesquisa e desenvolvimento, de avaliação, de ensino e capacitação técnico-científica, e de serviços técnicos e científicos, relacionadas a sistemas e materiais de emprego militar e avaliar sua influência nas áreas de pessoal, logística e doutrina.	Gen Ex Juarez Aparecido de Paula Cunha	Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia
Departamento de Engenharia e Construção	Assegurar o efetivo e regular emprego da Engenharia Militar, em benefício do Exército e do Estado Brasileiro, realizando a gestão de Obras, Patrimônio, Meio Ambiente, Material e Operações de Engenharia.	Gen Ex Oswaldo de Jesus Ferreira	Chefe do Departamento de Engenharia e Construção
Secretaria de Economia e Finanças	Supervisionar e realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira, contabilidade e pagamento de pessoal, relativas aos recursos de qualquer natureza alocados ao Comando do Exército Brasileiro, atuando de forma proativa na gestão desses recursos.	Gen Ex Antonio Hamilton Martins Mourão	Secretário de Economia e Finanças

Observação (1): em virtude da rotatividade dos cargos, o quadro apresenta somente o titular que permaneceu por mais tempo no cargo. Maiores informações e detalhamento dos cargos poderão ser obtidos na seção Rol dos Responsáveis deste relatório de gestão.
Fonte: Estado-Maior do Exército

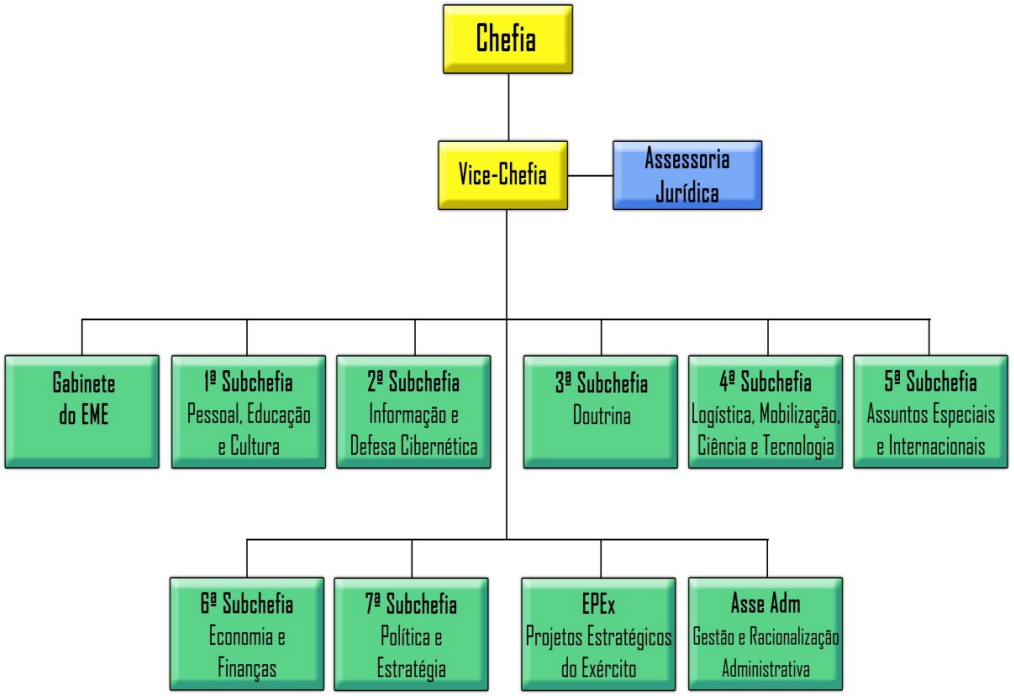
1.2.2. Estrutura Organizacional do Estado-Maior do Exército

O Estado-Maior do Exército (EME), Órgão de Direção Geral (ODG) do Exército Brasileiro, está subordinado ao Comando do Exército e está estruturado em Chefia, Vice-Chefia, Gabinete, Subchefias, Escritório de Projetos e Assessoria de Administração.

Como medida inserida no Processo de Racionalização e Transformação da Força Terrestre, o EME, em 2017, passará a contar com uma Subchefia (S Ch) a menos, ou seja, as atribuições e efetivos que, em 2016, pertenciam à 7ª S Ch serão no corrente ano englobadas pela 3ª S Ch.

Por sua importância estratégica na estrutura organizacional da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e como consolidador das informações deste Relatório de Gestão, destacam-se, abaixo, o organograma do EME, vigente no ano de 2016, e as informações das áreas estratégicas que o compõem.

Figura 2 – Organograma do Estado-Maior do Exército



Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Estado-Maior do Exército

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
Estado-Maior do Exército	Estudar, planejar, orientar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relativas à atuação do Comando do Exército, segundo as decisões e diretrizes do Comandante do Exército.	Gen Ex Fernando Azevedo e Silva	Chefe do Estado-Maior do Exército
1ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, em nível de direção geral, as Políticas e as Diretrizes Estratégicas do Exército, concernentes aos Sistemas de Pessoal, Ensino e Cultura, com vista à elaboração dos respectivos Planos Básicos.	Gen Bda Edson Diehl Ripoli	1º Subchefe do Estado-Maior do Exército
2ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, no nível de direção geral, as políticas e diretrizes estratégicas concernentes ao Sistema de Informação do Exército (SINFOEx), com vista à elaboração dos respectivos Planos Básicos.	Gen Div Marcio Roland Heise	2º Subchefe do Estado-Maior do Exército
3ª Subchefia (1)	Coordenar, no nível de direção geral, as atividades relacionadas com o preparo e a orientação do emprego da Força Terrestre, no Brasil e no exterior.	Gen Bda Anisio David de Oliveira Junior	3º Subchefe do Estado-Maior do Exército
4ª Subchefia	Formular, propor e manter atualizadas, no nível de direção geral, as políticas e as diretrizes estratégicas para os Sistemas de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia e Construção.	Gen Bda João Chalella Junior	4º Subchefe do Estado-Maior do Exército
5ª Subchefia	Formular e propor as políticas e diretrizes estratégicas para as atividades do Exército na área internacional e na Gestão Ambiental.	Gen Div William Georges Felippe Abrahão	5º Subchefe do Estado-Maior do Exército
6ª Subchefia	Planejar, orientar e coordenar, no nível de direção geral, as atividades de economia e finanças do Exército.	Gen Div Eduardo Castanheira Garrido Alves	6º Subchefe do Estado-Maior do Exército
7ª Subchefia (1)	Consolidar, integrar, formular e manter atualizados os documentos que compõem a Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx).	Gen Div Fernando José Sant'Ana Soares e Silva	7º Subchefe do Estado-Maior do Exército
Escritório de Projeto do Exército	Supervisionar, coordenar e controlar a gestão dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), incluindo as derivadas de aquisição, modernização e desenvolvimento de produtos de defesa (PRODE).	Gen Bda Guido Amin Naves	Chefe do Escritório de Projetos do Exército
Assessoria de Administração	Promover a melhoria do desempenho Organizacional por meio da racionalização administrativa.	Gen Div Henrique Martins Nolasco Sobrinho	Assessor de Administração do Estado-Maior do Exército

Observação (1): como medida inserida no Processo de Racionalização e Transformação da Força Terrestre, o EME, em 2017, passará a contar com uma Subchefia (S Ch) a menos, ou seja, as atribuições e efetivos que, em 2016, pertenciam à 7ª S Ch serão no corrente ano englobadas pela 3ª S Ch.

Fonte: Estado-Maior do Exército

1.3. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Exército Brasileiro, com a criação do Escritório de Processos Organizacionais do Exército (EPOEx) e do Escritório de Racionalização Administrativa (ERAEx), ambos componentes da Assessoria de Administração do EME, vem realizando o mapeamento de seus processos e buscando a sua racionalização administrativa, cujas diretrizes foram aprovadas pela Portaria n° 295-EME, de 17 de dezembro de 2014.

Os diversos macroprocessos estão divididos por áreas de atuação, ficando sob responsabilidade do Órgão de Direção Geral e dos Órgãos de Direção Setorial, conforme quadros abaixo:

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Operações Terrestres **Descrição** Planejar, orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre em suas diversas missões no âmbito do Exército Brasileiro.	Força terrestre preparada e empregada para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social.	• Estado Brasileiro • Sociedade Brasileira	• Comando de Operações Terrestres (COTer) • Comandos Militares de Área (C Mil A)

Quadro 4 – Macroprocessos Gerenciais

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Política e Estratégia Militar Terrestre **Descrição** Elaborar a Política Militar Terrestre (PMT), o planejamento estratégico e emitir diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre.	Plano Estratégico do Exército (PEEx)	• Exército Brasileiro • Ministério da Defesa	• Estado Maior do Exército (EME)

Quadro 5 – Macroprocessos de Suporte

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Tecnologia da Informação **Descrição** Planejar, organizar, dirigir e controlar, as atividades relacionadas aos sistemas informatizados do Exército Brasileiro.	Estrutura de Governança de TI, alinhada à estratégia, por meio do gerenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros, do gerenciamento dos riscos, garantindo, ainda a medição e o monitoramento do desempenho, relacionados aos sistemas corporativos de Tecnologia da Informação.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) • Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS)

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Aquisições e Contratações **Descrição** Planejar, executar e controlar as aquisições e as contratações de materiais e serviços de forma tempestiva e vantajosa para a Administração, de modo a garantir o suprimento e a disponibilização adequados ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.	Produtos e serviços contratados e disponibilizados aos usuários de forma tempestiva e vantajosa para a Administração.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• **Comando Logístico (COLOG)** • **ODS** • **C Mil A**
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão da Informação **Descrição** Coordenar e controlar a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação em quaisquer meios disponíveis, no âmbito do Exército Brasileiro.	Políticas e procedimentos que orientem a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• **EME**
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Contabilidade **Descrição** Realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução contábil, relativas aos recursos financeiros e patrimoniais de qualquer natureza, no âmbito do Exército Brasileiro.	Registro e controle contábil de todas as movimentações financeiras e alterações patrimoniais do Exército Brasileiro.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• **EME** • **SEF**
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão Institucional **Descrição** Planejar e dirigir e controlar os programas e as atividades necessárias à administração do Exército Brasileiro	Políticas e diretrizes para a administração do Exército Brasileiro.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• **EME**
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Logística **Descrição** Planejar e coordenar a execução das atividades relacionadas ao suprimento e manutenção de material, transporte e mobilização, além do material de aviação do exército e a fiscalização de produtos controlados.	• Fiscalização de produtos controlados • Gestão de material de emprego militar • Abastecimento • Transporte • Informações para a mobilização militar	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• **EME** • **COLOG**

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão de Pessoal **Descrição** Executar atividades de administração de pessoal, bem como realizar o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades relacionadas com o recrutamento, seleção, desenvolvimento, aplicação e ao desligamento dos recursos humanos do Exército Brasileiro.	• Recrutamento e seleção • Avaliações e promoções • Gestão de carreiras e remunerações • Capacitação e desenvolvimento • Gestão de efetivos e movimentações • Assistência médica • Assistência religiosa • Gestão de inativos e pensionistas	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento-Geral do Pessoal (DGP)
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Aquartelamento **Descrição** Garantir a disponibilidade e a usabilidade da infraestrutura, das instalações e dos serviços internos do Exército Brasileiro, a qualquer tempo.	• Administração de instalações prediais • Gestão das rotinas internas das organizações militares	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Secretaria-Geral do Exército • Organizações Militares
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão do Patrimônio **Descrição** Realizar as atividades de registro, movimentação, cessão, alienação, desfazimento e controle patrimonial no âmbito do Exército Brasileiro.	• Tombamento e registro patrimonial • Controle patrimonial • Movimentação de bens • Cessões, alienações e desfazimento de bens	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Secretaria de Economia e Finanças (SEF) – Diretoria de Contabilidade (D Cont) • COLOG • Departamento de Engenharia e Construção (DEC) – Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) • Organizações Militares
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão Organizacional **Descrição** Promover ações no sentido de manter a governança da organização por meio de suas estratégias, projetos e processos, levando em consideração os riscos gerenciais envolvidos.	• Gestão de Processos; • Gestão de Projetos; • Planejamento Setorial.	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• EME

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão do Conhecimento **Descrição** Coordenar a produção, a pesquisa, o armazenamento, a disseminação, o uso e a proteção de conhecimento importante para o Exército Brasileiro, organizando de forma estratégica os conhecimentos dos colaboradores e os conhecimentos externos, considerados fundamentais para o cumprimento de sua missão.	• Gestão do Patrimônio Cultural do Exército • Gestão dos sistemas educacionais do Exército	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEx); • DCT
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Engenharia e Construção **Descrição** Planejar, orientar, coordenar e controlar a execução de obras e serviços de engenharia do Exército Brasileiro, bem como a manutenção e a conservação do patrimônio imobiliário.	• Projetos de engenharia • Coordenação de construções • Obras de cooperação • Gestão do patrimônio imobiliário • Gestão ambiental	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• DEC
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Ciência, Tecnologia e Inovação **Descrição** Planejar, organizar, coordenar e controlar atividades relacionadas à pesquisa, à produção e à inovação científica e tecnológica voltadas para o desenvolvimento e a ampliação da capacidade militar do Exército Brasileiro.	• Serviços de informação e defesa cibernética • Tecnologia militar • Serviços de comunicação e Telemática • Serviço geográfico • Sistemas para a guerra eletrônica	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• DCT
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Doutrina Militar Terrestre **Descrição** Estudar planejar e estabelecer o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas.	• Planejamento da produção doutrinária • Produto doutrinário • Avaliação de produto • Difusão de produto doutrinário	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• Estado-Maior do Exército (EME) • COTer
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão Econômica Financeira e Orçamentária **Descrição** Coordenar e executar atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira e contabilidade relativas aos recursos alocados ao EB.	• Gestão orçamentária • Gestão financeira • Gestão econômica	Exército Brasileiro (Órgãos de Direção Setorial – ODS, Órgãos de Apoio Direto e Imediato – OADI, COTer, C Mil A)	• SEF

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Exército Brasileiro possui uma estrutura capilarizada em todo território nacional, com cerca de duzentos e dezessete mil integrantes e mais de seiscentos e cinquenta Organizações Militares, consistindo portanto, em um sistema, formado por seus diversos órgãos e subdivisões, pessoas, equipamentos, etc., interdependentes, que consiste num todo unitário, com um determinado objetivo, representado por sua Visão de Futuro, e que executa uma função que é determinada por sua Missão Institucional.

Para cumprir a sua Missão, o EB executa planejamentos em todos os níveis de atuação, seja no nível estratégico, seja nos seus órgãos de direção setorial, seja em seus comandos operacionais e administrativos, ou seja nas organizações militares do corpo de tropa.

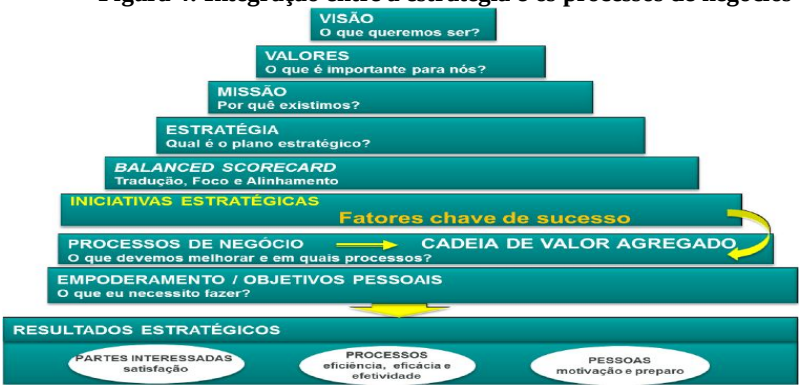
Para o alcance da Visão de Futuro e para o cumprimento de sua Missão Institucional, estabelecidas no Mapa Estratégico do Exército e no Plano Estratégico do Exército, a organização estabelece as estratégias, que são concretizadas por meio de projetos e por meio de processos de negócio, os quais se viabilizam por meio das operações diárias (tarefas e atividades), conforme o esquema apresentado na Figura 3, abaixo.

Figura 3: Arquitetura da Gestão Organizacional

Fonte: Manual Técnico (EB20-MT-11.002) GESTÃO DE PROCESSOS, 1ª Edição, 2016

A Figura 4, a seguir, apresenta a forma como os processos se integram no sistema, por meio do desdobramento sucessivo dos elementos que caracterizam a arquitetura organizacional. A integração efetiva entre a estratégia e os processos de negócio exige uma coordenação de todos os elementos apresentados de forma ordenada. No Exército Brasileiro essa coordenação é realizada por meio de uma estrutura própria, com papéis e responsabilidades bem definidos.

Figura 4: Integração entre a estratégia e os processos de negócios



Fonte: Manual Técnico (EB20-MT-11.002) GESTÃO DE PROCESSOS, 1ª Edição, 2016

Assim sendo, os processos são planejados para que estejam de acordo com as estratégias definidas no Plano Estratégico do Exercito (PEEx), devendo abordar aspectos de gestão, provisão de recursos, realização do produto ou serviço, métodos de monitoramento, medição e análise crítica.

Assim, no item a seguir será explanado mais diretamente sobre a Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx) e um dos seus principais produtos, o Plano Estratégico de toda Instituição.

2.1.1. Plano Estratégico do Exército (PEEx)

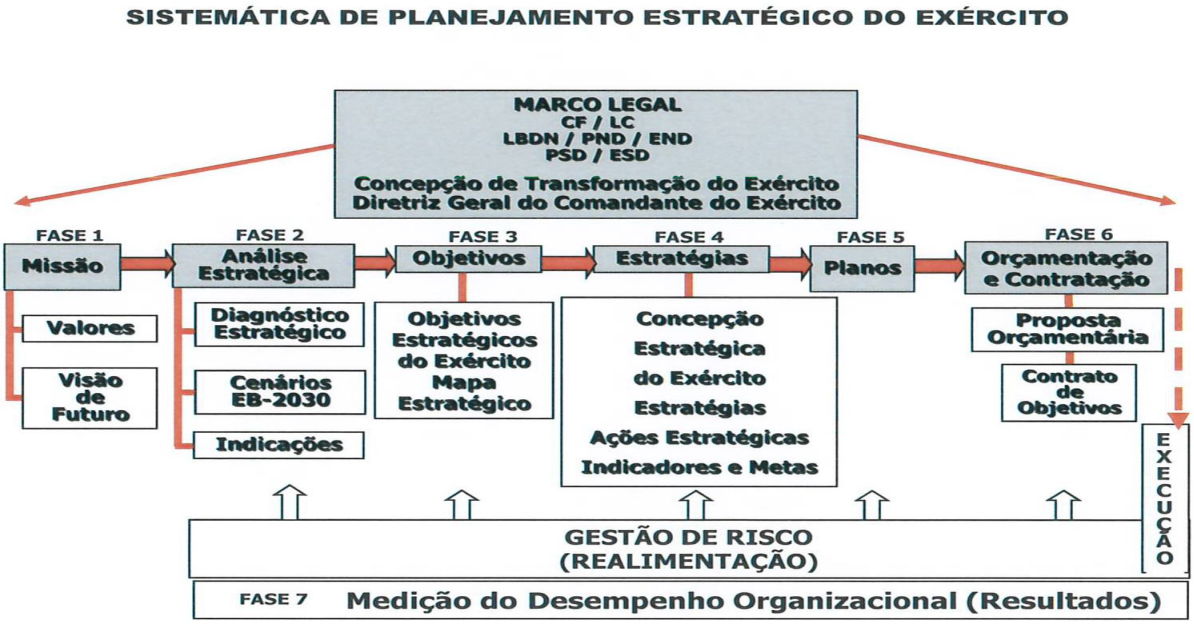
O Estado-Maior do Exército (EME), como Órgão de Direção Geral (ODG), é o responsável pela Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx), e, também, por orientar o planejamento do EME e o consequente alinhamento com o Plano Plurianual (PPA), por meio de uma metodologia própria. O planejamento parte de uma análise da Missão Institucional, dos valores e da visão de futuro pretendida.

Inicialmente, no contexto do diagnóstico do EB e do estudo de cenários prospectivos, considera-se uma análise estratégica atualizada. Em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos (Política Militar Terrestre) e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias e ações estratégicas.

Na sua fase conclusiva, a SIPLEx organiza os trabalhos, formalizando o planejamento no Plano Estratégico do Exército (PEEx). Com base neste Plano, é elaborada a Proposta Orçamentária Anual do Exército (POAEx), conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

Com a aprovação da Lei orçamentária Anual (LOA), o planejamento inicia sua fase de execução, sendo avaliado e controlado por meio do Sistema de Medição de Desempenho Organizacional, que fornecerá as informações necessárias ao processo de correção e realimentação do planejado. A representação gráfica da SIPLEx pode ser visualizada na Figura 5.

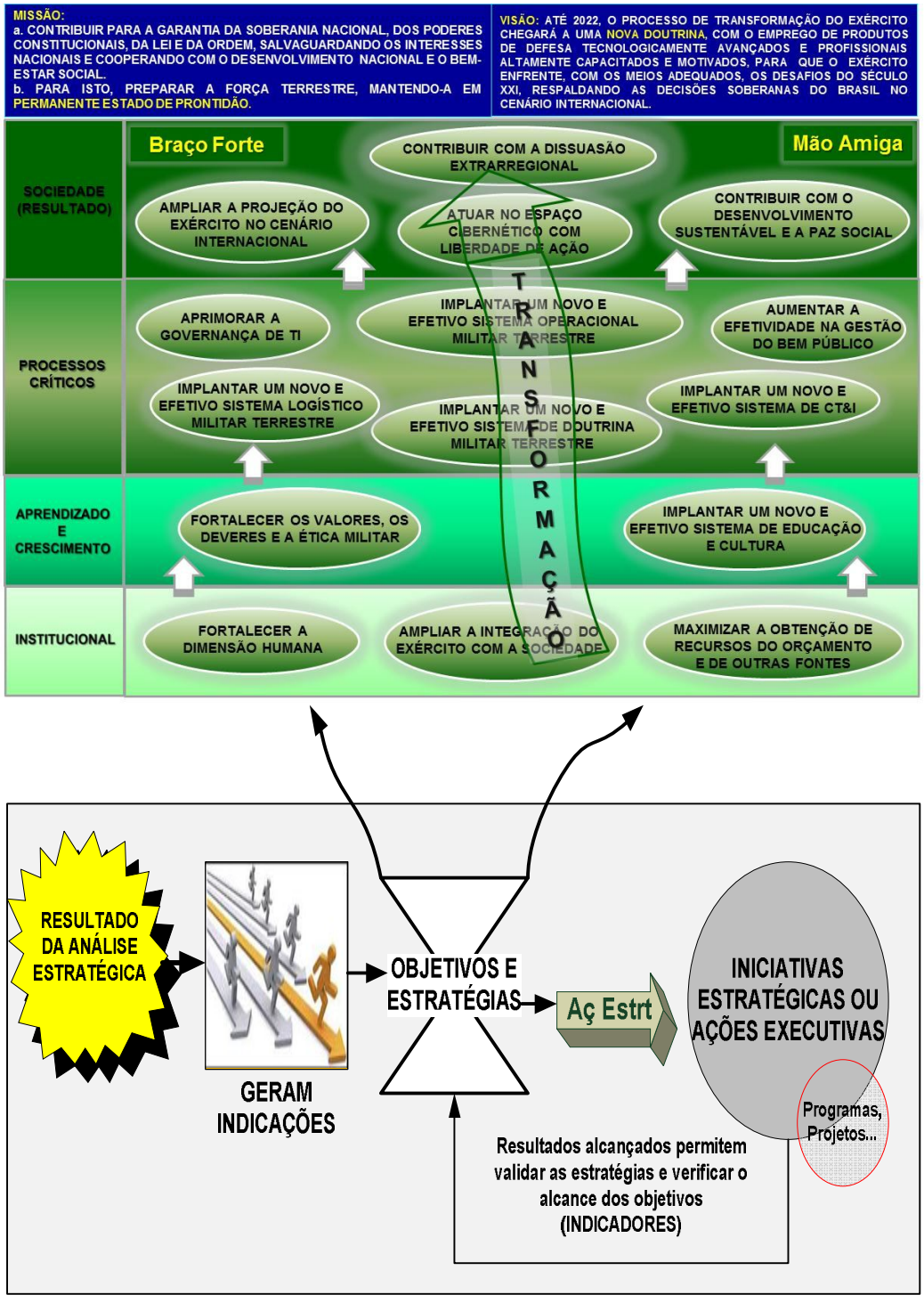
Figura 5 - Metodologia da SIPLEx



Fonte: Estado-Maior do Exército

As etapas indicadas na metodologia são traduzidas em formato de **mapa estratégico**, com a finalidade de permitir melhor comunicação da estratégia da instituição, conforme visualização gráfica da Figura 6. Os objetivos são executados por meio das diversas iniciativas que podem ser materializadas em programas, projetos, subprojetos, etc.

Figura 6 - Construção do Mapa Estratégico e execução das estratégias



Fonte: Estado-Maior do Exército

Da análise deste Mapa Estratégico verifica-se, portanto, que a Missão do EB está alinhada com o previsto na Constituição Federal brasileira, em seu artigo 142, caracterizando que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".

Para cumprir sua missão, o EB elegeu objetivos estratégicos (OEE), os quais estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades impostas, tudo no espaço temporal de 4 (quatro) anos, igual ao do PPA do Governo Federal, evidenciando o alinhamento de esforços para atender à missão constitucional.

As ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos do Exército estão, portanto, determinadas no PEEx. Foram estabelecidas metas e responsáveis em alcançá-las, e, como forma de obter maior comprometimento com a execução destas ações, todos os ODS/ODOp envolvidos assinam um contrato de objetivos (Fase 6 da SIPLEx). Nestes contratos, o EME assume o compromisso de repassar os recursos para as ações previstas e os órgãos o compromisso de as executarem.

2.1.2. Principais Objetivos Estratégicos da unidade para o Exercício de 2016 e as Estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

O EME é o responsável pela condução da gestão estratégica no âmbito do Exército. Neste contexto, foram estabelecidos 15 (quinze) objetivos estratégicos, as estratégias a serem utilizadas, bem como as ações estratégicas subsequentes, permitindo a governança da instituição.

Os Objetivos Estratégicos do Exército – OEE são:

a. OEE 1 - Contribuir com a Dissuasão Extrarregional;
b. OEE 2 - Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional;
c. OEE 3 - Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social;
d. OEE 4 - Atuar no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação;
e. OEE 5 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre;
f. OEE 6 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Doutrina Militar Terrestre;
g. OEE 7 - Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação (TI);
h. OEE 8 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre;
i. OEE 9 - Implantar Novo e Efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação;
j. OEE 10 - Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público;
k. OEE 11 - Fortalecer os Valores, os Deveres e a Ética Militar;
l. OEE 12 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e Cultura;
m. OEE 13 - Fortalecer a Dimensão Humana;
n. OEE 14 - Ampliar a Integração do Exército à Sociedade; e
o. OEE 15 - Maximizar a Obtenção de Recursos do Orçamento e de Outras Fontes

2.1.3. Estratégias adotadas pela unidade para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

- **OOE 1 - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL**

  ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Ampliação da Capacidade Operacional:

- prosseguir na estruturação do Comando de Operações Especiais;
- reestruturar a F Ter com base nos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (FAMES);
- rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Área Estratégica Amazônia Legal;
- rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, nas demais Áreas Estratégicas;
- rearticular e reestruturar a Artilharia de Campanha;
- rearticular e reestruturar a Artilharia Antiaérea; e
- reestruturar o Sistema Engenharia.

b) Ampliação das capacidades de mobilidade e elasticidade:

- implantar um novo e efetivo Sistema de Mobilização;
- prosseguir na estruturação da Aviação do Exército;
- reestruturar as Forças Blindadas; e
- mecanizar a Força Terrestre.

- **OEE 2 - AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Incremento da atuação da Diplomacia Militar:

- ampliar as medidas de cooperação e confiança mútua entre o Exército Brasileiro e os exércitos das Nações Amigas;
- aprofundar e ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico;
- aumentar a participação do Exército em postos relevantes de organismos internacionais; e
- ampliar o número de Aditâncias do Exército.

b) Aumento da capacidade de projeção de poder:

- promover e participar de fóruns e atividades internacionais de interesse do Estado Brasileiro que tenham implicações na missão do Exército, particularmente do setor cibernético;
- preparar forças para atuar em missões de paz; e
- desenvolver as capacidades expedicionárias e multinacional.

- **OEE 3 - CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Aperfeiçoamento das capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação:

- desenvolver as capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação na fronteira terrestre (PPA).

b) Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às operações de GLO, operações interagências e ações subsidiárias:

- ampliar a capacidade operacional da Polícia do Exército para atuar na proteção da sociedade;

- ampliar a capacidade operacional para atuar na prevenção e no combate às ações terroristas e Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN);
- capacitar a Força para atuar em Ações de Ajuda Humanitária; e
- aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares.

c) Ampliação da atuação do Exército na área social:

- incrementar a participação do Exército em programas e ações sociais.

- **OEE 4 - ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação do Setor Cibernético na Defesa (PPA):

- implantar o sistema de informações seguras com enfoque na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC);
- contribuir com o MD na promoção da interoperabilidade do setor cibernético na Defesa Nacional (PPA);
- contribuir para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de produtos de defesa cibernética;
- implantar o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC) (PPA);
- capacitar e gerir recursos humanos necessários ao Setor Cibernético na Defesa Nacional; e
- contribuir com a produção do conhecimento oriundo da fonte cibernética.

b) Implantação do Setor Cibernético no Exército (PPA):

- estruturar a gestão de pessoal no setor cibernético (PPA);
- implantar a infraestrutura de defesa cibernética (PPA); e
- contribuir com a produção de conhecimento oriundo da fonte cibernética.

- **OEE 5 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Aumento da capacidade de pronta resposta da F Ter:

- implantar a geração de forças por capacidades;
- reestruturar o COTER;
- implantar o SISPRON – Sistema de Prontidão Operacional, com vistas à FT 2022.

b) Aperfeiçoamento do preparo da F Ter:

- preparar a F Ter para atuar em operações conjuntas, interagências e multinacionais;
- aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no Efetivo Profissional; e
- aperfeiçoar o faseamento da Instrução Militar do Efetivo Variável.

c) Aumento da efetividade do Emprego da F Ter:

- modernizar a Sistemática de Emprego da F Ter; e
- desenvolver as capacidades de monitoramento/controle e apoio à decisão.

- **OEE 6 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Reestruturação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT):

- prosseguir na reestruturação do SIDOMT, apoiado em ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, a fim de contribuir com efetividade na gestão, na atualização e na difusão do conhecimento;
- implantar o Banco de Dados para gestão doutrinária; e
- desenvolver uma nova metodologia para o SIDOMT.

b) Estabelecimento de uma Doutrina Militar Terrestre compatível para uma Força transformada:

- contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina conjunta;
- rever e atualizar as publicações doutrinárias, coerente com os novos conceitos; e
- rever e atualizar o Quadro de Organização (QO) de todas as OM operativas, para adequação aos novos conceitos.

- **OEE 7 - APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Estruturação da autoridade organizacional para gestão estratégica:

- implantar a gestão de TIC;
- formular a normatização de Governança de TI; e
- estruturar os mecanismos de acompanhamento e apoio.

b) Reorganização do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx):

- aperfeiçoar a produção e disponibilização de geoinformação;
- aperfeiçoar os Sistemas Corporativos do Exército;
- implantar a Gestão da Informação Operacional; e
- aperfeiçoar o Sistema de Guerra Eletrônica do Exército (SIGELEx).

c) Aperfeiçoamento da Infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército:

- aperfeiçoar o Sistema de Comunicações do Exército (SICOMEx);
- ampliar e aperfeiçoar a Rede Corporativa do Exército (EBNet);
- aperfeiçoar a Base de Dados Corporativa do Exército (EBCorp);
- implementar a infraestrutura e medidas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC); e
- aperfeiçoar a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações.

- **OEE 8 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação da nova estrutura logística do Exército:

- adotar uma estrutura logística capaz de prestar o apoio logístico na medida certa e no tempo oportuno (Prontidão Logística);
- aperfeiçoar a execução das funções logísticas, suas atividades e tarefas correspondentes, com base nos novos conceitos e estruturas adotadas;
- implantar o Sistema de Saúde Operativa;

- mobiliar, progressiva e seletivamente, a estrutura logística com meios compatíveis e modernos; e
- implantar o Sistema de Apoio ao Pessoal nas operações correntes.

b) Implantação de uma efetiva gestão logística:

- implantar um Sistema Integrado de Gestão Logística; e
- implantar um Sistema de Informações Logísticas.

- **OEE 9 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Contribuição para desenvolver/reorganizar a Base Industrial de Defesa (BID):

- desenvolver e implementar um novo modelo de relacionamento com a BID; e
- apoiar o empresariado nacional da BID, por intermédio das aditâncias e/ou missões comerciais, dentre outras representações do Exército, na identificação e exploração de possíveis mercados para essa área de negócios.

b) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE:

- pesquisar e desenvolver tecnologias de acordo com o Plano de Obtenção de Capacidades Materiais (PCM) e o Plano de Desenvolvimento de Capacidades Operativas;
- aperfeiçoar o programa de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção de PRODE autóctone, que integre os segmentos militar e civil de defesa;
- aperfeiçoar a sistemática de gestão do SCT&I;
- criar estrutura para o desenvolvimento da prospecção e da inteligência tecnológica;
- reformular o Modelo de Gestão do Ciclo de vida de PRODE;
- pesquisar e desenvolver produtos voltados para o sistema do combatente individual do futuro;
- proporcionar condições para que o Exército realize a pesquisa e desenvolvimento, nas áreas do setor cibernético, visando à prospecção tecnológica e à pesquisa científica; e
- pesquisar e desenvolver produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e de proteção (individual e coletiva).

c) Modernização de Produtos de Defesa (PRODE):

- modernizar os produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção (individual e coletiva); e
- modernizar os sistemas componentes das Funções de Combate, capacitando-os para operar em rede.

- **OEE 10 - AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Implantação da Governança Corporativa:

- aperfeiçoar o sistema de gestão do Exército;
- adotar procedimentos para melhorar a qualidade do gasto; e
- otimizar a atuação do Controle Interno, buscando a proatividade das ações na proteção do Sistema Exército.

b) Implantação da Racionalização Administrativa:

- racionalizar os processos;
- racionalizar as estruturas organizacionais; e
- racionalizar os cargos, cursos e estágios.

- **OEE 11 - FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Desenvolvimento de Programas de gestão, preservação, pesquisa e divulgação da cultura Institucional:

- incentivar a pesquisa e o registro sobre a História Militar Terrestre;
- incentivar o intercâmbio e aperfeiçoar a divulgação da cultura institucional;
- preservar o patrimônio histórico e cultural do Exército, material e imaterial; e
- reorganizar o Sistema Cultural do Exército – SisCEx.

b) Desenvolvimento de programas de preservação dos valores da Instituição:

- implementar programas de desenvolvimento de atitudes inerentes à profissão militar.

- **OEE 12 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Atualização do Sistema de Educação e Cultura:

- desenvolver nos estabelecimentos de ensino a cultura da inovação e de transformação;
- incrementar a utilização da Tecnologia da Informação no processo ensino-aprendizagem;
- aperfeiçoar os processos de capacitação e de educação continuadas;
- incrementar a pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino;
- ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico, em diversos níveis;
- reestruturar o ensino de idiomas estrangeiros, desde a formação; e
- adequar o sistema de ensino para a inserção das mulheres na linha de ensino militar bélico.

b) Educação do militar profissional da Era do Conhecimento:

- conduzir a formação do profissional militar para proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias;
- alinhar o Sistema de Educação e Cultura com os Sistemas de Doutrina, Preparo e Emprego e de Pessoal;
- implementar programas que propiciem o desenvolvimento da liderança e de internalização de valores nos diversos níveis; e
- prosseguir na modelagem do novo sistema de educação e cultura, em consonância com o novo plano de carreira.

c) Adequação da infraestrutura de Educação e Cultura:

- construir e adequar instalações nos Estabelecimentos de Ensino.

d) Desenvolvimento de ações de apoio à família militar na área do ensino preparatório e assistencial

- revitalizar e ampliar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

- **OEE 13 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Desenvolvimento de ações de apoio à família militar:

- criar estrutura específica para prestar assistência ao pessoal;
- otimizar o atendimento de saúde assistencial;
- otimizar e ampliar os Sistemas de Assistência Social, de Assistência Religiosa e Atividades de Lazer;
- ampliar o apoio à moradia; e
- aprimorar as condições de vida dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

b) Aperfeiçoamento da gestão de pessoal:

- aperfeiçoar as sistemáticas de recrutamento e de seleção;
- aperfeiçoar a sistemática de avaliação do desempenho;
- aperfeiçoar a sistemática de valorização do desempenho;
- implementar a gestão do conhecimento; e
- prosseguir na implantação do novo plano de carreira.

c) Adoção de políticas para atender demandas da inatividade:

- preparar o militar e o servidor civil para a inatividade; e
- implementar ações que satisfaçam as demandas da terceira idade.

d) Reestruturação das Regiões Militares:

- reestruturar os sistemas e processos.

- **OEE 14 - AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Desenvolvimento da mentalidade de defesa:

- elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião;
- fomentar, junto às Instituições civis, a pesquisa na área de defesa;
- aumentar a quantidade e a qualidade dos Órgãos de Formação de Reservistas; e
- incrementar a relação do Exército com os Poderes Constituídos.

b) Ampliação da divulgação das ações da Força:

- reestruturar o sistema enfatizando a relevância e a imprescindibilidade do Exército.

c) Desenvolvimento da Liderança:

- implementar ações para transformar o Exército em uma “Escola de Líderes”, inclusive para a nação.

- **OEE 15 - MAXIMIZAR A OBTENÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO E DE OUTRAS FONTES**

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

a) Realização de gestões para assegurar orçamento compatível, previsível e regular:

- buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários necessários para a implementação de todos os projetos do Exército;
- buscar enquadrar, como despesas ressalvadas e/ou obrigatórias, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a maior parcela dos recursos orçamentários do EB, bem como obter tratamento que não restrinja a execução dos recursos alocados na LOA; e
- buscar a vinculação de fontes de receita e a obtenção de novas receitas.

b) Realização de gestões para o aporte de recursos de outras fontes:

- buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários provenientes de outras fontes de financiamento para todos os projetos do Exército;
- incrementar a obtenção e a gestão de recursos decorrentes de instrumentos de parcerias, com ênfase para os destaques; e
- criar uma estrutura de assessoria efetiva, constituída de militares e civis com perfis adequados ao relacionamento com os diversos órgãos.

Quadro 7 – Programas, objetivos, suas ações e responsáveis

Programa	Objetivo PPA	Resp.	Ações Orçamentárias	Resp.	OEE
	1113 – Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional	EME (1ªSCh) DECEx	8965 – Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	DECEx	OEE1. Contribuir com a Dissuasão Extrarregional OEE 12. Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e Cultura
2058 Defesa Nacional	1116- Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas	EME (4ª, 7ª SCh) DEC	156M – Modernização Operacional do Exército Brasileiro	EME (7ª SCh)	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz OEE 13. Fortalecer a Dimensão Humana
			156N – Obtenção de Meios do Exército	EME (4ª SCh)	
			20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército	DEC	
	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.	EME (EPEx)/ DCT	147F - Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	EME (EPEx)	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 4. Atuar no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação OEE 7. Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação (TI)
			20XE – Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	DCT	

	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.	EME (EPEx) DEC COLOG	2911– Modernização dos Batalhões Engenharia do Exército.	DEC	OEE 1. Contribuir com Dissuasão Extrarregional OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social OEE 5. Implantar um novo e efetivo sistema operacional militar terrestre
			3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército (COLOG)	COLOG	
			14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	EME (EPEx)	
			14T6 - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestre (PROTEGER)	EME (EPEx)	
			14T4 - Aquisição de Blindados Guarani	EME (EPEx)	
	1123 – Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	EME (7ª SCh e EPEx) COLOG	13DB – Aquisição de Sistema de Artilharia Antiaérea	EME (EPEx)	OEE1. Contribuir com a Dissuasão Extrarregional OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social
			14T5 – Sistema de Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) 13DB – Aquisição de Sistema de Artilharia Antiaérea	EME (EPEx)	
			2919 – Registro de Fiscalização de Produtos Controlados (COLOG)	COLOG	
	1124 – Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	EME(4ª SCh) DCT Imbel	15EZ – Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG)	DCT	OEE 9. Implantar um Novo e efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação OEE 12. Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e Cultura
			2A82 – Desenvolvimento da Pesquisa Científico-Tecnológica no Instituto Militar de Engenharia	DCT	
			20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército	DCT	
			156N –Obtenção de Meios do Exército	EME	
			4528 – Produção de Material de Emprego Militar (IMBEL)	Imbel	

	1125 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	DEC EME	20XH – Ações de Cooperação do Exército	DEC	OEE 3. Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social

Fonte: Estado-Maior do Exército

2.1.4. Demonstração da Vinculação do Plano da Unidade com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

a. Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas

A confecção do Plano Estratégico tem por finalidade que o EB possa bem cumprir suas obrigações constantes dos principais diplomas legais, tais como:

- Constituição Federal, de 1988, no seu Artigo 142 e nas suas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, e nº 136, de 25 de agosto de 2010;
- Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005; e
- Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Quadro 8 – Competências institucionais e os objetivos estratégicos

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
Defesa da Pátria	OEE 1; 3; 5; 6 e 9
Garantia dos Poderes Constitucionais	OEE 3
Garantia da Lei e da Ordem	OEE 3
Apoiar o Desenvolvimento Nacional	OEE 10 e 12
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 1
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 7
Fortalecer o setor cibernético	OEE 4
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 1 e 8
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 2
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 2

Fonte: Estado-Maior do Exército

b. Demonstração da vinculação do plano estratégico com o Plano Plurianual – PPA

Quanto à vinculação do Plano Estratégico do Exército (PEEx) com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o PEEx está alinhado com os conteúdos do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional. O EME é responsável direto por alguns objetivos, metas e ações, exercendo diferentes papéis na execução orçamentária. Atua como executor de ações e também como Gestor Estratégico do Exército, realizando o acompanhamento de outras ações sob a responsabilidade de outros órgãos, por impactarem os objetivos estratégicos do EB.

Embora a UPC não seja responsável por Objetivos do PPA 2016-2019, contribuiu em 2016 para o atingimento de 8 (oito) deles, que estão sob a supervisão do Ministério da Defesa, todos vinculados ao Programa Temático 2058 – Defesa Nacional.

As análises sobre a contribuição do Exército para o atingimento desses Objetivos, bem como sobre o alcance das metas e iniciativas individualizadas de competência da Força, foram prestadas na atividade do Monitoramento Temático do PPA referente ao exercício de 2016, e estão consolidadas no relatório *"Espelho do Monitoramento"*, extraído do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop, o qual deve constar como anexo à Prestação de Contas Anual do órgão setorial, conforme orientações da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Seplan/MP.

Em razão do exposto, esta UPC se limitará nesta oportunidade a fornecer breve relato sobre a contribuição do Exército para os Objetivos listados, orientando o TCU a buscar informações mais específicas no documento citado.

Quadro 9 – Objetivos do PPA 2016-2019 – Comando do Exército

Objetivos do PPA 2016-2019 Comando do Exército		
Objetivos	**Metas**	**Iniciativas**
1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.	**04FO** - Formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro.	**05P7** - Formação e capacitação de civis e militares no País e exterior, desenvolvendo as competências para a defesa nacional.
1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.	**04EW** - Aprimorar e promover o treinamento anual de 90% do efetivo das unidades operacionais do Exército	**05MF** - Reestruturação e adequação da Logística Operacional do Exército. **05MG** - Instrução militar e adestramento para aumentar a capacidade de prontidão. **05MH** - Realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina e estratégia militar.
1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas	**04F8** - Aumentar de 50 % para 60 % a adequação das Organizações Militares na Amazônia. **04FC** - Aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.	**05NN** - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional. **05NO** - Adequação da infraestrutura de organizações militares componentes da Força de Atuação Estratégica. **05NP** - Reestruturação e adequação das Organizações Militares blindadas e mecanizadas.
1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação	**04FH** - Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército. **04FI** - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear.	**05OO** - Implantação do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro. **05OP** - Implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética. **05OQ** - Implantação do sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética. **05OR** - Aperfeiçoamento e modernização das doutrinas e dos sistemas de comunicações, comando e controle, informação e inteligência.
1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.	**04FY** - Implantar 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020. **04FZ** - Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas.	**05PN** - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020. **05PO** - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani. **05PP** - Modernização dos equipamentos de engenharia e demais meios do Exército. **05PQ** - Conclusão da implantação dos 3º e 4º Batalhões de Aviação do Exército e do núcleo do 5° Batalhão de Aviação do Exército. **05PR** - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)
1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	**04GB** - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul. **04GC** - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre, Paraná e Santa Catarina. **04GD** - Implantar 30 módulos de defesa antiaerea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaerea da Força Terrestre	**05R0** - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON. **05R1** - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País. **05R2** - Desenvolvimento de sistema de comando e controle, integração de módulos e sensores de média altura - Projeto de Defesa Antiaerea. **05R3** - Implantação do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea da Força Terrestre **05R4** - Ampliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro para atuar na fronteira terrestre em conjunto com outros órgãos governamentais em operações interagências. **05R6** - Intensificação das atividades de registro e fiscalização de produtos controlados (armas, munições e explosivos).
1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.	**04GT** - Implantar 33% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG)	**05SP** - Desenvolvimento do Programa Combatente Individual do Futuro - Combatente Brasileiro (COBRA 2020). **05SQ** - Desenvolvimento Científico-Tecnológico e de Inovação do Exército, com ênfase na Base Industrial de Defesa. **05SR** - Obtenção de produtos de defesa nacionais, priorizando tecnologias duais de aplicação militar e civil. **05SS** - Fomentar à capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército e a integração/interação dos Institutos de Ciência e Tecnologia Civis (ICT´s) com a IMBEL e Arsenais de Guerra. **06NB** - Incremento da utilização da capacidade estratégica instalada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL. **06NT** - Implantação do pólo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).
1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	Não há.	**05TD** - Execução de obras e serviços de engenharia para cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

Fonte: Estado-Maior do Exército

Objetivo 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.

As principais realizações do Exército Brasileiro no âmbito do Objetivo 1113 em 2016 foram a melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes, capacitação técnica e prestação de serviços, visando atender à preparação e execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional, tais como: Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Instrução Especializada (EsIE), Escola de Saúde do Exército (EsSEx), Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EASA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), 05 (cinco) Centros de estudos do Exército e nos 48 (quarenta e oito) Núcleos de Preparação de Oficias da Reserva, além de inúmeros Centros de Instrução com especialidades específicas, como Guerra na Selva, Paraquedista, Montanha, Caatinga, Pantanal, Foguetes, Operações Especiais, Aviação do Exército e Engenharia de Construção.

Além de proporcionar diversos cursos de capacitação pelas escolas descritas acima, foram desenvolvidas atividades diretamente relacionadas às práticas educacionais, tais como:

- Programa de Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde (PROCAP/SAU), com o objetivo de aprimorar os conhecimentos profissionais de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Médicos Veterinários e Enfermeiros, profissionais de saúde que compõem as fileiras da Força;

- cursos em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais;

- curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais (CHQAO) na Escola de Instrução Especializada;

- curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

- estágios/seminários de atualização pedagógica;

- implantação do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAEx);

- implantação do Centro de Idiomas do Exército (CIdEx); e

- continuação da implantação do Centro de Educação à Distância do Exército (CEADEx).

As ações de capacitação e aperfeiçoamento de militares são e foram necessárias ao recompletamento de recursos humanos para o atendimento dos diversos cargos e funções do Exército, qualificando o efetivo para o atendimento adequado das demandas da Força Terrestre.

Objetivo 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

As principais realizações do Exército Brasileiro em 2016 no âmbito do Objetivo 1114 foram:

1) Em relação ao adestramento e aprestamento do efetivo da Força Terrestre, meios operativos, logística operacional:

- foi desenvolvido, em todas as Organizações Militares e a partir da incorporação dos conscritos (novos soldados, recrutas), o processo de preparação da reserva mobilizável do Exército, desde a formação individual básica até a conclusão, passando pela qualificação individual, sendo

consolidada durante a execução de exercícios de adestramento de frações constituídas, durante os Períodos de Adestramento Básico e Avançado;

- a execução dos exercícios do Período de Adestramento Básico e Avançado e a execução das atividades de instrução militar, que possibilitaram a manutenção da capacidade operativa da Força Terrestre, no patamar anualmente aferido;

- a execução dos estágios de preparação e de adestramento dos efetivos que foram participar de missões de paz sob a égide de organismos internacionais, particularmente, da ONU e no Haiti (MINUSTAH), possibilitando também o planejamento, treinamento e execução de operações reais, operativas e logísticas, por parte das Organizações Militares envolvidas naquela missão;

- concomitantemente com as atividades acima relacionadas, foram empregados os meios operativos à disposição da Força Terrestre, possibilitando o adestramento, o aprestamento e a verificação qualitativa, tática e técnica desses meios;

- no âmbito da logística operacional, foram realizadas, em todo o território nacional, diversas atividades logísticas de transporte, de saúde, de suprimento, de subsistência e de manutenção dos equipamentos militares, as quais em muito contribuíram para a elevação da capacidade operativa da Força;

- a realização de exercícios de Estados-Maiores nos níveis Batalhão, Brigada e Divisão, cujos planejamentos, coordenação e controle da execução dos exercícios e operações previstas, na carta ou no terreno, permitiram à tropa a execução das diversas atividades inerentes à manutenção da sua capacidade operativa; e

- a participação nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, na Garantia da Votação e Apuração das Eleições 2016, nas Operações da Faixa de Fronteiras, nas Operações Conjuntas do Ministério da Defesa e nas Operações Interagências, tal como a Operação Ágata, além de outras atividades subsidiárias, que colaboraram efetivamente na manutenção da capacidade operativa da Força.

2) Em relação ao alistamento e ao serviço militar:

- inserido no Projeto de Racionalização do Serviço Militar, estão em processo de extinção dezenas de Delegacias de Serviço Militar, as quais estão sendo paulatinamente transformadas nos novos Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM). Esta racionalização tem contribuído para agilizar os processos e melhor gerenciar o Sistema de Recrutamento Militar, além de colaborar indiretamente para a elevação da capacidade Operativa da Força, devido ao maior efetivo que passa à atividade-fim, em detrimento de um menor efetivo voltado para a atividade-meio;

- ativação e funcionamento efetivo, em 2016, de 23 (vinte e três) Postos de Recrutamento e Mobilização;

- implementação do alistamento militar *on-line* nos Estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará, Santa Catarina e Sergipe;

- modernização do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB), que tem por objetivo a formação e manutenção do cadastro de informações de cidadãos aptos a participar do processo de recrutamento militar, bem como compor a reserva mobilizável do Exército, proporcionando uma agilidade muito maior na mobilização da reserva em caso de necessidade;

- alistamento militar para 1.725.395 conscritos atendidos;

- seleção geral e especial para 588.553 conscritos atendidos;

- distribuição para a incorporação de 211.376 conscritos atendidos;

- incorporação de 90.145 recrutas;

- licenciamento de 63.933 reservistas até 30 DEZ 2016; e

- apresentação da reserva mobilizável de 241.232.

Todas as iniciativas e medidas promovidas pelo Exército, em 2016, voltadas para o Objetivo em pauta trouxeram resultados significativos para:

- o Exército Brasileiro e para a Nação brasileira, pois o nível de preparo operacional elevado mantido pela Força Terrestre, em condições de prosseguir nas atividades de treinamento das tropas, assegurará o seu estado de pronto emprego para a defesa do território nacional, da soberania nacional e dos interesses do Brasil; e

- a sociedade brasileira, pois, com o término do serviço militar, os soldados incorporados no período, ao retornarem à sociedade civil com uma formação técnico-profissional e com uma melhor capacidade de contribuir com o desenvolvimento nacional, poderão atuar em diversas áreas do conhecimento, como no setor de serviços (ex.: garçons, motoristas, operadores de comunicação e eletrônica), além de constituírem a reserva mobilizável do Exército Brasileiro.

Objetivo 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Muitas foram as realizações no ano de 2016 no que diz respeito ao Objetivo 1116, cabendo destacar:

- construções dos hangares de simulação e de manutenção na Base de Aviação do Exército, em Taubaté/SP;

- construção do pavilhão de manutenção de blindados do Parque Regional de Manutenção/3, em Santa Maria/RS;

- construção do pavilhão de simuladores do 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, em Curitiba/PR;

- construção do pavilhão administrativo do Colégio Militar de Salvador/BA;

- construção do pavilhão da Companhia de Comando e Apoio, no Comando de Fronteira Norte/5º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM;

- construção de 2 Blocos Residenciais com 12 Apartamentos cada em Taubaté/SP;

- construção de Edifício com 72 Próprios Nacionais Residenciais para Subtenentes e Sargento, no Cambuci, em São Paulo/SP;

- construção de edifício com 72 Próprios Nacionais Residenciais para Capitães e Tenentes, no Ibirapuera, em São Paulo/SP;

- construção de dois blocos de Próprios Nacionais Residenciais na Vila Militar, em Fortaleza/CE;

- construção de dois blocos de Próprios Nacionais Residenciais em Goiânia/GO; e

- construção de um bloco de Próprios Nacionais Residenciais para Subtenentes e Sargentos, na Vila Militar Plácido de Castro, em Manaus/AM.

Ficam evidenciadas nessa gama de atividades de construção de infraestruturas o atendimento das prioridades do Exército, quais sejam, a ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas, pois ao ocorrerem em todo o território nacional, transparecem também o atendimento das atividades voltadas para a atividade-fim da Força Terrestre, sejam elas relacionadas com o seu emprego bélico, com o apoio logístico, com as atividades de ensino ou nas melhorias das condições de apoio às famílias dos militares.

Dentro deste objetivo, cabe ressaltar a conexão do Exército Brasileiro com políticas de outros ministérios e órgãos federais, a exemplo da indústria de defesa, que contribui com o PROGRAMA 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços; colaboração com o PROGRAMA 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres; e o PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos, para os quais o Exército contribui para a implementação do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água (Programa Água para Todos).

Objetivo 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

A modernização da rede de voz e dados do Exército Brasileiro (EB) prosseguiu, em 2016, ampliando as suas possibilidades, como, por exemplo, a descontinuidade de contratação por parte de Organizações Militares de *links* de Internet de provedores privados. A nova rede do Exército caminhou neste ano para a tecnologia Giga, de alta capacidade, que formará um anel no centro do Brasil, a partir do qual as demais conexões serão desdobradas.

No que tange à segurança da informação, houve avanço na implantação do novo *Data Center* do Exército, que ficará sediado em Brasília, e da Nuvem Privada do Exército, sob escopo do Projeto EBCloud. Já estão ocorrendo transferências de sistemas corporativos, antes distribuídos por várias Organizações Militares, para o novo Data Center, garantindo o atendimento aos requisitos de confiabilidade e continuidade dos serviços, principalmente de segurança. Também foi concluída a migração das bases de dados de pessoal, avaliadas como de mais alto grau de criticidade, para o mesmo *Data Center*.

Merece destaque a evolução do programa Amazônia Conectada, estabelecido por meio da Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015, e que colabora com a conectividade entre todo o Exército Brasileiro, inclusive as Organizações Militares situadas nas regiões mais distantes do Brasil. O programa tem como beneficiários toda a população do Norte do País, uma vez que irá proporcionar o acesso à conectividade via banda larga por fibra ótica, ligando todo Norte ao restante do país, em boa velocidade e com funcionamento regular, substituindo a comunicação via satelital. Vencedor do prêmio de melhor projeto para prestação de serviço digital no setor público do ano 2016, já teve seu primeiro trecho inaugurado em 2015, ligando Coari a Tefé/AM. Em 2016, foi incrementado o trecho que liga Manaus a Coari/AM.

Prosseguiram as aquisições de modernos equipamentos de Comunicações, Comando e Controle (C^2) para atender às demandas nas cidades-sedes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, do Projeto Guarani (viaturas blindadas sobre rodas), da viatura M113 (viatura blindada sobre lagarta) e do Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON).

A modernização do Sistema Pacificador (software de C^2), dedicado à atuação do EB em situações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Grandes Eventos, ampliou a consciência

situacional e melhorou o tratamento de incidentes. Muito usado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, e alcançando pleno êxito nas operações, é um sistema de alta disponibilidade e crítico para a garantia da segurança e tratamento de incidentes. Já foi utilizado nos outros grandes eventos do Brasil, desde 2011, sendo que, na versão atual, além de nova arquitetura, foram aperfeiçoadas as funcionalidades existentes, num modelo evolutivo fruto de lições aprendidas nos eventos anteriores.

Foi iniciado o projeto para criar uma versão do Sistema de Informações Geográficas, o SIGWEB, para dispositivos móveis, no formato *app*. Ainda com relação ao SIGWEB, foi realizada a integração com o SIPLOM (Sistema de Planejamento de Operações Militares, do Ministério da Defesa), foi renovada a integração com o software Pacificador e produzida uma nova versão do Geoportal. Da mesma maneira, está sendo desenvolvida a versão do SIGWEB para desktop, tendo sido finalizadas as etapas de digitalização em tela, reambulação, levantamento de áreas patrimoniais e processamento digital de imagens.

Encontra-se em fase final o projeto AC-DEFESA, projeto de Defesa conduzido pelo Exército, em parceria com a Marinha e Aeronáutica, para desenvolver ferramenta de autoridade certificadora para todo o Ministério da Defesa. O projeto não só irá proporcionar o aumento da segurança, mas também economia de recursos, em razão da dispensa de contratação de serviço de certificação externo.

Continuaram o desenvolvimento e modernização dos sistemas corporativos: o Sistema de Informações Gerenciais está em fase de finalização para o módulo financeiro; o Sistema Gerencial de Logística (SIGELOG), evolução do atual Sistema de Material do Exército (SIMATEx), está com um índice de 35% do andamento do projeto; o Sistema de Boletim Interno (SISBOL) e Sistema de Avaliação Operacional (SISTAVOP) foram iniciados há pouco, já no segundo semestre de 2016;o Gerenciador de Projetos do Exército (GPEX) está instalado em todo o Brasil com a capacitação concluída em 80% do país.

Prosseguiram os investimentos no setor cibernético: em 2016, a defesa cibernética empenhou esforços na aquisição de soluções de defesa cibernética e renovação de contratos já em vigência (antivírus, firewall, análise de artefatos maliciosos, etc.) e na formação e capacitação de recursos humanos.

No que se refere ao Setor Espacial, cuja coordenação cabe à Força Aérea Brasileira, o Exército continuou colaborando no levantamento de requisitos para os sistemas planejados e mobiliando com pessoal o Centro de Operações Espaciais (COPE), sediado em Brasília-DF.

A capacidade de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear do Exército Brasileiro, em 2016, foi intensificada devido à aquisição de inúmeros materiais (motobombas, tendas, barracas de descontaminação QBRN, detectores QBRN, kits de análise QBRN, entre outros), performance obtida em razão da alocação de recursos orçamentário-financeiros oriundos dos Grandes Eventos.

Objetivo 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.

Os Projetos Estratégicos ASTROS 2020 e GUARANI foram expressivos para o cumprimento do Objetivo 1121 em 2016.

O Projeto Estratégico do Exército (PEE) ASTROS 2020 está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo sido criado pela Portaria nº 41-EME, de 17 de abril de 2012, e incluído no quadro dos projetos prioritários do Exército de acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional, edição 2012. Tem o objetivo de dotar o Brasil de CAPACIDADE DISSUASÓRIA, por meio

do desenvolvimento de mísseis e do Sistema de Simulação Integrado ASTROS (SIS-ASTROS), além de contribuir para a organização da Artilharia de Mísseis e Foguetes da Força.

Dentre as principais realizações de 2016 do Projeto ASTROS 2020, estão as entregas de etapas de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado, além da continuação do desenvolvimento do SIS-ASTROS. Podem-se citar, ainda, a aquisição de viaturas específicas para o Sistema (tipo Lançadora Múltipla Universal; remuniciadora; Posto de Comando e Controle; e Posto Meteorológico) e a continuação de obras de infraestrutura e instalações de Paiol de Mísseis e Foguetes, em Formosa-GO e Paracambi-RJ, no Forte Santa Bárbara, sede do 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes (6º GLMF).

O Projeto Estratégico GUARANI, também inserido no rol de projetos do PAC, tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Em 2016, as principais realizações do Projeto foram a aquisição de itens para completar os 137 kits do sistema de comando e controle básico e a aquisição de 120 Kits incompletos (menos computador robustecido) do mesmo tipo de sistema, ambos para equipar as viaturas blindadas Guarani.

Objetivo 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

As ações de monitoramento, controle e defesa do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras (neste caso considerando-se as águas interiores, compostas das hidrovias interiores), foram conduzidas pelo Exército Brasileiro, em 2016, notadamente como parte da execução dos Projetos Estratégicos Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (PEE SISFRON) e Defesa Antiaérea (PEE DAAe).

A defesa antiaérea é a capacidade que tem por objetivo impedir ou dificultar o uso do espaço aéreo por vetores hostis ao interesse do Estado Brasileiro, integrando o SISDABRA (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro) como elo permanente. Dentre as principais realizações do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PEE DAAe), destacou-se a obtenção de meios para prover a defesa antiaérea das infraestruturas estratégicas nacionais e infraestruturas utilizadas para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

Como resultado definitivo das entregas à sociedade, o PEE DAAe irá contribuir com o monitoramento, o controle e a defesa do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras. Tem contribuído, também, com o desenvolvimento do Parque Industrial Nacional de Defesa, por meio de investimentos no desenvolvimento de tecnologias com conteúdo nacional e de emprego dual (civil e militar); com o domínio de tecnologias sensíveis na área de radares, comando e controle e integração de sistemas complexos; com o conhecimento tecnológico nas áreas de antenas e propagação, sistemas de refrigeração e sistemas de suporte e de transporte; e com o desenvolvimento e conhecimento em redes de alto desempenho.

No que tange ao Projeto SISFRON, na vertente sensoriamento e apoio à decisão (SAD), foram entregues sensores óticos e optrônicos; radares de vigilância terrestre; sensores de sinais eletromagnéticos; centros de comando e controle fixos e móveis; aplicativos (*software*) de apoio à decisão; infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (fixas e móveis - infovia); e suporte logístico integrado (SLI).

Na vertente obra de engenharia, tiveram prosseguimento vinte obras iniciadas nos anos de 2012 a 2015 e foram entregues as seguintes edificações: pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de

Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Mundo Novo – MS).

Na vertente apoio à atuação, foram adquiridas viaturas operacionais, ambulâncias, equipamentos de engenharia, estações de tratamento de água para PEF, conjuntos para posto de bloqueio e controle de estradas, equipamentos de saúde, embarcações empurradoras e balsas fluviais.

Objetivo 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Ao longo de 2016, o Exército brasileiro procurou promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional por meio de várias medidas, dentre elas a implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba/RJ, o PCTEG.

A concepção do PCTEG, como complexo de base científico-tecnológica planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, agregará Empresas de produção baseadas em pesquisas científicas e tecnologias desenvolvidas em Universidades e Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Dessa forma, será um empreendimento promotor da cultura da inovação aberta, da competitividade e do aumento da capacidade da indústria, fundamentado na transferência de conhecimento e de tecnologia, e incrementando a produção de riqueza.

Em 2016, o Polo aproximou-se da comunidade científica e da Base Industrial de Defesa (BID) por meio da realização de simpósios, painéis com especialistas e seminários, além de apresentar as visões das diversas instituições universitárias sobre tendências tecnológicas e as expectativas do empresariado quanto ao desenvolvimento do setor de Defesa. Alinharam-se, assim, as visões dos setores produtivos, de pesquisa e desenvolvimento e de parcela do mercado consumidor de Defesa, representado pelo Exército Brasileiro em si.

Outra atividade significativa para o desenvolvimento da BID foi o prosseguimento de projeto financiado pelo BNDES, pelo instrumento INOVA AERODEFESA, que possibilitou não só a modernização e ampliação de capacidade laboratorial do Centro Tecnológico do Exército -CTEx, mas também a aquisição de importantes equipamentos de emprego militar junto a empresas nacionais, fortalecendo não só sua condição econômica, mas sua capacidade tecnológica e produtiva.

Contribuiu para o Objetivo 1124, ainda, a atuação da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, que, em 2016, realizou investimentos de recursos públicos em suas linhas de produção e em máquinas e equipamentos para a readequação e modernização das linhas de produção das suas fábricas. Dessa forma, vem colaborando com o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, na busca de uma maior autonomia tecnológica e produtiva.

Objetivo 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Em 2016, o Exército atuou em benefício da sociedade mediante diversas ações de cooperação com o desenvolvimento nacional e defesa civil, com especial destaque para:

- implantação da BR-418/BA - Km 0,00 ao Km 84,50 Caravelas /BA: ligação do município de Caravelas/BA à BR 101, com o objetivo de proporcionar o escoamento de madeira reflorestável para indústria de celulose e fomentar o turismo na região;

- obras e serviços de engenharia na rodovia SC-114 no trecho entre São Joaquim/SC e divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Extensão de 4,43Km: esta obra tem grande importância para a região, pois contribuirá para a economia e o turismo local. Além disso, a rodovia será uma das principais rotas para o escoamento da produção de maçã para exportação;

- restauração, pavimentação e melhoramentos da BR 319/AM - Extensão: 29,6 km: a rodovia BR-319 é de grande importância para o futuro escoamento da produção do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, pois permitirá a ligação da capital do estado do Amazonas com o estado de Rondônia e com os demais estados do Brasil. A melhoria e pavimentação dessa rodovia também irão proporcionar melhores condições de vida para a população das áreas adjacentes, principalmente na ligação entre as cidades de Humaitá/AM - Porto Velho/RO;

- construção da estrada de acesso à Estação de Bombeamento nº 02, do Eixo Leste, do Programa de Integração do São Francisco (PISF), extensão de 12Km, em Floresta/PE: a estrada visa proporcionar a manutenção das subestações de energia elétrica, assim como das estações de bombeamento, proporcionando a infraestrutura necessária para o funcionamento do aqueduto que garantirá a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios na região nordeste;

- conservação da BR 163/PA, extensão de 80,3Km Santarém - Rurópolis/PA: a execução da obra visa melhorar as condições de trafegabilidade da rodovia BR-163/PA, garantindo o escoamento do agronegócio do norte do Mato do Grosso e do estado do Pará;

- duplicação da BR 101/SE, extensão de 12 Km no município de Aracaju/SE: obra de adequação de capacidade e restauração, compreendendo 11,7 km, entre o município de Capela/SE e o município de Pedra Branca/SE. A rodovia proporcionará uma melhor trafegabilidade desse trecho, contribuindo, de maneira direta e indireta, para o desenvolvimento da região, tendo esta rodovia importância significativa para a circulação de pessoas, turismo e transporte de carga rodoviária no Brasil; e

- restauração rodoviária da BR 364/RO - (km 690,60 ao km 724,20) no município de Porto Velho/RO: a obra tem por finalidade melhorar a trafegabilidade para os escoamentos do agronegócio e do extrativismo mineral e vegetal da região noroeste do Brasil (Acre, Rondônia e Mato Grosso).

Das ações em conjunto com a Defesa Civil, ressaltaram-se em 2016:

- lançamento de Ponte Bailey, vão de 30m, capacidade de 28 ton, sobre o igarapé Iria, no município São Gabriel da Cachoeira/AM, na BR 307, para restabelecimento emergencial do tráfego na BR 307 após o rompimento de bueiro, retirando o município da situação de isolamento, ao proporcionar a ligação com o porto e aeroporto da cidade;

- ponte LSB SS, vão de 12m, capacidade de 60 ton, lançada sobre um riacho na Rodovia BR 222/PI, município Batalha/PI: em caráter emergencial, com o objetivo de restabelecer o tráfego na BR 222 entre os municípios de Batalha e Esperantina no Estado do Piauí, permitindo o restabelecimento do tráfego naquela rodovia; e

- lançamento de Ponte LSB, vão de 43m, capacidade de 80 ton, lançada sobre o rio Rubim do Sul, na Rodovia BR 367/MG, município de Jacinto/MG, para restabelecimento emergencial do tráfego sobre a ponte do rio Rubim do Sul, permitindo o restabelecimento do tráfego naquela rodovia.

2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1. Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.2.1.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 10 – Ações da LOA vinculadas aos Programas Temáticos constantes do PPA sob responsabilidade do Exército

AÇÃO	TÍTULO	RESPONSÁVEL
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	EME
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	
14T6	Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres - PROTEGER	
14T4	Aquisição de Blindados Guarani	
4450	Aprestamento do Exército	
156M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro	
156N	Obtenção de Meios do Exército	
3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército	COLOG
20XK	Logística Militar Terrestre	
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento	
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	
20PY	Adequação de Organização Militar do Exército	DEC
2911	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	
2900	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	DGP
20XL	Saúde em Operações Militares	
212O	Movimentação de Militares	
20XE	Sistemas de Comando e Controle do Exército	DCT
2A82	Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	
20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	
8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	DECEX

Fonte: Estado-Maior do Exército

A seguir, serão apresentadas as ações da LOA vinculadas aos Programas Temáticos constantes do PPA sob responsabilidade do Exército.

2.2.1.1.1 - AO 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON (EME)

Figura 7– Logotipia do SISFRON

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 14 – Informações sobre a Ação 14T5

Identificação da Ação						
Código	**14T5**				**Tipo:** Projeto	
Título	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON					
Iniciativa	05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON					
Objetivo	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo : ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
182.240.222	182.240.222	182.225.522	68.891.100	68.211.145	95.281.776	115.596.583

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema implantado		Percentual de execução	2*	1	1,5
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
218.668.399	113.238.029	2.070.550	Sistema implantado	Percentual de execução	-

*O valor diz respeito à meta física da ação 14T5, localizador nacional, constante do SIOP.

** Corresponde à soma de RP não processados reinscritos e inscritos.

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON é um Projeto com o propósito de fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como responder prontamente contra ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações isoladas, conjuntas ou interagências. Compreende o emprego de recursos financeiros de três Planos Orçamentários (PO):

- PO 0001 - Sensoriamento e Apoio à Decisão: desenvolvimento, aquisição de meios, contratação de serviços para implantação de sistemas de sensoriamento instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais, de sistemas de comunicações; de sistemas de tecnologia da informação aplicados à decisão; bem como das infraestruturas necessárias de: logística; obras; segurança da informação e comunicações e defesa cibernética; capacitação, simulação e treinamento; desenvolvimento e aquisição de aeróstatos e de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e sua infraestrutura de apoio; aquisição de aeronaves de asa fixa e sua infraestrutura de apoio; aquisição e desenvolvimento de meios de comando e controle e de sistemas de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto, tais como: maquinários e ferramentais, combustível para avaliações, capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; e contratação de serviços de logística integrada, visando à manutenção da operacionalidade dos equipamentos especializados.

- PO 0002 - Apoio à Atuação: desenvolvimento e aquisição de meios de autoproteção, emprego individual e coletivo, mobilidade tática e estratégica necessários ao cumprimento das missões

de vigilância e reconhecimento e às atividades de apoio logístico, exigidas para sua disponibilidade e pronto emprego em todos os escalões envolvidos (Pelotões Especiais de Fronteira, Destacamentos de Fronteira, Subunidades, Batalhões, Regimentos, Grupos, Centros, Brigadas, Divisões, Comandos Militares de Área, Comando de Operações Terrestres e Comando do Exército); aquisição de produtos de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto, tais como: maquinários e ferramentais, capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.

- PO 0003 - Obras de Engenharia: adequação, adaptação, recuperação, reparação e construção de instalações e organizações militares participantes do SISFRON e suas estruturas de apoio ao pessoal (instalações de saúde, residências etc.); aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, construção e manutenção de poços artesianos, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar; aquisição de materiais e meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender as atividades especiais referentes a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

a. Execução das metas

No ano de 2016, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema, na área do Comando Militar do Oeste (CMO), que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), cujo comando situa-se em Dourados/MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

A dotação orçamentária inicial prevista pela LOA/2016 foi de R$ 182,24 milhões. Os valores constantes do projeto de lei corresponderam a R$ 118,98 milhões para sensoriamento e Apoio à Decisão, R$ 3,62 milhões para Apoio à Atuação e R$ 15,0 milhões para Obras de Engenharia e Infraestrutura. Ademais, a Lei Orçamentária contemplou emendas no valor de R$ 18,69 milhões da Bancada do Paraná, R$ 6,82 milhões da Bancada do Mato Grosso do Sul, R$ 8,83 milhões de comissão e R$ 10,3 milhões de Relator. O limite autorizado em 2016 foi de R$ 182,24 milhões.

A meta física inicial constante no SIOP era de 2%. O montante efetivamente liquidado foi de R$ 182,13 (sendo R$ 68,89 milhões referentes à LOA/2016 mais R$ 113,24 em restos a pagar de 2015), possibilitando a realização física de 1,50% do total previsto para o Projeto (R$ 11,992 bilhões).

As principais realizações no PO 0001 - Sensoriamento e Apoio à Decisão - no ano de 2016, foram as seguintes:

1) Optrônicos e Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR): entregues o SVMR fixo de Coronel Cancelo; o SVMR móvel do 17º Regimento de Cavalaria

Mecanizado (R C Mec); e os SVMR transportáveis do 10º, 11º e 17º R C Mec, além do 20º Regimento de Cavalaria Blindado (RCB); entregues ainda 277 optrônicos (óculos de visão noturna - OVN);

2) Conclusão do desenvolvimento e implantação da versão de entrega do *software* de comando e controle em combate v.6 em todas as organizações militares (OM) contempladas no Projeto Piloto do SISFRON, com exceção da integração do MAGE (Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica) e do Binóculo Termal Multifuncional (previstas para 2017);

3) Comunicações Táticas: entrega de módulos de comunicações rádio veiculares, para ligações nível grupo, pelotão, subunidade e unidade;

4) Comunicações por Satélite: foram conduzidas diversas atividades de definição da nova arquitetura preconizada pelo Ministério da Defesa (MD) e realizados testes de viabilidade técnica;

5) Comunicações Estratégicas: foram executadas as rotas da Infovia correspondentes ao trecho de Guaíra - PR a Campo Grande - MS, interligando o CMO a grande parte das Unidades componentes da 4ª Bda C Mec;

6) Centros de Comando e Controle (CC2): entregues os CC2 fixos do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) e do 10º R C Mec, completando o portfólio de entregas previstas para esse subsistema. Permanece pendente apenas um CC2 móvel destinado a testes de apreciação, que já foi fabricado e está aguardando a definição do escopo dos ensaios a cargo do Centro de Avaliações do Exército (CAEx);

7) Infraestrutura: construção e entrega de 15 sítios da Infovia; execução de um remanejamento de geradores (adequação de capacidades), o que propiciou uma economia de R$ 400.000,00 para o contrato;

8) Suporte Logístico Integrado (SLI): execução do suporte logístico continuado (treinamento e capacitação, assistência técnica e reparos em garantia), tendo como principais atividades a substituição de antenas dos receptores de MAGE atingidas por raios, a substituição das antenas veiculares dos rádios “Harris” que estavam indisponíveis e o reparo de geradores veiculares que apresentaram defeito;

9) Ambiental: foram retificadas duas licenças de instalação de sítios da Infovia; foi emitida uma licença de operação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); e foi realizado o acompanhamento in loco e emissão dos relatórios respectivos de 12 sítios de Infovia; entrega de dois relatórios de gestão ambiental e um relatório anual de acompanhamento das obras;

10) Gerenciamento do projeto: foi realizado o acompanhamento gerencial e financeiro-orçamentário do Subprojeto Apoio à Decisão - SAD (monitoramento e controle); foi solucionado na via negocial o contencioso relativo ao gerenciamento de *offset* do SISFRON; foi recebida a documentação de engenharia de sistemas circunstanciada em face do contencioso anteriormente citado, totalizando cerca de R$ 13 milhões; foi finalizado o projeto de implantação do *Sharepoint*, com as seguintes funcionalidades: módulos de gestão financeira, de acompanhamento de indicadores, de processos de viagens, de geração de relatórios gerenciais e de ferramentas de comunicação do Projeto;

11) Simulador do SISFRON: finalizado o projeto do *software* do simulador, com as seguintes funcionalidades: módulo de simulação de enlaces rádio e simulação de emprego de radar de vigilância e dispositivos de imageamento; módulo de capacitação; módulo de decisão multicritério; e módulo de engenharia de requisitos;

12) Apoiadora (INGEPRO): realização financeira conforme planejado; entregues 545 relatórios (pareceres, acompanhamento e outros artefatos de apoio à fiscalização);

13) Finalização da obra do Pavilhão do Centro de Monitoramento de Fronteiras (CMFron) em Brasília -DF, com entrega prevista para meados de 2017; E

14) Aplicação de recursos para exercícios de avaliação técnica e operacional, com o objetivo de validar ou não as soluções adotadas.

As principais realizações no PO 0002 – Apoio à Atuação - no ano de 2016, foram as seguintes: aquisição de materiais de saúde, cadeiras odontológicas e padiolas articuladas para os postos de atendimento avançados; meios para montagem de postos de bloqueio e controle de estrada, material de áudio e vídeo; estações de tratamento de água para PEF/DEF amazônicos; equipamentos de engenharia, geradores e torres de iluminação; viaturas operacionais especializadas e de apoio, Vans, viaturas escolta, pranchas para veículos pesados, ambulâncias, picapes; e ampliação da capacidade de dique flutuante.

As principais realizações no PO 0003 – Obras de Engenharia - no ano de 2016 foram as seguintes:

1) foram iniciadas (licitadas e empenhadas) as seguintes obras: infraestrutura civil da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, construção do Centro de Operações da 5ª Divisão de Exército, construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Corixa-MT e do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito-MT; e

2) foram entregues as seguintes edificações: pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Mundo Novo – MS).

b. Fatores intervenientes

Os seguintes fatores contribuíram positivamente para a obtenção dos resultados:

1) garantia de orçamento para o ano corrente, por parte da SOF/STN e Comando do Exército;

2) solução de contencioso relativo à *offset* que se encontrava em negociação há mais de três anos;

3) ação gerencial para conciliar a estrutura matricial peculiar em projetos com a estrutura departamental do Exército;

4) aproveitamento das estruturas gerenciais existentes nos órgãos de direção setorial (ODS) do Exército e nos Comandos Militares de Área;

5) manutenção da gerência do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, principal vertente de execução do projeto, no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), tendo em vista as suas competências nas atividades de ensino, logísticas, operacionais e administrativas que, operando sinergicamente, contribuem significativamente para a superação das dificuldades de execução de um projeto complexo e de grande porte como o PEE SISFRON;

6) contratação de empresa integradora (Consórcio TEPRO), em regime de empreitada integral, para implantação e integração do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

7) contratação de consultoria técnica de apoio à fiscalização (empresa INGEPRO) do contrato com a empresa integradora do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

8) existência de contratos estabelecidos em exercícios anteriores, ainda em vigor, que possibilitaram a aplicação imediata dos recursos orçamentários e financeiros recebidos;

9) planejamento antecipado da aplicação dos créditos orçamentários, baseados em cenários de disponibilidade orçamentária;

10) agilidade do Comando do Exército na distribuição dos limites de movimentação e empenho para a Ação 14T5;

11) aprendizado adquirido e mantido nos últimos anos pelas equipes do Projeto, existentes no EME, nos ODS e nos comandos militares de área;

12) apoio do Escritório de Projetos do Exército às iniciativas do PEE SISFRON;

13) melhor estruturação das empresas contratadas para realizar as entregas previstas, fruto da mobilização realizada nos anos anteriores; e

14) capacitação de recursos humanos envolvidos na gerência dos projetos, na fiscalização de contratos e na operação do sistema, nas mais diversas áreas do conhecimento, notadamente engenharia, contratos, gestão, fiscalização e planejamento.

Os seguintes eventos prejudicaram o desenvolvimento da Ação 14T5:

1) dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (Infovia) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

2) dependência do desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa, a cargo do Ministério da Defesa, de modo a permitir as especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações por Satélite do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

3) dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica;

4) variação cambial, que impactou a saúde financeira do consórcio contratado para integrar os subsistemas (TEPRO); e

5) sobrestamento de algumas atividades de execução contratual, em razão de interpretações divergentes do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX) e da Integradora acerca do Termo de Contrato nº 027/CCOMGEX, de 19 de novembro de 2012.

c. Restos a pagar

As possíveis razões para o montante de valores inscritos em restos a pagar são as seguintes:

- falta de previsibilidade (incerteza) quanto às datas e ao montante de créditos e numerários disponibilizados no decorrer do exercício financeiro, o que dificultou o empenho oportuno das despesas e o consequente encerramento da execução das mesmas ainda em 2016;

- natureza peculiar da maioria dos equipamentos e serviços do Projeto, que não estão prontamente disponíveis em prateleira, requerendo, portanto, um período considerável de tempo para produção, implantação e integração;

- atraso na entrega dos bens e serviços que deveriam ter sido realizados em 2016; e

- longa duração das cadeias produtivas, de contratados e subcontratados, destinadas a fornecer produtos e serviços para o Projeto, o que requer a informação antecipada sobre a disponibilidade de créditos orçamentários, para permitir entrega de produtos e serviços no mesmo exercício financeiro.

2.2.1.1.2 - AO 147F – Implantação do Sistema de Defesa Cibernética (EME)

Figura 8 – Logotipia do Sistema de Defesa Cibernética

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 15 – Informações sobre a Ação 147F

Identificação da Ação		
Código	147F	**Tipo:** Projeto
Título	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	
Iniciativa	Não há.	
Objetivo	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.	
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército	
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras	
Lei Orçamentária 2016		
Execução Orçamentária e Financeira		

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.100.000	34.246.428	33.984.502	19.578.594	19.313.820	5.626.052	16.850.923
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		% de execução física	16	-	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
57.289.495	26.484.325	494.728	Sistema implantado		% de execução física	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Comandante do Exército, por meio de Portaria, instituiu o Setor Cibernético no âmbito do Exército Brasileiro, determinando que o mesmo fosse implantado por intermédio de Projeto, tendo o Estado-Maior do Exército como órgão de coordenação e o Departamento de Ciência e Tecnologia como elaborador da proposta relativa ao setor.

Para implantar o Setor Cibernético, foi instituído o Projeto Estratégico Defesa Cibernética **(PEDCiber)**, que possui Ação Orçamentária (Ação 147F) própria para atender suas atividades, com previsão de duração no Plano Plurianual de 5 anos e custo aproximado de R$ 400 milhões. Atualmente o PEDCiber conta com (2) dois Planos Orçamentários (PO), o PO 001 destinado ao emprego de recursos no âmbito do Exército Brasileiro, e o PO 002, destinado ao emprego de recursos no âmbito do Ministério da Defesa, denominado Projeto Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN). Ressalta-se, que o PEDCiber, no âmbito do Exército Brasileiro, é composto, atualmente, por 08 subprojetos, cada um com as seguintes finalidades:

1) Subprojeto Organização do Centro de Defesa Cibernética

Coordenar e integrar, no âmbito da Defesa, o setor cibernético e gerenciar as ações necessárias à estruturação e organização do Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), órgão central responsável pelas ações cibernéticas no Exército Brasileiro (EB).

2) Subprojeto Planejamento e Execução da Segurança Cibernética

Inserir o Exército Brasileiro (EB) no rol das Forças Armadas singulares que detêm a capacidade de proteger seus ativos de informação contra ameaças cibernéticas, por meio da

implantação de uma infraestrutura apropriada e da implementação de mecanismos adequados de segurança da informação.

3) Subprojeto Estrutura de Apoio Tecnológico e Desenvolvimento de Sistemas

Contribuir para a inserção do Exército Brasileiro no rol dos exércitos que detêm a capacidade de conduzir a defesa e a guerra cibernética, por meio da criação, no âmbito do Centro de Desenvolvimento de Sistemas, de uma estrutura composta de instalações providas de todos os meios materiais necessários e com efetivos humanos em número suficiente e devidamente capacitados e motivados, para o empreendimento das atividades de apoio tecnológico e desenvolvimento de sistemas para o setor cibernético.

4) Subprojeto Arcabouço Documental

Elaborar e encaminhar para publicação e divulgação, no âmbito do Exército, os documentos do Arcabouço Documental (conceitual, normativo e doutrinário) necessários para guiar e regular o emprego do Setor Cibernético no Exército Brasileiro e definir e implementar o processo de gestão do conhecimento necessário à verificação da efetividade da aplicação da documentação, assim como sua atualização e manutenção.

5) Subprojeto Estrutura de Capacitação e de Preparo e Emprego Operacional

Inserir o Exército Brasileiro no rol dos exércitos que detêm a capacidade de conduzir a guerra cibernética, por meio da criação de modernas estruturas de capacitação e de preparo e emprego operacional voltadas para as atividades de segurança, defesa e guerra cibernética, que garantam à Força Terrestre a capacidade de atuar em redes de maneira segura e integrada ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) do Ministério da Defesa (MD).

6) Subprojeto Estruturação da Pesquisa Científica na Área Cibernética

Gerenciar as ações necessárias à estruturação da pesquisa científica e posicionar o Instituto Militar de Engenharia (IME) como órgão central no convênio com outras Instituições, nacionais e internacionais, civis e militares, de ensino e pesquisa em temas de interesse do Setor Cibernético.

7) Subprojeto Gestão de Pessoal

Regular as medidas necessárias para definir os perfis do pessoal que comporá o Setor Cibernético, a identificação de talentos, a seleção, a capacitação e a permanência na atividade, bem como o fluxo de carreira e a movimentação, além da mobilização e desmobilização.

8) Subprojeto Estrutura para a Produção do Conhecimento Oriundo da Fonte Cibernética

Criar no Exército Brasileiro uma moderna estrutura para a produção do conhecimento oriundo da fonte cibernética, para atender às novas demandas da Atividade de Inteligência, em consonância com o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx) e com o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE).

a. <u>Execução das metas</u>

No ano de 2016 foi dada continuidade ao projeto de Implantação do Sistema de Defesa Cibernética, que possui abrangência em todo território nacional e envolve organizações militares de vários Estados brasileiros para o alcance de suas metas físicas. Neste exercício financeiro os créditos descentralizados ao Comando do Exército possibilitaram as seguintes entregas de produtos à sociedade: aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de comunicações, visando à melhoria da proteção das redes corporativas; prosseguimento na capacitação técnica de pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na implantação do Projeto;

aprovação da Doutrina Militar de Defesa Cibernética, que contribuirá para a defesa do Brasil no espaço cibernético e elaboração do projeto executivo para construção da sede do Centro de Defesa Cibernética.

Os recursos recebidos possibilitaram, entre outros, a entrega dos seguintes produtos à sociedade:

- manutenção do Sistema de Produção do Conhecimento Oriundo da Fonte Cibernética do CDCiber (HIDRA);

- aquisição do Projeto Antivírus Corporativo;

- continuação das obras para desenvolvimento do Setor Cibernético;

- criação de Normas e Doutrinas para o Setor Cibernético, que estabelecem os fundamentos da Doutrina Militar de Defesa Cibernética;

- ampliação da discussão pública sobre o tema Defesa Cibernética, com a realização de seminários e *workshops*;

- distribuição da Revista Científica ENIGMA: fomento e divulgação de pesquisa qualificada na área de Segurança da Informação e Criptografia, por meio da publicação dos trabalhos técnico-científicos, metodologias, resultados e análises, desenvolvidos pelos laboratórios virtuais da Rede Nacional em Segurança da Informação e Criptografia (RENASIC), centros de pesquisa e pesquisadores brasileiros;

- utilização do Supercomputador CRAY no Instituto Militar de Engenharia (IME), inclusive por Universidades civis e Institutos de Pesquisa voltados para a pesquisa cibernética;

- aperfeiçoamento da Segurança Cibernética nos Serviços e Sistemas Corporativos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Exército;

- modernização dos Provedores Regionais de Internet, com a renovação de licenças de prevenção de Intrusão para aplicação na EBNet;

- adequação e aprimoramento da Rede Nacional Tática e Estratégica de Contingência do Exército, sendo que os equipamentos que compõem a referida rede aumentarão a contingência da mesma, com grande impacto nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no que se refere às atividades de Comando e Controle;

- realização de capacitações nas áreas de interesse do Setor Cibernético, com a finalidade de aumentar a capacidade dos militares de atuar neste campo do conhecimento;

- renovação do contrato de sustentação da infraestrutura e da plataforma do Simulador de Operações Cibernéticas (SIMOC); E

- montagem de Laboratórios de Telemática nas Escolas Militares (EsSA, AMAN e EsPCEx).

b. <u>Fatores Intervenientes</u>

- O PEDCiber necessita, na maioria das vezes, adquirir soluções e o correspondente serviço para instalação, atualização e manutenção dos sistemas decorrentes. A constante evolução das tecnologias impõe uma regular atualização das bases de dados existentes e dos sistemas operacionais. Como são vários os subprojetos que integram o PEDCiber, a demanda de recursos financeiros é bastante elevada.

c. <u>Restos a pagar</u>

Foi inscrito em restos a pagar não processados em 2016, o valor de R$ 57.289.495 (cinquenta e sete milhões duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e noventa e cinco reais). Tal montante pode ser justificado pelos seguintes motivos:

- demora para a liberação dos recursos financeiros, o que gerou atrasos no início dos processos licitatórios;

- impasse sobre a competência para emissão dos pareceres jurídicos referentes aos processos licitatórios; e

- longo prazo para a entrega dos produtos, devido à complexidade do material.

2.2.1.1.3 - AO 13DB – Aquisição do Sistema de Artilharia Antiaérea (EME)

Figura 10 – Sistema de Artilharia Antiaérea (RBS 70) em operação

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 16 – Informações sobre a Ação 13DB

Identificação da Ação	
Código	13DB **Tipo:** Projeto
Título	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea
Iniciativa	05R1 - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País.
Objetivo	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais

	brasileiras.
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.699.942	42.699.942	40.855.135	38.495.931	38.495.931	4.298.795	69.332

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Equipamento obtido	Unidade	64	64	68

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
36.366.258	142.479	2.723.457	Equipamento obtido	Unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea – PEE DA Ae – é organizado com a finalidade de entregar módulos de defesa antiaérea ao Exército Brasileiro. Assim sendo, tem o objetivo de possibilitar aos diversos membros do sistema operacional defesa antiaérea a capacidade de defesa contra vetores aéreos inimigos, seja por meio do seu engajamento e neutralização, seja por meio da estratégia de dissuasão. Assim, o PEE DA Ae contribui para o atingimento do Objetivo 1123 do Programa 2058 – Defesa Nacional: monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

a. Execução das metas

A Lei Orçamentária Anual (LOA) previu para a Ação Orçamentária 13DB o valor de R$ 42.699.942,00, para o ano de 2016, para a consecução de 64 (sessenta e quatro) entregáveis, visando a atingir o objetivo descrito anteriormente.

Até o dia 30 de novembro de 2016, o Projeto Estratégico Defesa Antiaérea (PEE DA Ae) recebeu como limite de movimentação e empenho (LME) a integralidade dos valores da LOA 2016 prevista para o Projeto, facilitando a execução da meta.

Os empenhos realizados seguiram o escopo do Projeto e estão alinhados com o previsto nos Contratos de Objetivos Estratégicos (COE) do Estado-Maior do Exército (EME) com os Órgãos de Direção Setorial (ODS). Consta o valor de R$ 40.855.135,89 como total empenhado, no entanto, este valor refere-se ao total produzido pelo SIAFI em função da variação cambial, fruto das aquisições realizadas no exterior. O valor correto, sem levar em conta a variação cambial, seria de R$ 42.671.233,30 ou seja 99,94% da LOA.

Assim sendo, para o atingimento das metas, foram realizadas obras de adaptação nas instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), localizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para receber os novos sistemas de materiais de defesa antiaérea. Essas obras têm a finalidade de proporcionar uma melhor estrutura de ensino, além de permitir a instalação de simuladores de sistemas antiaéreos, possibilitando, desta feita, a entrega dos módulos de defesa antiaérea, no tocante à formação e qualificação de pessoal.

Além disso, em relação ao Projeto do Míssil Telecomandado (RBS 70), foram adquiridos 09 (nove) postos de tiro míssil; 14 (quatorze) conjuntos de baterias para postos de tiro; 07 (sete) aparelhos de pontaria noturna BORC; 09 (nove) conjuntos de baterias do aparelho de pontaria noturna BORC; 03 (três) simuladores dos postos de tiro; 01 (um) equipamento de teste e manutenção; 27 (vinte e sete) *mockups* (simulacros) dos postos de tiro; 04 (quatro) carregadores de bateria; 03 (três) cabos adaptadores de força para rede externa; e 16 (dezesseis) redes de camuflagem, que serão distribuídos aos Grupos de Artilharia Antiaérea, que compõem o Sistema de Defesa Antiaérea. Essa distribuição, prevista para iniciar no ano de 2017, irá aumentar significativamente o percentual da meta estabelecida para o período.

Ademais, a modernização do radar SABER M60, caracterizada pelo desenvolvimento nacional de componentes anteriormente importados, os quais sofreram descontinuidade na produção, foi contratada com recursos do PEE DA Ae. O radar, que compõe o Sistema Comando e Controle de Artilharia Antiaérea, tem a finalidade de, junto a outros radares do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), realizar o monitoramento do espaço aéreo. Essa modernização terá como entrega o desenvolvimento de uma placa com tecnologia brasileira, posto que a anteriormente utilizada, como componente do radar em questão, era importada e teve sua fabricação extinta. Assim, o PEE DA Ae aumenta o conteúdo nacional neste Produto de Defesa de grande valor agregado e prolonga sua vida útil, posto que o radar adquire maior índice de disponibilidade com o novo item. A modernização também contribui para a entrega dos módulos de defesa antiaérea com fabricação dos sensores. O PEE DA Ae aguarda a conclusão dessa modernização para encerrar a atividade e passar às novas aquisições de radares.

Finalmente, o desenvolvimento do Radar M200 Vigilante, o qual proporcionará melhor cobertura da vigilância do sistema de controle e alerta da artilharia antiaérea, também teve aporte de recursos do PEE DA Ae. Encontra-se no segundo ano de desenvolvimento, de um total de três anos previstos inicialmente no projeto, e teve uma reprogramação do cronograma físico-financeiro no ano de 2016. Face a isso, fruto de estudo de situação que resultou na decisão do projeto de elaborar um novo quadro de entregáveis, a fim de aperfeiçoar o emprego dos recursos, a meta física de 2016 de 64 (sessenta e quatro) entregáveis inicialmente prevista, evoluiu para 71 (setenta e um), dos quais 68 (sessenta e oito) foram liquidados, conforme visto a seguir:

Quadro 17 – Quadro de entregáveis

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Postos de Tiro	09
Redes de camuflagem	16
Mockups (simulacros) dos Postos de Tiro	27
Equipamentos de teste e manutenção	01
Simuladores dos postos de tiro	03
Aparelhos de pontaria noturna (BORC)	07
Adaptadores de rede externa	03
Desenvolvimento do Radar SABER M200 VIGILANTE	01
Modernização do Radar SABER M60	01
Obras da EsACosAAe	02
Pacote de trabalho de gerenciamento do PEE DA Ae	01
Total	**71**

Fonte: Estado-Maior do Exército

As aquisições apresentadas serão entregues para Unidades de Artilharia Antiaérea localizadas nos seguintes estados da federação: Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, contribuindo para atender ao escopo do Projeto.

Ressalta-se que o percentual de liquidação do ano de 2016 foi alto, face ao disponibilizado pela LOA, o que ratifica alto índice de efetividade do Projeto.

Por fim, o Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea teve grande progresso no ano de 2016 face ao orçamento disponibilizado. As aquisições, as obras e desenvolvimentos tecnológicos permitirão elevar o nível de módulos disponíveis nos próximos anos, contribuindo para alcançar a meta de implantar 30 módulos de defesa antiaérea de estruturas civis críticas até 2019.

b. Fatores intervenientes

Dentre os fatores relevantes ocorridos no exercício de 2016, cumpre registrar que os contingenciamentos ocorridos ao longo do ano trouxeram reflexos significativos para o cronograma do projeto, contribuindo para o novo quadro de entregáveis.

O Projeto progrediu devido a não ter ocorrido cortes no valor previsto para a LOA 2016, mas, a medida que os desenvolvimentos tecnológicos avançam, cabe ressaltar que qualquer corte pode prejudicar a Base Industrial de Defesa nacional, com perda de confiança nos investimentos em Defesa, fuga de “cérebros” e desemprego, aprofundando a situação econômica atual.

Outra observação relativa a contingenciamentos é que, devido às especificidades do material, que não permitem que haja equipamentos em estoque para fornecimento, qualquer flutuação a menor no orçamento do Projeto tem prejuízos de médio a longo prazos. Isso ocorre porque não são materiais existentes no estoque das empresas (material de prateleira) e que têm suas linhas de montagem ativadas a partir da contratação, o que é vinculado à disponibilidade de recursos.

Finalmente, na execução orçamentária, o PEE DA Ae prioriza o pagamento dos contratos celebrados. Todavia, considerando-se os contingenciamentos, a celebração de novos contratos para atender ao escopo do Projeto tem sido prejudicada.

c. Restos a pagar

Com relação aos Restos a Pagar, há a modernização do Radar SABER M60, cuja placa está em processo de nacionalização, e duas obras que estão ocorrendo na EsACosAAe, cujos prazos para

finalização estão previstos para 2017. Todos estes empenhos foram parcialmente liquidados, de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada processo.

Cabe destacar que, embora tenha ocorrido execução financeira no que se refere aos Restos a Pagar (R$ 142.479,93), esse montante, condizente a 33 (trinta e três) Notas de Empenho, não corresponde a nenhuma meta física em específico do projeto. Tal montante corresponde, entre outros, ao pagamento de mão-de-obra temporária, tributos e aquisição de ferramental e aparelhos de ar-condicionado para a sala de simulação do Sistema Antiaéreo GEPARD.

2.2.1.1.4 - AO 14LW – Implantação do Sistema ASTROS 2020 (EME)

Figura 10 – Sistema ASTROS em operação

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 18 – Informações sobre a ação 14LW

Identificação da Ação	
Código	14LW **Tipo:** Projeto
Título	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020
Iniciativa	05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020

Objetivo	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 - Comando do Exército
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
117.929.179	117.929.179	117.927.759	11.333.315	11.297.927	47.023.164	42.585.379

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema implantado	% de execução física	7	7	2

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
201.858.196	92.893.285	0	Sistema implantado	% de execução física	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020) é organizado com a finalidade de implantar um Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020. O PEE contribui para o atingimento do Objetivo 1121 do Programa 2058 – Defesa Nacional: aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.

Assim sendo, o Projeto Estratégico foi incluído no quadro dos projetos prioritários do Exército de acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional, possibilitando que a Força Terrestre contribua para que a capacidade dissuasória do Brasil seja incrementada. Isso ocorrerá com o completo desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de 300 km, e do Foguete Guiado SS 40G,

com alcance aproximado de 40 km; com a implantação, construção e conclusão das instalações do Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO; com a aquisição de viaturas ASTROS, na versão MK-6; com a modernização das viaturas ASTROS, na versão MK3-M; e com o desenvolvimento e implantação do Sistema de Simulação Integrado ASTROS. O PEE ASTROS 2020 também contribuirá para a organização da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro.

A entrega destes Produtos de Defesa (PRODE), como o Míssil Tático de Cruzeiro e o Foguete Guiado SS 40G, irão equipar o Exército Brasileiro com um sistema de defesa estratégico constituído de mísseis de longo alcance (300 km) e foguetes guiados de precisão, que irão fornecer meios de defesa da plataforma Continental Brasileira e manutenção estratégica da hegemonia regional, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa.

O público beneficiado pela implementação dos objetivos do Projeto Estratégico ASTROS 2020 é toda a sociedade brasileira, por possibilitar a dissuasão extrarregional e proporcionar maior segurança às estruturas e serviços imprescindíveis ao País. Os resultados parciais da implementação deste Projeto são a melhoria das condições de emprego estratégico da Força Terrestre, ao ser aquinhoada com produtos de defesa e materiais modernos, com elevado valor tecnológico agregado; das estruturas das organizações militares do Exército, com a construção do Forte Santa Bárbara; e a geração de empregos em diferentes regiões do país. Com o gradativo recebimento dos equipamentos e a implementação dos sistemas do material ASTROS, o Exército Brasileiro ajustará sua capacidade operacional para atender as demandas da sociedade, dentro do seu papel constitucional.

a. <u>Execução da meta</u>

1) Entrega de 12 (doze) viaturas, na versão MK6, e contratação de serviços especializados de aquisição de chassis, de cabines, de equipamentos eletromecânicos, de equipamentos eletrônicos e de componentes para 20 (vinte) viaturas do sistema ASTROS 2020.

2) Entrega de 9 (nove) viaturas modernizadas que sofreram serviços especializados de manutenção e modernização do Sistema ASTROS.

3) Entrega de 1 (uma) das etapas de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro.

4) Entrega de 1 (uma) das etapas de desenvolvimento do Foguete Guiado SS 40G.

5) Continuação do desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), de acordo com o Termo de Execução Descentralizado entre o Exército Brasileiro (EB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), e a Universidade Federal de Santa Maria.

6) Continuação das seguintes obras militares:

a) construção de infraestrutura civil e elétrica do complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO;

b) construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO;

c) construção do Paiol de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO;

d) construção do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes no complexo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO;

e) construção do Paiol de Mísseis e Foguetes do Depósito Central de Munições, em Paracambi-RJ;

f) construção do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, em Formosa-GO; E

g) asfaltamento das vias do Forte Santa Bárbara pelo 2º Batalhão Ferroviário, coordenado pela Diretoria de Obras de Cooperação do Departamento de Engenharia e Construção.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

O Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PEE ASTROS 2020) foi inserido em 2014 no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). Em 2016, o PEE ASTROS 2020 foi contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA), com um montante de R$ 117.929.179,00. Deste valor orçamentário o PEE ASTROS 2020 empenhou o valor de R$ 117.927.759,43. Ao final do exercício financeiro, no início de novembro, o valor total da LOA/2016 foi descontingenciado, contribuindo para que a execução orçamentária do PEE alcançasse praticamente 100% dos recursos orçamentários da LOA disponíveis em 2016.

Em complemento às informações anteriores, ressalta-se que o escopo do Projeto Estratégico do Exército ASTROS 2020 caracteriza-se pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de Produtos de Defesa (PRODE), modernização de viaturas do Sistema ASTROS do Exército, construção de instalações militares, aquisição de viaturas logísticas de transporte não especializado, munições do sistema ASTROS, desenvolvimento de um Sistema de Simulação ASTROS e aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS, no padrão MK6.

A necessidade de desenvolvimento de novos produtos de defesa e a inovação tecnológica previstos no projeto criam as bases motivacionais para que as próprias universidades proporcionem condições para o estudo de engenharia na área de mísseis, de foguetes, de guiamento eletrônico, de telemetria, de química, de blindagem, de tecnologia da informação, de simulação, de georreferenciamento e de propulsão de foguetes.

Com a construção das diversas organizações militares previstas no escopo do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO, têm havido ofertas de emprego na área de construção civil e investimento nas empresas construtoras nacionais.

O PEE ASTROS 2020 possibilita o investimento financeiro em Produtos de Defesa e na construção civil, fomentando o progresso socioeconômico em São José dos Campos-SP, Santa Maria-RS, Paracambi-RJ, Distrito Federal e em Formosa-GO. A interação do Projeto com a indústria nacional de defesa no desenvolvimento tecnológico dos sistemas fortalece a Base Industrial de Defesa (BID).

Pelo quadro seguinte, observa-se uma comparação das necessidades de recursos financeiros do PEE ASTROS 2020, da Lei Orçamentária Anual (LOA), do limite de movimentação e empenho (LME) e valores empenhados ao longo dos anos:

- início do Projeto: 1º de setembro de 2011; E

- término: 30 de novembro de 2023.

Quadro 19: comparação das necessidades de recursos financeiros do PEE ASTROS 2020, da Lei Orçamentária Anual (LOA), do limite de movimentação e empenho (LME) e valores empenhados ao longo dos anos (em R$1 milhão)

ANO	Necessidades de recursos R$ *	LOA R$ *	Valores contingenciados R$ *	Limite de empenhos R$ *	Recursos empenhados R$ *	Déficit R$ *
2011	45,0	45,0	0,0	45,0	45,0	0
2012	164,86	164,86	100,86	184,00	184,00	0
2013	263,94	105,0	5,97	99,03	99,03	164,91
2014	339,72	311,0	88,45	222,54	222,54	117,18
2015	115,6	115,6	60,26	55,34	55,34	60,26
2016	117,9	117,9	0	117,9	117,9	0

Fonte: Estado-Maior do Exército

Em 2011, ainda não havia sido criada a Ação Orçamentária (AO) 14LW. Os valores de R$ 45,0 milhões foram adicionados ao montante de R$ 1.246,0 milhões da AO 14LW.

Em 2012, foram contingenciados R$ 100,86 milhões. No mesmo ano, o PAC Equipamentos (Ação Orçamentária 14N4) destinou R$ 120,0 milhões ao Projeto, o que ampara os recursos empenhados maiores que os previstos inicialmente na LOA/2012.

Para 2013, a demanda inicial do projeto foi de R$ 263,94 milhões. A LOA contemplou apenas R$ 105,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 99,03 milhões. O déficit em 2013 foi de R$ 164,91 milhões.

Para 2014, a demanda inicial do projeto foi de R$ 339,72 milhões. A LOA contemplou R$ 311,0 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 222,54 milhões. O déficit em 2014 foi de R$ 117,18 milhões.

Para 2015, a demanda inicial do projeto foi de R$ 115,6 milhões. A LOA contemplou R$ 115,6 milhões, sendo autorizados para limite de empenho R$ 55,34 milhões. O déficit em 2015 foi de R$ 60,26 milhões.

O déficit orçamentário acumulado entre 2013 e 2016 é de R$ 342,25 milhões.

Pelo quadro a seguir e devido ao contingenciamento de recursos financeiros dos anos anteriores, pode-se visualizar uma comparação da necessidade de recursos financeiros programados e de recursos financeiros necessários, atualmente, para a conclusão do Projeto conforme o cronograma reprogramado do PEE ASTROS 2020 para 2023:

Tabela 1 - Necessidade de recursos da Ação 14LW no período 2017-2013

ANO	LOA R$ *	Necessidades de recursos para conclusão do projeto no prazo previsto R$ *
2017	124,1	124,1
2018	---	170,6
2019	---	190,9
2020	---	184,3
2021	---	170,7
2022	---	111,8
2023	---	134,6

*** Valores em milhões de reais**

Fonte: Estado-Maior do Exército

Dos dados anteriormente apontados, conclui-se que a necessidade de recursos financeiros, entre 2017 e 2023, para que sejam atingidos os objetivos do PEE ASTROS 2020, de acordo com o cronograma previsto, é de R$ 1,087 bilhão.

c. Restos a pagar

O PEE ASTROS 2020 recebeu para investimentos o valor de R$ 117.929.179,00 previstos na LOA/2016. Em 2016 foram reinscritos e inscritos em Restos a Pagar o montante de R$ 201.858.196, recursos estes destinados às etapas de desenvolvimento de PRODE (Míssil Tático de Cruzeiro e Foguete Guiado), modernização e entrega de novas viaturas do Sistema ASTROS e continuidade das obras do Forte Santa Bárbara. As motivações para essa situação está no descontingenciamento tardio do total dos recursos orçamentários previstos na LOA/2016 e nas dificuldades de entrega de itens em desenvolvimento e com elevada complexidade tecnológica.

2.2.1.1.5 - AO 14T6 – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestre (EME)

Figura 11 -Logotipia do Projeto PROTEGER

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 20 - Informações sobre a Ação 14T6

Identificação da Ação			
Código	**14T6**		**Tipo:** Projeto
Título	Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)		
Iniciativa	05PR - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).		
Objetivo	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional		
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058	**Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		
Lei Orçamentária 2016			

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		**Despesa**			**R / Pagar inscritos 2016**	
Inicial	**Final**	**Empenhada**	**Liquidada**	**Paga**	**Proces**	**Não Process**
11.167.230	11.167.230	11.142.890	958.166	947.425	1.064.413	6.428.223

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema implantado	Percentual de execução	1%	-	1%

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
29.693.828	7.088.659	137.333	Sistema implantado	Percentual de execução	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O PEE Proteger foi criado por intermédio da Port nº 45-EME, de 17 de abril de 2012, a partir da necessidade do Estado de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, podem provocar sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN) e contra atentados terroristas, além das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

No ano de 2016, o Exército Brasileiro deu continuidade às ações voltadas para a proteção das Estruturas Estratégicas do País. Entretanto, os desafios para implantação do projeto cresceram substancialmente, fruto do aumento significativo das restrições orçamentárias, que impactaram fortemente a meta prevista.

Os recursos financeiros distribuídos para o projeto permitiram atuar, basicamente, nas seguintes frentes: Gestão do Projeto, para a experimentação do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Móvel - CCOP Mv (anteriormente denominado de CCOTI Mv), início da aquisição do primeiro (de um total de oito) CCOp Mv, para o desenvolvimento do Software INTEGRADOR

(anteriormente denominado PROTETOR) que irá integrar os sistemas que irão compor o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres - SISCOT (anteriormente denominado de SISCOTI), para a elaboração dos anteprojeto e projetos de engenharia para a construção do Centro de Coordenação de Operações em Brasília – CCOT Brasília-DF(novo COTER) e para aquisição de material para apoio à tropa a ser empenhada (denominada de ATUADORES). Entretanto, o Projeto Estratégico do Exército PROTEGER possui em seu cronograma físico-financeiro extensa lista de tarefas que não puderam ser realizadas no período.

Dos recursos previstos na LOA para o Projeto, cerca de 91,40% dos créditos foram inscritos em Restos a Pagar em função do contingenciamento de recursos financeiros (numerário).

a. Execução da meta

A tabela a seguir, demonstra a evolução dos créditos previstos, disponibilizados e empenhados no PEE Proteger:

Tabela 2 - Evolução da Situação de Recursos do PEE PROTEGER (em milhões de Reais)

ANO	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)
2012	79,02(a)	90,69 (b)	90,69 (b)	79,02	78,05	98,77%	0,63 %	0,63%
2013	44,00	85,80 (c)	0,00	129,80	125,02 (d)	96,32%	1,01 %	1,64%
2014	48,00	0,00	18,00	30,00	29,93 (e)	99,77%	0,24 %	1,88%
2015	73,00	0,00	63,37	9,63	9,44 (f)	98,03%	0,08 %	1,96%
2016	11,16	0,00	0,00	11,16	11,14 (g)	99,82%	0,09%	2,05 %
SOMA	**255,18**	**176,49**	**172,06**	**259,61**	**253,58**	---	---	---

Legenda das colunas:
(I) PREVISÃO LOA
(II) CRÉDITOS ADICIONAIS
(III) VALORES CONTIGENCIADOS
(IV) CRÉDITO DISPONÍVEL FINAL
(V) CRÉDITOS EMPENHADOS
(VI) % de Execução (Em relação ao crédito disponível final/ano)
(VII) % de Execução (Em relação ao total do Projeto: R$ 12,3,bilhões de Reais)
(VIII) % de Execução ACUMULADO (Em relação ao total do Projeto)
Observações:
(a) Créditos da LOA do Exército, direcionado para o Proteger, da Ação 4450 / EME.
(b) Criação da Ação 14T6 para o Proteger com crédito adicional de R$90,69 milhões de Reais, que foram integralmente contingenciados.
(c) Créditos adicionais referentes à Operação Hiléia Pátria, cujo planejamento de utilização dos recursos coube ao COTER (Empenhado R$81.025.588,87).
(d) Recursos empenhados em 2013: R$125.023.811,13 (R$81.025.588,87 + R$43.998.222,26).
(e) Recursos empenhados em 2014: R$29.931.224,29.
(f) Recurso disponível final e valor total empenhado em 2015, respectivamente: R$ 9.627.000,00 - R$9.435.786,95.
(g) Recurso empenhado em 2016: R$ 11.142.890,46
Fonte: Estado-Maior do Exército

Em face do exposto, o Projeto direcionou seus recursos nos PO seguintes:

PO 0001 – Implantação do Sistema de Apoio à Atuação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

Neste PO, o Projeto Estratégico do Exército PROTEGER destinou recursos no período considerado para a Gestão do Projeto, em sua maioria, nas atividades de aquisição de passagens e pagamento de diárias, para o pessoal do Projeto, e Militares e Servidores Civis de outras Organizações Militares envolvidos nas ações de Implementação do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Móvel - CCOp Mv (anteriormente denominado de CCOTI Mv), visita ao Centro

de Operação Nacionais e Internacionais visando ampliar o conhecimento para a elaboração dos projetos de engenharia do CCOp Brasília (anteriormente denominado de CCOTI Bsa) e para o desenvolvimento do INTEGRADOR (software integrador de sistemas, anteriormente denominado de PROTETOR).

Destaque-se a visita aos diversos Centros de Operação responsáveis pela segurança, proteção e defesa da Sociedade nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio/2016 e aos Centros de Operação existentes em Madri, na Espanha, responsáveis por ações operacionais naquele país e na Europa, sob a coordenação da OTAN.

Para estes fins, os recursos disponibilizados foram adequados.

PO 0003 – Implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

O Projeto Estratégico do Exército PROTEGER destinou recursos no período considerado, prioritariamente para a experimentação do Projeto Piloto do Centro de Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv (anteriormente denominado de CCOTI Mv); para o início da aquisição do primeiro (de um total de oito) CCOp Mv, para desenvolvimento do Software INTEGRADOR, (anteriormente, denominado de PROTETOR), que irá integrar os sistemas que irão compor o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres – SISCOT, para a elaboração dos Anteprojetos e Projetos de Engenharia com vistas à construção do Centro de Coordenação de Operações em Brasília – CCOT Brasília (novo COTER) e, aquisição de material para apoio à tropa a ser empregada (denominado de ATUADORES).

Das atividades prioritárias supracitadas, apenas a conclusão da experimentação doutrinaria do Projeto Piloto do CCOp Mv foi alcançada satisfatoriamente. Nas ações operacionais mantenedoras da Segurança e Proteção da Sociedade, foi alcançada com a entrega temporária do Projeto Piloto do **CCOp Mv** e de Viaturas de Comando e Controle - **Vtr C2** e Viaturas Módulo de Telemática Operacional - **Vtr MTO**, nas cidades sedes do Futebol Olímpico permitindo seu emprego durante as operações de Segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio/2016, ampliando a capacidade de planejamento, comando, coordenação e controle do **COORDENADOR GERAL DE DEFESA DE ÁREA (CGDA)** função exercida pelo Comandante Militar do Leste, durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio/2016.

As demais atividades foram prejudicadas, principalmente o início da aquisição do (novo) CCOp Mv, tendo em vista a liberação dos recursos, apenas no mês de novembro, o que dificultou a externação dos recursos financeiros para aquisição do material de Tecnologia da Informação e Comunicações previstos, em pregão aberto nos Estados Unidos da América, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW).

Entretanto, em face da impossibilidade de externação de créditos de que trata o parágrafo anterior, a maioria dos recursos financeiros foi tempestivamente direcionada, para aquisição de material de engenharia para aos Atuadores, previamente planejada como alternativa para a possibilidade de recebimento de créditos extraordinários, mas que devido ao prazo de entrega do material adquirido, a maioria dos recursos empenhados foi inscrita em Restos em Pagar. Destaque-se, que o PEE PROTEGER possui, em seu cronograma físico-financeiro, extensa lista de tarefas que não puderam ser realizadas em função do contingenciamento de recursos financeiros.

Apesar de estar registrado o percentual de execução de 1%, em realidade o percentual de execução em relação ao cronograma físico-financeiro do Projeto Estratégico do Exército PROTEGER foi abaixo de 1%, sendo que o sistema não permite a digitação de números com casa decimais.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Os seguintes fatores e eventos prejudicaram o desenvolvimento da ação 14T6:

- atraso na aprovação da LOA/2016;
- dotação orçamentária insuficiente para cumprir as metas do Projeto PROTEGER, pois há necessidade de R$ 550.000.000,00/ano; e
- liberação da maioria dos recursos financeiros em novembro/2016, o que dificultou a externação dos recursos para aquisição do material de Tecnologia da Informação e Comunicações previstos.

c. <u>Restos a pagar</u>

Nada a considerar.

2.2.1.1.6 - AO 14T4 – Aquisição de Blindados GUARANI (EME)

Figura 12 – Blindado GUARANI em operação

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 21 – Informações sobre a Ação 14T4

Identificação da Ação	
Código	**14T4** **Tipo:** Projeto
Título	Aquisição de Blindados Guarani
Iniciativa	05PO - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani

Objetivo	1121-Aparelhar as Forças Armadas com Meios e Equipamentos Militares para a Defesa Nacional
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2016

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
146.287.784	208.348.712	207.410.833	164.497.951	160.840.783	82.492.201	56.454.423

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Viatura adquirida	Unidade	60	44	35*[1]

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
46.538.403	63.402.421	536.641	Viatura adquirida	Unidade	0

*[1] VBTP-MR GUARANI. Os demais itens e sistemas integrados que compõem o produto e suas respectivas quantidades estão explicitados na letra a) Execução das metas, da ANÁLISE SITUACIONAL
Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto Guarani tem sua origem em 1998, quando o Exército iniciou estudos para obter uma Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR), com o objetivo de substituir as viaturas blindadas Cascavel e Urutu que estavam alcançando o fim do ciclo de vida do material.

Em 2006, suportado por avaliações e análises realizadas desde a fase inicial dos estudos, o Exército em Reunião Decisória resolveu que a NFBR, composta de diferentes versões de viaturas

blindadas 4X4, 6X6 e 8X8, seria obtida em parceria com a indústria nacional, iniciando-se pelo desenvolvimento da Viatura Blindada Média de Rodas 6X6 – Guarani (VBTP-MR 6X6 Guarani).

O Projeto passou a ser prioritário para o Exército, que em 2007 finalizou processo público para seleção da empresa parceira, declarando a IVECO Latin América Ltda vencedora e firmando convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Ricardo Franco (FRF) para o desenvolvimento do primeiro protótipo da VBTP-MR 6X6 Guarani.

Seguiram-se as fases dos intensos testes de engenharia, ensaios, revisões de requisititos, avaliações técnicas e operacionais peculiares de um projeto de pesquisa e desenvolvimento com a complexidade tecnológica buscada pelo Exército, de modo que em 2012 estava disponível uma coletânea de informações e dados para a produção de um lote piloto de viaturas blindadas para a integração dos sistemas de armas e sistemas de comando e controle já adquiridos para essa finalidade.

O alinhamento do Projeto com a Estratégia Nacional de Defesa (END) ensejou sua transformação, nesse mesmo ano de 2012, no Projeto Estratégico do Exército Guarani (PEE Guarani), que incorporado em um dos eixos estruturantes da END, estabelecia, entre outros, a reorganização da indústria nacional de defesa para assegurar o atendimento das necessidades de reequipamento das Forças Armadas apoiadas em tecnologia de domínio nacional.

O PEE Guarani tem o objetivo geral de dotar o Exército de uma nova família de blindados de rodas para mecanizar a infantaria motorizada e modernizar a cavalaria mecanizada.

Em meados de 2013, a IVECO inaugurou em seu complexo industrial de Sete Lagoas – MG a linha de produção das VBTP-MR 6X6 Guarani, com capacidade de fabricar até 120 (cento e vinte) viaturas/ano, gerando base para o fortalecimento da renascida indústria de viaturas blindadas no Brasil.

O Governo Federal, em 2014, incluiu o PEE Guarani no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mantendo a Ação Orçamentária 14T4 (AO 14T4) criada em 2012, objeto de análise desse Relatório.

O PEE Guarani iniciou 2016 reestruturado, tendo seu cronograma físico-financeiro dilatado até o ano de 2040, com o objetivo de readequar o Projeto ao momento econômico vivido pelo País, o que motivou a ampliação do período de sua realização. No ano de 2016, também se registra a aquisição da VBTP-MR 6X6 Guarani de número 232 (duzentos e trinta e dois).

a. <u>Execução das metas</u>

A LOA 2016 previa na AO 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani, conforme discriminado no SIOP, a quantidade de 60 (sessenta) viaturas como meta física para a obtenção de todas as versões de viaturas blindadas definidas na NFBR. Aqui cabe considerar que apenas para a VBTP-MR 6X6 Guarani seria necessário uma meta física de 60 viaturas/ano, a fim de se manter a linha de produção da fábrica viável economicamente. Na análise para reprogramação da meta e observando as restrições orçamentárias foi redefinida a meta física para 44 (quarenta e quatro) viaturas ao mesmo tempo em que se iniciavam intensas negociações com a IVECO com intuito de se manter a linha de produção e evitar seu fechamento.

De um LME inicial autorizado de R$ 146.287.784,00 (cento e quarenta e seis milhões duzentos e oitenta e sete mil setecentos e oitenta e quatro reais), alcançou-se, após o acréscimo de R$ 62.060.928,00 (sessenta e dois milhões sessenta mil novecentos e vinte e oito reais), um LME final de R$ 208.348.712,00 (duzentos e oito milhões trezentos e quarenta e oito mil setecentos e doze reais), que foram apenas suficientes para a aquisição de 35 (trinta e cinco) VBTP-MR 6X6 Guarani.

Do LME final, foi empenhado o valor de R$ 208.347.455,72 (duzentos e oito milhões trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos) que

corresponde a mais de 99,99% do valor total, porém a variação cambial desfavorável de recursos empregados para aquisições no exterior chegou a R$ 936.622,03 (novecentos e trinta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e três centavos), levando esse valor de LME final empenhado para 207.410.833,00 (duzentos e sete milhões quatrocentos e dez mil oitocentos e trinta e três reais).

As principais realizações em 2016 foram as seguintes:

- aquisição de 35 (trinta e cinco) VBTP-MR 6X6 Guarani;
- aquisição de itens para completar os 137 (cento e trinta e sete) kits do sistema de comando e controle básico (C^2) das VBTP-MR 6X6 Guarani e aquisição de 120 (cento e vinte) Kits incompletos de C^2 (menos computador robustecido);
- aquisição de 20 (vinte) sistemas de armas automáticas REMAX para equipar as VBTP-MR 6X6 Guarani adquiridas;
- aquisição de Metralhadoras 12,7 (.50) e 7,62mm para equipar os sistemas de armas das VBTP-MR 6X6 Guarani;
- aquisição de 23 (vinte e três) conjuntos de ferramentas para a manutenção das VBTP-MR 6X6 Guarani;
- aquisição de 07 (sete) equipamentos para auxiliar na instrução de operação e manutenção das VBTP-MR 6X6 Guarani;
- aquisição de 15 (quinze) conjuntos de ferramentas para a manutenção dos sistemas de armas automáticas REMAX;
- realização da Experimentação Doutrinária de Batalhão, atividade que empregou cerca de 1.100 (mil e cem) militares, 50 (cinquenta) VBTP-MR 6X6 Guarani e outras 150 (cento e cinquenta) viaturas operacionais;
- realização de Cursos de Capacitação para operar as VBTP-MR 6X6 Guarani seus sistemas de armas e sistemas de comando e controle, e cursos de capacitação de manutenção e de instrutores;
- continuidade da implantação da infraestrutura necessária, a fim de adequar as Organizações Militares para receber as VBTP-MR 6X6 Guarani e para a formação da rede logística. Desse modo, concluiu-se o pavilhão de manutenção de VBTP-MR 6X6 Guarani do Centro de Instrução de Blindados, deu-se continuidade às obras dos pavilhões de garagem de VBTP-MR 6X6 Guarani das quatro companhias do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado e a construção da rede elétrica e lógica do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.
- conclusão do Processo Público para obtenção, por aquisição, das Viaturas Blindadas Multitarefas Leves de Rodas (VBMT-LR 4X4);
- adoção e padronização pelo Exército do REMAX, onde a adoção e padronização é o processo em que um produto avaliado e certificado, material de emprego militar, passa a ser catalogado e incluído na cadeia logística e de mobilização de material de emprego militar; e
- adoção pelo Exército da VBTP-MR 6X6 Guarani.

O PEE Guarani possibilitou a reativação da produção de viaturas blindadas sobre rodas no país, trazendo incremento à Base Industrial de Defesa. O Projeto, fruto da parceria entre o Exército e a IVECO Latin America Ltda, desenvolveu a VBTP-MR 6X6 Guarani, a primeira versão já em produção seriada da NFBR. Atualmente foram adquiridas 232 (duzentos e trinta e duas) VBTP-MR 6X6 Guarani, o que concretiza a realidade de um projeto que envolveu Instituições públicas (FINEP, Fundação Ricardo Franco, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Exército Brasileiro) e empresas privadas (IVECO e suas fornecedoras) na criação de novas tecnologias no País.

A quantidade mínima para tornar a linha de produção de VBTP-MR 6X6 Guarani economicamente viável é de 60 viaturas/ano, no entanto, fruto das negociações com a empresa, a aquisição de apenas 35 (trinta e cinco) plataformas em 2016 possibilitou:

- o não fechamento em 2016 da sofisticada linha de produção das VBTP-MR 6X6 Guarani com cerca de 10 mil m^2 de área, localizada em Sete Lagoas – MG e construída especificamente para produzir as viaturas blindadas da NFBR;
- que se mantivessem os empregos de elevada especialização de 210 (duzentos e dez) colaboradores diretos e outros 1.100 (mil e cem) colaboradores indiretos das 112 (cento e doze) empresas fornecedoras de itens para as VBTP-MR 6X6 Guarani;
- que não fosse descontinuado o processo de aquisição/domínio de inovação tecnológica da Indústria de Defesa Brasileira; e
- que se mantivesse a expectativa de exportação para outros países interessados.

O Reparo Automatizado de Metralhadora X (REMAX) é um dos sistemas de armas que equipa a VBTP-MR 6X6 Guarani. Esse equipamento foi a primeira estação de armas remotamente controlada, desenvolvida e produzida no Brasil. O Projeto foi concebido pelo Exército e executado em parceria com a empresa ARES Aeroespacial S.A., que construiu uma fábrica no Rio de Janeiro – RJ exclusivamente para produzir esse sistema de armas para o Exército Brasileiro. A produção mínima para tornar a linha economicamente viável é de 50 unidades/ano. A aquisição de 20 (vinte) unidades em 2016 possibilitou a manutenção dos empregos de alta qualificação de 69 colaboradores diretos e outros 52 (cinquenta e dois) colaboradores indiretos das 17 (dezessete) empresas fornecedoras de itens para os REMAX.

Após mais de cinco anos de pesquisas, experimentações técnicas e criação de conhecimento, os REMAX estão em fase final da complexa integração física e de sistemas às VBTP-MR 6X6 Guarani.

A Experimentação Doutrinária de Batalhão foi realizada pela tropa dotada das novas VBTP-MR 6X6 Guarani, a fim de avaliar a integração entre o indivíduo, a tropa, os novos equipamentos, as novas tecnologias e a doutrina militar, adquirindo-se subsídios para transformar a Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar a Cavalaria Mecanizada.

Foram realizados diversos cursos de capacitação para tornar a tropa apta a operar e manutenir os novos sistemas e equipamentos distribuídos, entre eles se destacam os cursos de instrutores de operação e de manutenção para os sistemas das VBTP-MR 6X6 Guarani, seus sistemas de armas e de comando e controle, bem como os cursos de operação e manutenção para a formação de operadores e mecânicos que comporão a rede logística em construção. A habilitação desses militares aconteceu em patamares elevados, visando torná-los aptos a operar equipamentos com grandes incorporações tecnológicas e de elevado custo.

O Exército Brasileiro participou da segurança nos grandes eventos realizados no país, como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, tendo a tropa utilizado esse moderno meio de emprego militar – a VBTP-MR 6X6 Guarani-, proporcionando à sociedade nacional e aos visitantes estrangeiros presentes nos jogos a necessária sensação de segurança dentro ou fora dos locais de competições. A VBTP-MR 6X6 Guarani foi também utilizada, com sucesso, nas operações de Garantia da Lei e da Ordem, na Operação da Maré, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O PEE Guarani contribui para que o País desenvolva e detenha tecnologia na área de Defesa e o resultado atual do Projeto revela que as interações entre as instituições e as empresas nacionais foram capazes de gerar um equipamento militar com capacidade dissuasória, hoje distribuído estrategicamente pelo território e ajudando também a difundir novas tecnologias por todo o País.

O PEE Guarani realizou atividades e ações estritamente vinculadas ao Objetivo 1121 do PPA 2016-2019 – Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa

Nacional ao obter 35(trinta e cinco) VBTP-MR 6X6 Guarani das 300 (trezentas) estabelecidas pela Meta 04FZ e aquisições definidas na Iniciativa 05PO. Porém para o desenvolvimento de viaturas blindadas, previsto também na Iniciativa 05PO, deixou-se de iniciar, conforme o replanejado pelo PEE, o projeto de desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR 8X8) face a impossibilidade de se aportar os recursos da LOA 2016 como contrapartida aos recursos já disponibilizados pela FINEP em convênio firmado para esse fim.

A expectativa para 2017 é a aquisição de VBTP-MR 6X6 Guarani; a aquisição VBMT-LR 4X4; o desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR 8X8); aquisição de Sistemas de Armas REMAX; aquisição de Sistemas de Armas MANUAL; aquisição de Sistemas de Comando e Controle (C^2); aquisição de suporte logístico integrado para manutenção das VBTP-MR 6X6 Guarani e seus sistemas de armas e sistemas C^2; aquisição de simuladores virtuais para Comandante da viatura, Motoristas, Atiradores e Mecânicos; aquisição de suprimentos (munição, combustível, óleos e lubrificantes) para dar continuidade à realização da experimentação doutrinária; continuar as obras iniciadas para receber as viaturas blindadas da NFBR e iniciar o desenvolvimento da blindagem nacional.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

- A empresa nacional GEOCONTROL, única fornecedora dos computadores robustecidos desenvolvidos exclusivamente para o sistema de comando e controle básico das VBTP-MR 6X6 Guarani, desativou a linha de produção desses computadores robustecidos, o que impediu o PEE Guarani de completar os 120 (cento e vinte) kits do sistema de comando e controle adquiridos. Iniciou-se, ainda em 2016, novo processo público para contratação e aquisição desses equipamentos;

- A aquisição de somente 35 (trinta e cinco) VBTP-MR 6X6 Guarani das 60 (sessenta) com intenção de contratação anual gerou desconfiança sobre a continuidade do Projeto, uma vez que os trabalhadores de elevada qualificação da IVECO, constatando a baixa demanda pelo Exército estão buscando vínculos com outras empresas, o que poderá gerar atrasos na continuidade da produção;

- Não foi realizada nenhuma aquisição de VBMT-LR 4X4, muito embora se tenha concluído o processo público para essa finalidade, o que acarreta atrasos nas etapas de avaliações e de experimentações doutrinárias para a composição definitiva do módulo Brigada, das grandes unidades militares de Infantaria Mecanizada; e

- O PPA 2016-2019, na Meta 04FZ, prevê a obtenção de 300 (trezentas) viaturas blindadas da NFBR, seus sistemas de armas e sistemas de C^2, porém a aquisição de apenas 35 (trinta e cinco) plataformas das viaturas blindadas nesse ano de 2016 poderá trazer sobrecarga financeira em algum dos anos restantes do PPA ou o Programa terá que sofrer novo reajuste.

c. <u>Restos a pagar</u>

Dos restos a pagar não processados inscritos em 2016, o maior percentual refere-se basicamente à aquisição do sistema de armas REMAX e de conjuntos de ferramentais para manutenção das VBTP-MR 6X6 Guarani, pois não houve tempo útil para produção e entrega dos materiais, uma vez que foram empenhados entre o final de novembro e dezembro de 2016.

Para os restos a pagar não processados de exercícios anteriores, convém destacar que a Descrição da Meta – Viatura adquirida corresponde às viaturas blindadas, seus sistemas de armas e sistemas C^2, porém a Meta Realizada de 17 (dezessete) não contempla os sistemas de armas manuais, pois estes não foram adquiridos.

2.2.1.1.7 - AO 4450 – Aprestamento do Exército (EME)

Quadro 22 – Informações sobre a Ação 4450

Identificação da Ação							
Código	4450					**Tipo:** Atividade	
Título	Aprestamento do Exército						
Iniciativa	Não há.						
Objetivo	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.						
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058			**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados
197.536.571	155.267,573	153.054.927	86.442.959	85.613.452		18.469.818	36.196.228
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado		Realizado	
Militar Adestrado		Unidade	150.000	-		145.000	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física – Metas**				
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada	
120.015.614	40.528.685	5.338.021	Militar Adestrado	Unidade		-	

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

Todos os recursos(créditos) recebidos pelo Exército foram descentralizados às Unidades Gestoras Executoras (UGE) para as atividades inerentes ao preparo e à capacitação operacional do Exército.

a. Execução das metas

A Ação 4450 tem como objetivo atender demandas para o Preparo e Adestramento da Força Terrestre, e o Exército Brasileiro vem vivenciando o seu momento de transformação, em consonância com a evolução da estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional. Esse processo é prioritário e fundamental no seio da Força Terrestre (F Ter) e visa contribuir para uma nova condição da participação das Forças Armadas, capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de interesse estratégico no Brasil e no exterior.

A Operação de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo ocorre sob planejamento e coordenação do **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa (MD)**, empregando efetivos da **Marinha**do Brasil**,** do **Exército** Brasileiro e da **Força Aérea Brasileira**, atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

Em 2016, ocorreram 05 (cinco) operações de apoio aos Órgãos do Governo, tais como: Operação PLUVIÔMETROS, para instalação de pluviômetros em apoio ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); Operação MAIS MÉDICOS, para apoio ao Ministério da Saúde (acolhimento) e Ministério da Educação (supervisão acadêmica); Operação EXPEDICIONÁRIOS DA SAÚDE, para apoio ao Ministério da Saúde e à ONG Expedicionários da Saúde e Operação ENEM, para armazenamento de provas em apoio ao INEP. Todas estas operações tinham por objetivo prestar apoio às instituições públicas, colaborando na execução de suas atribuições.

A Operação MAIS MÉDICOS foi o auxílio prestado ao Ministério da Educação para cooperar com a supervisão acadêmica a médicos contratados pelo Programa Mais Médicos para o Brasil na região da Amazônia Legal, nos Estados do AM, PA e RR, bem como apoiar o Ministério da Saúde na recepção e distribuição do médicos selecionados pelo programa, das capitais dos estados para os municípios de alocação em todo o território nacional.

Também foram realizadas operações de apoio à defesa civil, que consiste na cooperação com os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem estar da população atingida e cooperando com o restabelecimento da normalidade social.

No ano de 2016, ocorreram 19 (dezenove) operações de apoio à defesa civil. (Operação: PIPA [Distribuição emergencial de água, no semiárido do Nordeste Brasileiro], OURO VERDE [Instalação Pnt LSB], DENGUE [Cmb Aedes Aegypti], MÃO AMIGA [Enchente], BR 307 [Instalação de ponte], XANXERÊ [Tornado], FERREIRA GOMES [Enchente], Fanus [Incêndio Florestal], IPIRANGA [Enchente], SANGA CHEIA [Enchente], SANTA CATARINA [Enchente], GRANIZO, SIPRON [Exc Emergência nuclear], Vale Jequitinhonha [Lançamento de ponte LSB], LENÇÓIS [Incêndio Florestal], MARIANA [Rompimento da Barragem], COLATINA [Distr emergencial água], ENCHENTES NO SUL e DIAMANTINA [Incêndio Florestal]) com objetivo de prestar apoio ao Estado, à sociedade e à

população em situação de risco. São diversas as possibilidades de apoio à sociedade em situação de risco, sobretudo pelos acidentes da natureza. O Exército Brasileiro atuou com tropa e/ou Material de Emprego Militar (MEM) em uma gama diversificada de situações para prestar o apoio; nas enchentes, construção de pontes, incêndio, emergência química, biológica, radioativa e nuclear, rompimento de barragens, distribuição de água, distribuição de alimentos e outros. Ressalta-se os seguintes apoios prestados:

- a Operação CARRO PIPA (OCP) é realizada pelo Exército Brasileiro há 20 anos. É a atividade de distribuição de água potável por meio de carro-pipa para a população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no semiárido nordestino e norte de Minas Gerais. A ação é uma parceria do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com o Exército Brasileiro; e

- a Operação DENGUE foi realizada em todas as regiões do País, empregando as tropas juntamente com agentes públicos do Ministério da Saúde no combate a epidemia que assola o Brasil, transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti.

Fazendo parte dessa mudança e, ao mesmo tempo, atendendo às aspirações da sociedade brasileira, o Exército Brasileiro vem, com muita propriedade, adequando os seus meios orgânicos para a inserção da mulher em todas as suas áreas de atuação, antes apenas dominada por militares do sexo masculino.

Sob essa ótica, o Exército traçou como meta a entrada das primeiras militares de carreira nas principais escolas de formação: Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). E, com isso, visualiza-se que as primeiras Aspirantes-a-Oficial combatentes, formadas pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sejam declaradas no final do ano de 2021, em total condições de igualdade com os oficiais do sexo masculino.

Podemos destacar alguns exemplos de obras em curso, que iniciaram em 2016 e continuam sendo realizadas para a implementação do Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélica do Exército Brasileiro (PISFLEMB):

- a construção e/ou adequações de pavilhões de alojamentos femininos e instalações diversas na EsPCEx, AMAN e EsSLog;

- as adequações das instalações do corpo da guarda e refeitórios do 10º Batalhão de Infantaria Leve (10º BIL) e 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (4º GAC L), que receberão as candidatas na 1ª Fase; e

- a construção do pavilhão do curso de formação de sargentos no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), entre outros.

É importante também ressaltar que os recursos disponibilizados para a Ação Orçamentária também são empregados no Projeto de Acessibilidade dos Colégios Militares, o qual permitirá a adequação de todos os Colégios Militares para o recebimento de alunos com necessidades especiais.

No ano de 2016, já foram realizadas as adequações nos seguintes Colégios Militares:

- Colégio Militar do Rio de Janeiro;

- Colégio Militar de Curitiba;

- Colégio Militar de Santa Maria;

- Colégio Militar de Salvador; e

- Colégio Militar de Porto Alegre.

Quanto às demandas previstas para serem realizadas com recursos da Ação, consta no Contrato de Objetivos celebrado entre o Estado-Maior do Exército e o Departamento de Engenharia e Construção, a execução da obra da nova Escola de Inteligência Militar do Exército, a qual permitirá uma ampliação dos cursos inerentes à área e a dotação de uma nova estrutura tecnológica para a capacitação de seus quadros.

Procurou-se cumprir a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira para o Ano de 2016, do Comandante do Exército, onde foram fixadas as metas para a execução no exercício considerado.

De um modo geral, ao final do exercício obteve-se um percentual de execução (despesas empenhadas) de 98,57%, atingindo-se plenamente a meta de execução orçamentária fixada, que era de **95%**.

No que diz respeito à Liquidação da despesa, a meta do Comandante do Exército era de 90% (noventa por cento) do empenhado até o dia 30 Nov 16. Entretanto, ao final do exercício, o percentual atingido pelas UGE foi de 56,47% (oitenta e cinco por cento) das despesas liquidadas, em face dos recursos, em quase sua totalidade, estar vinculado à contratação de obras que, pelo programado nos cronogramas físico-financeiros, foram inscritas em Restos a Pagar.

Praticamente todas as Unidades do Exército, distribuídas em todo o território nacional receberam créditos da Ação 4450 (Aprestamento do Exército), caracterizando bem a amplitude do caráter nacional do subtítulo da Ação.

Durante o exercício financeiro, não houve solicitações de créditos adicionais referentes à Ação Orçamentária em tela.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Para o atendimento de todas as atividades planejadas para a Ação Orçamentária, como um todo, foi provisionado o crédito de **R$ 155,2 milhões**.

Em quase sua totalidade os recursos disponibilizados foram empregados, cabendo apenas ressaltar que o não atendimento da plenitude do emprego dos recursos deveu-se às dificuldades financeiras que algumas empresas construtoras apresentaram, para fins de cumprimento das metas previstas em contrato, em sua maioria referentes às obras .

Buscando mitigar o fato acima discorrido, o Comando do Exército, por intermédio da Diretoria de Obras Militares (DOM), intensificou o acompanhamento das obras em andamento, bem como realizou tratativas com as empresas quanto à repactuação dos valores e cronogramas de entregas, alcançando, desta forma, a meta estabelecida para execução orçamentária desta Ação.

c. <u>Restos a pagar</u>

Foram envidados todos os esforços no sentido de diminuir o montante inscrito em Restos a Pagar. Em relação ao ano anterior, houve um decréscimo de aproximadamente 41% (quarenta e um por cento) na relação RP Inscritos/Despesa Empenhada.

Uma possível razão para o decréscimo do montante dos Restos a Pagar Processados foi a ampliação de recursos financeiros para realizar o pagamento das despesas liquidadas, bem como a redução de obras com problemas administrativos que ensejavam o atraso do previsto no cronograma físico.

2.2.1.1.8 - AO 156M – Modernização Operacional do Exército (EME)

Quadro 23 – Informações sobre a Ação 156M

Identificação da Ação						
Código	156M				**Tipo:** Projeto	
Título	Modernização Operacional do Exército Brasileiro					
Iniciativa	05NN - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional.					
Objetivo	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo : ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
86.789.518	95.809.518	63.464.013	15.005.004	14.422.712	4.899.748	59.694.773
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização militar instalada		unidade	15	-	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	30.546.431	273.892	Organização militar instalada		unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

A ação orçamentária 156M, responsável pela modernização operacional do Exército, é transversal aos Projetos Estratégicos, contribuindo para o atingimento das metas respectivas.

Enquadram-se neste universo os seguintes projetos estruturantes: Novo Sistema de Engenharia; Novo Sistema Operacional Terrestre; Força da Nossa Força; Nova Educação e Cultura e Nova Logística Militar Terrestre.

a. Execução das metas

Neste contexto, cabe ressaltar que as metas se apresentam relacionadas aos objetivos estratégicos, os quais possuem horizonte temporal de 2022. As metas anuais, a contar de 2014, são linearmente proporcionais. A seguir, apresentam-se os OEE em que a ação orçamentária 156M possui maior relevância.

Tabela 3 – Metas e desempenhos da Ação 156M até 2016

OEE	Meta até 2016 (acumulada) (%)	Desempenho (%)
OEE 5. Operacionalidade	30	46,73%
OEE 8. Logística	30	50,24%
OEE 11. Sistema de Educação e Cultura	30	55,47%
OEE 13. Dimensão Humana	30	65,47%

Fonte: Estado-Maior do Exército

No que se refere à articulação da Força Terrestre, seja na Região Amazônica (Projeto Amazônia Protegida) ou nas demais áreas do território nacional (Projeto Sentinela da Pátria) os recursos foram empregados na implantação, transferência e adequação de Organizações Militares visando a atender à Transformação do Exército ora em curso. Neste sentido, 49 OM receberam recursos destes projetos nas seguintes Regiões Militares:

- 1ª Região Militar (Rio de Janeiro e Espírito Santo) – 03 OM atendidas;
- 2ª Região Militar (São Paulo) – 03 OM atendidas;
- 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul) – 06 OM atendidas;
- 5ª Região Militar (Santa Catarina e Paraná) – 12 OM atendidas;
- 6ª Região Militar (Bahia) – 01 OM atendida;
- 8ª Região Militar (Pará e Amapá) – 05 OM atendidas; e
- 12ª Região Militar (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) – 19 OM atendidas.

b. Fatores intervenientes

Entretanto, as metas estabelecidas nem sempre foram atingidas pelos seguintes motivos: o corte orçamentário aplicado em 2016 teve influência direta na consecução das metas propostas; a liberação tardia dos recursos orçamentários reduziu o tempo hábil de execução de obras de infraestrutura devido à postergação da contratação das empresas; e a demora na liberação do financeiro visando ao pagamento de liquidações realizadas, reduziu a capacidade de algumas empresas.

c. Restos a pagar

A razão para a existência de valores inseridos em restos a pagar é o fato de que a maioria dos investimentos da AO 156M são de grande vulto e caracterizados por obras, como a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da Vila Militar Castelo Branco, em Marabá/PA (R$ 525.167,16), e a

pavimentação do 3º BIS e sua Vila Militar em Barcelos/AM (R$ 638.926,86). Por outro lado, não há uma obra com volume grande de recursos, mas sim muitas obras com volume pequeno de recursos em Restos a Pagar.

Como a maior parte dos recursos liberados para os diversos Planos Orçamentários somente ocorreu a partir do 2º semestre de 2016, não houve tempo hábil para mobilização dos canteiros de obras por parte das contratadas, início dos trabalhos e conclusão dos serviços de acordo com os projetos e consequente medição.

A inscrição de recursos em RP não é desejável, mas se torna, muitas vezes, inevitável a fim de cumprir a legislação vigente e evitar a inversão de estágios da despesa, salvaguardando a administração pública e seus agentes de ações judiciais por improbidade administrativa.

2.2.1.1.9 - AO 156N – Obtenção de Meios do Exército (EME)

Figura 13 – Logotipia da OCOP (Obtenção da Capacidade Operacional)

Fonte: Estado-Maior do Exército

Quadro 24 – Informações sobre a Ação 156N

Identificação da Ação			
Código	156N		**Tipo:** Projeto
Título	Obtenção de Meios do Exército		
Iniciativa	Não há.		
Objetivo	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.		
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058	**Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército		
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo : ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		

Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
175.659.690	102.702.390	102.411.764	87.182.230	86.890.577	37.778.455	18.441.649

Execução Física			
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Meio Militar Disponibilizado	Unidade	1.024	1.024	1.605

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
18.441.649	13.428.981	346.468	Meio Militar Disponibilizado	Unidade	-

Observação: os valores apresentados acima consideram a variação cambial do período.
Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

O Projeto Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (PEE OCOP) é gerenciado pela 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército.

O PEE OCOP compõe-se de 12 (doze) Subprojetos Integrantes:

- Modernização da Frota;
- Armamento e Equipamento de Visão e Pontaria;
- Aquisição e Modernização de Embarcações
- Modernização de Blindados;
- Material Especializado para Tropas Leves e Aeroterrestres;
- Material de Comunicações e Guerra Eletrônica;
- Modernização da Artilharia de Campanha;
- Modernização da Frota de Aeronaves da AvEx;
- Material de Engenharia de Combate;
- Material de Saúde de Campanha;
- Material de Defesa Química, Biológica, Nuclear e Radiológica; e

- Combatente Brasileiro (COBRA).

O PEE OCOP compreende o emprego de recursos orçamentários em 9 (nove) Planos Orçamentários (PO):

1) **PO 0004 - Aquisição de Meios Terrestres**

Aquisição, desenvolvimento e modernização de meios militares terrestres;

2) **PO 0005 - Aquisição de Meios Blindados Sobre Lagartas**

Aquisição, desenvolvimento e modernização de viaturas blindadas sobre lagartas;

3) **PO 0006 - Aquisição de Meios Blindados Sobre Rodas**

Aquisição, desenvolvimento e modernização de viaturas blindadas sobre rodas;

4) **PO 0007 - Aquisição de Armamentos, Sistemas de Armas e de Navegação para Emprego Militar Terrestre**

Aquisição, desenvolvimento, modernização e recuperação de armamento, sistemas de armas e de navegação;

5) **PO 0008 - Aquisição de Munições para Emprego Militar Terrestre**

Aquisição, desenvolvimento e recuperação de munição de diversos calibres inclusive fumígena, iluminativa, mísseis e foguetes;

6) **PO 0009 - Aquisição de Meios de Engenharia para Emprego Militar Terrestre**

Aquisição, desenvolvimento, modernização e recuperação de meios de Engenharia, camuflagem, contêineres, embarcações operacionais e de apoio, geradores, insumos de aplicação operacional ou de apoio;

7) **PO 000A - Aquisição de Meios de Comunicações e de Comando e Controle para Emprego Militar Terrestre**

Aquisição, desenvolvimento, modernização e recuperação de meios de comunicações, de comando e controle, radares, veículos aéreos não tripulados, softwares, sensores, estações móveis, insumos de aplicação operacional ou de apoio;

8) **PO 000B - Aquisição de Material de Defesa Química, Biológica, Radioativa e Nuclear para Emprego Militar Terrestre**

Aquisição, desenvolvimento, modernização e recuperação de material de defesa química, biológica, radioativa e nuclear, insumos de aplicação operacional ou de apoio;

9) **PO 000C - Aquisição de Simuladores**

Aquisição, desenvolvimento e modernização de Simuladores p/ Adestramento da Força Terrestre.

a. <u>Execução das metas</u>

A meta a ser atingida pelo PEE OCOP é dotar o Exército Brasileiro, num período de 10 (dez) anos, com meios operacionais que preencham pelo menos 80% (oitenta por centro) do quadro de Distribuição de Material (QDM), com produtos de alta qualidade e desempenho operacional, que

permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

Em 2016, apesar de uma dotação da ordem de R$ 175 milhões, foram efetivamente liberados para empenho (e empenhados) cerca de R$ 102 milhões.

Ocorreu o prosseguimento da aquisição de 50 (cinquenta) Kits de modernização de Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) M113 BR, manutenção de 34 (trinta e quatro) VBEPC M577 A2 e 4 (quatro) VBE Soc M88A1 e manutenção de 2 (duas) Viaturas Blindadas de Reconhecimento (VBR) EE9.

Além disso, foi viabilizada a construção do posto de combustível do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC); do posto de combustível do 22º. Depósito de Suprimento (22ºDSup), em Osasco/SP; e do posto de combustível do 18º Batalhão Logístico (18º B Log), em Campo Grande - MS.

Ademais, houve a possibilidade de revitalizar o posto de combustível do 3º. Batalhão de Polícia do Exército (3º BPE), em Porto Alegre RS e do posto de combustível do 9º. Regimento de Cavalaria Blindado (9º RCB), em São Gabriel RS.

Foi implementada a modernização do posto de combustível do 9º. Batalhão de Infantaria Motorizado (9º BIMtz) em Pelotas –RS.

Por fim, foi realizada a adequação do posto de combustível do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras-SC, e do posto de combustível do 5º. Batalhão Logístico (5º B Log), em Curitiba/PR.

No tocante à aquisição foram realizadas as seguintes compras: MEM da Classe IX (Viatura sobre rodas): Viatura de transporte de pessoal e escolta - Motocicleta trail; Ambulância, Viatura de Transporte Especializado (VTE) Policial Escolta; Classe V (armamento e munição) - Talabarte de salvamento e segurança; Colimador do tubo do morteiro 81mm, Aparelho de pontaria para morteiro 81mm, Fuzil IA2 e peças para montagem de Monóculo de Visão Noturna - LORIS; Munições 155mm para Viaturas Blindadas de Combate – Obuseiro Autopropulsado M109 A5 Plus; e Classe VII (material de comunicações) - Rádios Falcon III 7800 e Intercom Sotas e Moto-gerador a diesel empregado no Estado do Paraná, de acordo com a Emenda Parlamentar 29110006.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Pode-se ressaltar como fatores preponderantes que trouxeram reflexos para o cronograma do projeto, a considerável redução da LOA 2016, bem como o atraso na liberação dos respectivos recursos, que prejudicaram o andamento dos processos de aquisição.

c. <u>Restos a pagar</u>

As despesas que constam como não liquidadas em sua maior parte são provenientes dos créditos descontingenciado sem meados de novembro de 2016, o que impossibilitou a liquidação até o encerramento do referido exercício financeiro, uma vez que esses bens, normalmente, necessitam de aproximadamente 210 dias a partir da contratação até a entrega.

Os bens e serviços contratados para o PEE OCOP, em função de sua natureza, objetivo e vulto, não estão normalmente disponíveis (em prateleira) para pronto fornecimento, e por essa razão alguns não foram recebidos e liquidados.

Replanejamento das aquisições conforme contingenciamentos.

2.2.1.1.10- 3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército (COLOG)

Quadro 25 – Informações sobre a Ação 3138

Identificação da Ação						
Código	3138				**Tipo:** Projeto	
Título	Implantação do Sistema de Aviação do Exército					
Iniciativa	05PQ - Conclusão da implantação dos 3º e 4º Batalhões de Aviação do Exército e núcleo do 5º Batalhão de Aviação do Exército.					
Objetivo	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria (X) PEEx					
Lei Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.046.627	72.046.627	72.030.080	49.962.043	48.616.706	46.690.690	60.627.919
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema de aviação implantado		Percentual de execução física	3	3	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
111.848.142	66.745.234	1.739	Sistema de aviação implantado		Percentual de execução física	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das Metas

O Projeto Estratégico da Aviação do Exército tem o propósito de fortalecer e ampliar a aeromobilidade utilizando plataformas aéreas para missões de combate, apoio ao combate e apoio logístico em operações de guerra e não guerra em proveito da Força Terrestre em todo território nacional, a partir das bases em Taubaté-SP, Manaus-AM e Campo Grande-MS. Desta feita, aumenta a capacidade operativa do Exército Brasileiro, bem como responde prontamente a ameaças internas e externas em operações isoladas, conjuntas ou interagências. Compreende o emprego de recursos financeiros de três Planos Orçamentários (PO):

- PO 000 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Despesas diversas: destina-se à atividades de custeio e investimento para aquisição de bens e serviços necessários a operacionalidade dos projetos em curso;

- PO 001 - Adequação da infraestrutura da Aviação do Exército: destina-se à realização de obras de melhoria e adequação da infraestrutura, bem como a construção de novas instalações necessárias as atividades meio e fim da operação com os meios aéreos da Aviação do Exército; e

- PO 002 - Aquisição/modernização de aeronaves e demais meios aéreos para Aviação do Exército: destina-se a realizar aquisição de novos meios aéreos e modernização dos existentes, tendo em vista manter o material no estado da arte, bem como a alta operacionalidade e disponibilidade da frota para as missões que lhe forem atribuídas.

Ao longo de 2016, a Ação 3138 contemplou a modernização de 07 helicópteros (04 Fennec Av Ex e 03 Pantera K2), além da realização de obras de pequeno e médio portes no 4º BAvEx, B Mnt Sup Av Ex e CIAvEx, tendo em vista realizar adequação de instalações, e a conclusão de 03 blocos de apartamentos para ST/Sgt em Taubaté no escopo do projeto acolhimento da aeronave EC 725 Caracal. Com isso, apesar das restrições orçamentárias experimentadas no 1º semestre de 2016, a ação conseguiu atingir a totalidade das metas propostas (100%) a partir do orçamento de R$ 72 milhões (LOA/2016).

Nesse contexto, dos R$ 72,046 milhões aplicados, foram destinados ao PO 000 – R$ 10.000,00 , ao PO 001 – R$ 2,748 milhões e ao PO 002 – R$ 69,297 milhões.

b. Fatores intervenientes

Os seguintes fatores contribuíram positivamente para a obtenção dos resultados da Ação 3138: o planejamento minucioso e aplicação judiciosa dos recursos, bem como o papel dos fiscais de contrato como agentes fiscalizadores junto à empresa no intuito de reduzir despesas e pagamentos desnecessários. Outro fator de sucesso na execução orçamentária foi a situação cambial do Real frente ao dólar americano/euro, que tornou os insumos para a modernização mais baratos, se comparado ao ano de 2015, promovendo uma economia de recursos para os cofres públicos.

Os seguintes eventos prejudicaram o desenvolvimento da Ação 3138: foi parcialmente prejudicada em função da situação de restrição orçamentária experimentada pelo Exército Brasileiro no 1º semestre de 2016, o que comprometeu a cadência de modernizações de aeronaves por ano, sendo necessária viabilizar uma nova negociação com a empresa contratada para que fosse reduzido o número de aeronaves modernizadas por ano. Com isso, termos aditivos foram elaborados e assinados com intuito de dilatar o tempo de execução dos contratos a partir de um novo cronograma físico financeiro (CFF) e criados encargos financeiros face ao reequilíbrio dos contratos.

c. <u>Restos a pagar</u>

Os recursos inscritos em RP não processados da ação 3138 são referentes a serviços em execução com duração de 18 meses/etapa 2016.

2.2.1.1.11 - 20XK – Logística Militar Terrestre (COLOG)

Quadro 26 – Informações sobre a Ação 20XK

Identificação da Ação							
Código	20XK					**Tipo:** Atividade	
Título	Logística Militar Terrestre						
Iniciativa	-						
Objetivo	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.						
Programa	Defesa Nacional			**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	Comando do Exército						
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
204.749.658,00	227.048.033,75	226.995.269,73	107.110.005,87	104.156.926,52	42.721.395	77.258.017	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Organização Militar Atendida		Unidade	622	622	200		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**				
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
133.213.225	79.750.365	10.009.246	Organização Militar Atendida		Unidade	-	

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

O COLOG, com recursos 20XK e por meio da Diretoria de Abastecimento, da Diretoria de Material, da Diretoria de Material de Aviação do Exército e do Gabinete de Planejamento e Gestão possibilita as ações de abastecimento e manutenção dos meios de defesa terrestre das diversas classes de suprimento, tais como: viaturas operacionais e de apoio, armamentos em geral e sistemas de armas, munições, explosivos, combustíveis e lubrificantes, fardamento (exceto o obrigatório), equipamento individual, equipamento e material de estacionamento, outros itens de intendência, aeronaves e material de aviação em geral, assistência veterinária e agrícola, sistema de subsistência e demais materiais de emprego militar, visando sempre assegurar o estado de prontidão das Organizações Militares do Exército.

Os recursos não foram suficientes para atender plenamente às 622 Organizações Militares, que compõem a meta física da ação. No entanto, todas foram atendidas, ao menos parcialmente, sendo que as prioritárias o foram na totalidade de suas necessidades. O atendimento parcial não impediu que as OM cumprissem a sua missão, mesmo com sua capacidade não sendo plena.

A Execução de 50% da meta prevista no PLOA/2016, permitiu atender em parte às necessidades da Força Terrestre, contribuindo para a manutenção do nível de adestramento/operacionalidade da tropa, a formação de 70.000 reservistas, e o apoio aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio/2016, garantindo a Defesa Nacional.

b. Fatores Intervenientes

As dificuldades impostas pela elevação dos custos entre os anos de 2015 e 2016, pela necessidade de especificação técnica (em constante aperfeiçoamente), pela necessidade de disponibilidade de pessoal especializado (engenheiros e técnicos), pelas limitações jurídicas (constante mudança de legislações, quer seja dos produtos ou dos trâmites burocráticos), pelo retardo na aprovação da LOA, e o contingenciamento imposto até Jul/16 foram fatores fundamentais para uma execução física inferior à meta inicial.

c. Restos a pagar

Em virtude de parte dos recursos terem sido disponibilizados ao final do exercício financeiro, em muitos destes casos não houve tempo suficiente para a entrega do material e consequentemente, sua liquidação antes do encerramento do exercício em questão. À medida que as entregas forem acontecendo ao longo de 2017, as liquidações serão realizadas.

2.2.1.1.12- 2919 – Registro e Fiscalização de Produtos Controlados (COLOG)

Quadro 27 – Informações sobre a Ação 2919

Identificação da Ação	
Código	2919 **Tipo:** Atividade
Título	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados
Iniciativa	Não há.

Objetivo	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.					
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército/52921 – Fundo do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.016.440	29.334.524,47	29.283.927,00	11.114.895,00	10.834.152	382.497,43	18.169.032,18

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada	unidade	500.000	500.000	489.036

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.133.756,69	1.004.843,94	91.255,01	Fiscalização realizada	unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

Os recursos da Ação tem previsão legal (Lei 10.834/03) de destinação para atividades realizadas principalmente pelas Regiões Militares (RM), por intermédio dos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados regionais e de guarnições (SFPC/RM ou Gu).

A atividade de fiscalização compreende as seguintes ações: verificações documentais, visitas de inspeção e vistorias nos locais onde são exercidas atividades com Produtos Controlados pelo Exército (PCE) por Pessoas Físicas ou Jurídicas, possuidoras de Registro (Certificado de Registro ou Título de Registro).

O planejamento das atividades de Fiscalização de Produtos Controlados é realizado de forma descentralizada pelos SFPC/RM. Cada RM estabelece uma demanda em vistorias (concessão registro, revalidação de registro, vistorias inopinadas e auditoria de sistemas) e Operações Interagências a serem realizadas em Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados agrega as demandas das Regiões Militares e as suas próprias demandas, que incluem, entre outras, emissão de autorizações para fabricação de produtos controlados e importações e aquisições na indústria nacional por pessoas físicas e jurídicas.

A meta em relação aos recursos da Unidade Orçamentária 52121 – Comando Logístico não foi atingida, haja vista que o exercício financeiro de 2016 foi encerrado com contingenciamento dos créditos inicialmente previstos. Entretanto, as ações adotadas pela Diretoria, visando a readequação dos recursos provisionados, possibilitaram a realização das atividades finalísticas desenvolvidas pelo Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, principalmente, no que se refere às operações de fiscalização interagência e as vistorias nas fábricas de armazenamento e utilização de explosivos e correlatos.

A meta das ações de fiscalização da Unidade Orçamentária 52921 – Fundo do Exército foi atingida plenamente, tendo em vista que a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados foi integralmente provisionada com os recursos necessários ao custeio das despesas indispensáveis ao funcionamento do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

b. Fatores Intervenientes

O contingenciamento dos créditos inicialmente previstos, que em virtude das ações adotadas pela Diretoria, visando à readequação dos recursos provisionados, não impediram a realização das atividades finalísticas desenvolvidas pelo Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, principalmente, no que se refere às operações de fiscalização interagência e as vistorias nas fábricas de armazenamento e utilização de explosivos e correlatos.

c. Restos a pagar

Em virtude de parte dos recursos terem sido disponibilizados ao final do exercício financeiro, em muitos destes casos não houve tempo suficiente para a entrega do material e consequentemente, sua liquidação antes do encerramento do exercício em questão. À medida que as entregas forem acontecendo ao longo de 2017, as liquidações serão realizadas.

2.2.1.1.13- 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército (DEC)

Quadro 28 – Informações sobre a Ação 20PY

Identificação da Ação			
Código	20PY		**Tipo:** Atividade
Título	Adequação de Organizações Militares do Exército		
Iniciativa	-		
Objetivo	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.		
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058	**Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército		

Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.398.542	61.398.542	60.744.072	27.112.492	26.603.343	25.230.922	39.443.157

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Organização Militar Adequada	Unidade	100	100	350

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
129.710.005	42.553.927	4.718.672	Organização Militar Adequada	Unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

A Ação 20PY tem o propósito de adequar as unidades militares do Exército Brasileiro com a finalidade de estabelecer uma adequada infraestrutura operacional e de apoio ao pessoal (instalações de saúde, alistamento militar, residências etc.), de forma a proporcionar a necessária capacidade operacional da Força Terrestre, visando sua mobilidade estratégica e tática, e seu nível de prontidão, coerente com a concepção estratégica de emprego do Exército de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa.

A disponibilidade anual de recursos orçamentários para a adequação da infraestrutura das Organizações Militares do Exército Brasileiro está muito aquém das atuais necessidades do Exército. Instalações antigas, muitas das quais com mais de 100 (cem) anos de construção, demandam constantes obras de manutenção e adequação.

a. Execução das metas

As metas estabelecidas para o ano de 2016 foram plenamente executadas e atingidas, inclusive, acima do planejado, e permitiram uma melhora considerável na situação do patrimônio imobiliário da União, sob responsabilidade do Exército Brasileiro.

Apesar disso, a disponibilidade anual de recursos orçamentários para a adequação da infraestrutura das Organizações Militares do Exército Brasileiro está muito aquém das atuais necessidades do Exército. Instalações antigas, muitas das quais com mais de 100 (cem) anos de construção, demandam constantes obras de manutenção e adequação.

b. Fatores intervenientes

A dotação dos recursos para a execução da ação é muito inferior a quantidade de organizações militares que necessitam ser adequadas, ficando assim um déficit para o exercício financeiro seguinte.

A descentralização tardia dos créditos é outro fator interveniente, haja vista que a execução dos processos licitatórios, necessários para a contratação das obras militares, depende da existência de recursos (previsão de créditos) para o seu prosseguimento nas diversas CJU do território nacional.

c. Restos a pagar

O elevado valor de restos a pagar inscritos no ano de 2016 se deve, basicamente, à descentralização tardia dos créditos. O retardo na liberação dos créditos, associado a processos licitatórios longos e complexos, faz com que a execução propriamente dita das obras militares tenha seu início no segundo semestre do ano; esta situação, por sua vez, conduz a um efeito em cascata, acarretando na tardia liquidação e pagamento dentro do ano financeiro analisado.

2.2.1.1.14 - 20XH – Realização de Ações de Cooperação do Exército (DEC)

Quadro 29 – Informações sobre a Ação 20XH

Identificação da Ação						
Código	20XH				**Tipo:** Atividade	
Título	Realização de Ações de Cooperação do Exército					
Iniciativa	-					
Objetivo	1125 – Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
112.863.051,00	112.863.051,00	33.854.550,00	15.498.081	15.465.352	566.886,00	22.185.611,00

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Cooperação realizada		Unidade	**7**	**7**	**7**
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.108.452	8.593.922.25	341.978,00	Cooperação realizada	Unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

A LOA 2016 previa na Ação Orçamentária 20XH – Ação de Cooperação do Exército (Convênios), o valor de R$ 112.863.051,00 (Cento e doze milhões, oitocentos e sessenta e três mil e cinquenta e um reais), que foi repassado integralmente ao Exército.

O Sistema de Obras de Cooperação, da dotação prevista para a ação, utilizou apenas 17,29%. Esse valor reduzido se deve, principalmente, às dificuldades dos órgãos concedentes na captação de recurso para as obras e o consequente descumprimento dos cronogramas de desembolso previstos nos Planos de Trabalho.

No ano de 2016, 7 (sete) convênios estavam em andamento e a situação de cada foi apresentada no Quadro 7 do presente Relatório de Gestão.

Devido à dificuldade dos governos estaduais e municipais no cumprimento do cronograma financeiro dos Planos de Trabalho, conforme citado anteriormente, os Batalhões vem replanejando suas metas com base no repasse do recurso. E tendo por base esse replanejamento, pode-se inferir que os Batalhões tem cumprido as metas.

Os trabalhos que vem sendo executados pelo Sistema de Obras de Cooperação, especificamente em relação aos convênios apresentados na tabela acima, permitem às Organizações Militares de Engenharia envolvidas adestrar seus quadros e reequipar sua força de trabalho, motivos principais para a participação do Exército em obras de cooperação.

Estes convênios ainda cumprem com o objetivo de aumentar a credibilidade da Engenharia e, consequentemente, do Exército na região em que se encontram, principalmente por conduzir à melhoria da qualidade de vida, por meio da perfuração de poços, levando água para irrigação e, principalmente, para o consumo humano, ou mesmo pavimentando vias de cidades, como acontece no Município de Araguari/MG. Atuam na melhoria do conforto e segurança viárias como ocorre nos convênios com o Governo de Santa Catarina, Tocantins, Maranhão e Campo Grande, além de muitas vezes viabilizar o escoamento da produção de pequenos produtores, como acontece na obra das estradas vicinais do Acre.

Com isso, mesmo com toda a dificuldade na liberação do recurso para os empreendimentos, os convênios vem atingindo os objetivos a que se propõe para as partes.

b. Fatores intervenientes

Em todas as obras de convênio, o fator relevante que vem afetando o atingimento das metas propostas nos Planos de Trabalhos iniciais e, consequentemente na não utilização de todo o crédito solicitado para a ação 20XH, é o não cumprimento do cronograma de desembolso por parte dos órgãos concedentes.

Em menor escala, ou seja, com pequena influência no descumprimento das metas, também se pode citar problemas de projeto, entre outros inerentes às obras de infraestrutura.

c. Restos a pagar

Com relação aos restos a pagar, inscritos e reinscritos em 2016, foram pagos no decorrer do ano aproximadamente 93% do montante liquidado.

Com os dados apresentados anteriormente, pode-se afirmar, salvo melhor juízo, que houve uma execução satisfatória dos restos a pagar pelos Batalhões.

2.2.1.1.15 - 2911 – Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército (DEC)

Quadro 30 – Informações sobre a Ação 2911

Identificação da Ação						
Código	2911 **Tipo:** Atividade					
Título	Modernização dos Batalhões de Engenharia do Exército					
Iniciativa	Não há.					
Objetivo	1121 – Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional					
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.375.504	15.375.504	15.363.199	7.375.508	7.217.154	3.592.942	2.994.210
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Equipamento disponibilizado			Unidade	2.398	2.398	1.548
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
6.658.366	2.706.304	92.985	Equipamento disponibilizado		Unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das Metas

Os recursos oriundos da ação 2911 possibilitaram a aquisição de novos equipamentos de engenharia, viaturas e implementos, mobiliando as Organizações Militares de Engenharia, e colaborando para a manutenção da Operacionalidade das mesmas.

Possibilitaram ainda a manutenção dos equipamentos de engenharia e viaturas das Organizações Militares de Engenharia de Construção e de Combate, colaborando, assim, para a elevação da vida útil dos equipamentos e para uma substancial economia de meios e recursos, por meio de um programa eficaz de manutenção preventiva e corretiva.

O previsto inicialmente como meta para 2016 foi de 2.398 equipamentos disponibilizados. A meta foi reprogramada, no meio do ano, para 1.548 equipamentos, em função da adequada manutenção corretiva adotada e da adaptação do planejamento e destinação dos recursos, passando-se a priorizar equipamentos de maior porte, que atendessem mais diretamente a sociedade nas situações vigentes de calamidades naturais e ações subsidiárias; desta forma, os equipamentos adquiridos, pelo seu porte, foram de maior custo e em menor quantidade.

Por exemplo, foram adquiridos Guindastes pesados para 06 Comandos Militares de Área, para apoio a desobstrução de vias, resgates, levantamento de cargas e demais trabalhos que envolvam este equipamento, em prol da sociedade no âmbito de ações subsidiárias e em prol das OM do Exército.

Foram ainda adquiridos equipamentos de engenharia (tratores de esteira, motoniveladoras, retroescavadeiras, betoneiras, compactadores, marteletes, etc.) para emprego em obras de engenharia que contribuem para o desenvolvimento nacional, ações subsidiárias e para o bem estar da sociedade, sendo ainda material de dotação corrente da organização.

Ao mesmo tempo, foram adquiridos motores de popa, para prover mobilidade aos botes em apoio ao emprego de engenharia, combate a calamidades naturais e ações subsidiárias.

Com os recursos do GND 3 foram adquiridos centenas de equipamentos e insumos para manutenção de viaturas especiais e de equipamentos de engenharia, de forma a manter o elevado grau de operacionalidade da organização, gerando economia de recursos e possibilitando o uso desses meios em prol da sociedade, bem como, foram adquiridos geradores de diversas capacidades para atender a demandas dos diversos batalhões em seus canteiros de trabalho gerando bem estar e qualidade de vida para o operário e por conseguinte, qualidade na execução dos serviços prestados a sociedade.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Não existiram fatores intervenientes operacionais para o cumprimento das metas.

c. <u>Restos a pagar</u>

Nada a considerar.

2.2.1.1.16- 2900 – Seleção para o Sv Mil e Apresentação da Reserva em Disponibilidade (DGP)

Quadro 31 – Informações sobre a Ação 2900

Identificação da Ação						
Código	2900				**Tipo:** Atividade	
Título	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.512.650	7.512.650	7.430.309	6.875.463	6.494.140	1.982.411	1.310.520
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa alistada		Unidade	1.700.000	-	1.742.797	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
22.190.958	1.030.616	119.472	Pessoa alistada		Unidade	-

Fonte: Estado-Maior do Exército

ANÁLISE SITUACIONAL

Os resultados alcançados na meta física e financeira são considerados ótimos, quando comparada com o previsto. Este índice deve-se ao novo modelo de gestão, com a implementação do alistamento militar on-line, da modernização do SEMILMOB e da reestruturação dos OSM, possibilitando para o ano de 2017 o aprimoramento nos atendimentos para a regularização da situação militar dos cidadãos brasileiros.

A execução da ação atendeu em boas condições a meta prevista, contemplando a Força Terrestre com adequados meios em pessoal para a sua operacionalidade e missão constitucional, ainda, proporcionou os cidadãos brasileiros regularizar sua situação militar.

O esforço da gestão empreendido no ano de 2016 contribuiu para a evolução do sistema do Serviço Militar no País e consequentemente para os cidadãos brasileiros tornarem-se aptos a exercerem sua plena cidadania.

a. Execução das metas

O ótimo resultado alcançado na meta física beneficiou a regularização da situação militar de 4.714.387 cidadãos brasileiros sujeitos ao Serviço Militar Obrigatório em 2016, conforme previsto no art. 143 da CF/88, bem como a convocação de militares temporários.

b. Fatores intervenientes

A meta financeira proposta foi de R$ 8.165.000,00, sendo a dotação disponibilizada de R$ 7.512.650,00, ou seja 92% do previsto para a iniciativa planejada.

A execução orçamentária da iniciativa Serviço Militar foi realizada com certa restrição pelos Órgãos de Serviço Militar, principalmente no que trata das atividades do alistamento nas Juntas de Serviço Militar, da seleção geral/especial de conscritos, das atividades de capacitação de usuários do sistema, orientação técnica e aperfeiçoamento do sistema de Serviço Militar.

A precariedade da estrutura das Juntas de Serviço Militar (instalações e pessoal), órgãos das prefeituras municipais responsáveis pelo atendimento ao cidadão no alistamento e regularização da situação militar, tem proporcionado reflexo negativo para a imagem da Força.

c. Restos a pagar

A inscrição em restos a pagar ocorreu em função do montante descontingenciado ao final do exercício financeiro, implicando dificuldades na prestação do serviço ou entrega do objeto contratado. O montante inscrito em RP não apresentou significativo impacto no exercício vigente.

2.2.1.1.17- 20XL – Saúde em Operações Militares (DGP)

Quadro 32 – informações sobre a Ação 20XL

Identificação da Ação	
Código	20XL **Tipo:** Atividade
Título	Saúde em Operações Militares
Iniciativa	Não há.

Objetivo	1114 – Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária 2016

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000	800.000	790.112	347.441	347.441	373.358	280.716

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa realizada	Unidade	5.920	-	5.920

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
238.024	280.676	40	Pesquisa realizada	Unidade	-

Fonte: DGP

A Ação 20XL foi dotada de recursos para o atendimento da saúde em operações militares e ações de pesquisas de biossegurança. No PO 0001 (Pesquisas de Biossegurança do Exército), os recursos foram direcionados ao Instituto de Biologia do Exército (IBEx), que trabalha em pesquisas como, por exemplo, a padronização dos processos de extração e análise de DNA, a caracterização completa de genoma do HIV-1 de pacientes virgens de tratamento antirretroviral, o monitoramento da resistência fúngica causadora de infecção de corrente sanguínea e demais líquidos estéreis e outras.

Quanto ao PO 0003 (Saúde em Operações Militares), os recursos foram insuficientes para cobrir as necessidades das Organizações Militares em material de campanha e medicamentos. Com a previsão de participação de diversas Unidades em Operações Militares e Ações Cívico-Sociais, é necessário que haja uma maior volume de recursos para a área.

ANÁLISE SITUACIONAL

O Sistema de Saúde do Exército é composto de 180 (cento e oitenta) Organizações Militares de Saúde e cerca de 300 Unidades Atendentes do FUSEx, que colaboram e prestam assistência médica e odontológica a cerca de 730.000 beneficiários, entre militares da ativa, inativos, servidores civis e dependentes em todo o Território Nacional.

Os recursos recebidos são descentralizados para custear os atendimentos em hospitais e clínicas conveniadas, os profissionais autônomos, adquirir medicamentos e equipamentos hospitalares, atender militares no exterior, dentre outros.

Para a Ação 20XL, os créditos atenderam as metas estabelecidas apesar dos recursos autorizados em LOA ainda serem insuficientes para um melhor apoio às Organizações |Militares que operam em todo o Território Nacional.

a. Execução das metas

Os resultados alcançados na meta física são considerados ótimos, pois atenderam em sua quase totalidade todos os beneficiários do sistema de saúde do Exército em todo o Território Nacional. A aquisição de equipamentos, o aumento da rede conveniada, a produção de fármacos e as atividades de pesquisa vêm qualificando o sistema de saúde e viabilizando uma melhoria de atendimento.

b. Fatores intervenientes

Nada a considerar.

c. Restos a pagar

Nada a considerar.

2.2.1.1.18- 212O – Movimentação de Militares (DGP)

Quadro 33 – Informações sobre a Ação 212O

Identificação da Ação	
Código	212O **Tipo:** Atividade
Título	Movimentação de Militares
Iniciativa	Não há.
Objetivo	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 - Comando do Exército
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras
Lei Orçamentária 2016	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
556.183.850	537.183.850	532.090.985,23	523.781.271	521.529.322,79	44.926.658	1.167.567

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Militar atendido	Unidade	40.100	-	37.850

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Militar atendido	Unidade	-

Fonte: DGP

ANÁLISE SITUACIONAL

A movimentação de militares por parte da DCEM segue as diretrizes do Comandante do Exército de nivelamento dos efetivos das Organizações Militares e de qualificação profissional desses militares, por meio da realização de Cursos e Estágios, zelando pela família militar nas áreas de fronteiras e a desmobilização da guarnição do Rio de Janeiro com o término das Olimpíadas 2016.

a. Execução das metas

Em 2016, esta Diretoria envidou esforços para a execução responsável do orçamento, executando todo o recurso destinado à movimentação para o preenchimento de claros nas Organizações Militares e para a realização de Cursos e Estágios pelos militares.

b. Fatores intervenientes

Não houve, pois o planejamento elaborado pela DCEM e o acompanhamento da execução dos mapas de movimentação gravados pelas OM resultou no cumprimento dos objetivos traçados pelas diretrizes do Diretor e em conformidade com o recurso distribuído.

c. Restos a pagar

Nada a considerar.

2.2.1.1.19- 20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército

Quadro 34 – Informações sobra a Ação 20XE

Identificação da Ação						
Código	20XE		**Tipo:** Atividade			
Título	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército					
Iniciativa	Não há.					
Objetivo	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.213.592	82.824.301	54.710.525	24.947.684	21.711.885	14.246.444	22.793.485
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Sistema mantido		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			17	17	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
29.833.890	21.462.368	393.238	Sistema mantido		unidade	-

Fonte: DCT

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

- modernização da rede de voz e dados do Exército. A nova rede, além de rede interna privada da instituição, também permite o acesso à Internet a todas as Unidades do Exército;

- transferência de parte dos sistemas corporativos, para o *data center* do Exército. Esse trabalho é um esforço para que todos os sistemas corporativos, espalhados pelas Organizações Militares do Brasil, possam estar hospedados em um ambiente centralizado, seguro e de alta disponibilidade, compartilhando de uma mesma base de dados e permitindo a sua integração;

- organização da logística de TI, que consiste em atender a demanda ordinária de recursos computacionais de todo o Exército (redes locais, servidores, computadores), de maneira centralizada. Este trabalho não é um projeto, e sim uma atividade contínua, que tem por objetivo deixar as organizações do Exército com suas redes locais com bom funcionamento, o que exige constante manutenção de seus ativos;

- andamento do programa Amazônia Conectada, que vem colaborar com a conectividade do extremo norte com as demais áreas do país;

- aquisição de material de radiocomunicações para aplicação em missões de paz que o Exército participa e aplicação nos JOP 2016;

- desenvolvimento dos aplicativos que comporão a família de aplicativos C2 (Comando e Controle), que é um conjunto de aplicações, interoperáveis entre si, de maneira a prover a solução de comando e controle nos três níveis: estratégico, operacional e tático;

- continuação do desenvolvimento e manutenção de diversos sistemas corporativos do Exército; e

- incremento da produção de geoinformação básica nas áreas de interesse da Força através da aquisição de imagens de alta resolução.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Os principais desafios de implementação no exercício foram a liberação de recursos de forma oportuna, não sendo possível que os investimentos planejados fossem totalmente executados, pois a prioridade foi para o custeio e contratos já celebrados, principalmente os continuados. Tais intercorrências interferiram negativamente, atrapalhando a manutenção preventiva e corretiva dos Sistemas Corporativos e Redes Metropolitanas do Exército Brasileiro. Com o descontingenciamento em níveis insuficientes ocorre o efeito de degradação dos ativos de rede que suportam o Comando e Controle Estratégico nas OM do Exército Brasileiro.

Assim sendo, as OM passam a apresentar uma maior incidência de falhas na sua infraestrutura de TI. Nesse sentido, o aumento significativo de demanda por serviços de telecomunicações passa a não ser atendido, colocando as Redes Corporativas do Exército em estado de obsolescência. Problemas como elevação dos custos operacionais após o planejado, fruto da inflação no país e instalações físicas necessitando de manutenção também dificultaram, escassez de recursos humanos especializados e problemas como a demora nas tratativas para os novos convênios e atraso em pareceres jurídicos por parte do convenentes.

Não houve pleno atendimento do montante previsto na execução física, em razão de grande parte dos convênios não terem sido efetivados pelos respectivos Estados, o que ocasionou também uma modesta execução orçamentária.

c. <u>Restos a pagar</u>

O montante de inscrição em restos a pagar em 2016 em grande parte é devido a prestações de serviços de forma contínua. Foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em

2016. De um valor inscrito de R$ 29.833.890 foram liquidados R$ 21.462.368, que corresponderam a aproximadamente 86% do total.

2.2.1.1.20- 2A82 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia

Quadro 35 – Informações sobre a Ação 2A82

Identificação da Ação						
Código	2A82				**Tipo:** Atividade	
Título	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia					
Iniciativa	Não há.					
Objetivo	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.					
Programa	Defesa Nacional		**Código:** 2058		**Tipo:** Temático	
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.053.845	6.443.136	6.006.663	3.248.277	3.171.128	836.944	3.126.946
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pesquisa desenvolvida		unidade	899	899	920	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.275.007	3.127.686	3.799	Pesquisa desenvolvida		unidade	920

Fonte: DCT

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

- Formação de 109 engenheiros em 10 especialidades (70 engenheiros militares e 39 engenheiros militares da reserva);

- formação em 2016 de 51 mestres e 9 doutores;

- continuação do desenvolvimento de diversas pesquisas, muitas delas com apoio de órgãos de fomento como FINEP, CAPES, CNPq e FAPERJ, e outros como PETROBRAS e VALE;

- acompanhamento de 27 pedidos de depósito de patente e de 1 patente concedida junto ao INPI;

- participação de alunos em programas de intercâmbio em universidades dos EUA, França, Canadá, Alemanha e Suécia;

- continuação da produção científica e da disseminação do conhecimento produzido no IME com a participação de professores e pesquisadores em congressos, simpósios e seminários, bem como publicação de diversos artigos em periódicos e anais de congressos científicos; e

- melhoria da infraestrutura do IME com a aquisição de equipamentos e contratação de serviços, destacando-se aquisição de Lousas Digitais, adaptações elétricas dos Laboratórios do VANT e SD/1, modernização do Anfiteatro de Física e contratação de mão-de-obra especializada e de insumos para manutenção das instalações do IME.

b. Fatores intervenientes

- Morosidade na análise e consequente atraso na aprovação de minutas e de editais de processos licitatórios pela Consultoria Jurídica da União do Estado do Rio de Janeiro;

- liberação de recursos de forma tardia;

- falta de numerário para pagamento das notas de empenho liquidadas; e

- dificuldade na reposição de professores civis e militares e de servidores civis técnico-administrativos, pois a aposentadoria de servidores civis tem gerado sobrecarga de atividades aos professores que permaneceram em atividade, inclusive de cunho técnico e/ou administrativos, que acabam por prejudicar a atividade-fim de docência.

c. Restos a pagar

- Foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em 2016. De um valor inscrito de R$ 3.275.007,63 foram liquidados R$ 3.127.686,17, que corresponderam a aproximadamente 95% do total.

2.2.1.1.21 - 15EZ - Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG)

Quadro 36 – Informações sobre a Ação 15EZ

Identificação da Ação	
Código	15EZ **Tipo:** Projeto
Título	15EZ - Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG)

Iniciativa	06NT - Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).					
Objetivo	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.					
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058		**Tipo:** Temático		
Unidade Orçamentária	Comando do Exército					
Ação Prioritária	**( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outro**					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.047.787	3.542.787	3.375.383	2.369.849	2.367.118	2.689	1.005.533
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Polo implantado			Percentual de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado
				4	4	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Polo implantado		Percentual de execução física	-

Fonte: DCT

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

O projeto do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba, o PCTEG, foi criado no contexto do Projeto de Transformação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército. Entende-se, de maneira genérica, por Polo Tecnológico, um complexo de base científico-tecnológica planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agregue empresas cuja produção se baseie em pesquisas científicas e tecnologias desenvolvidas em Universidades e Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) a eles vinculados. Dessa forma, percebe-se como um

empreendimento promotor da cultura da inovação aberta, da competitividade e do aumento da capacidade da indústria, fundamentado na transferência de conhecimento e de tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza.

A concepção do PCTEG prevê a integração de estruturas já existentes do Exército, como o Centro Tecnológico do Exército (órgão responsável pela Pesquisa e Desenvolvimento de projetos tecnológicos de interesse da Força), o Centro de Avaliações do Exército (órgão responsável pela avaliação técnica de materiais para uso no Exército), o Instituto Militar de Engenharia (instituição de Ensino Superior do Exército responsável pela graduação e pós-graduação de Engenheiros Militares) e a Diretoria de Fabricação (órgão de Direção responsável pela coordenação da fabricação, modernização e revitalização dos Produtos de Defesa), além da criação de novas organizações, como o Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (responsável por realizar pesquisas nas áreas relacionadas) e a Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (responsável por gerir o conhecimento científico-tecnológico, realizar prospecção e inteligência tecnológica, gerir a propriedade intelectual dos projetos do Exército e promover a gestão do conhecimento científico e tecnológico, a cultura inovadora, entre outros).

No ano de 2016, o Projeto do PCTEG avançou em sua implantação envidando esforços na formalização de atos administrativos na estruturação da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica e na adequação de suas instalações e estabelecimento de relações políticas e ações de divulgação de seus objetivos para entidades externas à Força.

b. <u>Fatores intervenientes</u>

Não houve pleno atendimento do percentual de execução total de implantação do PCTEG previsto para o ano de 2016 em razão de grande parte das atividades previstas estarem relacionadas a aterro e edificações de instalações e próprios nacionais residenciais (PNR), o que tornou-se inviável face às restrições orçamentárias impostas pela realidade econômica do país.

c. <u>Restos a pagar</u>

Não houve restos a pagar.

2.2.1.1.22 - 20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército

Quadro 37 – informações sobre a Ação 20 XJ

Identificação da Ação			
Código	20XJ		**Tipo:** Atividade
Título	Desenvolvimento Tecnológico do Exército		
Iniciativa	Não há.		
Objetivo	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.		
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058	**Tipo:** Temático
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército		
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras		

Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.974.082	14.479.082	14.265.338	8.443.314	8.433.097	3.373.757	6.807.922
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa realizada			unidade	5	5	5
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.897.393	6.796.769	251.080	Pesquisa realizada		unidade	-

Fonte: DCT

ANÁLISE SITUACIONAL

a. Execução das metas

A disponibilização de recursos possibilitou:

- aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

- aquisição de peças em apoio à atividade industrial; a manutenção das instalações industriais; e a contratação de serviços de sistema de vigilância das instalações industriais;

- contratação de serviços técnicos especializados para modernização do radar SABER M60, bem como para o desenvolvimento dos projetos do rádio definido por software (RDS) e da VLEGA Gaúcho;

- aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços para manter, modernizar e expandir a infraestrutura laboratorial e de projetos do Centro Tecnológico do Exército e do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;

- aquisições de material de consumo, contratação de manutenção de equipamentos, contratação de calibrações e conclusão da adequação da infraestrutura do Laboratório de Avaliação de Material de Intendência;

- a conclusão da modernização e urbanização do Paiol 1 e 2 do Centro de Avaliações do Exército e a conservação da infraestrutura das edificações;

- durante o ano de 2016, foram concluídas três avaliações de Material de Emprego Militar, 54 avaliações de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) e 42 Exames de Valor Balístico e, estão

em execução 11 avaliações de Material de Emprego Militar e Dual (MEM) e 123 avaliações de Produtos Controlados pelo Exército (PCE);

- foram realizadas a contratação de cursos para capacitação de pessoal envolvido nas atividades de desenvolvimento de PRODE;

- a aquisição de diárias e passagens para pessoal envolvido nas atividades de visitas técnicas e acompanhamento da produção; aquisição de material de TI usado no processo de desenvolvimento de Produtos de Defesa;

- a contratação de serviço de manutenção de máquinas e equipamentos; e

- a manutenção das instalações industriais.

b. Fatores intervenientes

- Conjuntura econômica do País em 2016, ter afetado o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e áreas afins;

- a liberação de recursos de forma tardia;

- o tempo demandado para análise jurídica dos processos administrativos de contratação;

- a complexidade de alguns serviços contratados e a duração do ciclo de produção de determinados itens; e

- a ocorrência de interrupções nas avaliações por parte dos desenvolvedores, para a realização de correções, com demora no retorno do material.

c. Restos a pagar

- O montante de inscrição em restos a pagar em 2016 em grande parte é devido a prestações de serviços forma contínua; e

- foram executados quase a totalidade dos recursos reinscritos em RP em 2016. De um valor inscrito de R$ 7.897.393,52 foram liquidados R$ 6.796.769,57 que corresponderam a aproximadamente 86% do total.

2.2.1.1.23- 8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro (DECEx)

Quadro 38 – Informações sobre a Ação 8965

Identificação da Ação			
Código	8965		**Tipo:** Atividade
Título	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro		
Iniciativa	Não há.		
Objetivo	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional		
Programa	Defesa Nacional	**Código:** 2058	**Tipo:** Temático
Unidade	Comando do Exército		

Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outro					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.319.831	56.451.814	56.443.014	42.227.633	41.761.751	13.819.467	11.942.022

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Aluno capacitado	Unidade	15.000	-	16.015

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
11.578.889	11.160.445	827.163	Aluno capacitado	Unidade	-

Fonte: DECEx

ANÁLISE SITUACIONAL

Os recursos da Ação 8965 – Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro foram utilizados na melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens, materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas Escolas distribuídas pelo território nacional, tais como: Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), Escola de Sargentos da Armas (EsSA), Escola de Instrução Especializada (EsIE), Escola de Saúde do Exército (EsSEx), Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), 05 (cinco) Centros de Instrução e nos 48 (quarenta e oito) Núcleos de Preparação de Oficias da Reserva.

Em linhas gerais, os recursos foram empregados para:

-·aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, informática, etc.) e permanente diversos (mobiliários, aparelhos e equipamentos de informática) destinados à adequação das instalações utilizadas em proveito do ensino;

- manutenção e conservação de bens imóveis utilizados em proveito das atividades de ensino;

- contratação de serviços em apoio ao ensino; e

- despesas relacionadas com o transporte de militares para as atividades de preparação, avaliação e de coordenação do ensino e deslocamentos dos alunos para exercícios e em cooperações de instruções.

Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação descritos acima, os recursos atenderam, ainda, despesas com atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, tais como:

a. PROCAP/SAU, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos profissionais de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Médicos Veterinários e Enfermeiros, profissionais de saúde que compõem as fileiras da Força;

b. cursos em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais;

c. curso de habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais (CHQAO) na Escola de Instrução Especializada;

d. curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

e. estágios/seminários de atualização pedagógica;

f. implantação do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAEx)

g. implantação do Centro de Idiomas do Exército (CIdEx); e

h. continuação da implantação do Centro de Educação à Distância do Exército (CEADEx).

a. Execução das metas

A meta prevista na LOA/2016 de formar/capacitar 15.000 militares foi superada, pois foram capacitados 16.015 no corrente ano, o que atendeu satisfatoriamente a quantidade inicialmente prevista.

b. Fatores intervenientes

Apesar da redução da LOA, em relação ao PLOA, e do contingenciamento ocorrido no início do corrente ano as expectativas foram atingidas, em virtude das medidas de racionalização das atividades previstas para os diversos cursos e estágios sob a responsabilidade do DECEx.

c. Restos a pagar

As razões de inscrição de recursos do orçamento em Restos a Pagar (RP) passam pela execução de projetos de modernização do ensino de diversos Estabelecimentos Subordinados que possuem o prazo de vigência que ultrapassa o Exercício Financeiro e, como consequência, exigem que parte dos contratos sejam executados no ano vindouro.

Além dos contratos acima citados, algumas despesas com a aquisição de material e contratação de serviços foram empenhadas ao final do exercício financeiro vigente, em virtude das diferentes dificuldades na realização do projeto e do processo administrativo pertinente, tornando o tempo escasso para a liquidação das despesas, exigindo a inscrição em RP para liquidação e pagamento no corrente ano.

2.3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

2.3.1. Programação de Despesa

O presente item foi elaborado a partir da análise da evolução orçamentária e da execução da despesa propriamente dita, de maneira a evidenciar as variações ocorridas, com o objetivo de fornecer uma perspectiva sobre o assunto abordado.

Preliminarmente, com relação à dotação orçamentária inicial consignada para a Unidade Orçamentária Comando do Exército, cabe ressaltar que, de maneira global, incluindo as despesas de pessoal, o exercício financeiro de 2016 recebeu um acréscimo de aproximadamente 6% (seis por cento) em relação ao exercício imediatamente anterior.

A despeito do acréscimo observado na dotação orçamentária consignada na rubrica entre os exercícios abordados, verificou-se um acréscimo de ordem 17% (dezessete por cento) no montante total das despesas correntes e cerca de 9% (nove por cento) nos investimentos, sem considerar despesas consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.

No tocante aos investimentos acrescidos com as despesas consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento, ressalta-se que houve um acréscimo de aproximadamente 26% (vinte e seis por cento) na dotação.

Com relação à execução das despesas propriamente ditas, o montante total autorizado, incluindo as despesas de pessoal, sofreu um acréscimo de aproximadamente 6% (seis por cento) entre os exercícios de 2015 e 2016.

Diverso do observado no acréscimo de autorização total e nas dotações consignadas para despesas correntes e investimentos, o exercício de 2016 apresentou um forte declínio nas autorizações para execução de tais despesas, comparando-se com a dotação inicial.

Para as despesas correntes houve um equilíbrio entre o montante total autorizado para execução e a dotação inicial da LOA. Da mesma forma, os investimentos, desconsiderado o Programa de Aceleração do Crescimento, também tiveram um equilíbrio entre a previsão inicial da LOA e o final autorizado. A autorização para execução de despesas constantes no Programa de Aceleração do Crescimento apresentou comportamento semelhante, de maneira que mostrou ainda um pequeno acréscimo do total autorizado com relação ao exercício anterior.

Cabe evidenciar também que apesar de ter ocorrido, entre o exercício de 2015 e 2016, acréscimo na rubrica registrada para emendas parlamentares de aproximadamente R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais), a autorização para a execução de tais despesas sofreu um decréscimo da ordem de 30% (trinta por cento).

O Comando do Exército recebe, anualmente, vultosos recursos oriundos de órgãos diversos, a fim de apoiar operações e ações subsidiárias. Sobre os destaques recebidos, vale destacar que, entre os períodos abordados, houve um decréscimo de aproximadamente 7% (sete por cento).

2.3.2. Realização da Despesa

2.3.2.1. Realização da Despesa por Modalidade de Contratação

Tabela 4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos (valores em R$ 1,00)

Unidade Orçamentária: Comando Exército	Código UO: 52121		UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército	
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa Paga**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
1. Modalidade de Licitação	**1.326.297.221,34**	**981.876.054,68**	**1.289.729.956,14**	**695.347.119,02**
a) Convite	194.770,68	266.021,19	190.824,76	118.636,45
b) Tomada de Preços	8.863.997,41	6.377.215,09	8.683.327,57	3.309.177,52

Unidade Orçamentária: Comando Exército	Código UO: 52121		UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército	
c) Concorrência	25.360.854,68	25.770.356,21	25.177.898,37	13.002.591,85
d) Pregão	1.291.241.793,07	949.403.729,25	1.255.042.099,94	678.877.625,31
e) Concurso	635.084,50	58.505,06	635.084,50	38.860,01
f) Consulta	721,00	0,00	721,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	227,88	0,00	227,88
2. Contratações Diretas	**773.179.860,30**	**727.942.689,27**	**742.204.171,32**	**531.185.366,58**
g) Dispensa	290.575.485,30	247.392.559,56	285.053.697,41	204.417.405,77
h) Inexigibilidade	482.604.375,00	480.550.129,70	457.150.473,91	326.767.960,80
3. Regime de Execução Especial	**34.724.721,46**	**23.295.649,40**	**34.724.721,46**	**23.295.649,40**
i) Suprimento de Fundos	34.724.721,46	23.295.649,40	34.724.721,46	23.295.649,40
4. Pagamento de Pessoal	**31.996.025.441,16**	**30.665.768.000,54**	**31.995.326.484,59**	**30.663.731.977,73**
j) Pagamento em Folha	31.963.005.872,02	30.637.818.059,45	31.963.005.872,02	30.637.818.059,45
k) Diárias	33.019.569,14	27.949.941,10	32.320.612,57	25.913.918,29
5. Outros	**1.342.151.645,72**	**1.180.797.102,84**	**1.338.519.547,87**	**1.133.247.820,94**
6. Total (1+2+3+4+5)	**35.472.378.889,98**	**33.579.679.496,73**	**35.400.504.881,38**	**33.046.807.933,67**

Fonte: Tesouro Gerencial (consulta em 07 de fevereiro de 2017).

Tabela 5 – Comparação entre as despesas executadas e pagas (valores em R$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**1.326.297.221,34**	3,74%	**981.876.054,68**	2,92%	**1.289.729.956,14**	3,64%	**695.347.119,02**	2,10%
a) Convite	194.770,68	0,00%	266.021,19	0,00%	190.824,76	0,00%	118.636,45	0,00%
b) Tomada de Preços	8.863.997,41	0,02%	6.377.215,09	0,02%	8.683.327,57	0,02%	3.309.177,52	0,01%
c) Concorrência	25.360.854,68	0,07%	25.770.356,21	0,08%	25.177.898,37	0,07%	13.002.591,85	0,04%
d) Pregão	1.291.241.793,07	3,64%	949.403.729,25	2,83%	1.255.042.099,94	3,55%	678.877.625,31	2,05%
e) Concurso	635.084,50	0,00%	58.505,06	0,00%	635.084,50	0,00%	38.860,01	0,00%
f) Consulta	721,00	0,00%	-	0,00%	721,00	0,00%	-	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	227,88	0,00%	-	0,00%	227,88	0,00%

2.Contratações Diretas (h+i)	**773.179.860,30**	2,18%	**727.942.689,27**	2,17%	**742.204.171,32**	2,10%	**531.185.366,58**	1,61%
h) Dispensa	290.575.485,30	0,82%	247.392.559,56	0,74%	285.053.697,41	0,81%	204.417.405,77	0,62%
i) Inexigibilidade	482.604.375,00	1,36%	480.550.129,70	1,43%	457.150.473,91	1,29%	326.767.960,80	0,99%
3. Regime de Execução Especial	**34.724.721,46**	0,10%	**23.295.649,40**	0,07%	**34.724.721,46**	0,10%	**23.295.649,40**	0,07%
j) Suprimento de Fundos	34.724.721,46	0,10%	23.295.649,40	0,07%	34.724.721,46	0,10%	23.295.649,40	0,07%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**31.996.025.441,16**	90,20%	**30.665.768.000,54**	91,32%	**31.995.326.484,59**	90,38%	**30.663.731.977,73**	92,79%
k) Pagamento em Folha	31.963.005.872,02	90,11%	30.637.818.059,45	91,24%	31.963.005.872,02	90,29%	30.637.818.059,45	92,71%
l) Diárias	33.019.569,14	0,09%	27.949.941,10	0,08%	32.320.612,57	0,09%	25.913.918,29	0,08%
m) Outros	**1.342.151.645,72**	3,78%	**1.180.797.102,84**	3,52%	**1.338.519.547,87**	3,78%	**1.133.247.820,94**	3,43%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	**35.472.378.889,98**	-	**33.579.679.496,73**	-	**35.400.504.881,38**	-	**33.046.807.933,67**	-
6. Total das Despesas da UPC	**35.472.378.889,98**	100	**33.579.679.496,73**	100	**35.400.504.881,38**	100	**33.046.807.933,67**	100

Fonte: Tesouro Gerencial (consulta em 07 de fevereiro de 2017).

2.3.2.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da unidade

Tabela 6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Recebidos – TOTAL (R$ 1,00)

Unidade Orçamentária: Comando do Exército	Código UO: 52121	UGO: 160087 – Estado-Maior do Exército

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
1 - Despesas de Pessoal	**32.052.243.716,72**	30.637.818.059,45	**32.052.243.716,72**	30.637.818.059,45	**0,00**	**0,00**	**32.052.243.716,72**	30.637.818.059,45
12 Vencimentos e Vant. Fixas	11.044.742.606,68	10.528.777.921,54	11.044.742.606,68	10.528.777.921,54	0,00	**0,00**	11.044.742.606,68	10.528.777.921,54
03 Pensões	10.655.210.951,22	10.234.958.909,94	10.655.210.951,22	10.234.958.909,94	0,00	**0,00**	10.655.210.951,22	10.234.958.909,94
01 Aposentadorias e Reformas	9.320.377.894,56	8.848.510.410,22	9.320.377.894,56	8.848.510.410,22	0,00	**0,00**	9.320.377.894,56	8.848.510.410,22
Demais elementos do grupo	1.031.912.264,26	1.025.570.817,75	1.031.912.264,26	1.025.570.817,75	0,00	**0,00**	1.031.912.264,26	1.025.570.817,75
2 - Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais elementos do grupo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Outras Despesas Correntes	**4.103.075.372,16**	**3.479.873.148,58**	**3.179.710.693,69**	**2.711.380.161,99**	**923.364.678,47**	**768.492.986,59**	**3.128.234.832,35**	**2.374.015.180,49**
30 Material de consumo	1.413.968.386,26	1.205.850.415,33	743.251.781,28	684.175.179,46	670.716.604,98	521.675.235,87	729.068.864,36	496.345.908,28
39 Outros Serviços de Terceiros	1.048.306.483,65	906.934.335,16	817.679.251,84	690.480.349,89	230.627.231,81	216.453.985,27	786.738.665,59	602.550.011,75
93 Indenizações e Restituições	651.942.264,38	579.506.207,88	651.031.679,02	579.292.489,90	910.585,36	213.717,98	648.733.760,15	534.748.376,06
Demais elementos do grupo	988.858.237,87	1.993.432.605,53	967.747.981,55	1.441.607.322,19	21.110.256,32	551.825.283,34	963.693.542,25	1.236.716.792,67

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
4 - Investimentos	**1.187.256.535,42**	**1.082.991.936,90**	**641.719.070,84**	**519.286.303,20**	**545.537.464,58**	**563.705.633,70**	**621.319.030,45**	**298.789.607,64**
52 Material Permanente	677.528.233,01	670.300.192,98	442.689.249,31	375.626.019,96	234.838.983,70	294.674.173,02	427.224.536,24	189.078.121,10
51 Obras e Instalações	223.665.131,64	184.482.369,81	45.924.767,47	35.109.773,42	177.740.364,17	149.372.596,39	45.537.453,57	17.404.099,96
39 Outros serviços de Terceiros PJ	150.489.280,39	177.353.911,99	52.200.564,16	71.626.296,46	98.288.716,23	105.727.615,53	49.484.361,32	56.965.390,94
Demais elementos do grupo	135.573.890,38	50.855.462,12	100.904.489,90	36.924.213,36	34.669.400,48	13.931.248,76	99.072.679,32	35.341.995,64
5 - Inversões Financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais elementos do grupo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6 - Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

1º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2º elemento de despesa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais elementos do grupo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Tesouro Gerencial (consulta em 07 de fevereiro de 2017).

Da análise das tabelas anteriores, cabe discorrer, no que se refere às alterações significativas ocorridas no exercício, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo de despesa, que foi mantida certa proporcionalidade entre os exercícios, sendo que, de maneira geral, as alterações observadas são resultantes da própria alteração na dotação orçamentária consignada a esta UPC.

Na tabela 5, o montante de recursos executados na modalidade suprimento de fundos se deve às características de emprego e à grande capilaridade do Exército Brasileiro, se fazendo presente nos mais distantes rincões do território nacional, impossibilitando, em algumas circunstâncias, a utilização do procedimento usual de contratação pela administração pública. Assim, é necessário salientar que a participação em operações fronteiriças, em especial na Região Amazônica, envolve deslocamentos de tropas e equipamentos com características ímpares, exigindo a disponibilização de recursos de maneira tempestiva e que possibilite os desdobramentos necessários da atividade militar. Ademais, a presença de tropa brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) também demanda a utilização dessa modalidade, uma vez que é inviável a utilização do instrumento do empenho para a realização de algumas despesas naquele país.

Ressalta-se o acréscimo de aproximadamente 18% (dezoito por cento) no tocante à execução de despesas com diárias, em função dos grandes efetivos militares empregados pelo Exército Brasileiro por longo período antes, durante e após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Com relação à concentração de contratações realizadas via dispensa ou inexigibilidade, cabe argumentar em relação às contratações realizadas por meio de inexigibilidade, que aproximadamente 50 % (cinquenta por cento) do total executado por esta modalidade relacionam-se com aquisições de objetos detentores de particularidades únicas, como os blindados da família Guarani, materiais e equipamentos do Sistema ASTROS e materiais e equipamentos de artilharia antiaérea. Dotados das mesmas características peculiares, pouco mais de 20% (vinte por cento) relacionam-se à aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

Evidencia-se, ainda, que pouco mais de 10% (dez por cento) das execuções realizadas por meios de inexigibilidade referem-se a gastos realizados com instituições médicas variadas, que mantém convênios de atendimento ao pessoal militar, civil e respectivos dependentes.

O restante dos valores apresentados na modalidade de contratação abordada relacionam-se com empresas de saneamento de água e esgoto, e aquisição de munições, dentre outras despesas de pequeno vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, o montante mais proeminente refere-se às contratações realizadas pelo Sistema de Monitoramento de Fronteiras, somando cerca de 40% (quarenta por cento) do total executado nesta modalidade de contratação. Seguindo, tem-se a obtenção de Material de Emprego Militar - MEM, com participação de pouco mais de 24% (vinte e quatro por cento). Evidencia-se, também, que pouco mais de 22% (vinte e dois por cento) relacionam-se aos pagamentos de concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, de maneira que o restante divide-se em aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender as peculiaridades da preparação e emprego do Exército Brasileiro.

No que se refere ao contingenciamento no exercício, este se configura o maior empecilho, de maneira que a falta de tempestividade na liberação de recursos, inviabiliza, por vezes, a correta execução do planejamento, impactando, muitas vezes, no montante de recursos inscritos em restos a pagar.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. Introdução

Neste item, serão apresentados:

a. os resultados obtidos no nível do ODG, ou seja, politico-estratégico, por meio de realizações de cada uma das subchefias do EME e que impactam na gestão e operação de toda FT;

b. as atividades relacionadas ao efetivo desempenho da Força Terrestre no cumprimento de sua missão constitucional, ou seja, as operações;

c. as atividades da Engenharia do Exército no desenvolvimento nacional;

d. o Projeto Estratégico SISFRON;

e. aspectos sobre a racionalização administrativa adotada pelo Exército, em especial no trabalho das bases administrativas e a racionalização das organizações militares da Diretoria do Serviço Militar; e

f. indicadores de desempenho estratégicos.

2.4.2. Realizações do ODG

O Estado-Maior do Exército, como Órgão de Direção Geral, vem coordenando trabalhos no sentido de elevar o Exército Brasileiro a um novo patamar. Para tal, investe tempo e recursos (humanos e financeiros) na condução do processo de transformação. Esta transformação aumentará a participação da Força Terrestre no cenário nacional e internacional, ao mesmo tempo em que dará respaldo para o Brasil se posicionar, cada vez mais, como um ator global e com prontidão para atuar em qualquer área de interesse.

Nesse sentido, as Subchefias do EME e os ODS desenvolvem objetivos que apresentam resultados em diversos campos de atuação:

2.4.2.1. 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão do Pessoal)

a. <u>Principais realizações</u>

Implantação, em 2016, da Sistemática de Aproveitamento de Qualificações Funcionais Específicas (QFE) para os militares de carreira; adoção de medidas que viabilizaram o critério de merecimento como única forma de acesso ao posto de coronel; desenvolvimento do novo plano de carreira para oficiais e praças, permitindo, inclusive o acesso da primeira Turma de mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), marcando ingresso da mulher no Corpo de Oficiais da Linha de Ensino Militar Bélica; diminuição gradativa do quantitativo de ingresso de oficiais e sargentos de carreira; execução de processo de racionalização administrativa e de racionalização de cargos militares, com a extinção e reorganização de Organizações Militares.

b. <u>Resultados obtidos</u>

Melhoria no aproveitamento de capacitações, vocações e talentos individuais de militares em áreas de interesse da Instituição; aumento da motivação e retenção de pessoal especializado; valorização da meritocracia; redução das despesas com pessoal inativo e pensionista (longo prazo); previsão da redução de aproximadamente 20.000 (vinte mil) cargos previstos na estrutura do Exército (longo prazo); e racionalização do ensino, substituindo cursos e estágios realizados da modalidade presencial pela modalidade à distância.

c. Dificuldades enfrentadas

Não foram verificados óbices para as realizações apresentadas.

d. Análise Crítica

As realizações na área de gestão de pessoal estão alinhadas com a busca de novos mecanismos que viabilizem cada vez mais a meritocracia, a atração, a retenção e a motivação do capital intelectual, impactando positivamente não só para o Exército (perspectiva interna), quanto para toda a sociedade (perspectiva externa). Ademais, as realizações que resultarão em redução dos efetivos, principalmente de militares de carreira, trarão benefícios diretos considerando o aspecto orçamentário-financeiro para o Sistema de Proteção Social dos militares.

2.4.2.2. 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão da Informação)

a. Principais realizações

A 2ª Subchefia formulou, propôs e manteve atualizadas, no nível de direção geral, as diretrizes estratégicas concernentes ao Sistema de Informação do Exército (SINFOEx); Sistema Integrado de Gestão (SIG); Sistema de Excelência do Exército Brasileiro (SE-EB); planejou, orientou, coordenou e avaliou, no nível de direção geral, as atividades referentes aos sistemas de: Comando e Controle (C^2), Comunicações (Com), Tecnologia da Informação(TI), Guerra Eletrônica (GE), Imagens, Informações Geográficas e Meteorológicas (Imag Info Geo e Meteo), Informações Operacionais, Informações Organizacionais, Inteligência, Comunicação Social e Operações Psicológicas; bem como aos assuntos referentes ao Setor Cibernético, Setor Espacial e ao Sistema Militar de Comando e Controle ($SISMC^2$), objetivando a otimização do processo decisório no âmbito da Força e participando da formulação e da evolução das Doutrinas de Informação e de Comando e Controle.

Além disto, o DCT realizou incremento da tecnologia nacional de material de defesa, nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de materiais e equipamentos de utilização militar ou civil, e na formação de capital humano, no sentido de se promover o desenvolvimento tecnológico do Exército para ampliação da sua capacidade operativa de defesa.

b. Resultados obtidos

A 2ª Subchefia conseguiu empregar, de maneira criteriosa, os recursos recebidos no ano de 2016, tendo em vista que os recursos alocados foram abaixo dos planejados, tendo, desta maneira, que priorizar as Áreas mais críticas e mais impactantes.

Conseguiu dotar o Exército Brasileiro de sistemas de comando e controle pelas atividades de desenvolvimento, implantação, modernização, manutenção, defesa e integração dos sistemas de comunicações, tanto estratégicos, como táticos, de redes de telecomunicação e de informações, tendo como finalidade aparelhar o Exército com capacidades de produzir e executar decisões de forma tempestiva com informações precisas e acuradas.

c. Dificuldades enfrentadas

A limitação orçamentária, em relação ao montante planejado, e o contingenciamento orçamentário ocorrido ao longo do exercício financeiro, cuja liberação tardia dos montantes impactaram o cumprimento dos contratos, gerando inscrições em restos a pagar, dificultaram, em última análise, a consecução dos objetivos propostos pela 2ª Subchefia.

d. <u>Análise Crítica</u>

A 2ª Subchefia deixou de realizar alguns cursos à Distância, cursos esses realizados pelo DECEx, tendo em vista que o contingenciamento sofrido afetou diretamente essa área.

Percebe-se que as atividades realizadas estão diretamente associadas ao Plano Estratégico do Exército e aos objetivos setoriais estabelecidos. A consecução da maioria das metas demonstra gestão adequada dos recursos alocados. Neste sentido, em que pese a limitação orçamentária, verifica-se que os impactos foram mitigados devido à cooperação na área científico-tecnológica; ao intercâmbio de experiências e parcerias estratégicas de interesse das demais Forças Armadas, por meio do desenvolvimento de pesquisas, equipamentos, insumos; à prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas e execução de convênios de cooperação firmados com instituições públicas e privadas na área científico-tecnológica de interesse do Exército Brasileiro; bem como pela cooperação com os demais órgãos afetos por meio da prestação de serviços e execução de atividades de natureza técnico-científicas.

2.4.2.3. 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Operações e Doutrina)

a. <u>Principais realizações</u>

O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão central do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). A 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (3ª SCh EME) representa o EME como órgão formulador, orientador, coordenador e supervisor das atividades relacionadas ao SIDOMT. Para isso, realizou reuniões de coordenação com os integrantes do Sistema e formulou a Doutrina no seu nível de responsabilidade.

Por outro lado, as atividades operacionais são fontes substanciais no processo de evolução da Doutrina. Ainda que as operações sejam realizadas pelos Comandos Militares de Área (C Mil A), sob a coordenação do Comando de Operações Terrestres (COTER), a 3ª SCh EME tem participação direta, uma vez que orienta e supervisiona, no nível de direção geral, as atividades relacionadas com o preparo e o emprego da Força Terrestre, no Brasil e no exterior. Nesse contexto, foram executados:

- exercícios para experimentação doutrinária de novas concepções (9º Gpt Log, Bia BA/9º GAC, Bda Inf Mec e BI Mec, BIM, 4ª Bda C Mec - dotada dos meios do SISFRON, 3º Gpt Log, 9º B Com GE e Pel Com U);
- operações internacionais (MINUSTAH - Haiti, MINURSO - Saara Ocidental, UNMIL - Libéria, UNMISS - Sudão do Sul, UNOCI - Costa do Marfim, UNFICYP - Chipre, UNISFA - Abyei, MONUSCO - Congo, MINUSCA - Republica Centro Africana, UNIFIL - Líbano, GMI - Colômbia, UNIOGBIS - Guiné-Bissau);
- operações (Op) na Faixa de Fronteira (Op Vigilância no Oiapoque, Op Interagências, Op Escudo I, Op Refron, Op Cabo Orange, Op Ágata XI, Op Carcará, Op Curaretinga, Op Machifaro III, Op Fronteira Sul, dentre outras);
- operações de GLO (Op Potiguar, Op Chama Olímpica, Op Olímpia, Op JO Rio 2016 e Op Tocha Olímpica);
- operações (Op) de apoio à Órgãos Públicos (Op apoio ao TRE-RS/PE, Op Ações de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Op Mais Médicos, Op apoio à FUNAI, Op Jogos Indígenas, Op apoio ao Departamento do Programa Calha Norte, ENEM, Op DNIT, Op Sucuri, dentre outras);
- operações (Op) de apoio à Defesa Civil (Op Pipa, Op Lençóis II, Op Água Limpa, Op Combate ao Dengue, Op Zika Zero, Op Ações Humanitárias, Op Guardião, dentre outras);

- operações (Op) de Engenharia (Op Ponte S.G.C., Op Restauração e Manutenção BR 101, Pavimentação da SC 114, Conservação e Manutenção BR 116/RS, Op Perfuração de Poços Tubulares no Estado da Paraíba, Op Ponte Rio Negro, Op Semiárido, dentre outras);

- operações (Op) relacionadas às Olimpíadas e Paralimpíadas (Op Corcovado, Op Águia Olímpica, Op Girândola,Op Direcionadas ao Controle de Produtos Controlados, Op Guardião e Op Hóplon); e

- operações relacionadas à Garantia da Votação e Apuração (GVA) (apoio às eleições de 2016).

b. Resultados obtidos

Evolução da Doutrina Militar Terrestre; melhoria na consolidação dos preceitos doutrinários vigentes; incremento das informações doutrinárias e fortalecimento de relacionamento por meio dos intercâmbios com diversos países; controle das fronteiras e redução dos crimes fronteiriços; controle dos crimes ambientais; apreensão de armas, munições e veículos furtados; melhoria na distribuição e atendimento médico, transportando médicos para cidades de difícil acesso; minoração das epidemias endêmicas por meio do combate aos insetos vetores; complementação da distribuição de água nas regiões em situação de emergência; contribuição nos ótimos resultados relacionados à segurança proporcionados quando dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro-RJ e obtenção de experiências e práticas operativas que culminaram no aperfeiçoamento das tropas da Força Terrestre.

c. Dificuldades enfrentadas

Em linhas gerais, não foram encontradas dificuldades em executar as atividades doutrinárias, a cargo da 3ª SCh EME, previstas para 2016, pela coerência entre o planejamento e a execução dos recursos financeiros provenientes da Ação Orçamentária 4450 (Preparo da Força). Porém, algumas atividades ficaram limitadas pela ausência de material de emprego militar (MEM), que não puderam ser adquiridos e pela necessidade de adequação aos recursos financeiros disponibilizados.

d. Análise crítica

A 3ª SCh/EME cumpriu ao máximo o planejamento, previsto para 2016, apesar das dificuldades materiais e orçamentárias, realizando um emprego judicioso dos recursos alocados e construindo soluções consensuais com o Ministério da Defesa, o Órgão de Direção Operacional (ODOp), os Órgãos de Direção Setorial (ODS) e os C Mil A.

2.4.2.4. 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Logística)

a. Principais realizações

A 4ª SCh/EME adquiriu Materiais de Emprego Militar (MEM) que compõem os Quadros de Dotação de Material (QDM) de unidades distribuídas pelo Brasil, bem como procurou atender as necessidades das tropas especiais, demandas estas que fazem parte do Projeto Estratégico do Exército (PEE) Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP).

A modernização do Sistema de Material do Exército (SIMATEx) e de seus subsistemas, em especial o Sistema de Dotação de Material (SISDOT), o qual permite disponibilizar, em forma de relatórios e consultas, as informações provenientes dos órgãos provedores (OP) e das organizações militares (OM), informando inclusive a dotação de material por Quadro de Organização Tipo e por OM, proporcionará ao EME elaborar e atualizar os QDM das OM do Exército de forma automática.

Após o sistema se tornar operativo, o Exército Brasileiro contará com uma ferramenta imprescindível para a condução da gestão logística estratégica.

b. Resultados obtidos

Foram adquiridos, em 2016, variados itens de material de emprego militar, assim como componentes para a modernização e manutenção de viaturas blindadas de transporte de pessoal.

Observa-se, também, como resultado alcançado a construção, adequação, modernização e revitalização de postos de combustíveis em diversas guarnições do país.

Houve, ainda, a aquisição de fuzis IA2, iniciando o processo de substituição dos antigos armamentos em uso no Exército, particularmente o Fuzil 7,62 FAL, já considerado obsoleto, além da aquisição de componentes para a montagem de óculos de visão noturna.

c. Dificuldades enfrentadas

A demora na liberação dos recursos, dificultou a abertura dos processos licitatórios e a execução do planejamento para 2016. Além disso, a dotação orçamentária foi insuficiente para atender a todas as demandas planejadas, o que fez com que os planejamentos fossem adequados à redução do orçamento, priorizando a realização do que era mais essencial para o exercício de referência.

d. Análise Crítica

A dotação orçamentária para o PEE OCOP foi insuficiente o que determinou o alongamento do cronograma inicial, e, por conseguinte, o atingimento das metas estabelecidas ficou comprometido.

Historicamente o Exército Brasileiro tem sido utilizado nos momentos de crise e de calamidade pública, tais como, na região do semiárido nordestino, com o abastecimento de água às populações carentes, nas enchentes, com apoio à população desabrigada, e na pacificação de áreas dominadas pelo crime organizado.

Mais recentemente, com a radicalização das greves de policiais e a crise nos presídios, o Exército Brasileiro foi convocado para proporcionar segurança à população e garantir a lei e a ordem.

Desta forma, o orçamento destinado ao PEE OCOP carece de majoração para garantir os meios imprescindíveis ao seu emprego operacional pleno e, consequente, o atendimento dos anseios da Nação.

2.4.2.5. 5ª Subchefia do Exército (Gestão Internacional e Ambiental)

a. Principais realizações

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) possui tropas extremamente bem treinadas e conduzidas por uma liderança segura, consistente e eficaz. Esses fatores, aliados às características psicossociais dos soldados brasileiros, permitem uma operação focada na missão e com um dos menores índices de desvios e falhas de conduta de todas as tropas a serviço da ONU.

O efetivo do Exército Brasileiro no Contingente Brasileiro (CONTBRAS), na MINUSTAH, no ano de 2016 foi de 794 do EB (Batalhão de Infantaria de Força de Paz/665 militares, Companhia de Engenharia de Força de Paz/120 militares, Oficiais de Estado-Maior/8 militares e Comandante da Força/1 militar).

Em 2016, foram empregados o 23º e 24º Contingentes da MINUSTAH.

Além desses, o Exército Brasileiro se fez presente nas seguintes missões: MINURSO (Saara Ocidental), UNFYCIP (Chipre), UNIFIL (Líbano), MINUSCA (República Centro-Africana), UNMISS (Sudão do Sul), UNOCI (Costa do Marfim), UNMIL (Libéria), UNIOGBIS (Guiné Bissau), MONUSCO (República Democrática do Congo), GMI (Missão da Organização dos Estados Americanos-OEA na Colômbia), com um total de 41 militares.

O Estado-Maior do Exército, por intermédio da 5ª Subchefia, realizou, no ano de 2016, entre outras, as seguintes atividades:

- acompanhamento do preparo, emprego e desmobilização dos contingentes, oriundos da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Pelotas/RS, e da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cristalina/GO, responsáveis pelos batalhões de infantaria dos 23º e 24º contingentes, nos quais foram inspecionados 1.570 militares;

- acompanhamento do cenário internacional, particularmente das 11 missões com a presença de militares brasileiros, em estreita ligação com o Ministério da Defesa;

- tratativas para a assinatura de um acordo de cooperação não oneroso entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil com o Instituto de Treinamento de Operações de Paz (*Peace Operations Training Institute – POTI* – sigla em inglês), dos Estados Unidos da América, com o futuro uso de plataforma *on line* de ensino a distância que beneficiará aproximadamente 1.500 militares anualmente;

- tratativas para a assinatura de Acordo de Cooperação entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Centro de Operações de Paz da Etiópia e de Gana, resultando na futura presença de dois instrutores do Exército naquele país;

- acompanhamento/assessoramento das atividades da 22ª Conferência Anual da Associação Internacional de Centros de Operações de Paz (*International Association of Peacekeeping Training Centers* – IAPTC, em inglês);

- planejamento dos trabalhos afetos à reunião do comitê executivo da IAPTC, realizada em maio 2016, na Bósnia Herzegovina;

- envio de Equipe Móvel de Treinamento (EMT) para a Colômbia (1º semestre) e para a Namíbia (2º semestre), com treinamento de mais de 60 militares dos dois países e efeito multiplicador interno para muitos outros militares;

- participação nas Conferências Caribenha da Iniciativa de Direitos Humanos e da Iniciativa de Direitos Humanos da América Central; e

- coordenação da visita de Oficiais de Nações Amigas (ONA) ao Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), em Pelotas/RS e Cristalina/GO, com a participação de 11 oficiais estrangeiros de diferentes nações.

O Brasil participa do Sistema de Prontidão de Capacidades da ONU (*UN Peacekeeping Capabilities Readiness System – UNPCRS*) que substituiu o Sistema de Pronto Emprego das Nações Unidas (*United Nations Stand-by Arrangements System – UNSAS)*. Trata-se de um compromisso, por parte do governo brasileiro, de manutenção de capacidades ofertadas à ONU para emprego desdobramento de tropas em operações de paz, que manterá em torno de 900 militares do Exército em condições de treinamento pleno. As tropas somente serão consideradas para emprego mediante autorização do Congresso Nacional e após o retorno dos Contingentes da MINUSTAH.

A Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações militares, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

A Política Externa Brasileira, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, as Diretrizes do Ministério da Defesa e a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro

na Área Internacional (DAEBAI) constituem os fundamentos norteadores para o desenvolvimento das atividades internacionais.

As atividades realizadas pelo Exército Brasileiro na condução da Diplomacia Militar têm sido através de missões junto às representações diplomáticas, organizações militares de ensino ou instrução, organismos internacionais, comissões, conferências e reuniões (bilaterais ou multilaterais), cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil, intercâmbios diversos, exercícios/treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior e participações em missões de paz.

Como premissa para o desenvolvimento das atividades no exterior, buscou-se priorizar a **qualidade em detrimento da quantidade**. Assim sendo, foram estabelecidas prioridades no atendimento aos compromissos internacionais como os acordos internacionais assumidos, os entendimentos resultantes de Reuniões, os intercâmbios, cursos, estágios, viagens e visitas.

No âmbito da cooperação militar foram designados, em 2016, 190 (cento e noventa) militares do EB como oficiais de ligação, instrutores e monitores no exterior, particularmente nos países do Entorno Estratégico estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores (América do Sul e África).

Quanto à Capacitação Militar, 195 (cento e noventa e cinco) militares do EB realizaram cursos e estágios no exterior na região denominada como "Arco do Conhecimento" (EUA, Canadá e Europa).

Em contra partida, 180 (cento e oitenta) oficiais e praças de Nações Amigas realizaram cursos no Exército Brasileiro, sendo que do Entorno Estratégico (América do Sul, Caribe e África) foi atingido o percentual de 72% do total das vagas.

A realização de 15 (quinze) exercícios, com a participação de militares do EB e de Nações Amigas, em 2016, permitiu a interação e troca de conhecimentos com outros exércitos e serviu de parâmetro de comparação para avaliação da nossa capacidade técnico-profissional. Cerca de 54 representações de Nações Amigas compareceram a essas atividades, das quais destacamos a Competição Internacional de Patrulhas de Selva, realizada em Manaus, e a Semana Internacional de Cadetes, na Academia Militar das Agulhas Negras.

Portanto, em 2016, buscou-se ampliar a projeção do Exército Brasileiro no cenário internacional, tanto quantitativa como qualitativamente, em um ambiente global, aplicando judiciosamente os meios e recursos disponíveis.

b. <u>Resultados obtidos</u>

Promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências nas áreas de Política e Estratégia; ampliação da Diplomacia Militar; fomento à cooperação, à integração e confiança recíproca com diversos Exércitos; e aumento do número de vagas no Plano de Cursos e Estágios para militares estrangeiros no Exército Brasileiro, assim como projeção do Exército Brasileiro no cenário internacional.

c. <u>Dificuldades enfrentadas</u>

As restrições orçamentárias vem prejudicando a eficiência e a eficácia dos trabalhos da Diplomacia Militar.

d. <u>Análise Crítica</u>

No momento atual as restrições orçamentárias têm trazido reflexos negativos na atuação da Força Terrestre para a capacitação de recursos humanos no exterior, na cooperação com países de nações amigas e na busca de novas oportunidades.

2.4.2.6. 6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Gestão Orçamentária)

a. Principais realizações

Monitoramento do PPA 2016-2019; captação das Necessidades Gerais do Exército (NGE) a partir de informações geradas pelos Órgãos de Direção Setoriais (ODS); elaboração da pré-proposta orçamentária (PPO) do Exército; criação de Planos Orçamentários; mudanças na caracterização de ações visando adequar ao interesse da Força Terrestre; emissão de diretrizes, acompanhamento e validação de alterações orçamentárias no SIOP; acompanhamento da execução orçamentária no SIAFI; confecção de 5.800 notas de movimentação de créditos e 3.790 notas de dotação; acompanhamento diário dos créditos recebidos por meio de destaques e suas descentralizações; acompanhamento e controle diário dos créditos e limites orçamentários nas Unidades Gestoras e Unidades Orçamentárias do Exército; análise e aprovação de 149 (cento e quarenta e nove) instrumentos de parceria; início dos estudos para a revisão da Portaria nº 416, que aprovou a EB 10 IG 01.016 (Instrumentos de Parceria), em virtude da revogação da Portaria Interministerial nr 507/2007 por intermédio da publicação da Portaria Interministerial nr 424, de 30Dez16; atendimento de cerca de 42 (quarenta e duas) obras em unidades na região do Programa Calha Norte - PCN, num total de R$ 25,4 milhões, sendo que para adequação à infraestrutura dos PEF (Ação 2452) foram empregados R$ 7,6 milhões e R$ 17,8 milhões para o desenvolvimento sustentável da região do PCN (Ação 20X6); gestão de cerca de R$ 508,5 milhões nas Ações inseridas no PAC (SISFRON, GUARANI e ASTROS 2020) e R$ 482,5 milhões nas demais Ações do EME; gerenciamento de valores em torno de R$ 28,5 milhões; elaboração da Diretriz de Ajuste Orçamentário do Exército.

b. Resultados obtidos

O acompanhamento preciso da situação orçamentária do Brasil e os reflexos para a área de da Defesa e o Comando do Exército permitiram o assessoramento oportuno e eficaz ao Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Comandante do Exército na aplicação dos recursos orçamentários colocados a disposição do Exército.

c. Dificuldades enfrentadas

A restrição orçamentária causou impacto grande no atendimento das demandas previstas e inopinadas, particularmente quanto ao cronograma físico das obras previstas a serem concluídas em 2016, bem como das entregas dos Projetos Estratégicos (Guarani e SISFRON).

d. Análise Crítica

A 6ª Subchefia do Exército contribuiu para a melhoria da gestão orçamentária do Exército Brasileiro, realizando a programação orçamentária frente a cenários indefinidos, descentralizando recursos para órgãos e acompanhando a execução orçamentária. Com isso, os recursos destinados ao Exército Brasileiro foram bem utilizados e permitiram a realização de parcela considerável das atividades previstas para a Força Terrestre no ano de 2016.

2.4.2.7. 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (Planejamento Estratégico)

a. Principais realizações

Atualização do Plano Estratégico do Exército 16-19; da Concepção Estratégica do Exército; construção das árvores de indicadores dos Órgãos de Direção Setorial; elaboração dos Contratos de Objetivos Estratégicos; e elaboração de cenários prospectivos para a Força Terrestre com limite temporal para 2035.

b. Resultados obtidos

Aperfeiçoamento das fases 2, 5, 6 e 7 do Sistema de Planejamento do Exército (medição); mais transparência na destinação de recursos; e melhora no acompanhamento da execução físico-financeira.

c. Dificuldades enfrentadas

A dificuldade determinante para não se atingir as metas residiu na limitação orçamentária alocada. Ademais, a tardia liberação dos créditos também impactou a consecução de contratos, gerando inscrições em restos a pagar.

d. Análise Crítica

Percebe-se que as atividades realizadas estão diretamente associadas ao Plano Estratégico do Exército. Este fato demonstra, claramente, a evolução da cultura organizacional no sentido de alinhar as ações ao planejamento realizado. A mudança desta cultura tem gerado benefícios à gestão, na medida em que as ações, no seu amplo espectro, tendem a seguir as previsões e permitem, desta forma, o adequado direcionamento dos recursos disponibilizados à Instituição. Neste sentido, em que pese a limitação orçamentária, foi possível evoluir na sistemática de planejamento, mormente na fase de orçamentação e medição, cujo resultado é permitir, cada vez em um patamar mais elevado, a adequada aplicação dos recursos de investimento destinados à Força.

2.4.3. Operações militares e outras atividades

2.4.3.1 Resultados obtidos na condução dos objetivos

O COTER, como Órgão de Direção Operacional (ODOp), vem executando as gestões necessárias no intuito de elevar o nível de operacionalidade da F Ter. Diante disso, empreende na condução do Objetivo Estratégico do COTER "Implantar um novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre"[1], diversas atividades inerentes à modernização do Preparo e do Emprego da F Ter, traduzidas em projetos em desenvolvimento e reestruturação de processos atinentes, que quando implantados em sua completude, permitirão ao Exército, como um todo, ampliar a disponibilização de Forças de Pronto Emprego em qualquer Região do Brasil e em qualquer época do ano.

No Preparo, dispondo de modernos Sistemas de Simulação, contribui com o desenvolvimento das capacidades necessárias e qualifica Grande Unidades (GU) e suas OM integrantes, bem como seus Estados-Maiores nos diferentes escalões. Preservando o caráter eminentemente prático que já predomina no Sistema de Preparo (SIMEB), desenvolve as competências do líder em todos os escalões.

No Emprego, considerando os diferentes ciclos de adestramento, realiza a geração de força por capacidades com prontidão, de acordo com cenários e/ou ameaças identificadas. Consoante as diversas solicitações decorrentes de Acordos Diplomáticos e ou convênios e outros instrumentos legais internos, realiza o emprego de tropa em todos os tipos de operações de apoio a Órgãos Governamentais, cumprindo com as missões subsidiárias previstas nos diplomas legais.

[1] O citado OEC-1 teve sua denominação alterada para "Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre", mediante a Diretriz s/nr Cmt COTER, de 18 Out 2016, que complementou a Portaria nr 270- EME, de 18 Jul 2016, esta última revogando a Portaria nr 196-EME, de 1º Set 2015.

2.4.3.2 Operações realizadas em 2016

Como exemplos no referente ao Emprego da Força Terrestre, o COTER, coordenando as atividades dos C Mil A, em atendimento aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais, realizou as seguintes operações:

2.4.3.2.1 Operações de Garantia da Lei e da ordem (GLO)

a. Definição

Operação de Garantia da Lei e da Ordem é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento, previstos no art. 144 da CF88.

b. Operações realizadas

Em 2016, ocorreram 08 (oito) operações de GLO: Jogos Olímpicos e Paralímpicos, Tocha Olímpica, Potiguar, Tocha Paralímpica, Eleições, Eleições 2º Turno e Leão do Norte.

O ponto alto das operações de GLO no ano de 2016 constituiu-se no apoio à Operação Jogos Olímpicos e Paralímpicos, operação de grande envergadura e duração, onde Unidades da Força Terrestre, atuando com grande antecedência, realizaram o planejamento e a execução da segurança, na grande operação conjunta com as Forças coirmãs, em apoio aos governos estaduais e municipais envolvidos, bem como com as demais Agências federais e estaduais, consoante solicitação do Governo Federal. O resultado obtido foi de molde a demonstrar à Sociedade a capacidade de planejamento, organização e execução apuradas durante o período pré, durante e após o término das atividades, demonstrando que o Preparo e o Emprego das Unidades da F Ter empregadas nos eventos superaram em muito as expectativas da sociedade brasileira como um todo.

Como resultados palpáveis e percebidos, destacam-se: redução da criminalidade no período pré, durante e imediatamente após os eventos, com a restrição, durante o período de emprego da F Ter, da liberdade de ação então gozada pelas diversas facções do crime organizado, consequentemente propiciando à população autóctone e aos visitantes nacionais e estrangeiros, bem como aos atletas e Organizações nacionais e internacionais envolvidas, uma sensação de segurança nunca antes experimentada. A atuação da F Ter reforçou no seio da população o alto conceito de que sempre gozou, com o aumento dos índices de aprovação, dentre os mais elevados existentes no País.

2.4.3.2.2 Operações na Faixa de Fronteira

a. Definição

A Operação na faixa de fronteira tem como bases o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras- PPIF (Decreto Nº 8.903 de 16 de n novembro de 2016), o Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto Nº 7.496, de 8 de junho de 2011), a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Nº 6703, de 18 de dezembro de 2008) e a Constituição Federal e visa reduzir a ocorrência de crimes fronteiriços e transnacionais na faixa de fronteira, bem como aumentar a presença do Estado Brasileiro nesta região, uma vez que a Nação possui aproximadamente 8.000 Km de fronteira terrestre com cerca de 9 países sul americanos.

b. <u>Operações realizadas</u>

Elenca-se no ano de 2016 um total de 9 (nove) operações: Cabo Orange, Curare Oriental III, Curare, Curaretinga, Escudo, São Joaquim, Carcará, Atalaia e Fronteira Sul.

Como destaques dessas operações, citam-se a Operação Orange (na Região Norte, no Estado do Amapá), coordenada pelo Comando Militar do Norte (CMN) e a Operação Fronteira Sul, esta última realizada na região da tríplice fronteira (Argentina, Paraguai e Uruguai) e coordenada pelo Comando Militar do Sul (CMS).

Os objetivos colimados com essas operações foram, basicamente, os de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas e de armas, assim como a biopirataria e os delitos transfronteiriços. Com relação à Operação Fronteira Sul, ocorreram bloqueios nos principais pontos de contato com os países vizinhos nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), na Ponte da Amizade, fronteira com *Ciudad Del Este*, no Paraguai, todos com o propósito de realizar inspeções de veículos e pessoas, objetivando o controle, embora temporário, do descaminho, da imigração ilegal e de outros ilícitos.

A Operação Cabo Orange, com execução no município de Oiapoque/AP, objetivou o combate aos ilícitos transfronteiriços, ambientais e ao garimpo ilegal, que são as principais atividades observadas por parte de grupos criminosos naquela área. O Comando Militar do Norte foi o propositor dessa operação, contando com o apoio das demais Agências federais e estaduais, de modo a atuarem integradamente e já praticando a metodologia de Comando e Controle em operações interagências, adestrando seu Estado-Maior e os das OM subordinadas empregadas na operação. Com o objetivo de integrar igualmente as operações com as demais Forças coirmãs da Guiana (FAG) e da Guiana Francesa (OSP), nos seus respectivos territórios, ocorreram entendimentos oficiais com as autoridades dos países lindeiros, de modo a haver a necessária sinergia e integração de esforços, obtendo-se expressivos resultados nas áreas dos três países envolvidos, com destaque para o Brasil.

2.4.3.2.3 Operação Conjunta na Faixa de Fronteira

a. <u>Definição</u>

A Operação Conjunta ocorre sob planejamento e coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa (MD)**,** empregando efetivos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

b. <u>Operação realizada</u>

No ano de 2016, foi realizada apenas uma Operação ÁGATA, a de número 11. Sua execução deu-se no período de 13 a 22 de junho, sob a coordenação do Ministério da Defesa. O Comando Militar da Amazônia (CMA), o Comando Militar do Sul (CMS) e o Comando Militar do Oeste (CMO), sediados respectivamente em Manaus, Porto Alegre e Campo Grande, foram os executores, simultaneamente, em suas áreas, da citada operação.

Foi computado um total de cerca de 23 mil militares das FA participantes, bem como profissionais das demais Agências federais, estaduais e demais órgãos públicos.

Como atividades principais, foram realizadas operações de patrulhamento terrestre fluvial e marítimo. Com a operação de pontos de bloqueio nas estradas, realizou-se o controle de produtos, serviços e pessoas que adentravam ou saíam do Brasil, e, ainda, ocorreram eventuais apreensões de drogas, veículos furtados/roubados, armas, munições e contrabando em geral.

Também foram realizadas operações ACISO para atender as necessidades das populações nas áreas onde as operações foram executadas.

A abrangência da supracitada operação estendeu-se da localidade de Anauá-RR, até a localidade de Chuí-RS, com aproximadamente 16 mil Km de fronteira linear, naturalmente cobertos nos principais pontos de ligação das fronteiras com os países vizinhos.

2.4.3.2.4 Operações de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo

a. <u>Definição</u>

A Operação de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo ocorre sob planejamento e coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa (MD)**,** empregando efetivos da Marinha do Brasil**,** do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

b. <u>Operações realizadas</u>

Em 2016 foram realizadas 06 (seis) operações, a saber:

- Operação Médicos do Brasil: para apoio ao Programa Mais Médicos, sob a ótica logística, na Região Norte do Brasil (AM, AC, PA e RR), bem como a distribuição dos médicos intercambistas em todo o território nacional, mediante parceria do MD com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação;
- Operação PNCT: parceria , em pesquisas de tráfego, com o DNIT, para apoio ao Plano Nacional de Contagem de Tráfego, nas regiões S, SE, NE, N e CO;
- Vacina: parceria com a Secretaria de Saúde/DF, para apoio à 38ª Campanha de Vacinação Antirrábica de cães e gatos no DF;
- Operação Expedicionários da Saúde: apoio ao Ministério da Saúde e à ONG Expedicionários da Saúde, mediante apoio logístico às 35ª e 36ª expedições cirúrgica e clínica da ONG de mesma denominação, nos estados do AM e PA;
- Operação ENEM, para armazenamento de provas em apoio ao INEP; e
- Operação Apyterewa, realizada no sul do Pará, com a finalidade de apoiar órgãos e agências do Estado na desintrusão de terras indígenas, tendo obtido sucesso em seus objetivos.

O objetivo de prestação de apoio às instituições públicas foi plenamente atingido, ajudando-as na execução de suas respectivas atribuições. Destaca-se a logística de apoio à Operação Mais Médicos, pelo potencial multiplicado de atendimento às populações mais carentes, situadas em áreas anecúmenas no AM, no AC, no PA e em RR, combinada com a recepção e distribuição de médicos recém-egressos das capitais estaduais para os municípios dos respectivos estados.

2.4.3.2.5 Operações de Apoio à Defesa Civil

a. <u>Definição</u>

Operação de apoio à defesa civil é a cooperação com os órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com ações estruturadas de respostas às ocorrências de desastres naturais ou antropogênicos, a fim de contribuir com ações de socorro e assistência às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem estar da população atingida e cooperando com o restabelecimento da normalidade.

b. <u>Operações realizadas</u>

1) Ações de apoio à defesa civil em território nacional

As ações de apoio à defesa civil em território nacional foram as que mais tiveram participação das Unidades da F Ter no corrente ano, a saber:

- Operação PIPA: distribuição emergencial de água, no semiárido do Nordeste Brasileiro, e que, salvo pequena interrupção de cerca de dois anos, em 2003 e 2004, sendo reativada em 2005, encontra-se em andamento há aproximadamente 20 anos. Preocupa a F Ter a constatação de que a cada ano a recarga hídrica nos mananciais a céu aberto e mesmo nos mananciais subterrâneos está declinando aceleradamente, com a consequência de obrigar os caminhões pipa a percorrerem maiores distâncias entre os mananciais e os destinos finais da água, fato que encarecerá substancialmente o custo da Operação, podendo a mesma inviabilizar-se devido ao custo-benefício proibitivo;
- Zika/Dengue: combate ao mosquito Aedes Aegypti em todas as regiões do Brasil, com o emprego de grandes contingentes das OM da F Ter;
- Sanga Cheia: atendimento a afetados por enchentes nos municípios de Uruguaiana, São Borja e Quaraí, no RS;
- BR 307: instalação de ponte para permitir o tráfego de veículos, na R de São Gabriel da Cachoeira-AM;
- Pluviômetros: instalação de pluviômetros nos municípios serranos do Rio de Janeiro, em parceria com o MCTI;
- Apucarana-PR: apoio à SANEPAR no transporte de água na cidade de Apucarana-PR;
- Ultragás: apoio à defesa civil nas ações de combate a incêndio ocorrido no terminal de Santos-SP;
- Itajubá: apoio à prefeitura de Cristina-MG, afetando a população residente próxima ao rio Lambari;
- Santa Rita-RS: apoio à defesa civil no município de mesmo nome, para a distribuição de telhas aos afetados por desastre;
- Aquidauana-MS: apoiar a população e ribeirinhos afetados por enchentes do rio de mesmo nome, no citado município;
- Lençóis II- Chapada Diamantina-BA: em apoio a Incêndio Florestal;
- Porto Alegre-RS: apoio à prefeitura para o atendimento dos efeitos de vendaval ocorrido naquela cidade;
- Vendaval: apoio aos efeitos de desastre natural em Tubarão-SC;
- Combate a incêndio em Roraima: apoio a incêndio florestal em extensas áreas do estado de RR;
- Lavrado: atendimento à população afetada por severa estiagem no estado de RR, desde 2015;

- Sooretama-ES: apoio ao Corpo de Bombeiros em grande incêndio florestal na Reserva Biológica de mesma denominação;

- Pista Livre: realizada na cidade do Recife-PE, em apoio à reabilitação de efeitos de desastre natural (vendaval e tempestades) ocorrido na cidade;

- Guairacá: lançamento de equipagens de Ponte LSB sobre o rio Taquara, entre os distritos de Paiquerê e Guairacá, no PR;

- Incêndio – Porto de Guarujá-SP: evacuação da população afetada por incêndio na citada área portuária e posterior monitoramento da área; e

- Bacuri: apoio às atividades do Projeto Rondon no estado do MA, em atendimento ao MD.

Consoante a Constituição Federal/1988 e legislação infraconstitucional, as FA e em especial o EB, este por intermédio das OM da F Ter, atende à população afetada por todos os tipos de desastres, sejam naturais, sejam os antropogênicos, seguindo à risca os protocolos vigentes.

Destacaram-se nessas operações, a PIPA, pelo volume de recursos financeiros empregados e pessoal das OM da F Ter envolvidos, com a utilização de protocolos consolidados entre o EB e o Ministério da Integração Nacional (MI) e que permitem que o **custo-benefício** da operação como um todo seja um dos mais positivos, no concerto dessas operações em todo o mundo, com a extrema confiabilidade que essa Operação tem no seio da sociedade, em especial das populações do semi-árido brasileiro.

Outra operação que se destacou foi a Zika/Dengue, pela abrangência nacional e a população atendida em praticamente todos os estados da federação, envolvendo significativa quantidade de pessoal militar, que foi adequadamente capacitado para poder realizar as ações necessárias previstas no Programa.

2) Exercício de apoio à Defesa Civil

Exercício Conjunto simulado de Defesa Civil realizado no município de Vila Velha-ES, com a participação de OM da F Ter, de integrantes das demais FA e outras Agências federais, estaduais e municipais.

2.4.3.2.6 Operações Internacionais

a. <u>Definição</u>

Decorrentes de compromissos internacionais do Brasil, essas operações são realizadas com o objetivo de cooperar em missões de paz ou de integrar uma Força Aliada, sob a égide de Organizações Internacionais e sempre de acordo com os interesses do governo.

b. <u>Operações realizadas</u>

Em 2016, o EB participou de 14 (quatorze) operações Internacionais, a saber:

- MINUSTAH, no Haiti, com dois contingentes ao longo do ano;
- DIAMANTE, no Congo;
- MINURSO, no Saara Ocidental;
- UNMIL, na Libéria;
- UNMISS, no Sudão do Sul;
- UNOCI, na Costa do Marfim;
- UNFICYP, no Chipre;

- UNISFA, no estado de Abyei, no Sudão;
- MONUSCO, no Congo;
- MINUSCA, na República Centro Africana;
- UNIFIL, no Líbano;
- GMI, na Colômbia; e,
- UNIOGBIS, na Guiné-Bissau.

Ressalta-se, no rol dessas operações, a MINUSTAH, criada em 2004 por decisão da ONU para manutenção da Paz naquele país, pós exílio do então Presidente Jean Bertrand Aristide. Os resultados obtidos pela tropa brasileira, atualmente no 25º Contingente, tendo passado por difíceis períodos, seja decorrente dos desastres naturais (01 terremoto e furacões) lá ocorridos, seja da necessidade de controle/redução dos grupos criminosos instalados em determinadas áreas urbanas, principalmente e ainda, da necessidade de implantar a normalidade política naquele país, aspecto que foi coroado de êxito, observado quando das eleições realizadas normalmente em 2016.

O conceito da tropa brasileira, com a criação de novas doutrinas aplicadas ao "*case Haiti*", seja a nível sul americano, seja a nível mundial, no concerto da ONU, elevou-se exponencialmente, sendo considerado referência para operações em áreas como as do Haiti.

2.4.3.2.7 Projeto Soldado Cidadão (PSC)

a. <u>Definição e objetivos</u>

O Projeto Soldado-Cidadão tem por finalidade fornecer uma qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, a concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições.

No Exército Brasileiro, o COTER coordena todas as atividades decorrentes da execução do citado Projeto, por intermédio dos C Mil A, os quais inserem as OM da F Ter nas atividades profissional-laborais.

O PSC proporciona adequadas condições de competirem no mercado de trabalho seja na iniciativa privada, seja na área governamental, a custo zero, aos alunos dos diversos cursos oferecidos ao longo do ano, nas instalações disponibilizadas, contendo todas as ferramentas e material didático necessários para o aprendizado das profissões oferecidas.

b. <u>Histórico</u>

O PSC teve sua origem em 2002, com o Projeto Qualificação de Mão-de-Obra, na cidade do Rio de Janeiro. Surgiu em razão da antecipação da desincorporação ocorrida naquele ano.

No ano seguinte, como módulo-piloto, foi estendido ao Distrito Federal e a mais sete estados brasileiros. Em 10 de agosto de 2004, o Governo Federal lançou o "Projeto Soldado-Cidadão" (PSC), inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. Naquele ano, o projeto adquiriu projeção nacional, abrangendo todas as unidades da federação, com a participação de todos os Comandos Militares de Área (C Mil A). Em junho de 2007, o Comandante do Exército encarregou o Comando de Operações Terrestres (COTER) da execução e das medidas de coordenação e controle, em todas as suas etapas. Em 27 Ago 2008, o MD emitiu a Portaria Normativa Nº 1.227/MD, estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento do PSC.

Os recursos orçamentários para o desenvolvimento do PSC são os constantes da Lei Orçamentária na Ação 6557 - Formação Cívico-profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado-Cidadão, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil".

Até dezembro de 2015, o EB qualificou profissionalmente 182.241 jovens em Serviço Militar. No ano de 2016, o PSC resultou na profissionalização de 6.768 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades públicas e privadas, cujo resumo consta na tabela a seguir:

Tabela 7 - Quantitativos da profissionalização no Programa Soldado-Cidadão

UNIDADE GESTORA	MATRICU-LADOS	CONCLU-DENTES	PERCENTUAL DE EVASÃO	EXECUÇÃO ORÇAMEN – TÁRIA (R$)	CUSTO UNITÁRIO TOTAL POR ALUNO
COTER	**6.902**	**6.768**	**1,95%**	**3.690.455,12***	**534,69**

Observação: * Total do recurso recebido na GND 3 – custo unitário total por aluno= R$ 534, 69 (execução orçamentária/matriculados)
Fonte: COTER

A meta originalmente inscrita no PPA 2016-2019 prevê a qualificação de 48.000 (quarenta e oito mil) jovens egressos do Sv Mil Inicial, aspecto que se estima não será atingido, haja vista que os recursos orçamentário-financeiros recebidos em 2016 e os sinalizados para 2017 indicam que não haverá possibilidade de sua consecução. Acresça-se ainda que os recursos necessários ao Programa, anualmente, precisam ser disponibilizados no mais tardar até final de junho, objetivando atender as formalidades exigidas pela CJU, para aprovação dos processos licitatórios.

2.4.3.2.8 Programa Forças no Esporte (PROFESP)

a. <u>Definição e objetivos</u>

O Programa Forças no Esporte tem como objetivos:

- oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;
- oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade;
- desenvolver valores sociais e morais;
- contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde);
- contribuir para a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania, diminuição a exposição aos riscos sociais: drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade e o trabalho infantil;
- revelar novos talentos que futuramente poderão compor as delegações nacionais em competições de alto nível;
- democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social; e
- despertar valores de civilidade, cidadania, honestidade, responsabilidade e amor à Pátria.

b. <u>Histórico</u>

Criado em 2003, o programa foi desenvolvido por intermédio de uma parceria entre os Ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, promovendo a inclusão social por meio da prática de esportes.

Por sua importância social, o PROFESP consta do Plano Estratégico do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro – 2016/2019, enquadrado no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 3- Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social, particularmente na estratégia 3.3 - Ampliação da atuação do Exército na área social.

Por ser um programa de cunho eminentemente social, é importante ressaltar que a adesão das OM é um ato voluntário do Comandante e não está associada a aporte de recursos, que não estejam contemplados nos Termos de Cooperação. A contrapartida para o Exército é a oportunidade de contribuir com o Estado na formação de cidadãos de bem, comprometidos com os ideais de patriotismo e com os valores da democracia.

Atualmente, 112 OM estão desenvolvendo o programa, atendendo aproximadamente 10.500 crianças carentes. Em 2016 os Ministérios do Esporte e Desenvolvimento Social e Agrário repassaram para a execução do PROFESP o valor de R$ 8.353.994,72.

2.4.3.2.9 Quadro Demonstrativo da Execução dos Recursos Orçamentário-financeiros disponibilizados em 2016

Quadro 39 - Informações sobre recursos de destaques – exercício 2016

TIPO DE AÇÃO	EMPENHADO/ PERCENTUAL	EMPENHADO LIQUIDADO/ PERCENTUAL	ORGÃO DE ORIGEM
Ações de Defesa Civil - Operação PIPA			Ministério da Integração
Ações de Defesa Civil - Outras Ações (Pontes, Enchentes, Incêndios etc.)			
Pleitos Eleitorais (Eleições Municipais/2016)			Tribunal Superior Eleitoral
Processamento de Causas na Justiça Militar			Justiça Militar
Operação ENEM/2016			Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas- INEP
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Estg Segurança Auto			Ministério Público Federal - MPF
Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos			Agência Nacional de Águas - ANA
Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	**99,24**	**90,39**	Fundação Nacional de Saúde - FNS
Estudos, Pjt e Plj Infraestrutura de Transporte			Min Def/ Min Esportes/Min Desenvolvimento Social e Agrário
Programa Forças no Esporte –PROFESP			Ministério da Defesa
Operação Apyterewa			
Intercâmbios e Cooperação Internacional na Área de Defesa			
Projeto Soldado Cidadão			
Apoio das FFAA ao Projeto Rondon			
Emprego Conjunto ou Combinado das FFAA			
Emprego Conjunto ou Comb das FA (OP			

Leão do Norte)			
Participação Brasileira em Mis Paz			
Operação Ágata			
Operações em Faixa de Fronteira			
Grandes Eventos - Jogos Olímpicos/2016			
Operação Mais Médicos			
Apoio das FFAA no Combate ao Aedes Aegypti			
2000 - Adm da Unidade - MD (Operações Diversas)			
2000 - Adm da Unidade - Op São Gabriel da Cachoeira			

Fonte: COTER

2.4.4. A Engenharia do Exército Brasileiro no desenvolvimento nacional

2.4.4.1 As Obras de Cooperação

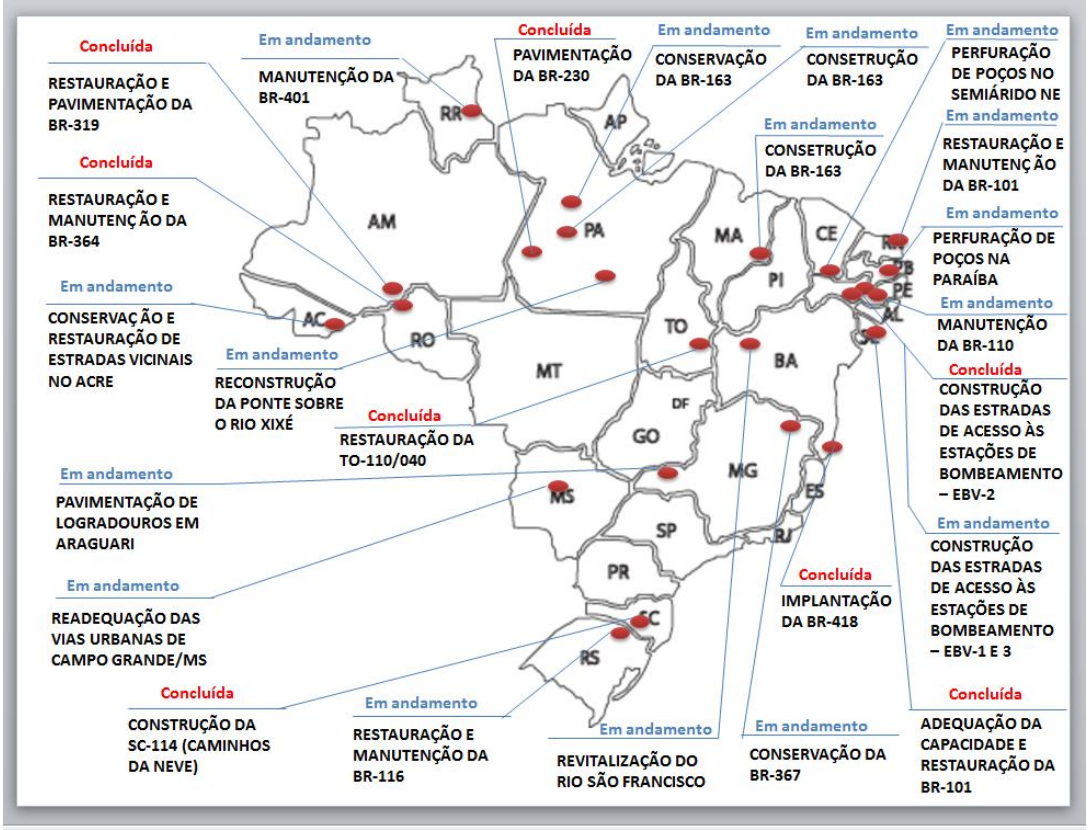
a. <u>Conceito</u>

As Organizações Militares de Engenharia do Exército Brasileiro executam diversas obras de interesse nacional, solicitadas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de serviços aos setores de infraestrutura aquaviária, rodoviária, aeroportuária, além de trabalhos em prol do meio ambiente. Para tanto, o Exército emprega 11 (onze) Batalhões de Engenharia de Construção e 1 (uma) Companhia de Engenharia de Construção espalhados em todo o território nacional. 8

b. <u>Obras de Cooperação em andamento e concluídas em 2016</u>

No ano de 2016 a Engenharia Militar tinha sob sua responsabilidade 24 (vinte e quatro) Obras de Cooperação, sendo que 9 (sete) foram concluídas e 15 (quinze) continuarão em andamento em 2017.

Figura 14 - Exército coopera com o desenvolvimento nacional



Fonte: DEC

c. <u>Resultados obtidos</u>

1) Adestramento

O emprego da Engenharia do Exército Brasileiro na realização de obras permite o continuado adestramento e aprimoramento dos quadros de carreira da Força. Ao desempenhar suas funções no planejamento, execução e controle de obras públicas, esses profissionais realizam, em tempos de paz, trabalhos muito semelhantes aos que seriam executados em um eventual conflito militar. A manutenção desse contingente bem treinado garante respostas rápidas em diversas situações de emergência no nosso País e no exterior, como a que o Brasil desempenha no apoio à infraestrutura do Haiti, desde 2005.

Por isso, a Engenharia do Exército, por meio de parcerias com órgãos públicos, coopera na elaboração e execução de projetos de infraestrutura em todo o País, cumprindo dupla finalidade: a de manter seus quadros permanentemente adestrados e a de materializar obras necessárias ao desenvolvimento nacional.

2) Formação de mão-de-obra

A Engenharia do Exército emprega nos seus Batalhões profissionais especializados, tais como laboratoristas, topógrafos, mecânicos, operadores de equipamentos, dentre outros, os quais, após o cumprimento do tempo de serviço militar, são integrados ao mercado de trabalho, contribuindo para a qualificação da mão-de-obra no setor de infraestrutura do País. Para tanto, o Exército conta com a tradicional parceria do Sistema S, melhorando ainda mais a capacitação dos militares em áreas bastante carentes do Brasil.

3) Cooperação com o desenvolvimento nacional

A comprovada experiência da Engenharia Militar e a sua presença, geralmente, nas áreas remotas do País, onde as dificuldades logísticas e técnicas não atraem o interesse da iniciativa privada, constituem fator importante para assegurar a expansão da infraestrutura viária brasileira, bem como a manutenção da malha existente.

4) Reequipamento e incorporação de novas tecnologias

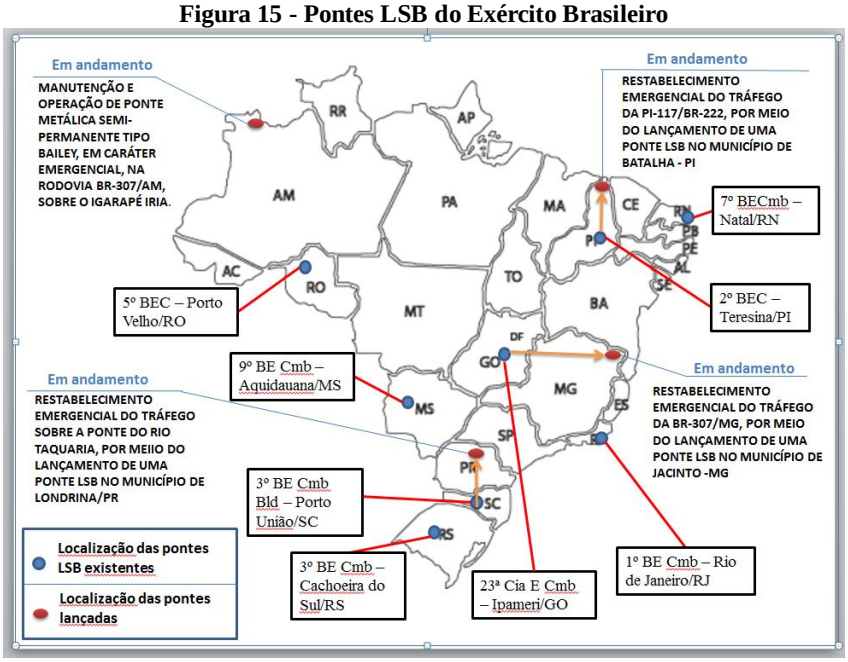
A participação da Engenharia do Exército em cooperação com o desenvolvimento nacional permite renovar o acervo material em uso nos Batalhões de Engenharia, bem como incorporar novas tecnologias, como foi a aplicação do EPS (isopor) para construção de aterros em solo mole e, mais recentemente, a execução de microrrevestimento asfáltico nas obras de manutenção e restauração que aumenta a vida útil das rodovias.

5) Situações Diversas

Além das Obras de Cooperação que participa, a Engenharia Militar também se faz presente em situações de emergências em apoio ao DNIT e à Defesa Civil, especificamente no restabelecimento do tráfego das rodovias que são interrompidas pelo rompimento de bueiros, pontes, entre outros motivos, por meio do lançamento de pontes Bailey e *Logistic Support Bridge* (LSB).

Atualmente, o Exército possui 16 (dezesseis) pontes LSB localizadas conforme apresentado no mapa a seguir. No ano de 2016, a Engenharia está com 4 (quatro) pontes lançadas, sendo 3 (três) LSB e 1 (uma) Bailey, restabelecendo o tráfego nas rodovias.

Figura 15 - Pontes LSB do Exército Brasileiro



Fonte: DEC

2.4.4.2 Os Projetos de Engenharia do Exército Brasileiro no contexto da engenharia civil nacional

a. <u>Conceito</u>

A Diretoria de Projetos de Engenharia (DPE) é uma das mais novas organizações militares do Exército Brasileiro. A DPE foi idealizada a partir da necessidade de o Departamento de Engenharia e Construção possuir um órgão elaborador de projetos de arquitetura e engenharia.

Em 13 de março de 2013, mediante Portaria do Comandante do Exército, foi determinada a implantação da DPE. Após um pouco mais de dois anos, em 13 de julho de 2015, o Decreto Presidencial Nº 8.491 inseriu a Diretoria de Projetos de Engenharia na Estrutura Regimental do Comando do Exército, consolidando sua criação.

A estrutura organizacional da Diretoria comporta as capacidades para elaboração de projetos nas áreas de edificações, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, obras de arte especiais e projetos ambientais. No momento, apenas o Núcleo de Edificações Militares, da Seção de Projetos, apresenta a capacidade de elaboração de projetos.

Nesse curto período de existência, a DPE já elaborou os projetos da Escola de Comunicações (EsCom), da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx), de edificações para o Comando de Operações Especiais (COpEsp) e para o próprio DEC.

b. <u>Projetos de engenharia em andamento e concluídos em 2016</u>

A Diretoria de Projetos de Engenharia, ao longo do ano de 2016, direcionou seu trabalho para a fiscalização e a execução de projetos contratados do Pólo de Tecnologia da Informação (PTI) do Exército e da nova sede do Superior Tribunal Militar (STM), além de ter trabalhado na elaboração dos projetos do Memorial aos Mortos em Batalhas.

No ano de 2016, foram concluídos os projetos da Escola Superior de Guerra (ESG) – Campus Brasília, de adequação da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) para recebimento dos blindados GEPARD, do Saneamento Básico da Vila Militar de Deodoro, estudo preliminar da nova sede do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências, em Brasília (CCOTI), das Estações Rádio do 7º CTA e 6º GMF, adequação da Rede de Distribuição Secundária de Baixa e Média Tensão do 2º Batalhão Ferroviário (2º B Fv), análise dos Portais Ambientais, estudos preliminares da nova Escola de Saúde do Exército (EsSEx), Escola de Engenharia e recuperação do Sistema de Abastecimento de Água da Academia Militar das Agulhas Negras.

Além disso, foram realizados estudos iniciais para os projetos da Escola Nacional de Defesa Cibernética e do Comando de Defesa Cibernética e para a Sala de reunião do Alto Comando do Exército.

Gradativamente, a DPE vai ocupando seu espaço no âmbito do Exército com a desafiadora missão de moldar a cultura de projetos de arquitetura e engenharia no âmbito da Força. Se por um lado o custo médio de um projeto representa aproximadamente 5% do valor do empreendimento, por outro lado, 5% de erro em um projeto, cujo projeto foi mal elaborado por falta de profissionais capacitados, carência de tempo ou outras deficiências, poderá significar muito mais em perdas humanas, danos no empreendimento e custos para a Administração Pública.

A visão de futuro da Diretoria de Projetos de Engenharia aponta para o emprego dessa OM especializada na elaboração de projetos estratégicos para o Exército Brasileiro e para o Brasil.

A qualidade dos projetos resulta na realização de um orçamento estimativo mais próximo do custo efetivo da obra, gerando informações gerenciais mais realistas, demandando menor flexibilidade no planejamento financeiro.

Projetos de menor complexidade foram ou estão sendo elaborados nos hiatos de tempo existentes nos projetos principais, contribuindo para a diminuição das demandas acumuladas de projetos de arquitetura e engenharia para o Exército Brasileiro.

c. <u>Resultados obtidos</u>

A grande complexidade dos projetos executivos, bem como sua quantidade, impõe a busca pela evolução da forma de projetar. No decurso do ano de 2016, a DPE esteve focada em definir a estratégia para a adoção da metodologia de Modelagem da Informação da Construção (*Building*

Information Modeling – BIM). O esforço resultou na elaboração de termo de referência para aquisição de software e contratação de treinamento e consultoria especializada, a fim de diagnosticar a forma de projetar e propor a implantação da referida metodologia, aplicando os conhecimentos obtidos na elaboração do projeto piloto da nova sede do Comando de Operações Terrestres (COTER), que abrigará o Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências.

A despeito do seu pouco tempo de existência (pouco mais de 3 anos) a DPE têm obtido o reconhecimento dos analistas de projetos da Diretoria de Obras Militares pela qualidade dos projetos apresentados, com os seus respectivos orçamentos.

As especificidades da atividade de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia dificultam a obtenção de indicadores de efetividade, tendo em vista que a sua aferição é impactada pela dimensão tempo. A conclusão das obras dos projetos concluídos pela DPE, em anos anteriores, fornecerá informações valiosas sobre a qualidade do trabalho desenvolvido e apontará as oportunidades de melhoria.

d. <u>Perspectivas</u>

Atuar de forma pioneira adotando a metodologia BIM para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, tornando-se referência no cenário nacional e mantendo a vanguarda na área de engenharia civil.

Consolidar seu papel estratégico para o Sistema de Engenharia do Exército por meio da disseminação das melhores práticas para o uso da metodologia BIM para a elaboração e para a análise de projetos de arquitetura e engenharia.

2.4.4.3 As obras militares e o desenvolvimento nacional

a. <u>Conceito</u>

A Diretoria de Obras Militares (DOM) é o órgão de apoio técnico-normativo do DEC, cuja missão é construir e manter a infraestrutura que o Exército necessita (aquartelamentos) para atingir seus objetivos estratégicos. Neste contexto, inserem-se também as obras em apoio à família militar, como hospitais, colégios e residências.

b. <u>Força de Trabalho</u>

A Diretoria é constituída por Engenheiros Militares, Eletricistas e de Fortificação e Construção, formados no Instituto Militar de Engenharia. Além disso, conta, em sua força de trabalho, com a colaboração de servidores civis temporários (contratados por um período de até quatro anos) e Oficiais Técnicos Temporários, todos de nível superior, registrados no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, bem como técnicos de nível médio.

c. <u>Principais realizações de 2016</u>

1) Entrega, pelo Sistema de Obras Militares (SOM), de 115 (cento e quinze) obras em aquartelamentos e prosseguimento de 428 (quatrocentos e vinte e oito) outras obras de diversos tipos.

2) Entrega, pelo SOM, de 256 (duzentos e cinquenta e seis) novos Próprios Nacionais Residenciais ao Exército Brasileiro.

3) Desenvolvimento de novas funcionalidades para o Sistema Unificado do Processo de Obras (OPUS).

4) Análise de 161 (cento e sessenta e um) projetos de Obras Militares.

5) Foram realizadas visitas de Orientação Técnica a todas OM do SOM, com intuito de atualizar o banco de dados (SINAPI), orientar a operação do *software* COMPOR 90 e divulgar critérios atualizados do Tribunal de Contas da União.

d. <u>Acessibilidade</u>

A DOM, em função da disponibilidade de recursos e cumprindo a Diretriz de Implantação do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil, editada por meio da Portaria Nº 246, de 16 de outubro de 2014, do Estado-Maior do Exército, vem conduzindo obras e serviços de acessibilidade e de adequação de instalações.

Ao mesmo tempo, as diretrizes do Diretor de Obras Militares estabelecem que os projetos desenvolvidos pelo SOM (construção, adequação, etc.) deverão prever normas de acessibilidade, principalmente a NBR 9050, nos PNR e nos aquartelamentos, exceto nos locais vedados ao acesso de público externo.

2.4.5. Informações sobre as ações relativas ao Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON

O Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um Projeto com o propósito de fortalecer a capacidade de monitoramento e de atuação do Estado Brasileiro nos 16.886 km da faixa de fronteira, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como responder prontamente contra ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações isoladas, conjuntas ou interagências.

Compreende o emprego de recursos financeiros em três áreas distintas:

- sensoriamento e Apoio à Decisão;

- apoio à Atuação; e

- obras de Engenharia.

No ano de 2016, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema, na área do Comando Militar do Oeste (CMO), que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), cujo comando situa-se em Dourados/MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

2.4.5.1 Identificação e descrição sucinta das normas que regulam a gestão do SISFRON

- Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB), que regulam a gestão do PEE SISFRON. As NEGAPEB objetivam padronizar e operacionalizar uma metodologia para a Elaboração e Gerenciamento de Projetos no âmbito do Exército Brasileiro;

- Diretriz do Comandante do CCOMGEX, no que tange aos processos internos de gestão de processos e pessoas;

- Documentação de gestão técnica do subprojeto de Sensoriamento e Apoio a Decisão (Plano de Gestão do Projeto, Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas, Plano de Integração, Relatórios de Integração, Planos de Trabalho dos subsistemas, Projetos Executivos, entre outros), especificamente no caso do PO 01;

- Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação do estágio de execução em que se encontra o projeto e as razões para eventuais atrasos e alterações (ANEXO A);

- Relatórios gerenciais mensais contemplando o monitoramento e controle do projeto;

- Gerenciamento de riscos do projeto; e

- Indicadores de qualidade, contemplando processos operacionais do projeto, bem como, serviços realizados por meio do Suporte Logístico Integrado.

2.4.5.2 Cronograma físico-financeiro atualizado

2.4.5.2.1 Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação do estágio da execução em que se encontra o projeto

- Anexo III. O PEE SISFRON encontra-se na fase de implantação do Projeto Piloto.

2.4.5.2.2 Razões para eventuais atrasos e alterações

- Insuficiência e irregularidade na disponibilização de recursos orçamentários e financeiros;

- Dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (INFOVIA) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

- Dependência do desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), a cargo do Ministério da Defesa, de modo a permitir as especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações por Satélite do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

- Dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica;

- Previsão em 2016 de restrição orçamentária para o projeto, limitando o escopo de entregas previsto inicialmente no Cronograma físico-Financeiro do Subprojeto;

- Variação cambial, que impactou a saúde financeira da Integradora;

- Sobrestamento de algumas atividades de execução contratual, em razão de interpretações divergentes do CCOMGEX e da Integradora acerca do Termo de Contrato nº 027/CCOMGEX, de 19 de novembro de 2012;

- Existência de contenciosos administrativos envolvendo subsistemas-chave do projeto, como os sensores de sinais eletromagnéticos (MAGE), infraestrutura e as comunicações estratégicas (INFOVIA);

- Incapacidade da Integradora de realizar integralmente o escopo previsto do Subprojeto para 2016, parte em face das dificuldades financeiras, parte devido a outras dificuldades enfrentadas pelo consórcio (dificuldade de importação, atraso no desenvolvimento tecnológico, incapacidade de cumprir todo o cronograma de entregas, dificuldades logísticas, falha na análise dos riscos negociais etc.);

- Necessidade de avaliação de equipamentos entregues pelo SISFRON por parte do Centro de Avaliações do Exército (CAEx), ocasionando atrasos em cascata nas entregas dos subsistemas Optrônicos e Centros de Comando e Controle;

- Problemas estruturais (lógicos e elétricos) encontrados em algumas OM beneficiárias do Projeto, que impactaram a entrega de Centros de Comando e Controle e Infraestruturas previstos no Projeto;

- Problemas patrimoniais (obtenção e regularização de terrenos) decorrentes da implantação dos sítios da Infovia; efetividade das atividades de capacitação a cargo da Integradora, que encontra obstáculo na alta rotatividade e difusão dos conhecimentos transferidos para os demais integrantes das OM;

- Problemas na gestão patrimonial do Projeto, ocasionados principalmente pela falta de pessoal no subsistema de SLI;

- Óbices na execução e atingimento do escopo do Simulador do SISFRON, devido a problemas operacionais e financeiros enfrentados pela empresa Contratada para esse fim (RUSTCON);

- Inexistência de pessoal capacitado suficientemente para operar e gerir os meios de tecnologia da informação e comunicações (TIC) nas OM recebedoras desses sistemas;

- Atrasos na execução do subsistema MAGE em razão de óbices técnicos de engenharia e questionamentos jurídicos acerca da propriedade intelectual de itens desenvolvidos no escopo do projeto;

- Baixa execução do subsistema de comunicações por satélite devido ao atraso na definição dos padrões de comunicação desses meios, a cargo do MD, e consequente demora no lançamento do SGDC;

- Atrasos consecutivos no desenvolvimento do Software de Gestão Logística do SISFRON (SGL); e

- Demora na assinatura do 3º Termo Aditivo, ocasionando a postergação de uma série de etapas do cronograma físico-financeiro afetadas pelas necessidades de modificação contratual.

2.4.5.3 Eventuais alterações na declaração de escopo do projeto.

- Em 2016, não houve alterações na declaração de escopo do projeto.

2.4.5.4 Informações por subprojeto acerca de licitações realizadas e contratos assinados até o exercício financeiro de 2016

2.4.5.4.1 Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão

- Anexo IV.

2.4.5.4.2 Subprojeto de Obras de Engenharia

- Anexo V.

2.4.5.4.3 Subprojeto de Apoio à Atuação

- Anexo VI.

2.4.5.4.4 Despesas financeiras decorrentes de eventuais atrasos na execução dos contratos e medidas adotadas para evitá-los

No caso específico do Contrato celebrado com o Consórcio TEPRO, conforme cláusula referente a reajuste anual aplicável aos valores de etapas vincendas, houve acréscimo da ordem de

R$ 35,1 milhões no total de R$ 968,9 milhões. Além do acréscimo previsto inicialmente, devido ao cumprimento natural do cronograma físico-financeiro do contrato, ocorreram reajustes em decorrência, principalmente, de restrições orçamentárias e financeiras, de reprogramação e alongamento da execução do Projeto, bem como da disponibilidade de infraestrutura (obras de engenharia e regularizações patrimoniais).

Os custos devidos a mudanças nas datas de entregas são passíveis de ocorrer durante os reajustes anuais, quando esses atrasos independem da ação ou omissão da Contratada. A probabilidade de ocorrência de atrasos dessa natureza tem sido minimizada pelo acompanhamento da realização das entregas previstas, pela identificação antecipada de possíveis atrasos e pela intervenção adequada das equipes do Projeto.

2.4.5.5 Localização geográfica e finalidade das principais obras de infraestrutura do subprojeto Obras de Engenharia

2.4.5.5.1 Obras iniciadas (licitadas e empenhadas)

- Construção da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada (Cascavel-PR), construção do Centro de Operações da 5ª Divisão de Exército (Curitiba-PR), construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Foz do Iguaçú), adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Corixa-MT e do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito-MT.

2.4.5.5.2 Obras entregues

- Pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizado (Mundo Novo – MS).

2.4.5.5.3 Obras previstas para 2017

- **Anexo VII.**

2.4.5.6 Medidas de contingência previstas em relação a eventuais atrasos por longos períodos na execução do projeto decorrentes de contingenciamentos ou outros motivos adversos, para salvaguardar ativos, principalmente os afetos à tecnologia da informação, contra o risco de obsolescência tecnológica

A obsolescência dos meios de TI é um fato que ocorre em qualquer programa que envolva sistemas complexos, como ocorre com o SISFRON, haja vista que a definição dos requisitos e a assinatura do contrato ocorreram ao longo do ano de 2012. Esse fato é notório no Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, particularmente, no Subsistema de Centros de Comando e Controle (CC2), que abarca a maioria dos ativos e passivos de TI do Projeto.

As medidas mitigadoras desse óbice são:

- a eventual substituição dos itens descontinuados por equipamentos mais modernos, que satisfaçam ou ultrapassem os requisitos em vigor, sem custo;

- a previsão de uma lista de aprovisionamento inicial (LAI), criada com a finalidade de agilizar a logística dos itens de maior rotatividade, que irá prover a manutenção dos equipamentos descontinuados e a distribuição ou recompra dos itens pela Contratada, no caso em que não forem utilizados;

- a seleção dos ativos e passivos de TI à época do lançamento da RFI/RFP contemplou os itens de desempenho acima da média, permitindo uma sobrevida antes de sua completa obsolescência tecnológica;

- a arquitetura dos sistemas de TI é propositadamente flexível e modular, permitindo interoperabilidade com sistemas legados e futuros. As equipes dos subsistemas têm acompanhado a evolução dos atrasos na implantação dos respectivos projetos, propondo quando necessário, a alteração contratual (por meio de solicitações de modificação) com vistas a manter os ativos e passivos de TI em compasso com a última tecnologia disponível. O Termo de Contrato nº 027, no anexo C (MAGE) prevê especificamente essa condição; e

- a Contratada (Consórcio TEPRO), por sua vez, tem provido equipamentos compatíveis (em desempenho) com a solução prevista na época da assinatura do contrato, atualizadas tecnologicamente com as soluções disponíveis no mercado por ocasião das entregas.

2.4.5.7 Indicação das próximas etapas previstas, informando estimativas acerca de valores, prazos e quantitativos de equipamentos e serviços planejados

As próximas etapas, com os respectivos valores, prazos e quantitativos, estão previstas nos contratos de objetivos para 2017, celebrados entre o EME e os ODS apoiadores da execução do Projeto.

2.4.5.8 Contrato 27/2012, celebrado entre o CCOMGEX e o Consórcio TEPRO, relativo à implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão do Projeto Piloto do SISFRON

2.4.5.8.1 Lista dos produtos entregues e de serviços realizados e previstos no âmbito do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, inclusive projetos executivos e planos de trabalho

a. <u>Sítios da INFOVIA</u>

Foram construídos oito sítios de INFOVIA, destinados a compor a rede de comunicações estratégicas do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão que, por sua vez, destina-se a interligar Centros de Comando e Controle e sensores diversos.

Cada sítio é constituído de: torre metálica autoportante; *shelter* de concreto; grupo motor-gerador; além de adequações civis diversas (terraplanagem e fundações, muro de arrimo/contenção, sinalização, etc.) e interligação elétrica, painéis, extensão de rede e aterramento.

Localização dos sítios entregues: Jardim, Nioaque, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Campo Grande e Nova Alvorada do Sul, todos no Mato Grosso do Sul.

b. <u>Principais produtos e serviços entregues em 2016 - EQUIPAMENTOS</u>

Quadro 40 - Optrônicos

Equipamentos	Previsto	Executado
Binóculo	270	270
OVN	327	276
BT	16	16
BTM	5	1

Fonte: EME

Quadro 41 - SVMR

Equipamentos	Previsto	Executado
Transportável	4	4
Móvel	9 (2 em 2015)	2
Fixo	4 (2 em 2015)	2

Fonte: EME

Quadro 42 - MAGE

Equipamentos	Previsto	Executado
Centro Regional de Monitoramento	1	1
Estações Fixas	20 (3 a 5 em 2015)	2
CIGE (Simulador de GE)	1	1
Estações Móveis	2	0

Fonte: EME

Quadro 43 - SAD

Etapas	Previsto	Executado
Desenvolvimento	11	11
Implantação	13	13

Fonte: EME

Quadro 44 - Comunicações Táticas

Equipamentos	Escalão	Previsto	Executado
ALFA	U	1	0
BRAVO	Pel Com/U	18	18
CHARLIE	GU	19	19
DELTA	Pel Com/U	12	12
ECHO	U	19	0
ECHO A	U	4	0
ESTAÇÕES FIXAS HF	U / GU	4	0
FOXTROT	MTO Bda	3	3
GOLF	MTO U	8	8
HOTEL	MTO SU	3	2
HOTEL A	MTO SU	8	0
HOTEL B	MTO SU	6	0
INDIA	GU	1	1
JULIET	SU	5	5
JULIET A	SU	8	8
KILO	Pel Com/U	4	0
KILO A	SU	30	17
LIMA	GE	67	56
LIMA A	Pel	23	0
LIMA B	GE	23	0
RÁDIO PORTÁTIL H/VHF	U	10	10
RÁDIO PORTÁTIL UHF	GE	1000	1000
RÁDIO PORTÁTIL VHF	U	136	0
SOFTWARE C2VIEW	Todos	91	0
SOFTWARE TAC CHAT	Todos	123	0
TVP + MINI CAMERA	GE	250	250
ESTAÇÃO FIXA HCLOS	U/GU	4	2

Fonte: EME

Quadro 45 - Comunicações por Satélite

Equipamentos	Previsto	Executado
Estação Central	1	0
Terminal Regional	1	0
Terminal Móvel	1	0
Terminal Fixo	4	0
Terminal Portátil	30	0

Fonte: EME

Quadro 46 - Comunicações Estratégicas

Equipamentos	Previsto	Executado
NOC	1	0
REPETIDORAS	68	18

Fonte: EME

Quadro 47 – Centro de Comando e Controle

Equipamentos	Previsto	Executado
CC2 Fixo	7	7
CC2 Móvel Bda	1	1
CC2 Móvel Unidade	10	9

Fonte: EME

Quadro 48 - Infraestrutura

Equipamentos	Previsto	Executado
Retificador	74	27
Inversor	46	32
Rack	91	32
Shelter concreto	50	19
Shelter metálico	24	10
Grupo Motogerador	103	66

Fonte: EME

Quadro 49 - Suporte Logístico Integrado (SLI) e Software de Gestão Logística (SGL)

Sistemas	Previsto	Executado	Executado %
SLI	122,2 Mi	97,1 Mi	75,00
SGL	16 Mi	12,6 Mi	78,75
Total	138,2 Mi	109,7 Mi	79,37

Fonte: EME

Quadro 50 – Principais produtos e serviços entregues em 2016 – com base no CFF (em R$)

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
AMB	**R$ 510.127,66**
Relatório de Gestão Ambiental - 10/12	R$ 510.127,66
A-OPT	**R$ 17.952.853,02**
Binóculo de Imagem Termal e acessórios	R$ 8.633.858,10
Óculos de Visão Noturna de intensificação de imagem e acessórios	R$ 8.949.264,36
OPT - Integração - Termal	R$ 369.730,56
B-SVMR	**R$ 3.052.886,01**
1 SVMR Fixo - Mundo Novo	R$ 2.044.945,19

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
Estação Remota (ERC2) - 11º RCMec	R$ 143.351,42
SVMR - Integração - SVMR Fixo - Cel. Cancelo	R$ 146.295,70
SVMR - Integração - SVMR Fixo - Mundo Novo	R$ 157.140,75
SVMR - Integração - SVMR Móvel - 17º RCMec	R$ 561.152,95
C-MAGE	**R$ 14.525.211,29**
1º Lote - MAGE (DF em HF/VHF/UHF) Fixo - SW - Amambai	R$ 2.030.413,49
1º Lote - MAGE (DF em HF/VHF/UHF) Instalação - Amambai	R$ 281.447,54
1º Lote - MAGE (DF em VHF/UHF) Fixo - Ponta Porã	R$ 2.255.021,17
Central de Treinamento Versão Preliminar - SW	R$ 6.641.998,35
Módulo de Demodulação Militar MAGE - Fase 1	R$ 3.316.330,74
D-SAD	**R$ 7.660.275,28**
IMPLANTAÇÃO DO SAD - COTER e CCOMGEX	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo - Cmdo CMO	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo - CRM	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 10º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 11º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 17º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 9º GAC	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - Cmdo 4ª Bda C Mec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 14ª Cia Com Mec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 20º RCB	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 28º Blog	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 2ª Cia Inf	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 4º Cia Eng Cmb Mec	R$ 553.418,82
Integração Parcial - Pacote 4.1	R$ 465.830,63
E-COMTAT	**R$ 20.544.322,79**
COM TAT - Integração - Kilo - Pacote 2	R$ 398.659,43
COM TAT - Integração - Módulo India	R$ 62.467,06
COM TAT - Integração - Módulo Juliet	R$ 667.728,12
Entrega do Módulo India	R$ 1.035.145,56
Entrega do Módulo Juliet	R$ 11.077.171,43
Entrega do Módulo Kilo - Pacote 2	R$ 6.606.211,73
Rádio HCLOS - Rep Aral Moreira 1	R$ 348.469,73
Rádio HCLOS - Rep Tacuru	R$ 348.469,73
G-COMEST	**R$ 3.927.497,11**
COM EST - Integração - Rota 2 - Amambai - Aral Moreira	R$ 610.124,66
COM EST - Integração - Rota 3 - Iguatemi - Mundo Novo	R$ 610.124,65
COM EST - Integração - Rota 4 - Rep Campo Grande - Rep Nova Alvorada do Sul	R$ 665.097,88
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 10/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 11/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 12/12	R$ 4.000,50

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 2/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 3/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 4/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 5/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 6/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 7/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 8/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 9/12	R$ 4.000,50
COM EST - Rota 2 - Amambai - Instalação	R$ 35.581,73
COM EST - Rota 2 - Enlace Amambai - Rep Amambai	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Aral Moreira - Rep Aral Moreira 1	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Rep Amambai - Rep Aral Moreira	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Rep Aral Moreira 1 - Rep Ponta Porã	R$ 144.114,81
COM EST - Rota 2 - Equipamentos Sítios	R$ 84.294,74
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Instalação	R$ 54.807,55
COM EST - Rota 3 - Enlace Iguatemi - Rep Tacuru	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 3 - Equipamentos Sítios	R$ 101.712,26
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Instalação	R$ 54.807,54
COM EST - Rota 4 - Enlace N. Alvorada do Sul - Rep N. Alvorada do Sul 1	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep Dourados - Rep Rio Brilhante	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep N. Alvorada do Sul 1 - Rep Campo Grande	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep Rio Brilhante - Rep N. Alvorada do Sul	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Equipamentos Sítios	R$ 123.060,70
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 8 - Campo Grande - Instalação	R$ 35.581,73
GER PROJ	**R$ 13.682.752,50**
Integração Geral - 3/7	R$ 2.768.873,14
Integração Geral - 4/7	R$ 2.974.132,47
Integração Geral - 5/7	R$ 2.974.132,47
Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES) 5/6	R$ 2.482.807,21
Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES) 6/6	R$ 2.482.807,21
H-CC2	**R$ 2.342.994,01**
C2 - Integração - C2 Fixo - 9º GAC	R$ 170.416,01
C2 - Integração - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 40.881,06
Entrega dos Equipamentos Instalados - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 1.957.216,84
Instalação - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 174.480,10

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
I-INFRA	**R$ 18.780.717,26**
Adequação Sítio P25 Rep Amambai	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Antônio João	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Ponta Porã	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Rio Brilhante	R$ 77.288,54
COM EST - Rota 10 - Rep Porto Murtinho 1 - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 510.804,11
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 510.804,11
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 496.344,06
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira- Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 311.623,30
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru- Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 603.601,58
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Infraestrutura	R$ 576.339,00
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 508.531,96
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 393.008,75
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 574.166,70
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 368.130,95
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 394.084,48
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 461.328,72
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 318.450,08
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Infraestrutura	R$ 523.603,81

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 389.007,27
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 8 - Campo Grande 20 RCB - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 76.975,58
COM EST - Rota 8 - Campo Grande 20 RCB - Infraestrutura	R$ 23.335,46
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 576.981,74
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 277.595,94
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 9 - Caracol - Infraestrutura	R$ 571.518,99
Condicionadores de Ar 22.000 BTU - Substituição ao de 12000 BTU - Rep Ponta Porã	R$ 11.521,46
INFRA - Integração - 3º Grupo Motogeradores CRM - 69 KW / 91 KVA	R$ 59.788,73
INFRA - Integração - 7º Lote No Break BELA VISTA - 40 KVA	R$ 30.295,05
INFRA - Integração - 8º Lote No Break NIOAQUE - 40 KVA	R$ 30.295,05
Instalação - 3º Grupo Motogeradores CRM - 69 KW / 91 KVA	R$ 193.597,21
Instalação - 7º Lote No Break BELA VISTA - 40 KVA	R$ 20.674,12
Instalação - 8º Lote No Break NIOAQUE - 40 KVA	R$ 20.674,12
J-SLI	R$ 12.678.765,18
Entrega de dados para catalogação - 3/4	R$ 2.392.442,78
Fornecimento Lista Inicial de Provisionamento - 3/5	R$ 4.338.314,04
Suporte, Capacitação e Gestão da Garantia	R$ 5.948.008,36
SGL	R$ 1.726.338,08
Testes Integrados	R$ 1.726.338,08
TOTAL GERAL	**R$ 117.384.740,18**

Fonte: EME *data de referência em 27 de dezembro de 2016.

2.4.5.8.2 Situação atual das subcontratações, em especial no que se refere aos planos de compensação e nacionalização previstos nos Anexos III a XI ao contrato 27/2012

As disposições de offset e propostas preliminares de compensação (e respectivos apêndices ao termo de contrato nº 27/2012) - previu as seguintes transações de *offset* vinculadas ao objeto do contrato principal:

Quadro 51 – Transações de *offset* vinculadas ao objetivo do contrato principal

ACORDO DE COMPENSAÇÃO	SUBSISTEMA	CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO
001	Optrônicos	ELBIT SYSTEMS ELECTRO-OPTICS – ELOP	30/08/2013
002	Comunicações por Satélite	ADVANTECH WIRELESS INC	08/10/2013
003	Sensores de Sinais	SAAB MEDAV TECHNOLOGIES	10/10/2013

	Eletromagnéticos	GMBH	
004	Comunicações Táticas	HARRIS CORPORATION	25/10/2013

Fonte: EME

a. <u>Situação atual dos Acordos de Compensação decorrentes do Termo de Contrato nº 027/2012 – CCOMGEX e seus projetos associados</u>

Quadro 52 – *Status* atual dos contratos de compensação em vigor

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
Acordo de Compensação Nº 001	ELOP	AEL Sistemas	Anexo A	Investimentos em infraestrutura estratégica para a produção de Optrônicos no Brasil	Os equipamentos de produção e testes estão prontos na ELOP aguardando aprovação do Termo Aditivo para início do processo logístico de exportação de Israel para o Brasil.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo B	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo C	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas & BRADAR	Anexo D	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e BRADAR. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas & Harpia	Anexo E	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e HARPIA. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo F	Transferência da tecnologia do monóculo de visão noturna LORIS para a produção, os testes, a certificação de conformidade e a manutenção no Brasil	Equipamentos recebidos e treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	Exército Brasileiro	Anexo G	Inspeção técnica das instalações da ELOP e da AEL Sistemas S.A.	Inspeção técnica nas instalações da ELOP realizada. O projeto aguarda o recebimento de todos os equipamentos pela AEL e o término da transferência de tecnologia existentes nos outros projetos, para que possa ser feita a inspeção técnica nas instalações da AEL.
Acordo de Compensação Nº 003	MEDAV	BRADAR	Anexo A	Calibração de antena de radiogoniometria	Sítio para calibração das antenas será instalado no CCOMGEX. Aguardando a importação dos equipamentos que irão compor o campo.
	MEDAV	BRADAR	Anexo C	IFS-8000 SIPAC	Programa de treinamento do projeto enviado e aprovado. No momento encontram-se em confecção os materiais que serão disponibilizados no treinamento previsto para acontecer em abril de 2017.
	MEDAV	BRADAR	Anexo E	Linha de Sintonizadores de Banda Larga OMT	Em dezembro de 2015, ocorreu um workshop do OMT na BRADAR, onde a BRADAR apresentou a V1.0 do OMT totalmente fabricado no Brasil. A MEDAV entregou os relatórios sobre os testes de integração final (FIT), última etapa da engenharia do offset, sobre essas unidades. O FAT do OMT ocorreu e foi aprovado. A MEDAV concordou em ceder a parte de propriedade intelectual cabível ao EB.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo F	Bolsa de estudos de doutorado de pesquisa e desenvolvimento AOA - TDOA	O militar nomeado para o doutorado concluiu em 16/12/2016 o primeiro semestre do curso de 3 anos.

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
	MEDAV	BRADAR	Anexo G	Estação de desenvolvimento de dispositivos virtuais	Materiais de treinamento aceitos. A data do treinamento está sendo definida.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo I	Centro de Treinamento	Embarque de equipamentos previstos para fevereiro de 2017. Treinamento previsto para abril de 2017.
	MEDAV	BRADAR	Anexo K	IFS	Estão sendo realizados reajustes no planejamento do treinamento.
Acordo de Compensação Nº 004	HARRIS	Exército Brasileiro	Anexo A	Capacidade de Manutenção Local	Estações de diagnóstico, montagem e testes recebidas. Deverão ser entregues ainda algumas peças para o treinamento e os planos de ensino correspondentes.
	HARRIS	SAVIS	Anexo B	Capacitação e desenvolvimento de criptografia nacional	O projeto se encontra em fase final, aguardando a disponibilidade de pessoal para receber o treinamento previsto em contrato, a ser ministrado pela SAVIS.
	HARRIS	BRADAR	Anexo C	*Falcon Command* para PC	O projeto se encontra em fase final. Aguardando apenas um último treinamento.

Fonte: EME

Os 17 projetos de compensação vigentes se encontram, em sua maioria, em suas fases finais e caminham para a devida conclusão, conforme descrito nos Acordos de Compensação. Houve atrasos nos projetos de Optrônicos e MAGE devido a questões relacionadas às licenças de importação e fabricação, todavia os assuntos em pauta foram resolvidos e os projetos poderão caminhar para seu encerramento. Os projetos do subsistema de comunicação tática caminham conforme escopo definido em contrato apenas com a necessidade de alteração de alguns equipamentos a serem importados.

Devido à necessidade de atualização e modificação de alguns anexos dos projetos existentes, far-se-á necessário o aditivo contratual dos respectivos Acordos de Compensação para que esses reflitam com exatidão o panorama atual dos projetos.

Estima-se que em 2017 possa haver o encerramento e, consequentemente, o reconhecimento dos créditos de 10 projetos de *offset*.

2.4.5.8.3 Estágio atual do Plano de Gestão do Programa (PGP) detalhando as sete ferramentas de gestão abrangidas

As sete ferramentas de gestão abrangidas no PGP são as seguintes:

- Gestão de Risco;

- Gestão da Qualidade;

- Gestão da Comunicação;

- Governança;
- Gestão de Prazo;
- Gestão de Aquisições; e
- Gestão de Escopo.

O PGP é o principal documento de gestão do Projeto, tendo sido entregue em março de 2013 e estando em vigor até o presente. O artefato foi construído em conjunto pelas partes contratantes, segundo os princípios e áreas de conhecimento do *Project Management Body of Knowledge / Project Management Institute (PMBoK/PMI* - O guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) é um conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI e é considerado a base do conhecimento sobre gestão de projetos por profissionais da área). No concernente às ferramentas da gestão mencionadas, cabe o seguinte detalhamento:

a. Gestão de Risco: a gestão de risco é tratada no capítulo 6 do PGP, o qual aborda os principais processos, ferramentas e métodos a serem empregados para garantir a realização dos objetivos da Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Os riscos do Projeto são revistos a cada semestre pelos Relatórios de Integração (RINT); além disso, os gerentes de subsistema coletam, revisam e informam os riscos do Programa ao gestor mensalmente, no relatório correspondente.

b. Gestão da Qualidade: a gestão da qualidade é realizada segundo os processos mencionados no Capítulo 5 do PGP. Os indicadores de qualidade (dentro dos critérios e indicadores estabelecidos pelas partes) são mapeados pelos Planos de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES) e consolidados semestralmente nos Relatórios de Integração.

c. Gestão da Comunicação: a gestão da comunicação é realizada segundo o capítulo 8 do PGP. As reuniões entre as partes e os mecanismos e instrumentos de comunicações pertinentes são listados e detalhados. A consolidação dos indicadores de comunicação é apresentada semestralmente ao Gestor do contrato nas reuniões gerenciais do Programa.

d. Governança: o capítulo 2 do PGP descreve, em linhas gerais, as ações de governança do Programa, que visam, entre outros, o alinhamento do projeto, o monitoramento e o controle de ameaças e oportunidades, a tomada de decisões e a garantia de que os entregáveis estejam focados no projeto conforme o escopo contratado. As ferramentas de governança incluem processos internos, comunicação com *stakeholders*, gestão de prazos e escopo, gestão de riscos e outras, cujos indicadores, quando aplicável, são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT, nos relatórios mensais dos gerentes de subsistema e relatórios diversos.

e. Gestão de Prazo: a gestão do prazo, tratada no capítulo 4 do PGP, inclui os requeridos para o término do Programa, garantindo que ele cumpra com os prazos definidos no Termo de Contrato que lhe deu origem. A principal ferramenta de gestão de prazo é o Cronograma Físico Financeiro (CFF) do Programa, atualizado diariamente no que concerne à execução ou não das etapas existentes. As outras ferramentas de gestão de prazo previstas são os termos aditivos de prazo e as postergações solicitadas pelas partes, cuja pertinência é julgada pelo gestor. Os indicadores de prazo (SPI e outros) são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT a que se referem.

f. Gestão de Aquisições: a gestão de aquisições, também conhecida como gestão de processo de *Seleção de Fornecedores*, é aplicada sempre que for necessário contratar, engajar e

gerir um fornecedor a fim de realizar a entrega de um produto e/ou realização de um serviço. A principal ferramenta de gestão de fornecedores está detalhada no Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES - *metodologia de Kepner-Tregoe*); ademais, a gestão de aquisições é supervisionada constantemente pela Contratante, uma vez que, por força de contrato, todas as subcontratações atinentes ao objeto do contrato deverão ser necessariamente aprovadas pelo CCOMGEX.

g. Gestão de Escopo: a gestão de escopo é definida pelo PGP em seu capítulo 3 e compreende a *Gestão da Modificação* e a *Gestão da Configuração*. As principais ferramentas de gestão do escopo previstas no Programa são: ferramenta de gestão racional de requisitos (*Rational* DOORS); as reuniões periódicas do Comitê Gestor de Modificações (CGM) do Programa; os testes de verificação e validação (V&V), com os processos respectivos; e os diversos planos (PGES, Plano de Integração, Plano de Gestão de SLI e outros), manuais, estudos e outros artefatos que versam sobre a configuração do Programa. Em relação à gestão de escopo, o detalhamento do estágio atual da Gestão da Modificação, Gestão de Configuração, Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas e Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado é detalhado a seguir:

1) Gestão da Modificação e Gestão de Configuração

A Gestão da Modificação e Gestão de Configuração são subprocessos da gestão de escopo do programa. Ambas têm seus processos descritos no PGP, sendo atualizados a cada oportunidade em que esse artefato sofrer revisão. O PGES descreve alguns dos processos e ferramentas da gestão de configuração, sendo esta igualmente atualizada a cada nova edição do Plano.

2) Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas (PGES)

O PGES é o artefato processual do Projeto, descrevendo procedimentos e atribuindo escopo a outros documentos técnicos de engenharia de sistemas. Em face da conclusão do contencioso referente ao Offset, os 5 artefatos de engenharia de sistemas do Projeto, a saber: PGES 5 e 6; RINT 3, 4 e 5; tiveram os recursos a eles devidamente pagos.

3) Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado

O Plano Estratégico de Suporte Logístico Integrado (PESLI) descreve a visão estratégica de suporte, a integração, as atividades e o gerenciamento do suporte logístico integrado da Fase Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Este plano compõe a documentação de gestão do Programa SISFRON no que se refere às atividades de Suporte Logístico Integrado.

2.4.5.8.4 Estágio atual do Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES), do Plano de Integração, dos Projetos Executivos de cada subsistema e dos Planos de Trabalho, indicando a data de recebimento definitivo de cada documento

a. Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES)

No escopo da Engenharia de Sistemas do Programa, foram previstas 6 edições para o PGES com escopo incremental, a serem entregues ao longo da implantação do Sistema. Com essa estratégia, buscou-se a atualização constante do principal artefato de engenharia do Programa, em particular dos processos atinentes e do escopo dos demais documentos de gestão de engenharia relacionados. As datas de entrega das seis edições do PGES são detalhadas abaixo:

Quadro 53 – Datas de entrega do PGES

Edição	*Status*	Data de recebimento
PGES 1/6	Recebido	Maio/2013
PGES 2/6	Recebido	Setembro/2013
PGES 3/6	Recebido	Março/2014
PGES 4/6	Recebido	Junho/2014
PGES 5/6	Recebido	Outubro/2016
PGES 6/6	Recebido	Outubro/2016

Fonte: Estado-Maior do Exército

b. Plano de Integração (PINT)

O Plano de integração (Análise Funcional e Conceitual do Sistema, Projeto Detalhado do Sistema e Plano de Implantação) **teve sua edição inicial entregue em 27 de setembro de 2013**, e compõe a documentação de gestão de programa da Fase Piloto do Projeto SISFRON que descreve a estratégia e os esforços da Contratada para a integração do projeto, tanto na fase de definição como na fase de implementação, necessários ao fornecimento dos subsistemas de forma integrada. O PINT consiste em uma documentação extensa e bastante densa, contendo informações técnicas e arquiteturais, além de estudos e resultados de simulações acerca da operação do sistema integrado.

No contexto do PGES, foi prevista a revisão do PINT na entrega do PGES 5, o que ocorreu de fato. O documento foi atualizado – particularmente quanto às modificações que ocorreram por ocasião da definição dos Projetos Executivos dos subsistemas e dos resultados advindos da gestão de escopo do Programa. **O PINT revisado foi entregue e aceito em outubro de 2015**, por ocasião da apresentação do PGES 5.

c. Projetos executivos de cada subsistema

A maioria dos Projetos Executivos dos subsistemas já foram concluídos, apresentados e recebidos; resta apenas uma etapa referente ao subsistema de Sensores Eletromagnéticos (MAGE) pendente de apresentação e aprovação, de forma a completar o portfólio de artefatos de gerenciamento do Programa. A tabela a seguir lista os projetos executivos previstos e as respectivas datas de recebimento.

Quadro 54 – Datas de entrega dos Projetos Executivos

Subsistema	Estado atual	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	Recebido	Novembro/2013
B – SVMR (TRANSPORTÁVEL)	Recebido	Dezembro/2014
B – SVMR (MÓVEL E FIXO)	Recebido	Maio/2015
C – MAGE (CRM E CIGE)	Recebido	Novembro/2015
C – MAGE (FASE 1A)	Recebido	Novembro/2015
C – MAGE (FASE 1B)	**Atrasado (circunstanciado; em revisão)**	**–**
D – SAD (C2CMB)	Recebido	Fevereiro/2014
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	Recebido	Abril/2014
F – COMUNICAÇÕES SAT	Recebido	Maio/2014
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	Recebido	Dezembro/2013
H – CENTROS DE C2	Recebido	Dezembro/2013
I – INFRAESTRUTURA	Recebido	Agosto/2013
J – SGL	Recebido	Agosto/2013

Fonte: Estado-Maior do Exército

Ressalta-se que, em face das modificações de escopo que ocorrem durante a implantação do Programa, informações e planejamentos constantes da documentação de gestão são atualizados; as particularidades ocorridas na implantação, não previstas inicialmente ou não detalhadas suficientemente nos projetos executivos, constam da documentação pós-entrega *(as-built*).

d. Planos de trabalho (SOW)

Os Planos de Trabalho dos subsistemas (SOW) foram apresentados, aprovados e entregues em sua totalidade. A revisão dos documentos, em particular dos cronogramas, é feita dinamicamente nos processos de gestão do prazo. Está em vias de finalização a elaboração de um cronograma integrado entre as Partes, que irá ajustar automaticamente as datas e tempos acordados inicialmente nos SOW. A tabela a seguir relaciona esses artefatos às datas de recebimento respectivas.

Quadro 55 – Datas de entrega dos Planos de Trabalho

Subsistema	Estado atual	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	Recebido	Junho/2013
B – SVMR	Recebido	Agosto/2013
C – MAGE	Recebido	Novembro/2013
D – SAD (C2CMB)	Recebido	Agosto/2013
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	Recebido	Julho/2013
F – COMUNICAÇÕES SAT	Recebido	Julho/2013
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	Recebido	Agosto/2013
H – CENTROS DE C2	Recebido	Junho/2013
I – INFRAESTRUTURA	Recebido	Julho/2013
J – SGL	Recebido	Junho/2013

2.4.5.9 Aquisição de plataformas externas ao Projeto

2.4.5.9.1 Gestores do EME representantes do Comando do Exército junto ao Ministério da Defesa em comissões

- Não há representante do SISFRON em comissão externa ao EB.

2.4.5.9.2 Satélites de comunicações e sensoriamento

No caso do Projeto Piloto do SISFRON, em particular do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, a dependência externa mais expressiva é o lançamento do Satélite Geoestacionário de Comunicações de Defesa (SGDC), em abril 2017. Em dezembro de 2015, foram concluídos os alinhamentos da nova tecnologia do satélite de defesa entre o EB e o MD, a fim de compatibilizar os padrões e, em 2016, foi definido o Sistema DAMA. Em consequência, o subsistema de comunicações por satélite deverá ter seu cronograma e documentação de gestão atualizado via aditivo contratual.

O principal impacto operativo, caso a implantação desse sistema seja frustrada, recairá sobre os terminais fixos e veiculares do subsistema de sensoriamento eletromagnético, que baseiam seu sistema de comunicações no meio satélite. Adicionalmente, há uma série de terminais portáteis de voz/dados por satélite previstos para distribuição, e a não concretização desse meio prejudicará a mobilidade e flexibilidade de emprego esperadas para as tropas contempladas.

No fim de 2016 foram realizados testes de enlace entre os terminais dos SISCOMIS e simuladores de tráfego dos sensores de sinais eletromagnéticos; a conclusão parcial desses testes é no sentido de que a arquitetura e os requisitos atuais deverão ser necessariamente revistos – via aditivo contratual – com o fito de adequá-los à capacidade efetivamente ofertada pelos sistemas de Com Sat a serem incorporados ao SISFRON e os meios de sensoriamento eletromagnético contratados.

2.4.5.9.3 Sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP)

- Não aplicável ao Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão a cargo do CCOMGEX.

2.4.5.10 Análise crítica sobre o andamento do projeto, contemplando os efeitos (positivos ou negativos) de eventual atraso na execução do cronograma físico, de alterações contratuais, de restrições orçamentárias etc.

- O PEE SISFRON vem sendo executado com um ritmo consideravelmente menor do que o previsto devido, entre outros fatores, aos seguintes: restrições orçamentárias, particularmente no ano de 2015; capacidade de mobilização e realização da Integradora inferior ao ritmo de entregas previsto no CFF; ineditismo do projeto; e óbices internos ao Exército e à Administração (capacitação de pessoal das OM, questões patrimoniais, contenciosos e outros).

- Tais eventos acarretaram reajustes anuais do cronograma físico-financeiro do Projeto Piloto, cuja conclusão das etapas de implantação, inicialmente prevista para 2016, deverá alongar-se no tempo para 2018, caso sejam mantidos os níveis de execução atuais. Desse modo, esses aspectos retardam a entrega dos resultados do Projeto para a sociedade, eventualmente frustrando as expectativas dos segmentos a serem beneficiados com esses resultados.

- Adicionalmente, os contenciosos promoveram atrasos na execução do projeto, com consequência para a execução financeira. Foram tomadas providências necessárias para resolução, o que resultou em entendimento entre as Partes na via negocial, no caso do gerenciamento dos acordos de compensação a cargo da Integradora. Outros contenciosos em aberto – manutenção da INFOVIA e reequilíbrio financeiro do Termo de Contrato nº 027/2012 –, além de discussões sobre a implantação da infraestrutura, estão em discussão entre as Partes.

2.4.6. Racionalização Administrativa

Implantada por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 552, de 27 de maio de 2015, a Assessoria de Administração, conjuntamente com o Comitê Gestor de Racionalização Administrativa tem a seu encargo o acompanhamento e controle das medidas e ações relacionadas nos diversos projetos de racionalização, no âmbito do Exército.

Tem como objetivo principal atender às demandas do Planejamento Estratégico do Exército (PEEx 2016-2019) e da Gestão de Processos, contribuindo com o Objetivo Estratégico do Exército nº 10 - AUMENTAR A EFETIVIDADE DO BEM PÚBLICO; Estratégia 10.2 – Implantação da Racionalização Administrativa; Ações Estratégicas 10.2.1 – Racionalizar os processos e 10.2.2 – Racionalizar as estruturas organizacionais.

A Assessoria de Administração está diretamente subordinada à Vice-Chefia do EME, sendo sua estrutura organizacional composta por: Escritório de Racionalização Administrativa do Exército (ERAEx); Escritório de Processos Organizacionais do Exército (EPOEx), e Escritório de Capacitação do Exército (ECPEx).

O ERAEx tem por missão, entre outras, conduzir a racionalização de processos na criação e reestruturação das Bases Administrativas e Bases de Administração e Apoio. Para isso, conta com o apoio e conhecimento do EPOEx e dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato (OADI), Órgão de Direção Operacional (ODOp) e Comandos Militares de Área (C Mil A).

O EPOEx visa à busca da eficiência, da eficácia e da efetividade, por meio da melhoria contínua de processos. Para tal, deve prover metodologias de gestão de processos em todo o Exército, estabelecendo princípios, práticas e padrões de gestão de processos, além de orientação técnica para a devida atuação.

E por fim, o ECPEx é o órgão que responde pela coordenação da capacitação de Recursos Humanos na área de Gestão.

As ações contínuas de modernização demandam competências de pessoas e instituições para atuarem na gestão dos processos de trabalho por meio da análise, do diagnóstico, do redesenho e da implementação das melhorias propostas.

Tais iniciativas estão em conformidade com o estabelecido na Port nº 295-EME, de 17 Dez 14, que aprovou a Diretriz de Racionalização Administrativa, respeitando a base regulatória da gestão de processos no Exército, contribuindo com o cumprimento da missão e o alcance da Visão da Força.

Essas ações representam na prática a geração dos resultados concretos da Racionalização Administrativa, alinhadas à intenção do Comandante do Exército, de melhoria contínua da operacionalidade da Força Terrestre.

Dentre os principais resultados das iniciativas de gestão de processos dos trabalhos desenvolvidos pela Asse Adm em diversas OM, ao longo do ano de 2016, foram concluídos:

- mapeamento, diagnóstico e redesenho de processos;
- adequação da estrutura regimental e dos procedimentos às recomendações do TCU;
- realocação de pessoal para atendimento aos processos essenciais;
- implantação do processo de Auditoria Operacional;
- concepção do Modelo de Gestão de Riscos;
- implantação de sistema de medição efetivo do desempenho dos processos;
- redução do tempo de processamento de direitos no pagamento de pessoal;
- melhoria do processo de aquisições; e
- mapeamento, diagnóstico e redesenho de processos de Governança de TI;
- proposta de novo modelo de Governança;
- proposta de modelo de contratação centralizada;
- revisão da estrutura do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI; e
- indicações para novos modelos de relações com a mídia.
- desenho da Cadeia de Valor Agregado;
- desenho dos processos de obtenção de sistemas complexos e material de emprego militar;
- indicação dos processos de gerenciamento e apoio;
- mapeamento dos processos finalísticos, gerenciais e de apoio; e
- elaboração e publicação de Manuais Técnicos:
  - manual de Gestão de Processos, 1ª Edição, 2016;
  - manual de Gestão de Indicadores de Desempenho, 1ª Edição, 2016; e
  - manual de Auditoria Interna, 1ª Edição, 2016.

Além disto, o Exército está em execução com um processo de diminuição gradativa do quantitativo de ingresso de oficiais e sargentos de carreira; execução de processo de racionalização

administrativa e de racionalização de cargos militares, com a extinção e reorganização de Organizações Militares.

Redução das despesas com pessoal inativo e pensionista (longo prazo); previsão da redução de aproximadamente 20.000 (vinte mil) cargos previstos na estrutura do Exército (longo prazo); e racionalização do ensino, alterado cursos e estágios da modalidade presencial para a modalidade à distância.

Também na área do Serviço Militar, foi desenvolvido o Projeto de Racionalização e Modernização dos Órgãos de Serviço Militar e iniciada a sua execução, com a implementação do alistamento militar on-line, a reestruturação e modernização dos Órgãos de Serviço Militar (OSM) com a criação dos Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM) e previsão de extinção/transformação das Circunscrições de Serviço Militar (CSM) e a modernização do SERMILMOB, possibilitaram ao cidadão brasileiro realizar o seu alistamento militar, utilizando os recursos da tecnologia da informação e da rede mundial de computadores. Durante o ano de 2016, os jovens passaram a efetuar o seu alistamento pela internet, acessando o site do SERMILMOB. Ainda, este processo possibilitou a racionalização das estruturas dos OSM da Força Terrestre e a otimização dos processos do recrutamento militar e mobilização de pessoal, com a ativação de 45 (quarenta e cinco) PRM em substituição às 27 (vinte e sete) CSM.

2.4.7. Indicadores de Desempenho

O Exército Brasileiro utiliza indicadores de desempenho em todos seus níveis de planejamento, desde os indicadores estratégicos, coordenados pelo Estado-Maior do Exército, até aqueles mais simples aplicados nas Organizações Militares.

Em relação aos anos anteriores, nota-se uma grande evolução no uso dessa ferramenta gerencial, podendo ser comprovada pela fase de construção/atualização das árvores de indicadores dos 15 (quinze) Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) .

As metas estabelecidas projetam para o ano de 2022 índices a serem atingidos por cada um destes objetivos que variam entre 80% e 90% de efetividade.

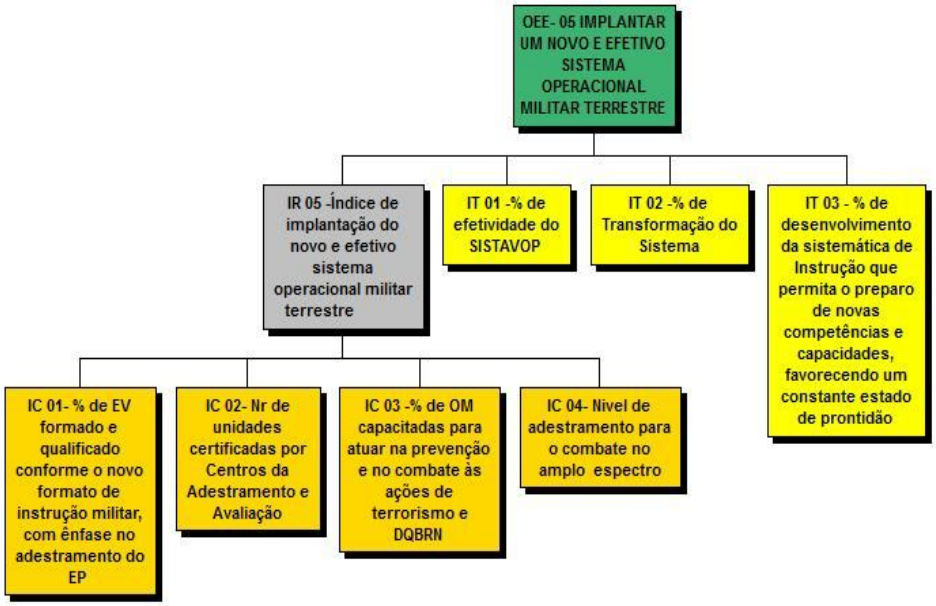
Sendo assim, apresentar-se-ão 5 (cinco) Objetivos Estratégicos que se encontram em estágio mais adiantado de utilização de indicadores e que, por meio dos quais, visualiza-se um dado global do desempenho operacional do Exército.

- **OEE Nr 5 – IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE**

a. <u>Árvore de Indicadores</u>

- Neste OEE, a árvore de indicadores está em fase de construção, atualização e ajuste.

Figura 16 – Árvore de Indicadores do OEE Nr 5



Fonte: Estado-Maior do Exército

b. <u>Descrição sumária de cada indicador relacionado</u>

1) Indicador de Resultado (IR)

IR 05 - Índice de Implantação do Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação de um novo e efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre.

2) Indicadores de Tendência (IT)

a) **IT 01** – Porcentagem de efetividade do SISTAVOP

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a efetivação do SISTAVOP.

b) **IT 02** - Porcentagem de Transformação do Sistema

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a transformação do Sistema Operacional Militar Terrestre.

c) **IT 03** - Porcentagem de desenvolvimento da sistemática de Instrução, que permita o preparo de novas competências e capacidades, favorecendo um constante estado de prontidão.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o desenvolvimento da sistemática de Instrução que permita o preparo de novas competências e capacidades.

3) Indicadores de Composição (IC)

a) **IC 01** - Porcentagem de Efetivo Variável (EV) formado e qualificado, conforme o novo formato de instrução militar, com ênfase no adestramento do Efetivo Profissional (EP).

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do percentual de EV formado e qualificado, conforme o novo formato de instrução militar.

b) **IC 02** – Número de unidades certificadas por Centros de Adestramento e Avaliação.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do número de unidades certificadas por Centros de Adestramento e Avaliação.

c) **IC 03** - Porcentagem de Organizações Militares (OM) capacitadas para atuar na prevenção e no combate às ações de terrorismo e Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (DQBRN).

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o aumento do percentual de OM capacitadas para atuar na prevenção e no combate às ações de terrorismo e DQBRN.

d) **IC 04** - nível de adestramento para o combate no amplo espectro

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a elevação do nível de adestramento para o combate no amplo espectro.

c. <u>Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado</u>

- Índice de 10% ao ano para chegar à meta de 80% até 2022.

d. <u>Índice acumulado até o ano de 2016</u>

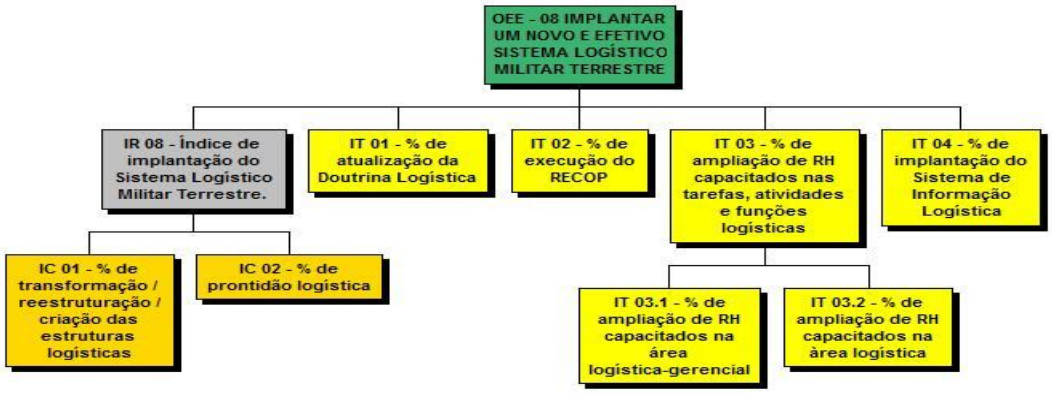
- O índice acumulado pelo COTER foi de 46,73%.

- **OEE Nr 8 - IMPLANTAR UM NOVO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE**

a. <u>Árvore de Indicadores</u>

- Neste OEE, a árvore de indicadores está em fase de revisão e aperfeiçoamento.
- A árvore de indicadores deste objetivo foi elaborada em 2013, pelas equipes do EME e das OM de nível gerencial.

Figura 17 – Árvore de indicadores do OEE Nr 8



Fonte: Estado-Maior do Exército

b. <u>Descrição sumária de cada indicador relacionado</u>

1) Indicador de Resultado (IR)

IR 08 - Índice de implantação de um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação de um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre.

2) Indicadores de Tendência (IT)

a) **IT 01-** porcentagem de atualização da doutrina logística.

- Descrição**:** acompanhar o desempenho relacionado às ações para a atualização da doutrina logística.

b) **IT 02** - porcentagem de execução do Projeto Estratégico Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP).

- Descrição: acompanhar a execução do Projeto OCOP.

c) **IT 03** - porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados nas tarefas, atividades e funções logísticas.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para ampliação de recursos humanos capacitados nas funções, atividades e tarefas logísticas.

d) **IT 03.1** - porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados na área logística-gerencial.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a ampliação de recursos humanos capacitados na área logística-gerencial.

e) **IT 03.2** -porcentagem de ampliação de recursos humanos capacitados na área logística.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a ampliação de recursos humanos capacitados na área logística.

f) **IT 04** - porcentagem de implantação do sistema de informação logística.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação do sistema de informação logística.

3) Indicadores de Composição (IC)

a) **IC 01** - porcentagem de transformação/reestruturação/criação das estruturas logísticas**.**

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para transformação/reestruturação/criação das estruturas logísticas.

b) **IC 02** - porcentagem de prontidão logística.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para ampliar a prontidão logística.

c. <u>Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado</u>

- Índice de 10% ao ano para chegar à meta de 80% até 2022.

d. <u>Índice acumulado até o ano de 2016</u>

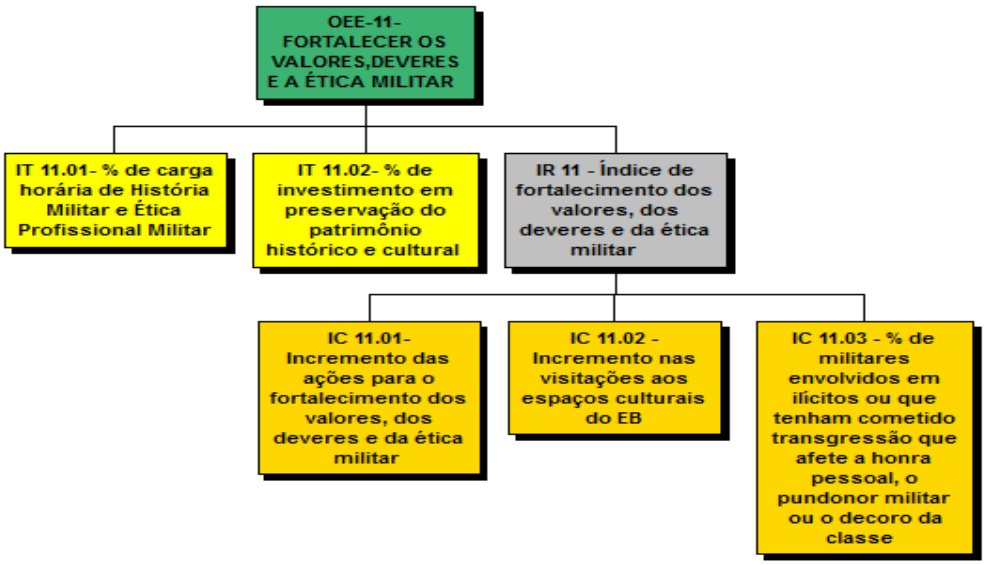
- O índice acumulado pelo COLOG foi de 54,24%.

OEE Nr 11 - FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR

a. <u>Árvore de Indicadores</u>

- Neste OEE, a árvore de indicadores já foi publicada no Boletim do Exército e as medições foram realizadas em 2014, 2015 e 2016.

Figura 18 – Árvore de indicadores do OEE Nr 11



Fonte: Estado-Maior do Exército

b. <u>Descrição sumária de cada indicador relacionado</u>

1) Indicador de Resultado (IR)

IR 11 - Índice de fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar

2) Indicadores de Tendência (IT)

a) **IT 11.01** - % de carga horária de história militar e ética profissional militar

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado ao % de carga horária de história militar e ética profissional militar

b) **IT 11.02** - % de investimento em preservação do patrimônio histórico e cultural

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado aos investimentos em preservação do patrimônio histórico e cultural

3) Indicadores de Composição (IC)

a) **IC 11.01** - Incremento das ações para o fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar.

b) **IC 11.02** - Incremento nas visitações aos espaços culturais.

- Descrição: verificação do aumento das visitações aos espaços culturais.

c) **IC 11.03** - % de militares envolvidos em ilícitos que afetem a honra pessoal, o pundonor ou o decoro da classe.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a redução das transgressões graves.

c. <u>Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado</u>

- Os indicadores listados já foram aprovados pelo Órgão responsável e publicados em Boletim do Exército.

d. <u>Índice acumulado até o ano de 2016</u>

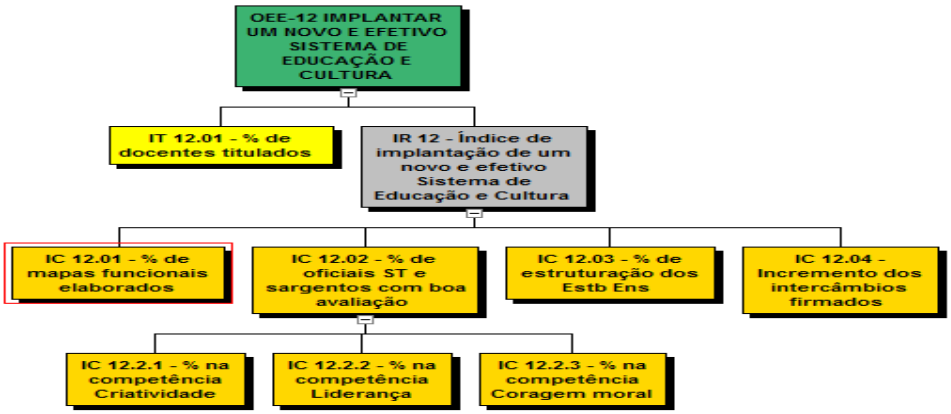
- O índice acumulado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército foi de 55,47%.

OEE Nr 12 – IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

a. <u>Árvore de Indicadores</u>

- Neste OEE, a árvore de indicadores já foi publicada e as medições foram realizadas em 2014, 2015 e 2016.

Figura 19 – Árvore de indicadores do OEE Nr 12



Fonte: Estado-Maior do Exército

b. <u>Descrição sumária de cada indicador relacionado</u>

1) Indicador de Resultado (IR)

IR 12 - Índice de implantação de um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a titulação dos docentes nas áreas de estudos listadas no art. 4. da Port Nº 734-Cmt Ex, de 19 AGO 10.

2) Indicadores de Tendência (IT)

IT 12.01 - % de docentes titulados nas áreas de Interesse

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para a titulação dos docentes nas áreas de estudos listadas no art. 4. da Port Nº 734-Cmt Ex, de 19 AGO 10.

3) Indicadores de Composição (IC)

a) **IC 12.01** - % de mapas funcionais elaborados

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para implantação de um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura, de acordo com o ensino por competências, conforme descrito na Port Nº 127-DECEx, DE 24SET14, seção II".

b) **IC 12.02** - % de oficiais e sargentos com boa avaliação

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para promoção da capacitação dos oficiais e sargentos nos Estb Ens.

c) **IC 12.2.1** – Competência Criatividade

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para desenvolvimento da competência "Criatividade", conforme descrita nas IR 60.007.

d) **IC 12.2.2** - Competência Liderança

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o desenvolvimento da competência "Liderança", conforme descrita nas IR 60.007.

e) **IC 12.2.3** - Competência Coragem moral

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para o desenvolvimento da competência "Coragem moral", conforme descrita nas IR 60.007.

f) **IC 12.03** - % de estruturação dos estabelecimentos de ensino

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para estruturação dos estabelecimentos de ensino.

g) **IC 12.04** - % Incremento dos intercâmbios firmados

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para incremento dos intercâmbios firmados.

c. <u>Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado</u>

- Os indicadores listados já foram aprovados pelo Órgão responsável e publicados em Boletim do Exército.

d. <u>Índice acumulado até o ano de 2016</u>

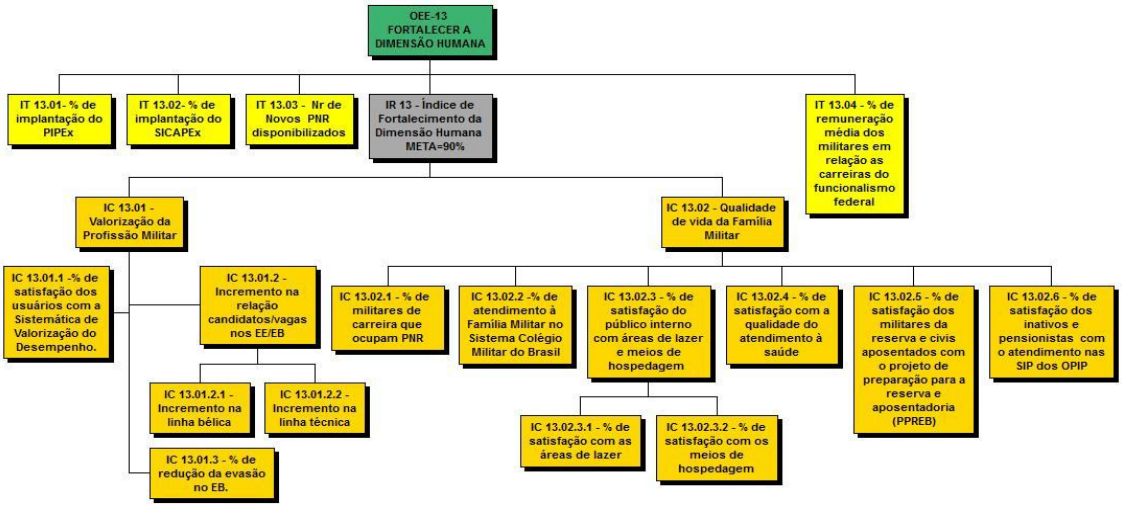
- O índice acumulado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército foi de 49,54%.

- **OEE Nr 13 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA**

a. <u>Árvore de Indicadores</u>

- Neste OEE, a árvore de indicadores já foi publicada e as medições foram realizadas em 2014, 2015 e 2016.

Figura 20 – Árvore de indicadores do OEE Nr 13



Fonte: Estado-Maior do Exército

b. <u>Descrição sumária de cada indicador relacionado</u>

1) Indicador de Resultado (IR)

IR 13 - Índice de fortalecimento da dimensão humana.

- Descrição: acompanhar o desempenho relacionado às ações para promoção da qualidade de vida da família militar e da valorização da profissão militar.

2) Indicadores de Tendência (IT)

a) **IT 13.01** - porcentagem de Implantação do Programa de Inativos e Pensionistas do Exército (PIPEx).

- Descrição: Execução do PIPEx.

b) **IT 13.02** - porcentagem de Implantação do Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SICAPEx).

- Descrição: Execução do SICAPEx.

c) **IT 13.03** - Nr de PNR disponibilizados.

- Descrição: Verificar o número de PNR disponibilizados.

d) **IT 13.04** - porcentagem de remuneração média dos militares em relação às carreiras do funcionalismo federal.

- Descrição: Remuneração da carreira militar em relação às carreiras do funcionalismo federal (Administração direta).

3) Indicadores de Composição (IC)

a) **IC 01** - Valorização da profissão militar.

- Descrição: conjunto de ações que tenham impacto na valorização da profissão militar.

b) **IC 01.1** - porcentagem de satisfação do usuário com a sistemática de valorização do desempenho.

- Descrição: verificação da satisfação dos usuários da sistemática de valorização do desempenho.

c) **IC 01.2** - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro.

- Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino.

d) **IC 01.2.1** - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro, na linha bélica.

- Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino, da linha bélica: Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Sargentos das Armas.

e) **IC 1.2.2** - Incremento na relação candidato/vaga nos Estabelecimentos de Ensino (EE) do Exército Brasileiro, na linha técnica.

- Descrição: verificação do aumento da procura de candidatos nos estabelecimentos de ensino, da linha técnica: Escola de Formação Complementar do Exército, Escola de Saúde do Exército e Instituto Militar de Engenharia.

f) **IC 1.3** - porcentagem de Redução da evasão no Exército Brasileiro.

- Descrição: verificação da redução da evasão no Exército Brasileiro.

g) **IC 02** - Qualidade de vida da família militar.

- Descrição: verificação da situação da Qualidade de vida da família militar.

h) **IC 2.1** -porcentagem de militares de carreira que ocupam Próprio Nacional Residencial (PNR).

- Descrição: Os dados serão obtidos das fichas individuais dos militares de carreira levantando-se a situação de todos os militares ocupantes de PNR.

i) **IC 2.2** - porcentagem de atendimento á Família Militar no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).

- Descrição: Verificar o percentual de atendimento aos pedidos de matrículas, para dependentes, solicitadas pelos militares, ao SCMB.

j) **IC 2.3** - porcentagem de satisfação do público interno com áreas de lazer e meios de hospedagem do Exército.

- Descrição: Verificar a satisfação do público interno com áreas de lazer e meios de hospedagem do Exército.

k) **IC 2.3.1** - porcentagem de satisfação do público interno com áreas de lazer do Exército.

- Descrição: Verificar a satisfação do público interno com áreas de lazer do Exército.

l) **IC 2.3.2** - porcentagem de satisfação do público interno com meios de hospedagem do Exército.

- Descrição: Verificar a satisfação do público interno com os meios de hospedagem do Exército.

m) **IC 2.4** - porcentagem de satisfação com a qualidade do atendimento à saúde.

- Descrição: Verificar o nível de satisfação do público interno com a qualidade de atendimento à saúde.

n) **IC 2.5** - porcentagem de satisfação dos militares da reserva e civis aposentados com o Projeto de preparação para a reserva e aposentadoria (PPREB).

- Descrição: Verificar o nível de satisfação dos militares da reserva e civis aposentados com o PPREB.

o) **IC 2.6** - porcentagem de satisfação dos inativos militares e servidores civis com o atendimento nas Seções de Inativos e Pensionistas (SIP) dos Órgãos Pagadores de Inativos e Pensionistas (OPIP).

- Descrição: Verificar o nível de satisfação com o atendimento das SIP das OPIP.

c. <u>Índice visualizado para ser alcançado por cada indicador a ser atualizado</u>

- Os indicadores listados já foram aprovados pelo Órgão responsável e publicados em Boletim do Exército.

d. <u>Índice acumulado até o ano de 2016</u>

- O índice acumulado pelo Departamento-Geral do Pessoal foi de 65,47%.

<u>ANÁLISE SITUACIONAL</u>

Verifica-se a evolução da metodologia de medição dos Objetivos Estratégicos do Exército, no sentido de permitir o acompanhamento dos seus desempenhos e da evolução das estratégias, atividades/projetos que levarão à sua consecução.

Este acompanhamento permite a atuação efetiva no sentido de buscar atingir as metas, bem como proporciona oportunidade para realizar intervenções oportunas nos processos em andamento.

Da análise global dos objetivos, cujos indicadores foram detalhados neste item, pode-se concluir que o Exército Brasileiro, no que se refere ao desempenho operacional, está direcionado para cumprir seus objetivos estratégicos e tem atingido suas metas intermediárias.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

O tamanho do Exército Brasileiro, a variedade e a complexidade de atividades desempenhadas demandam especial atenção para a governança da Instituição.

Os pilares básicos do Exército são **a hierarquia e a disciplina**, que naturalmente concorrem para a governança da Instituição. Além disso, sua organização e regulamentos também contribuem decisivamente para a coordenação e controle das atividades desempenhadas e seus resultados.

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Exército tem uma estrutura organizacional que facilita sua governança, além de ser constituído sobre os pilares básicos da hierarquia e disciplina.

A Força Terrestre está organizada em um Comando, Órgãos de Assessoramento Superior, Órgãos de Assistência Direta e Imediata, um Órgão de Direção Geral (o EME), um Órgão de Direção Operacional (o COTER), os Órgãos de Direção Setorial e os Comandos Militares de Área.

O Exército realiza suas atividades amparado em extensa legislação, começando pela Constituição Federal e chegando aos regulamentos e portarias internas em todas áreas de atuação, principalmente as finalísticas (operações) e as administrativas. Dentre as principais legislações internas, podemos destacar as seguintes por concorrerem diretamente para a governabilidade da FT:

- o **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG)**: prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes;
- o **Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)**: tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas;
- o **Regulamento de Administração do Exército (RAE)**: tem por finalidade estabelecer os preceitos gerais para as atividades administrativas do Exército; e
- o **Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R Cont):** tem por finalidade estabelecer as honras, as continências e os sinais de respeito que os militares prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares.

Os Controles Internos de Gestão já fazem parte da cultura do Exército, conforme citado na Seção anterior, e são fator preponderante na governança da Força.

A respeito das estruturas de governança voltadas ao exercício do controle interno, a primeira instância se faz presente na própria Unidade Gestora Executora (UGE), chamado de controle interno administrativo. Em cada UGE existe um responsável pela Conformidade de Registro de Gestão, que tem por finalidade verificar se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora Executora foram realizados em observância às normas vigentes. O conformador pauta-se na base legal disponível e homologa, ou não, a gestão dos recursos daquela UGE, sendo, portanto, o primeiro nível da estrutura de controle interno do Exército.

Na próxima instância da estrutura de controle interno estão as Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx). Ao todo, o Exército Brasileiro possui 11 (onze) inspetorias distribuídas em todo território nacional:

- 1ª ICFEx (Rio de Janeiro/RJ): Responsável pelas UGE situadas nos Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- 2ª ICFEx (São Paulo/SP): Responsável pelas UGE situadas no Estado de São Paulo;

- 3ª ICFEx (Porto Alegre/RS): Responsável pelas UGE situadas no Estado do Rio Grande do Sul;

- 4ª ICFEx (Juiz de Fora/MG): Responsável pelas UGE situadas no Estado de Minas Gerais, exceto a região do Triângulo Mineiro;

- 5ª ICFEx (Curitiba/PR): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná;

- 7ª ICFEx (Recife/PE): Responsável pelas UGE situadas nos Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas e Paraíba;

- 8ª ICFEx (Belém/PA): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão;

- 9ª ICFEx (Campo Grande/MS): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

- 10ª ICFEx (Fortaleza/CE): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte;

- 11ª ICFEx (Brasília/DF): Responsável pelas UGE situadas nos Estados de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e região do Triângulo Mineiro; e

- 12ª ICFEx (Manaus/AM): Responsável pelas UGE situadas nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre.

As ICFEx são subordinadas à Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e têm como missão realizar a contabilidade analítica, sob a coordenação técnica da Diretoria de Contabilidade (D Cont), e desenvolver atividades de Auditoria e Fiscalização, sob a coordenação técnica do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), nas Unidades Gestoras vinculadas.

As atividades de auditoria e fiscalização são atividades realizadas continuamente por meio do acompanhamento da execução orçamentária e financeira das UG, auditorias, visitas de orientação técnica e capacitação dos agentes da administração.

A instância de assessoramento direto do Comando do Exército da estrutura do controle interno é representada pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx). Situado em Brasília e diretamente subordinado ao Comandante do Exército Brasileiro, o CCIEx tem a missão de comprovar a legalidade e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, com imparcialidade e isenção, por intermédio de auditoria e fiscalização, no âmbito do Exército Brasileiro e das Entidades Vinculadas.

A Sistemática de Planejamento do Exército (SIPLEx) também é uma ferramenta de gestão e governança, ao estabelecer objetivos e estratégias alinhados com a missão constitucional da FT.

O Comando do Exército ainda tem os seus Órgãos de Assessoramento Superior. São eles:

- o Alto Comando do Exército (ACE);
- o Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF);
- o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx); e
- o Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT).

Em 17 de dezembro de 2014 foi criado o Comitê Gestor da Racionalização Administrativa e expedida a Diretriz de Racionalização Administrativa do Comando do Exército, objetivando a melhoria da gestão do bem público em toda a Instituição.

Na estrutura do EME a 7ª SCh – responsável pela Gestão Estratégica – dispõe de uma Seção de Acompanhamento Estratégico (SPE-3), com atribuições de realizar o acompanhamento e o controle da execução do planejamento estratégico, com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC).

O Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento (SIGA) é um sistema que está em constante evolução e participa desde o planejamento orçamentário até a sua execução, sendo uma excelente ferramenta de governança.

Quanto à gestão do portfólio de projetos do Exército, o Escritório de Projetos do Exército (EPEx), responsável pela coordenação, acompanhamento e controle dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), toma diversas medidas de acompanhamento e controle dos PEE: expediu as suas normas de gestão próprias – as NEGAPEB; expede relatórios de situação dos projetos; confecciona calendários de obrigações dos PEE; realiza o acompanhamento físico-financeiro dos PEE; realiza reuniões periódicas de acompanhamento dos PEE; e fiscaliza a evolução e documentação.

Assim, por meio de diversas ferramentas que estão em constante evolução, a Governança do Comando do Exército contribui para os excelentes resultados da Instituição e pela excelente percepção e confiabilidade da população no seu Exército.

3.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Quadro de Pessoal do Comando do Exército é composto por Militares e por Servidores Civis, que são regidos por legislação específica existente para cada segmento.

O DGP, por intermédio da Assessoria de Assuntos Internos, é responsável por executar, no âmbito do Exército Brasileiro, as seguintes atividades:

a. propor pessoal a ser submetido à Comissão de Sindicância;

b. propor a apuração de violações dos deveres e obrigações militares;

c. uniformizar procedimentos no que tange aos tribunais de honra;

d. propor modificações de legislação pertinente;

e. apoiar e orientar os comandantes de OM na apuração dos desvios de conduta previstos no Estatuto dos Militares; e

f. apoiar o funcionamento dos tribunais de honra.

3.2.1 Militares

Quanto aos militares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta um sistema de correição próprio, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia (ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas) e da disciplina (rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar) e que tem como objetivo a apuração de toda transgressão disciplinar, entendida como toda a ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares ou que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. A aplicação da punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e tem em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.

3.2.2 Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército:

a. Estrutura

Não há, na organização do Exército, um órgão único (corregedoria) incumbido de receber representações ou denúncias, de manter registro atualizado da tramitação e do resultado dos processos e expedientes em curso ou de encaminhar à Unidade Setorial ou ao Órgão Central do Sistema os dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados dos procedimentos de apuração disciplinar, assim como, de proceder à aplicação das penas respectivas.

O sistema de correição, no âmbito do Comando do Exército, não está estruturado em órgãos ou unidades centrais e setoriais, cabendo a cada Organização Militar (OM), conforme prevê a base normativa, desenvolver as atividades relacionadas à apuração de possível irregularidade e à

aplicação das devidas penalidades. Dessa forma, a estrutura de correição do Comando do Exército compreende todas as suas OM que, por sua vez, apresentam diferenciados níveis de competências conforme o ordenamento hierárquico entre os cargos e os escalões de comando.

Neste contexto, cabe ao Órgão de Direção Setorial de Pessoal do Exército (Departamento-Geral do Pessoal - DGP) somente o registro das informações para fins de avaliação e promoção.

b. Abrangência

Estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (**RDE)** os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados.

c. Atividades

1) Comunicação do fato

Conforme o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), todo militar que tomar conhecimento de fato contrário à disciplina, deverá participá-lo ao seu chefe imediato ou, quando a ocorrência exigir pronta intervenção, deverá tomar providências imediatas para preservação da disciplina e do decoro da Instituição.

2) Apuração

A punição disciplinar não é imposta sem que ao transgressor sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Recebido e processado o documento de comunicação do fato, é entregue o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) ao militar arrolado como autor do fato, sendo-lhe concedidos três dias úteis, para apresentar as alegações de defesa.

Caso a autoridade determine a instauração de sindicância, a apuração dos fatos será processada de acordo com a legislação específica.

3) Julgamento

O julgamento da transgressão é precedido de análise que considera a pessoa do transgressor, a natureza dos fatos ou atos, suas causas e consequências. São levantadas, também, as causas que justifiquem a falta ou as circunstâncias que a atenuem ou a agravem.

A transgressão da disciplina é, então, classificada, desde que não haja causa de justificação, em leve, média ou grave.

Outros instrumentos de correição utilizados pelo Comando do Exército são os previstos na Lei nº 5.836/1972 e no Decreto nº 71.500/1972, que consistem na submissão do Oficial ao Conselho de Justificação e do Aspirante-a-Oficial e demais praças com estabilidade ao Conselho de Disciplina.

Esses procedimentos especiais têm por fim julgar a capacidade do Oficial e da Praça para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições pra se justificar e se defender, respectivamente.

4) Punições Disciplinares em ordem de gravidade crescente

I - Advertência - Admoestação feita verbalmente ao transgressor;

II - Impedimento disciplinar - É a obrigação de o transgressor não se afastar da OM;

III - Repreensão - É a censura enérgica ao transgressor, feita por escrito;

IV - Detenção disciplinar - É o cerceamento da liberdade do punido disciplinarmente, o qual deve permanecer no alojamento da subunidade;

V - Prisão disciplinar - Consiste na obrigação de o punido disciplinarmente permanecer em local próprio e designado para tal; e

VI - Licenciamento e exclusão a bem da disciplina - Consistem no afastamento, *ex officio,* do militar das fileiras do Exército.

5) Aplicação da Punição Disciplinar

Procedimentos:

I - Elaboração de nota de punição, contendo a descrição dos fatos, a referência legal, a classificação da transgressão, a punição disciplinar imposta e o local para o seu cumprimento, a classificação do comportamento militar e as datas do início e do término do cumprimento da punição disciplinar.

II - Publicação em boletim interno, que se configura no ato administrativo que formaliza a aplicação das punições disciplinares, exceto para o caso de advertência; e

III - Registro na ficha disciplinar individual, documento que deverá conter dados sobre a vida disciplinar do militar, acompanhando-o em caso de movimentação, da incorporação ao licenciamento ou à transferência para a inatividade, quando ficará arquivada no órgão designado pela Força.

6) Anulação da Punição Disciplinar

A punição disciplinar aplicada pode ser anulada, relevada ou atenuada pela autoridade competente, quando tiver conhecimento de fatos que recomendem este procedimento, devendo a respectiva decisão ser justificada e publicada em boletim interno da OM.

A anulação da punição disciplinar consiste em tornar sem efeito sua aplicação e deverá ocorrer quando for comprovado ter havido injustiça ou ilegalidade na aplicação da mesma.

A anulação de punição disciplinar elimina, nas alterações do militar e na ficha disciplinar individual, toda e qualquer anotação ou registro referente à sua aplicação e é comunicada ao Órgão de Direção Setorial de Pessoal do Exército (DGP).

3.2.3 Base normativa que regulamenta a atividade de correição no âmbito do Comando do Exército:

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares;
- Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências;
- Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972 - Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências;
- Regulamento Disciplinar do Exército (R-4), aprovado pelo Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002; e
- Portaria nº 107, de 13 de fevereiro 2012 - Aprova as Instruções Gerais para Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército (EB 10-IG-09.001).

3.2.4 Competências e responsabilidades

A competência para aplicar as punições disciplinares é definida pelo cargo e não pelo grau hierárquico.

São competentes para aplicá-las:

I - o Comandante do Exército, em relação a todos aqueles que estiverem sujeitos ao RDE;

II - as seguintes autoridades, em relação aos seus subordinados:

a) Chefe do Estado-Maior do Exército; Chefes dos Órgãos de Direção Setorial; Chefe dos Órgãos de Assessoramento; Comandantes Militares de Área e demais ocupantes de cargos privativos de oficial-general;

b) chefes de estado-maior, chefes de gabinete, comandantes de unidade, demais comandantes cujos cargos sejam privativos de oficiais superiores;

c) subchefes de estado-maior, comandantes de unidade incorporada, chefes de divisão, seção, escalão regional, serviço e assessoria; ajudantes-gerais, subcomandantes e subdiretores; e

d) comandantes das demais subunidades ou de elementos destacados com efetivo menor que subunidade.

Compete aos comandantes militares de área aplicar a punição aos militares da reserva remunerada, reformados ou agregados.

Durante o trânsito, o militar movimentado está sujeito à jurisdição disciplinar do comandante da guarnição, em cujo território se encontrar.

3.2.5 Servidores Civis

As atividades de correição relacionadas aos Servidores Civis são processadas por intermédio do Órgão de Direção Setorial de Pessoal do Exército (Departamento-Geral do Pessoal-DGP) por intermédio da *Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social* (DCIPAS), que tem as atribuições, relacionadas ao regime disciplinar, de designação de comissão de inquérito, designação de defensor dativo, instrução de processo administrativo, aplicação de sanções, até a penalidade de suspensão por noventa dias, em decorrência de inquérito administrativo, e apresentação de proposta de penalidade de demissão. Desta maneira, estas informações constarão, de forma consolidada, do Relatório de Gestão do Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Comando do Exército (UG 160070 – Departamento-Geral do Pessoal).

Estas atividades de correição são processadas na DCIPAS, Unidade Seccional do Sistema de Correição e Órgão subordinado ao Departamento-Geral do Pessoal, responsável pela direção setorial de pessoal do Comando do Exército

3.2.6 Estrutura e atividades do sistema de correição no âmbito do Comando do Exército

a. <u>Estrutura</u>

1) Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) – Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social e Assessoria Técnica da Seção de Pessoal Civil;

2) Organização Militar de vinculação do servidor civil – Comandante, Chefe ou Diretor da OM e servidores designados para compor a Comissão Disciplinar.

b. <u>Abrangência</u>

1) Objetiva

a) Sindicância - inobservância dos deveres funcionais (art. 116) e proibições (art. 117, incisos I a VIII e XVII a XIX e art. 130, § 1º), tudo da Lei nº 8.112/90, para aplicação das penas estatutárias brandas (advertência e suspensão até trinta dias); e

b) Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - procedimento obrigatório para apuração de infração cuja pena cabível é suspensão superior a 30 (trinta) dias ou demissão (art. 132, Lei nº 8.112/90). Instrumento aplicável também nos casos de possível suspeição da autoridade julgadora da sindicância, maior complexidade (realização de diligências, perícias, inspeção de saúde) ou pluralidade de acusados, por exemplo, que requererão maior prazo para apuração e, consequentemente, maior prazo para sua conclusão.

2) Subjetiva: servidores públicos federais vinculados ao Comando do Exército, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, estáveis ou em estágio probatório, na atividade, exonerados ou aposentados, desde que a irregularidade a ser apurada tenha sido cometida no exercício da função ou do cargo público – arts. 134, 135 e 172, parágrafo único, Lei nº 8.112/90; Enunciado 2-CGU, de 04 MAIO 11.

Obs.: o pessoal contratado por tempo determinado na forma da Lei nº 8.745/93 para atender necessidade temporária de excepcional interesse público não se sujeita aos dispositivos da Lei nº 8.112/90 e, portanto, todas as infrações disciplinares cometidas devem ser apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de até 30 (trinta) dias, de acordo com art. 10 da Lei nº 8.745/93.

c. <u>Atividades</u>

1) Comunicação do fato

Em sua maioria, o conhecimento do fato supostamente irregular envolvendo servidor civil vinculado ao Comando do Exército decorre da comunicação de outro servidor civil ou participação de militar ao chefe imediato.

Por vezes, pode ocorrer denúncia apresentada por particular ou representação oficiada por outro órgão público, além de notícia veiculada na mídia.

2) Instauração

O procedimento disciplinar pode ser instaurado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM no caso de sindicância ou pelo Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social, no caso de Processo Administrativo Disciplinar em sentido estrito, de acordo com a suposta infração cometida e a penalidade a ser aplicada.

3) Apuração

A apuração do fato ou infração é conduzida autonomamente pela Comissão formada por servidores civis estáveis e de acordo com os requisitos legais, designada pela autoridade competente para proceder ao inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

4) Julgamento

A terceira e última fase do processo administrativo cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor da OM, no caso de sindicância, com penalidade máxima de suspensão por trinta dias; ao Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social, para a penalidade até suspensão por noventa dias; e ao Ministro da Defesa, para aplicação das penas expulsivas (demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição do cargo em comissão).

5) Aplicação da penalidade

a) Advertência e suspensão – o julgamento é publicado no Boletim Interno da Organização Militar na qual está lotado o servidor, com definição das providências cabíveis.

b) Demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição do cargo em comissão – o julgamento é publicado no Diário Oficial da União, seguido do Boletim Interno da Organização Militar na qual está lotado o servidor, com definição das providências cabíveis.

6) Registro dos dados, controle e acompanhamento dos procedimentos administrativos

A Seção de Pessoal Civil da OM do servidor procede ao registro da penalidade nos seus assentamentos (alterações), bem como o arquivamento dos autos originais (no caso das sindicâncias) por prazo indeterminado.

Todas as instaurações de procedimentos apuratórios e julgamentos no âmbito do Comando do Exército devem ter seus dados registrados no Sistema de Acompanhamento da Controladoria-Geral da União (CGU-PAD) pela DCIPAS, à exceção das demissões, cujos registros de julgamento são efetuados pela Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa (DIPEC/MD).

Após o julgamento por parte da autoridade competente, cópia dos autos das sindicâncias e dos autos originais dos PADs (junto com cópia da publicação dos julgamentos) são arquivadas na DCIPAS, a qual é periodicamente auditada pela CGU.

7) Pedido de reconsideração e/ou recurso

Institutos que asseguram o duplo grau de jurisdição, ou seja, o direito do servidor recorrer contra decisões da administração. Ocorrem ainda no processo, antes da sua decisão definitiva.

a) Pedido de reconsideração – é dirigido à própria autoridade que decidiu, numa única vez. É possível em qualquer fase do processo administrativo (art. 106, Lei nº 8.112/90); e

b) Recurso - é dirigido à autoridade superior, sendo possível apenas na fase do julgamento (art. 107, Lei nº 8.112/90).

8) Revisão do processo disciplinar

É dirigido contra procedimento apuratório já encerrado, voltando a discutir a imputação de responsabilidade e a aplicação de qualquer pena, a qualquer tempo, a pedido ou *ex-offício*, desde que se aduzam novos fatos ou circunstâncias capazes de comprovar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, cabendo ao requerente o ônus da prova.

Procedimentos previstos nos arts. 174 a 182, Lei nº 8.112/90.

3.2.7 Base normativa que regulamenta a atividade de correição no âmbito do Comando do Exército

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

- Portaria nº 071-Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2013 - Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB10-R-02.020);

- Portaria nº 192-DGP, de 1º de outubro de 2015 - Delega competência para a prática de atos administrativos no âmbito do DGP; e

- Portaria nº 278-DGP, de 03 de dezembro de 2013 - Aprova as Normas Técnicas nº 3 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30-N-50.003).

3.2.8 Competências e responsabilidades

3.2.9 Principais resultados observados em relação à atividade de correição no âmbito do Comando do Exército (servidores civis)

Quadro 56 - Punições administrativas aplicadas

PUNIÇÕES	2015	2016	TOTAL
Demissão	03	03	06
Cassação	00	01	01
Destituição	00	00	00
TOTAL EXPULSIVAS	03	04	07
Suspensão	00	00	00
Advertência	00	00	00
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	00	00	00
TOTAL GERAL	03	04	07

Fonte: DGP

Observação: Os procedimentos apuratórios de menor gravidade e aplicação das penas estatutárias brandas (sindicância, para aplicação de advertência e suspensão até 30 dias), por serem instaurados e julgados nas OM dos servidores, têm seus dados registrados no CGU-PAD após o recebimento dos respectivos autos, de forma centralizada, pela DCIPAS, o que pode acarretar em acúmulo e atraso no registro no Sistema, e, portanto, há imprecisão no quantitativo de suspensões e advertências constantes no quadro acima.

Quadro 57 - Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90)

MOTIVOS	ACUMULADO 2015-2016	
	Qnt	%
Valimento Indevido de Cargo	04	57,14
Improbidade Administrativa	00	0
Abandono de Cargo	01	14,28

Recebimento de Propina	00	0
Acumulação ilegal de Cargos	00	0
Desídia	00	0
Inassiduidade habitual	02	28,57
TOTAL GERAL	07	100%

Fonte: DGP

3.2.10 Informações Quanto ao Cumprimento da Portaria Nº 1.043/2007-CGU

Face à extensa área de abrangência do Exército Brasileiro, com cerca de 5.700 (cinco mil e setecentos) servidores distribuídos em aproximadamente 350 Organizações Militares em todo País, o que dificulta o controle dos procedimentos instaurados no âmbito de cada Unidade, além da escassez de servidores para execução das diversas atividades de controle administrativo de processos e procedimentos, bem como formação e perfil desejados de servidores para supervisão e orientação técnica aos órgãos com processos disciplinares em andamento, o prazo estipulado pela Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, para registro das informações relativas aos processos disciplinares no CGU-PAD, por vezes, tem sido ultrapassado. Entretanto, esforços têm sido envidados para melhoria do desempenho institucional na área do Sistema de Correição e cumprimento da legislação.

A Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) dispõe de arquivo de todos os processos disciplinares, envolvendo servidores civis, instaurados no âmbito do Comando do Exército, garantindo, desta forma, a integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD.

3.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os planejamentos estratégicos são realizados e aperfeiçoados continuamente por profissionais capacitados e aprovados em diversas instâncias, e obedecem a metodologias específicas.

O planejamento da gestão de riscos, no âmbito do Exército, vem sendo continuamente aperfeiçoada em atendimento às boas práticas de gestão.

O Comando do Exército, em cumprimento ao previsto na Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, determinou a elaboração da Política de Gestão de Riscos do Exército com os seguintes objetivos:

- estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades da gestão de riscos; e
- orientar a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais. Essas medidas visam à sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

Os projetos estratégicos são precedidos de diretrizes e estudos de viabilidade, e posteriormente, têm a sua execução acompanhada. São executados com base em normas, tais como as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro, as NEGAPEB, e controlados e coordenados dentro de uma estrutura adequada para a gestão de projetos: o Escritório de Projetos do Exército – EPEx.

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada por profissionais capacitados e por organizações que possuem estrutura que a comporte. Todas as Unidades Gestoras possuem a

estrutura física e de pessoal adequada para a gestão dos recursos colocados à disposição da Instituição.

Os Controles Internos Administrativos são exercidos com base em extensa legislação interna, na segregação de funções, na hierarquia e disciplina, nos processos bem definidos, nas atividades de inteligência, por meio das prestações de contas, e nas atividades de controle, tais como as visitas e inspeções do comando superior, fiscalização e auditoria dos órgãos de controle interno, orientações técnicas e capacitações, entre outras atividades.

Assim, e com base na estrutura de governança a ser apresentada no próximo bloco, o Comando do Exército vem aprimorando a gestão dos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e avalia que tem uma boa qualidade de Controles Internos Administrativos.

A despeito do aprimoramento da gestão de riscos, visualiza-se que a insuficiência de recursos orçamentários e sua imprevisibilidade dificultam atingir as metas previstas. Nesse sentido, o Comando do Exército tem realizado diversas atividades de melhoria da gestão, já expostas na Seção deste Relatório de Gestão dedicada ao desempenho operacional, a fim de fazer frente a essa insuficiência de recursos.

Considerando ainda a competência da Secretaria de Economia e Finanças (SEF) — Órgão de Direção Setorial, depreende-se que o Sistema de Economia e Finanças do Exército exerce o acompanhamento, o monitoramento, a avaliação e o controle de suas competências por intermédio de uma estrutura que contempla todas as competências institucionais, necessárias e suficientes para bem cumprir suas atribuições, **no âmbito do Sistema Exército Brasileiro**.

Tal estrutura citada no item 2.1 (Planejamento Organizacional) deste relatório constitui-se do ambiente no qual a SEF realiza as atividades de Governança, entendendo como Governança um sistema por meio do qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo, neste processo, os relacionamentos entre o Alta Administração da SEF, suas Diretorias, as Assessorias e os Órgãos de Controle.

Tais relacionamentos têm por objetivo reduzir a ocorrência de riscos, com destaque, para a execução orçamentária, a administração financeira, o controle patrimonial e o pagamento do pessoal do Exército.

Cumpre registrar que, além dos normativos que dão base legal ao Sistema SEF, são também aplicados no processo de controle de riscos o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); o Manual Técnico Orçamentário (MTO); o Manual Técnico (EB20-MT-11.003) Gestão de Indicadores de Desempenho; as rotinas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal (SIAFI); as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB), o Regulamento de Administração do Exército (R3), o Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG), entre outros.

Vale lembrar que o Sistema de Economia e Finanças também faz largo uso da intranet, sobretudo, no que concerne à divulgação de normativos, bem como, de ações e procedimentos objetivando melhor orientar o público interno.

Portanto, a aplicação de tais normativos, manuais e o largo uso da intranet, constituem-se em substanciais mecanismos de controle na medida em que direcionam para o público interno, o foco de suas intenções, seus objetivos, suas metas e propósitos.

3.3.1. Ambiente de controle

No que tange à execução orçamentária — atividade que é executada pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), a SEF realiza o acompanhamento permanente das descentralizações dos

recursos orçamentários verificando, à luz da legislação aplicada, se a execução orçamentária ocorre de acordo com os trâmites legais.

Nesse acompanhamento permanente das descentralizações dos recursos orçamentários a DGO faz o acompanhamento da aplicação do dinheiro público em cada processo de aquisição de bens e/ou contratação de serviços. Tal acompanhamento é verificado à luz dos normativos que regem a escrituração dos registros contábeis na administração pública.

De forma análoga, a administração financeira — atividade que é executada pela Diretoria de Contabilidade (D Cont), faz valer os mesmos normativos, porém pelo viés financeiro, com destaque na verificação da correta escrituração dos registros contábeis no que tange à liquidação da despesa.

Importa registrar que no ambiente de controle da D Cont as inconsistências identificadas geram demandas paras as ICFEx objetivando sanar o problema.

À semelhança das situações supracitadas, cabe ao Centro de Pagamento do Exército (CPEx) executar o pagamento do pessoal da Força, utilizando-se da permanente validação dos pagamentos efetuados, com destaque para o Exame de Contracheques.

Vale lembrar que esse procedimento, realizado no decorrer do exercício financeiro, se constitui em eficiente e eficaz mecanismo de controle e monitoramento do pagamento do pessoal, na medida em que executa uma verificação pormenorizada na vida financeira do efetivo pago pela Folha de Pagamento das Organizações Militares.

Por oportuno, cabe esclarecer que, na estrutura do Exército Brasileiro, as atividades relacionadas na execução orçamentária são realizadas por pessoal qualificado nas escolas militares e nos treinamentos realizados no decorrer do tempo, haja vista o dinamismo da Contabilidade Pública.

Nesse mister, vale destacar o item 6. Princípios, Crenças e Valores, citados a seguir, constantes do Planejamento Estratégico de Gestão da SEF, os quais constituem-se em verdadeiros paradigmas que norteiam os trabalhos castrenses:

> *[...] 6. Princípios, Crenças e Valores.*
>
> *a. Ética: adotar comportamento voltado para o bem e a moralidade.*
>
> *b. Transparência: acessibilidade e publicidade dos atos, ações e informações institucionais.*
>
> *c. Lealdade: honrar seus compromissos com retidão e responsabilidade.*
>
> *d. Moralidade: princípio de conduta pessoal que dignifica o executor de qualquer missão.*
>
> *e. Efetividade: resultado do trabalho, com qualidade, em todos os processos da Instituição.*
>
> *f. Camaradagem: consciência da mesma missão, comunhão dos mesmos princípios e virtudes militares.*
>
> *g. Profissionalismo: exercer suas atividades de forma correta e bem planejada.*
>
> *h. Legalidade: estrita observância das normas regulamentares e dos preceitos legais.*

> *i. Qualidade: compromisso com a melhoria de resultados efetivos em todos os processos realizados e fornecimento de alta qualidade e elevado padrão nos serviços prestados.*
>
> *j. Segurança: cumprimento da missão com efetividade, sem danos físicos e prejuízos materiais.*
>
> *k. Probidade: zelo na gestão dos recursos disponibilizados, bem como no patrimônio imobiliário.*
>
> *l. Inovação: estímulo à criatividade e à busca de aplicação de soluções diferenciadas.*
>
> *m. Comprometimento: dedicação e envolvimento direto com princípios, crenças e valores do órgão.*
>
> *n. Motivação: impulso que influencia o comprometimento para com os princípios, crenças e valores do órgão.*
>
> *o. Manutenção: ações sistemáticas direcionadas para a conservação e o correto emprego dos equipamentos, viaturas e materiais utilizados em todo o sistema SEF, assim como para o bom condicionamento físico do pessoal.*
>
> *p. Gestão de Risco: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização. [...]*

3.3.2. Avaliação de risco

De um modo geral, os riscos observados nas atividades do Sistema de Economia e Finanças são bastante reduzidos. No ambiente de RH, são mitigados pela constante e permanente capacitação do pessoal. No que tange à execução orçamentária, administração financeira e patrimonial e pagamento de pessoal, os riscos são mitigados em função das ações de controle realizadas pelas diretorias envolvidas nos processos respectivos, por meio dos quais são constantemente realizadas avaliações dos atos e fatos produzidos pelos agentes das Unidades Administrativas.

A título de exemplo, tais riscos são reduzidos em virtude de visitas de orientação técnica realizadas pela Alta Administração da SEF acompanhada pelos Diretores Orçamentário e Financeiro que têm o propósito de atualizar, esclarecer e nivelar os conhecimentos contábeis no âmbito regional.

Os riscos decorrentes de alterações operacionais são mais prováveis de acontecer, haja vista que as mudanças nos procedimentos contábeis nem sempre chegam a todos os rincões do País ao mesmo tempo. Tal risco é mitigado pela constante atuação das ICFEx que promovem orientações técnicas, com destaque para a Região Amazônica.

3.3.3. Procedimentos de controle

Em relação a este item, é oportuno esclarecer que os procedimentos de controle, sejam eles no âmbito estratégico, tático ou operacional seguem as diretrizes estabelecidas pelo Secretário de Economia e Finanças, o plano Estratégico da SEF, além da legislação aplicável à Contabilidade Pública.

Acrescente-se a isso as Visitas de Orientação Técnica, realizadas no decorrer do exercício financeiro abrangendo todas as Regiões Militares.

Nessas ocasiões são transmitidas aos gestores, cujas Unidades Administrativas (UA) estão vinculadas às Regiões Militares, informações relevantes objetivando corrigir rumos e atualizar procedimentos.

Por oportuno, vale destacar a relevante atuação das ICFEx no que tange aos procedimentos de controle, haja vista se constituírem no braço operacional da SEF, monitorando, avaliando e controlando a boa e regular aplicação dos recursos públicos por meio da permanente validação dos processos de aquisição e/ou contratação dos serviços realizados pelos gestores das Unidades Administrativas.

3.3.4. Informação e comunicação

No ambiente do Sistema de Economia e Finanças, a intranet é bastante utilizada como valioso veículo de comunicação. Outra ferramenta largamente utilizada são as Reuniões por Videoconferência (VC/SEF) entre a SEF, suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS) e o CCIEx.

Vale destacar que os sistemas SIAFI/SIAG (sistemas corporativos do governo federal) são primorosas ferramentas de informação e comunicação, onde o item segurança é ponto forte.

Assim, por meio desses sistemas, a SEF chega às UA, propiciando orientação técnica e corrigindo eventuais inconsistências.

Além disso, é relevante esclarecer que tais sistemas corporativos são o meio pelo qual os registros contábeis da execução orçamentária, da administração financeira e patrimonial e do pagamento de pessoal são realizados.

Considerando que esse ambiente é dirigido e gerenciado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o qual garante a segurança das informações, ele se constitui em valoroso meio para a tramitação das informações.

3.3.5. Monitoramento

No que se refere ao monitoramento, importa registrar que o Sistema SEF dispõe de uma estrutura organizacional que dá o suporte necessário para o acompanhamento, o controle e a validação dos gastos realizados.

Essa estrutura — com foco na segregação das atribuições e competências, permite que cada diretoria realize o monitoramento dos gastos com base nas suas competências e focadas nas ações dispendidas em cada fase dos processos, sejam eles realizados no âmbito orçamentário, financeiro e patrimonial, e, ainda, em relação ao pagamento de pessoal.

Considerando essa lógica, cabe à Diretoria de Gestão Orçamentária realizar o monitoramento da gestão do gasto até a fase da liquidação da despesa.

A partir dessa fase, entra a competência da Diretoria de Contabilidade liberando o numerário para o pagamento dos gastos e acompanhando o respectivo registro contábil.

Nesse contexto, compete às ICFEx, no ambiente de controle operacional, realizar a validação dos gastos na medida em que é realizada a conformidade, mediante a validação dos processos de aquisição de bens e/ou contratação de serviços.

Além disso, as ICFEx realizam, ao longo do exercício financeiro, visitas de orientação e auditoria, a fim de atualizar, esclarecer e nivelar os conhecimento contábeis para os agentes da administração das diversas regiões do país.

Tais visitas geram relatórios, os quais têm o propósito de corrigir rumos em virtude de inconsistências porventura detectadas. Quando a inconsistência apresentada requer maior atuação dos Órgão de Controle são realizadas interferências pontuais a fim de sanar a questão.

Em vista disso, as inconsistências apresentadas na realização dos gastos são de pronto sanadas, haja vista que as ICFEx exercem no seu dia-a-dia o acompanhamento das ações dos gestores.

Vale lembrar que tais visitas são escrituradas a fim de que as experiências vivenciadas pelos gestores sejam transmitidas aos demais integrantes do Sistema SEF.

Importa registrar ainda que os normativos do Sistema SEF e de suas OMDS são periodicamente revisados e atualizados, viabilizando o constante aprimoramento das ações e dos procedimentos, visando à melhoria do gasto, e, em consequência, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão de riscos.

Quadro 58 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Gestão

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
AMBIENTE DE CONTROLE	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Princípio 1 - Integridade e Valores Éticos					
1. A alta administração estabeleceu e adota um código ou códigos formais de conduta e outras políticas que comunicam normas apropriadas de comportamento moral e ético.					**x**
2. Foi criada comissão de ética com condições de trabalho que assegurem o cumprimento de suas funções.				**x**	
3. Existem canais para recebimento de denúncias formalmente instituído na Unidade?					**x**
Princípio 2 - Estrutura de Governança (Independência e Supervisão)					
4. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da organização e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**x**
5. O Conselho de Administração (ou estrutura equivalente) demonstra independência em relação à Administração, realizando uma supervisão da elaboração e da execução dos controles internos.				**x**	
Princípio 3 - Estruturas, Níveis de Subordinação, Autoridades e Responsabilidades					
6. Existe organograma formalmente estabelecido.					**x**
7. O organograma foi complementado por um manual, regimento, resolução, portaria, etc., que estabelecem as competências e responsabilidades das unidades e dos cargos que compõe a organização.					**x**
8. A estrutura organizacional do órgão é apropriada para seu tamanho e a natureza de suas operações.					**x**
9. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**x**
10. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da unidade.					**x**
11. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**x**
Princípio 4 - Estrutura de Recursos Humanos					
12. Há políticas e procedimentos para contratar, orientar, capacitar, avaliar, promover, disciplinar, reter e demitir servidores.					**x**
Princípio 5 - Responsabilidades por Funções de Controle					
13. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação da força de trabalho dos diversos níveis da estrutura da organização na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**x**	
14. Existem mecanismos gerais de controle instituídos pela organização para avaliar se as pessoas assumem suas responsabilidades por função de controle interno.					**x**
AVALIAÇÃO DE RISCO	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Princípio 6 - Identificação de Objetivos					

15. Os objetivos e metas da organização estão formalizados.					**x**
16. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da organização.					**x**
Princípio 7 - Identificação dos Riscos					
17. É prática da organização o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade e impacto de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					**x**
18. É prática da organização a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**x**	
19. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**x**	
Princípio 8 - Potencial para Fraude					
20. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da organização.					**x**
21. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da organização instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**x**
Princípio 9 - Identificação de Mudanças					
22. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da organização ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					**x**
ATIVIDADE DE CONTROLE	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Princípio 10 - Atividades de Controle para Redução de Riscos - Princípio 12 - Políticas e Procedimentos					
23. Há políticas, procedimentos, técnicas e mecanismos de natureza preventiva ou de detecção que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos e para o alcance dos objetivos da organização.				**x**	
24. As atividades de controle descritas nos manuais de políticas e procedimentos são efetivamente aplicadas e de forma correta.					**x**
25. A Alta Administração examina regularmente o desempenho efetivo em relação a orçamentos, previsões e resultados de períodos anteriores.					**x**
26.Os gestores, em todos os níveis de atividades, examinam relatórios de desempenho, analisam tendências e mensuram os resultados em relação às metas.					**x**
27. As atividades de controle adotadas pela organização são abrangentes e estão alinhadas ao planejamento estratégico da unidade.					**x**
28. Medidas e indicadores de desempenho foram estabelecidos em toda a organização no nível do órgão como um todo e em nível de atividade.				**x**	
29. As atividades de controle adotadas pela organização possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					**x**
Princípio 11 - Controle sobre a Tecnologia					
30. Os controles preventivos e corretivos adotados pela organização são realizados com o uso da tecnologia.					**x**
31. A organização desenvolve atividades de controle para avaliara integridade, a precisão e a disponibilidade do processamento da tecnologia.				**x**	
32. A organização estabelece atividades de controle sobre os processos relevantes de gerenciamento de segurança.				**x**	
33. A organização estabelece atividades de controle sobre os processos relevantes de aquisição, desenvolvimento e manutenção de tecnologia.				**x**	
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Princípios 13, 14 e 15 - Informação e Comunicação					
34. A informação relevante para a organização é devidamente identificada, documentada, armazenada, testada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas?					**x**
MONITORAMENTO	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Princípio 16 - Monitoramento Contínuo e Avaliações Separadas					
35. O sistema de controle interno da organização é constantemente monitorado pelos gestores para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					**x**
36. O sistema de controle interno da organização tem sido considerado adequado e efetivo pelas					**x**

avaliações sofridas pela auditoria interna, CGU e TCU, entre outros.					
37. O sistema de controle interno da organização tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**x**
Princípio 17 - Avalia e Comunica Deficiências					
38. A organização avalia e comunica as deficiências de controle às partes interessadas (inclusive à estrutura de governança e à alta administração, quando aplicável) em tempo hábil, para a adoção de medidas corretivas.					**x**

Análise crítica e comentários relevantes:

Considerações gerais:

- Metodologia utilizada pela unidade

A avaliação do Sistema de Controle Interno desta unidade se deu com base no modelo preconizado pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, especificamente o COSO I e COSO 2013.

A execução dos trabalhos de avaliação envolveu a participação dos seguintes representantes do nível estratégico de direção da unidade: alta administração sob a coordenação da Seção de Excelência gerencial.

Além desses agentes, participaram dos trabalhos a alta administração das OMDS e Assessorias.

A avaliação buscou demonstrar a estrutura de controles internos desta unidade, evidenciando a suficiência desses controles para garantir, com razoável certeza, o cumprimento dos objetivos da entidade em termos de eficiência e efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis e normas aplicáveis.

A opinião final acerca do funcionamento do sistema de controle interno da unidade se deu por meio de Avaliação ao Nível da Entidade, levando em seu bojo resultado de avaliações realizadas no nível de processos, onde foram considerados aspectos como objetivos do processo, riscos inerentes e as atividades de controle face aos riscos.

A coleta de dados baseou-se em:

- Entrevistas a servidores encarregados de tarefas-chave.
- Observação direta ou outros métodos.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da unidade.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da unidade, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da unidade.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da unidade, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da unidade.

Fonte: SEF

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. GESTÃO DE PESSOAS

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal

As informações relativas à Gestão de Pessoas são de responsabilidade do Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Comando do Exército (**UG 160070 – Departamento-Geral do Pessoal**) e consideram as informações sobre a Gestão de Pessoas no âmbito de todo o Exército.

A composição do efetivo do Exército Brasileiro está baseada na otimização do emprego de recursos humanos, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às reais necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade a médio e a longo prazos.

O compromisso com o resultado e a crescente necessidade de aperfeiçoamento dos processos organizacionais implicará no aumento qualitativo do efetivo, ou seja, no crescimento da presença de pessoal especializado na Força, principalmente nos cargos administrativos. Será diminuído o emprego de militares combatentes de carreira em atividades não relacionadas, diretamente, com a atividade-fim, principalmente nos postos de oficiais subalternos e intermediários e nas graduações de 3º e 2º sargentos.

6.1.1.2 Composição da força de trabalho

A composição da força de trabalho à disposição do Comando do Exército está disposta conforme os quadros abaixo:

Quadro 64 - Força de Trabalho – MILITARES – situação apurada em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	61.765	59.718	1735	4914
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1.096		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0		
2. Servidores com Contratos Temporários	158.618	111.726	63.616	59.215

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0		
4. Total de Servidores (1+2+3)	220.383	172.540	71.566	64.129

Fonte: DGP

Quadro 65 - Força de Trabalho - CIVIS -Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	12.084	5.762	0	264
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	12.084	5.762	-	264
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	12.084	5.762	-	264
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários *	0	110	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	12.084	5.872	0	264

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE
(*) Servidores contratados conforme Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, diretamente pelo Departamento de Engenharia e Construção.

6.1.1.3 Distribuição da força de trabalho

Quadro 66 - Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição do Cmdo Ex Oficiais e Praças temporários

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	5.762	0
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.762	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	110	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.872	0

(*) Servidores contratados conforme Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, diretamente pelo Departamento de Engenharia e Construção.
Fonte: DEC

Quadro 67 – Distribuição da Lotação Efetiva - MILITARES

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	31.971	28.843
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	31.971	28.843
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	30.875	28.843
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	1.096	0
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários	42.363	69.401
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	74.334	98.244

Fonte: DGP

Quadro 68 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Civis em 31Dez)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	114	113	13	12
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	113	0	0	0
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	64	63	13	12
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	33	33	0	0
1.2.5. Aposentados	12	12	0	0
2. Funções gratificadas (*)				
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	783	730	152	53
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	897	843	165	65

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE*(*) Conforme* Portaria nº 237-Cmt Ex, de 11 MAIO 2006 e Portaria Interministerial nº 279-MD/MP, de 03 MAR 2006

a. <u>Análise Crítica da Gestão de Pessoas</u>

1) MILITARES

A quantidade de militares tem se mostrado compatível com as necessidades do Comando do Exército. Pequenas diferenças são observadas se compararmos os Cargos Previstos com o Efetivo Existente.

O Exército já está executando medidas para ampliar o emprego de oficiais e sargentos temporários, altamente qualificados, principalmente nas organizações militares não integrantes da Força Terrestre, em detrimento dos militares de carreira. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, serão implementadas medidas que possibilitem o crescimento profissional do militar temporário enquanto permanecer no serviço ativo.

O Estado-Maior do Exército (EME) adequou as vagas disponibilizadas para as escolas de formação com as reais necessidades do Exército, atendendo a dinâmica do fluxo de carreira.

A utilização de pessoal da reserva como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) tem sido uma realidade, pois é de interesse da Força o aproveitamento desse profissional que possui grande experiência e vivência na Instituição, constituindo-se em excelente capital intelectual. Esses militares também possuem papel fundamental para a transmissão de valores aos mais jovens e para a preservação da Cultura Institucional.

Sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim, a avaliação é que o percentual de 57% de militares na atividade-fim é compatível e está de acordo com as necessidades estabelecidas nos Quadros de Cargos, visto que esses efetivos são empregados de acordo com suas Armas, Quadros e Serviços. Como exemplo, o militar do Serviço de Saúde exerce suas funções predominantemente em Organizações Militares consideradas da atividade-meio, embora, para o Exército, ele esteja exercendo sua atividade-fim.

2) CIVIS

Por fim, há de se considerar a crescente evasão de servidores das diversas carreiras e cargos existentes no âmbito do Comando do Exército (áreas de ensino, saúde, Ciência e Tecnologia, Tecnologia Militar e administração), de forma escalonada, devido, principalmente, à sazonalidade dos concursos, necessários ao cumprimento da exigência constitucional para provimento dos cargos públicos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, o que por sua vez desencadeiam em aposentadorias também em certos períodos, conforme quadro a seguir:

Quadro 69 - Ingresso e evasão de Servidores Civis

ANO	Ingresso		Total	EVASÃO						Total	DIF
	Redistrib	POSSE		Aposen	Exon	PDV	Falec	Redistr	Posse outro cargo		
1993	39	0	39	853	81	0	77	7	0	1018	-979
1994	34	261	295	1030	107	0	55	24	0	1216	-921
1995	9	1752	1761	1171	283	0	48	23	0	1525	236
1996	0	442	442	802	361	250	36	0	0	1449	-1007
1997	8	511	519	785	208	0	51	2	0	1046	-527
1998	2	234	236	445	123	0	33	14	0	615	-379
1999	2	0	2	390	59	209	30	10	0	698	-696
2000	28	16	44	205	76	37	31	5	0	354	-310

ANO	Ingresso		Total	EVASÃO						Total	DIF
	Redistrib	POSSE		Aposen	Exon	PDV	Falec	Redistr	Posse outro cargo		
2001	19	0	19	214	61	0	27	29	0	331	-312
2002	1	48	49	298	42	0	35	19	0	394	-345
2003	5	0	5	564	37	0	47	23	0	671	-666
2004	7	391	398	246	47	0	31	24	11	359	39
2005	12	5	17	240	62	0	40	30	21	393	-376
2006	4	18	22	204	91	0	26	17	19	357	-335
2007	5	6	11	241	28	0	50	6	5	330	-319
2008	8	26	34	205	17	0	41	2	5	270	-236
2009	0	4	4	423	16	0	22	5	8	474	-470
2010	0	93	93	497	13	0	17	0	11	538	-445
2011	1	14	15	495	10	0	24	3	7	539	-524
2012	11	320	331	399	28	0	3	1	7	438	-107
2013	17	7	24	355	25	0	9	6	6	401	-377
2014	6	60	66	311	12	0	4	3	5	335	-269
2015	17	52	69	359	13	0	6	3	4	385	-316
2016	21	0	21	235	12	0	13	4	4	268	-247
TOTAL	256	4260	4516	10967	1812	496	756	260	113	14404	-9888

Fonte: DGP

Outro fator de grande impacto sobre a força de trabalho disponível é o quantitativo de servidores mais velhos, em sua maioria com efetivo tempo de serviço próximo ao preenchimento das condições para aposentadoria voluntária.

De outro lado, observa-se que embora possa ser considerado pequeno o número de servidores afastados eventualmente, frente ao efetivo total do Comando do Exército, significativo é o seu reflexo nas atividades desenvolvidas, se examinada a distribuição nas diversas Organizações Militares, distribuídas em todo território nacional:

Quadro 70 - Afastamentos -Civis

AFASTAMENTOS COM REMUNERAÇÃO	QUANTITATIVO
Licença capacitação (art. 87, Lei nº 8.112/90)	14
Licença prêmio por assiduidade (art. 87, Lei nº 8.112/90, redação original)	80
AFASTAMENTOS SEM REMUNERAÇÃO	QUANTITATIVO
Licença para Tratar de Interesses Particulares (art. 91, Lei nº 8.112/90)	07

Fonte: DGP

Verifica-se, também, analisando a força de trabalho entre o número de servidores ocupantes de cargos comissionados frente ao número de servidores não comissionados - Quadros "A.6.1.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva" e "A.6.1.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas", que o quantitativo não atende à necessidade de especialização exigida para desempenho das diversas funções.

Periodicamente tem sido realizado o levantamento da demanda por área/carreira e solicitado ao Ministério da Defesa gestões junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para fortalecimento da capacidade institucional.

Atualmente a carência maior quanto ao efetivo tem sido nas áreas de saúde, e nos diversos cargos da área administrativa, responsáveis pela atividade meio, a serem alocados nas diversas Regiões Militares, hospitais, Colégios Militares, departamentos e Secretarias.

Necessita-se, portanto, de esforços concentrados no sentido de atender à reposição de servidores, visto que os últimos concursos realizados foram, em 2009, para provimento de cargos da carreira de Ciência e Tecnologia, tendo sido os candidatos aprovados nomeados em 2010; em 2010, para a carreira de Tecnologia Militar, com candidatos aprovados sendo nomeados no ano de 2012; e em 2013, para a carreira de ensino básico, técnico e tecnológico, com servidores nomeados em 2014 e 2015.

6.1.2. Demonstrativo de despesas com pessoal

Quadro 71 - Custos do Pessoal (em R$ 1,00)

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Pessoal Militar da Ativa, Inativos e Pensionistas											
Exercício	2016	23.408.180.420,22	8.382.776,49	3.325.620.756,01	2.631.346.815,05	747.895.218,75	31.226.743,23	687.196.764,96	86.830.684,34	21.368.833,02	30.948.049.012,07
	2015	22.281.755.935,82	7.574.072,95	3.039.625.047,00	2.416.315.711,05	673.470.692,79	205.765.002,27	511.209.944,89	82.440.721,36	19.910.377,95	29.238.067.506,08
Servidores Civis											
Exercício	2016	1.171.969.827,05	218.871.607,55	119.906.388,27	23.813.879,19	437.405,70	57.882.871,56	39.466.230,74	11.240.686,25	407.961,68	1.643.996.857,99
	2015	1.148.673.657,09	219.344.327,58	115.099.933,93	23.710.860,99	470.608,20	49.663.466,53	32.498.553,69	405.462,91	384.572,81	1.590.251.443,73

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e SIAPPES (Sistema Automático de Pagamento de Pessoal)

Observações:

Os pagamentos do Quadro 30 consideram todas as despesas realizadas com a folha de pagamento de pessoal do Comando do Exército (militares e civis), cuja atribuição de execução fica a cargo desta UJ. Foram considerados os seguintes aspectos, quando do preenchimento do quadro, face às especificidades do sistema utilizado para pagamento de pessoal:

1. Os valores pagos ao Pessoal Militar referem-se ao total processado pelo Sistema Automático de Pagamento de Pessoal (SIAPPES), extraídos do SIAFI, sendo considerados os militares da ativa (de carreira e temporários), inativos, pensionistas de militares e militares do efetivo variável.

2. Os valores pagos a Servidores Civis (SIAPE), extraídos do SIAFI, incluem servidores ativos, aposentados e pensionistas de servidores civis vinculados ao Comando do Exército.

3. Os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS, no exercício de 2016, foram desconsiderados. Os seguintes valores não foram considerados nos montantes pagos aos Servidores Civis: R$ 153.498,05 (ND 31.90.07.06 - CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12); R$ 596.205,82 (ND 31.91.13.02 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS – INSS) e R$ 99.171.988,46 (ND 31.91.13.03 - CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS).

4. Na coluna “Retribuições” de Pessoal Militar da Ativa, Inativos e Pensionistas foram considerados somente os saques realizados a título de despesas com o pagamento da gratificação de representação constante da alínea a) inciso VIII do Art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (“*parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Generais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar*”) .

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

6.1.3.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a. Existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos

Existe na UJ-DCIPAS, uma carteira de trabalho com um(a) Servidor(a) Civil responsável por determinar a apuração das acumulações de cargos detectadas no âmbito do Exército e as informadas pelo MP, por meio de relatório SIAPE, mediante o cruzamento de dados de servidores da esfera Federal, Estadual e Municipal, ou, ainda, quando há a necessidade de implantação de dados financeiros de interesse dos servidores, que tenham inconsistência no sistema SIAPE decorrente de acúmulo de cargos, os quais podem ser detectados por meio de consultas no sistema SIAPE através da transação de Pendência (>CACOPENDAT).

b. Tipos de controles implementados e periodicidade de revisão

O resultado das apurações solicitadas depende, muitas vezes, de providências de órgãos externos ao Comando do Exército, o que provoca a demora na solução dos processos. Os documentos enviados que solicitam algum tipo de informação, providências ou soluções, tanto no âmbito do Exército como externo à Força, são reiterados quantas vezes forem necessárias até que seja sanada a providência exigida.

c. Propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência

A utilidade e eficiência dos controles implementados são dificultadas devido à dependência de providências e soluções de órgãos externos ao Comando do Exército com relação às acumulações de cargos, provocando atrasos nas soluções dos processos.

d. Existência e quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada

Existem 05 (cinco) processos pendentes de Servidores Civis, referentes à apuração de acumulações de cargos referentes ao exercício de 2016, aguardando providências que já foram solicitadas.

e. Quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular

Foram feitas 10 (dez) notificações aos servidores que se encontram em situação irregular.

f. Resultado das notificações realizadas

Das 10 (dez) notificações realizadas, 02 (dois) processos foram regularizados, provisoriamente, porque os servidores estão amparados por Mandado de Segurança, aguardando a decisão final; 03 (três) foram arquivados, pois ficaram comprovadas as licitudes das acumulações; e 05 (cinco) processos estão pendentes aguardando solução das providências solicitadas.

g. Quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos

Em razão da servidora não ter reduzido a carga horária de um dos cargos acumulados licitamente, conforme notificação, foi instaurado 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar para apuração da irregularidade, encontrando-se em andamento, a ser submetido a julgamento pela autoridade competente.

6.1.3.2. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

A importância do papel do Exército Brasileiro para a segurança e defesa do Estado atribui à qualidade do seu pessoal caráter determinante no êxito do cumprimento das missões constitucionais, na credibilidade e na percepção de relevância que a Instituição deve transmitir à sociedade.

A realidade do mercado de trabalho no País já apresenta evidências da carência de pessoal qualificado e da disputa pelo capital intelectual, com perspectivas de crescente agravamento do quadro nas próximas décadas.

Portanto, as ações realizadas nesta área priorizarão a atração, motivação e retenção de pessoal com as necessárias competências.

O Exército executará o seu processo de transformação com ênfase na dimensão humana, entendida como o conjunto de todos os fatores geridos pela Instituição que influenciam o profissional militar e o servidor civil – do ambiente de trabalho a seus familiares – e que são caracterizados pelas seguintes atividades da gestão de pessoas: agregar (recrutar e selecionar); aplicar (orientar e modelar o trabalho); motivar (valorizar, prover incentivos, benefícios e serviços); desenvolver; manter e monitorar.

A atração de candidatos dar-se-á pela exteriorização das características da profissão militar por meio da propaganda com maior apelo para o recrutamento. Essa propaganda deverá focar o desenvolvimento físico, intelectual e psicológico propiciado pelo Serviço Militar; as possibilidades de trabalho em diversos ambientes e localidades, no Brasil e no exterior; a educação continuada, com a variedade de cursos, inclusive em nações amigas; e a qualidade da educação, com destaque para o desenvolvimento da liderança, o culto aos valores e tradições históricas.

O aumento gradual da participação do servidor civil na Instituição torna-se fator fundamental para a eficácia da administração e para a gestão do conhecimento, tendo em vista a permanência desses nos cargos e funções, diferentemente do militar que, por condicionantes de carreira, deve ter vivência nacional e experiência em diversas áreas.

Diferentemente do que ocorre na atualidade, visualiza-se o emprego de servidores civis em diversas áreas e órgãos da Força, liberando efetivos militares para seu emprego na área operacional.

O principal aspecto que deverá reger a gestão de pessoal será o de reconhecimento do profissional pelas suas competências e pelo desempenho ao longo da carreira. O aperfeiçoamento do processo de avaliação, a implementação da educação por competências e a gestão do conhecimento proporcionarão um salto de qualidade.

Torna-se assim, fundamental o aperfeiçoamento dos atuais planos de carreira do pessoal civil e militar, a fim de permitir a manutenção do profissional motivado ao longo da carreira.

Para a geração da Era do Conhecimento, novos planos de carreira deverão ser concebidos atendendo a todos os requisitos necessários para a atração, retenção e motivação desses profissionais.

A flexibilidade deverá ser implementada nas linhas de carreira, criando a possibilidade de o profissional transferir-se de uma área para outra, de acordo com a sua vocação e o interesse da Instituição. As diversas linhas deverão incentivar o crescimento profissional, pela valorização de cada militar no âmbito das respectivas áreas, mantendo o foco no cumprimento da missão constitucional.

O incremento nos benefícios oferecidos ao militar e seus familiares e o compromisso permanente com a qualidade de vida da família militar, contribuirão para a motivação e, consequentemente, para a retenção do pessoal. A assistência ao pessoal deverá receber uma alta prioridade, com estruturas organizacionais específicas e dedicadas a essa importante atividade.

A saúde assistencial buscará as soluções mais adequadas, flexíveis e efetivas para que a família militar tenha um forte suporte nessa área. Ações deverão ser adotadas para incentivar a saúde preventiva, minimizando os encargos com a saúde corretiva. Na proteção ao combatente em operações o aperfeiçoamento da saúde operacional é fator primordial.

Deverá haver a continuidade de apoio da Instituição à educação assistencial, proporcionada aos dependentes dos militares, principalmente a oferecida pelos colégios militares. Ações coordenadas entre o Sistema de Pessoal e o de Educação e Cultura deverão ser conduzidas a fim de

objetivar a revitalização e adequação das estruturas existentes, bem como a criação de novos estabelecimentos de ensino.

No contexto das assistências religiosa e psicossocial, deverá ser incentivada a participação do público interno em programas de capacitação no tratamento dos dependentes químicos e na prevenção e controle do uso indevido de drogas.

O aumento significativo da população de idosos nos próximos anos, associado à crescente expectativa de vida, exigirá, cada vez mais, a adoção de políticas específicas para essa parcela de militares e seus dependentes.

A demanda por Próprios Nacionais Residenciais (PNR) é significativa, particularmente, em guarnições localizadas em grandes centros metropolitanos. Nesse caso, a terceirização desse serviço poderá representar uma opção bastante viável para a redução do déficit habitacional.

A Reserva continuará recebendo toda a atenção por parte da Instituição. Nesse contexto, ações concretas deverão ser adotadas visando atender a implantação, em sua plenitude, de projetos que proporcionem uma melhor qualidade de vida.

A contratação de militares para Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), tem demonstrado ser uma excelente estratégia para retenção deste capital intelectual. Nesse mister, a quantidade e, sobretudo, a qualidade deverão ser aumentadas para atender às novas demandas da Força.

Para mitigar os efeitos relacionados aos **riscos** relacionados ao pessoal o Exército valoriza e inova sempre o seu Sistema de Educação e Cultura.

O ambiente de ensino, motivador por natureza, formador e perpetuador de competências, deverá interpretar esta concepção transformadora, adequar-se às novas gerações e às mudanças de mentalidade, quebrar paradigmas e investir nos novos conceitos adotados pela Força na Era do Conhecimento.

A transformação do Exército tem no Sistema de Educação e Cultura um dos principais ambientes para iniciar e desenvolver o processo da absorção da cultura de inovação. A tríade formada pelo docente, discente e conhecimento ganhará uma nova dimensão, tornando o conjunto o foco de todo o sistema.

Especial atenção deverá ser atribuída à capacitação e à valorização dos docentes, que deverão estar qualificados a empregar modernos e eficazes métodos pedagógicos, aptos a utilizar os meios de tecnologia da informação no processo ensino-aprendizagem, atendendo as características comportamentais das novas gerações e a desenvolver, nos discentes, as atitudes necessárias ao desempenho profissional no decorrer da carreira.

O Sistema de Educação e Cultura deverá fomentar o desenvolvimento de competências individuais, habilidades (interpessoais, de reflexão, de análise crítica e do pensamento crítico), atitudes, valores e experiências necessárias para o profissional da Era do Conhecimento.

Conjugado com o novo plano de carreira do pessoal militar, o sistema deverá criar atrativos capazes de motivar o jovem para o ingresso na carreira das armas, proporcionando a obtenção da titulação profissional de nível tecnólogo e do grau de bacharelado em ciências militares e em outra ciência de interesse da Instituição. O ensino e a prática de idiomas estrangeiros receberá especial atenção e estará presente em todos os ciclos de ensino. No prosseguimento da carreira, buscando a retenção e a manutenção do profissional motivado, o sistema de educação deverá proporcionar cursos de especialização-profissional, de extensão, pós-técnico, tecnológico, especialização lato sensu, mestrado profissional, mestrado acadêmico, doutorado e pós-doutorado, contribuindo para elevar, ainda mais, o nível de qualificação profissional, em um contexto de educação continuada.

A necessidade de criação de cursos e estágios de curta duração, após os cursos dos ciclos de aperfeiçoamento e de altos estudos militares, deverá ser contemplada, tendo em vista o desempenho de funções específicas, bem como a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de novas competências. A condução da educação à distância, valendo-se do

ambiente virtual, deverá ser enfatizada, considerando, inclusive, a possibilidade de criação de uma estrutura específica que permita desenvolver, em melhores condições, soluções educacionais customizadas.

A pesquisa científica, como instrumento de desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre e da Doutrina de Operações Conjuntas, ocorrerá nas áreas de Ciência & Tecnologia, de Segurança e Defesa, das Ciências Militares, da Saúde, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Exatas e da Terra, nas vertentes doutrinária e científico-tecnológica, com viés acadêmico, profissional e científico.

Uma maior sinergia será obtida com a maior integração entre os sistemas de Educação e Cultura, de Pessoal, de Doutrina, de Ciência e Tecnologia e de Preparo e Emprego, favorecendo maior dinamismo nas atualizações curriculares, com aproveitamento das lições aprendidas e evoluções tecnológicas dos Produtos de Defesa.

Fruto de novas demandas da sociedade, a educação ambiental passou a fazer parte da agenda nacional. Como sempre valorizada pela Instituição, novas iniciativas deverão ser implantadas, contribuindo para a gestão e o aperfeiçoamento da mentalidade de preservação do meio ambiente.

Considerando as debilidades físicas decorrentes do estilo de vida da sociedade moderna, particularmente nas escolas de formação, dever-se-á priorizar a condução do treinamento físico que contribua para o condicionamento personalizado.

A prática do desporto deverá ser incrementada e incentivada, pois, além de contribuir para o condicionamento físico, o espírito de cooperação e o trabalho em equipe criam excelentes oportunidades para desenvolver os valores e a liderança.

Maior ênfase deverá ser dada às atividades socioculturais e comportamentais, possibilitando a internalização e a difusão de valores morais, das virtudes militares, das tradições do Exército Brasileiro, preparando e capacitando seus alunos a serem exemplos de conduta profissional e civil e, sobretudo, desenvolvendo atitudes que caracterizam os verdadeiros líderes.

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.4.1. Informações sobre contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade (Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva e locação de mão de obra)

A profissão militar é tipicamente uma profissão de risco e, na execução das atividades, requer um elevado adestramento do pessoal e profissionalismo no manuseio do material, que em boa parte é letal.

Dessa forma, a fim de executar sua atividade-fim, a Força Terrestre utiliza recursos humanos próprios, quais sejam, militares incorporados às fileiras do Exército. A terceirização de mão-de-obra e contratação de pessoal de apoio se restringe somente à atividade-meio, tais como limpeza e conservação em algumas Organizações Militares, principalmente Hospitais Militares, Estabelecimentos de Ensino e Quartéis-Generais.

Segue o quadro demonstrativo em complemento às informações sobre a contratação de pessoal de apoio.

Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos (contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e com locação de mão de obra)

TIPO DE CONTRATO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR TOTAL ANUAL (R$)	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE CONTRATOS
Manutenção e Limpeza de Ar condicionado	44	4,53%	2.810.419,92	1,90%
Coleta de Lixo	82	8,44%	3.266.660,64	2,21%
Locação de aparelhos de impressão	305	31,41%	8.139.786,96	5,51%
Desinsetização & Desratização	61	6,28%	533.505,48	0,36%
Manutenção de Elevadores	33	3,40%	1.314.846,72	0,89%
Suporte de Informática	1	0,10%	216.307,44	0,15%
Lavagem de Roupa	162	16,68%	3.320.168,52	2,25%
Limpeza & Conservação	158	16,27%	85.570.664,04	57,88%
Manutenção de Bens Imóveis	49	5,05%	31.599.442,56	21,37%
Manutenção de Bens Móveis	45	4,63%	9.834.736,92	6,65%
Manutenção de Poços Artesianos	31	3,19%	1.239.595,08	0,84%
TOTAL	**971**	**100%**	**147.846.134,28**	100%

Fonte: Banco de Dados da DGO (www.dgo.eb.mil.br/index.php/relatorios-de-contratos)

6.1.4.1.1 Análise Crítica sobre contratos de prestação de serviços e de estagiários não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Em complemento às informações sobre os contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade, pode-se dizer o seguinte:

a) as informações detalhadas sobre os contratos de prestação de serviços poderão ser obtidas pelo acesso ao sítio da Diretoria de Gestão Orçamentária (www.dgo.eb.mil.br/index.php/relatorios-de-contratos);

b) os contratos assinados são relativos às atividades meio da Força Terrestres;

c) os tipos de contrato que estão presentes em cerca de 10% das Organizações Militares são os relativos às atividades específicas e técnicas, que são difíceis de serem executadas por militares;

d) os contratos de Limpeza e Conservação, Lavagem de Roupa, Desinsetização e Desratização e Manutenção de Bens Móveis são, em grande parte, firmados por Organizações Militares Hospitalares, Estabelecimentos de Ensino e Quartéis Generais. Nas demais Organizações Militares, estes serviços são realizados pelos próprios militares;

e) com o impacto da inflação medida em 2016, cerca de 6,29 %, os contratos celebrados naquele ano foram, em sua grande maioria, reajustados; e

f) não obstante as medidas de redução de despesas determinadas pelos Decretos 8.540/15 e 8.541/15, os reflexos inflacionários não permitiram grandes reduções nos valores dos contratos no exercício de 2016.

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

6.2.1. Estrutura de Controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.

O patrimônio imobiliário sob a administração do Comando do Exército é constituído por bens públicos nacionais, classificados como bens de uso especial (art. 99, II, CC), abrangendo edifícios ou terrenos, afetados ao seu uso para uma finalidade específica (art. 76, I, Dec.-Lei nº 9.760/1946), indispensáveis à implantação ou construção de fortificações ou construções militares e à preparação e ao emprego da tropa, objetivando a defesa da pátria (art. 142, CF/1988).

A Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) é o órgão de apoio técnico-normativo-consultivo do Departamento de Engenharia e Construção, que tem por finalidade superintender as atividades relacionadas com a gestão do patrimônio imobiliário, jurisdicionado ao Comando do Exército ou por ele administrado.

Todas as ações patrimoniais do Exército são pautadas na legalidade, sobretudo nas principais leis aplicáveis aos bens públicos e especificamente àqueles jurisdicionados às Forças Armadas (Lei nº 9636/98, Lei nº 8666/93, Lei nº 5651/70, além das normas reguladoras internas).

A competência para remanejamentos e gestão patrimonial dos imóveis afetados aos interesses militares é do Comandante do Exército, com ratificação do Superior Tribunal de Justiça e anuência expressa da Secretaria do Patrimônio da União, órgão central de patrimônio da União, a qual autorizou diretamente aos Comandantes das Forças Armadas a gestão do patrimônio a elas jurisdicionado (Portaria MPOG nº 217, de 16 de agosto de 2013).

A utilização do patrimônio imobiliário da União é regida pelo Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, alterado pela Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001; pelo Decreto-Lei n° 271, de 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto n° 77.095, de 30 de janeiro de 1976 e Lei nº 8.666/93.

O uso em finalidade militar objetiva:

- a edificação e instalação de organização militar;
- a utilização como área ou campo de instrução, atracadouro ou porto e campo de pouso;
- a utilização como residência (Próprio Nacional Residencial) do militar em atividade na Força;
- a preservação histórica, cultural ou ambiental; e
- a edificação de instalações de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e religiosa motivada pela necessidade de assistência à tropa, administrada diretamente pelo Exército.

O uso em finalidade complementar objetiva:

- apoiar as demais forças singulares, forças auxiliares, órgãos públicos e entidades civis de reconhecido interesse militar;
- prestar serviços, cuja exploração não recomende o empenho de efetivos militares; e
- otimizar o emprego do patrimônio imobiliário para gerar receitas financeiras que serão revertidas em benefício da Força.

Dentre as formas de uso de um imóvel ou benfeitoria em finalidade complementar, destacam-se as seguintes:

- locação;
- arrendamento;
- cessão de uso;
- permissão de uso; e
- concessão de direito real de uso resolúvel.

A cessão de uso será utilizada para exercício de atividades de apoio necessárias ao desempenho das atividades da OM cedente, de seus militares e servidores civis, a seguir relacionadas:

- posto bancário;
- posto dos correios e telégrafos;
- restaurante e lanchonete;
- central de atendimento à saúde;
- creche;
- barbearia e cabeleireiro;
- alfaiataria, sapateiro, confecção e venda de uniformes e artigos militares;
- lavanderia;
- estabelecimento de fotografia e filmagem;
- papelaria e livraria em estabelecimento de ensino e organização militar de saúde;
- ótica e farmácia em organização militar de saúde;
- postos de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas e voltadas a assistência de militares e civis;
- escola pública de ensino fundamental;
- promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade; e
- antena de telefonia móvel.

Cabe ao Secretário de Economia e Finanças (SEF) a elaboração de Normas para a Prestação de Contas dos Recursos Utilizados pelas Unidades Gestoras do Comando do Exército e a elaboração de normas específicas, visando a captação de recursos para as unidades gestoras e para o Fundo do Exército, decorrentes da utilização do patrimônio imobiliário da União jurisdicionado ao Comando do Exército e de prestação de serviços, bem como regular a utilização e a prestação de contas dos mencionados recursos.

Cabe aos Comandantes de Região Militar/Grupamentos de Engenharia o controle e a supervisão das atividades referentes à exploração econômica de bens patrimoniais sob jurisdição do Comando do Exército, nas unidades administrativas existentes em suas áreas.

Quadro 73 – Legislação sobre gerenciamento do patrimônio na unidade

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	CONTEÚDO	AMPARO LEGAL
IG 50-02	DESINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	VENDA	1 - Lei 9636/98 - imóveis da União 2 - Lei 5651/70 - venda e permuta Cmt Ex 3 - Port 217-SPU/12 - delegação para atos da 4 - Lei 8666/93 - licitações e contratos
IR 50-12		PERMUTA	1 - Lei 9636/98 - Imóveis da União 2 - Lei 5651/70 - venda e permuta Cmt Ex 3 - Port 217-SPU/12- delegação para atos da 4 - Lei 8666/93 - licitações e contratos
IG 10-37	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	COMPRA	Lei 9636/98 - Imóveis da União
IR 50-14		DOAÇÃO	Lei 9636/98 - Imóveis da União

IG 50-01	ADMINISTRAÇÃO DE PNR	SISTEMA DE CONTROLE	
		ADMINISTRAÇÃO DE PNR EM BRASÍLIA	
		PERCENTUAL DE TAXA DE OCUPAÇÃO DE PNR	
IG 10-38	ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A IMÓVEIS DA UNIÃO	OBTENÇÃO	Lei 6015/73 - registros públicos
		ELABORAÇÃO	
		DISTRIBUIÇÃO	
		ARQUIVAMENTO	
IG 10-03	UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS	PERMISSÃO DE USO	1- Competência SPU - Lei 9636/98 - Imóveis da União - Portaria nº 1 - SPU/14 - permissão de uso
		CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO	- Portaria Normativa nº 1233-MD/12 - Portaria do Cmt Ex n° 739, de 23 de novembro de 2003.
		LOCAÇÃO	Competência - SPU Lei 9636/98- Imóveis da União
IR 50-13		ARRENDAMENTO	- Decreto nº 77.095/ 76, - Decreto-Lei nº 1.310/74
		CDRUR	Lei 9636/98 - Imóveis da União
R-7	Regulamento da Diretoria de Patrimônio		Port 002-DEC/12 RI DEC
EB10-IG-01.016	Instrumentos de Parceria		Lei Complementar nº 97/99 - organização preparo emprego FFAA
Portaria 1495/14	Delegação de Competência Cmt Ex		Lei Complementar nº 97/99

Fonte: SEF e DEC

6.2.2. Distribuição geográfica dos imóveis da União

Quadro 74 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

RM	ESTADO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	TOTAL
1ª RM	Rio de Janeiro	199	**207**
	Espírito Santo	08	
2ª RM	São Paulo	122	**122**
3ª RM / 4º Gpt E	Rio Grande do Sul	286	**286**
4ª RM	Minas Gerais	83	**83**

5ª RM / 4º Gpt E	Paraná	141	**209**
	Santa Catarina	68	
6ª RM / 1º Gpt E	Bahia	41	**50**
	Sergipe	09	
7 ª RM / 1º Gpt E	Pernambuco	114	**161**
	Paraíba	17	
	Rio Grande do Norte	21	
	Alagoas	09	
8ª RM	Pará	42	**66**
	Maranhão	11	
	Amapá	13	
9ª RM / 3º Gpt E	Mato Grosso	36	**187**
	Mato Grosso do Sul	151	
10ª RM / 1º Gpt E	Ceará	19	**36**
	Piauí	17	
11ª RM	Brasília	194	**265**
	Goiás	60	
	Tocantins	09	
	Washington	02	
12ª RM	Rondônia	53	**198**
	Roraima	35	
	Amazonas	81	
	Acre	29	
Total			**1.870**

Fonte: SEF e DEC

6.2.3. Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

O controle da qualidade e completude do registro das informações contidas no SPIUnet é exercido através da atualização periódica dos dados realizado pelas RM/Gpt E.

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) é um sistema de cadastramento e gerenciamento do patrimônio imobiliário de "Uso Especial da União" desenvolvido em plataforma WEB, concebido para ser uma ferramenta de gerenciamento dos imóveis a disposição das Unidades Gestoras do Governo Federal.

O acesso ao SPIUnet é feito pelo site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (www.planejamento.gov.br), item Patrimônio da União, ou direto no site https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/.

Objetivos do SPIUnet:

- manter cadastro de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais;
- manter atualizado o cadastro dos usuários destes imóveis;
- emitir relatórios gerenciais;
- permitir utilização de elementos digitalizados (plantas, fotos e imagens de documentos dos imóveis); e
- disponibilizar informação em interface simplificada e moderna.

Dessa forma são mantidos atualizados e os registros das informações dos imóveis da união no SPIUNet.

6.2.4. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão espaço físico

Os recursos obtidos por meio da utilização de imóveis deverão ser depositados no Fundo do Exército, conforme o inciso II, do art. 2°, do Decreto-Lei n° 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, e de acordo com a Portaria n° 011 - SEF, de 28 de julho de 2011, que aprova as Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras do Exército.

O acesso ao SIAFI https://siafi.tesouro.gov.br possibilita identificar, por meio das Guias de Recolhimento da União, os valores auferidos com a cessão de uso de imóveis do EB sob os regimes de: permissão de uso, cessão de uso para exercício de atividade de apoio, locação, arrendamento, concessão de direito real de uso resolúvel.

A fiscalização do cumprimento das referidas normas é realizada pelas Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), em particular no que se referir à compatibilização entre os valores lançados no SIAFI e no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário com os estabelecidos nos respectivos contratos, bem como os valores devidos à própria UG, aos OG e ao FEx, conforme o caso.

6.2.4.1. Receitas geradas a partir da exploração econômica do patrimônio da União

No Comando do Exército, a Unidade Gestora 167086 – Fundo do Exército, é a responsável pela administração das receitas geradas pelas **422 (quatrocentos e vinte e duas) unidades geradoras** do Exército Brasileiro, conforme preconiza a Portaria nº 011, de 28 de julho de 2011, da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro.

Essas receitas são classificadas da seguinte forma:

- exploração de bens imóveis: por meio de locação, arrendamento, cessão de uso, permissão de uso e a concessão de direito real de uso resolúvel;
- locação de bens móveis: reguladas em portarias tais como: máquinas e equipamentos, bancadas e ferramental;
- alienação de bens; e
- prestação de serviços.

As atividades geradoras de receitas seguem os procedimentos legais para licitações e assinaturas de contratos, nos termos da Lei de licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8666, de 21 de junho de 1993), e os recursos financeiros auferidos são centralizados em conta específica e fonte definida. A partir de então, são aplicados no mercado financeiro, sempre optando pela melhor captação de rendimentos para o sistema, e, posteriormente, descentralizados mediante solicitação das UG envolvidas.

As tabelas a seguir retratam, numa visão macro, a consolidação das receitas realizadas no ano de 2016:

Tabela 19 – Valores recebidos por natureza de receita

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	RECEITA REALIZADA (R$)	%
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.213.990,37	3,47
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	26.008.052,79	40,72
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	31.260.316,07	48,94
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	4.395.636,61	6,88
TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS 2016			**63.877.995,84**	**100**

Fonte: SIAFI 2016

O quantitativo de contratos e aditivos em vigor em 2016, considerando-se todas as Unidades Gestoras (UG), lançados no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA), dentro de cada tipo de receita estão representados conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – Valores recebidos por tipos de contratos

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	Nº CONTRATOS	%
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	27	11,95
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	31	13,72
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	149	65,93
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	19	8,41
TOTAL DE CONTRATOS EM 2016			**226**	**100**

Fonte: Módulo “Receita” SIGA 2016

A contabilização das receitas com cessão de uso por terceiros é realizada a partir da parametrização dos códigos de depósitos no Sistema Integrado de Administração Financeira e no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário. Após a compensação dos depósitos via GRU, esses valores são consolidados em conta corrente única e distribuídos por fontes de recursos que atendam as particularidades de cada situação específica, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 – Contabilização das receitas

CÓDIGO DA RECEITA	CÓDIGO DE CONTA	NATUREZA DA RECEITA	PERCENTUAL A SER DISTRIBUÍDO	FONTE DE RECURSOS DETALHADA
20255-0	33110100	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	70% UG	0250270002
			25% FEx	0250270001
			5% FEx	0250270021
20400-5	33110100	ARRENDAMENTOS	70% UG	0250270002
			25% FEx	0250270001
			5% FEx	0250270021
20804-3	33110100	CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS	70% UG	0250270002
			30% FEx	0250270001
22693-9	33110100	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO RESOLÚVEL	70% UG	0250270002
			30% FEx	0250270001

Fonte: SEF

Ao ser efetuado o pagamento pelo permissionário, por meio de GRU, com o código previsto, o sistema destinará 70% (setenta por cento) para a UG arrecadadora e 30% (trinta por cento) para a UG 167086 - Fundo do Exército (Reserva do Comandante do Exército), ou outro percentual estipulado. Os valores destinados à UG arrecadadora poderão ser verificados, após compensação bancária nas contas previstas junto ao SIAFI.

As receitas auferidas pelas Unidades Gestoras (UG) com a exploração das atividades aqui abrangidas, após deduzidos os valores destinados ao Fundo do Exército (reserva do Comandante do Exército), são utilizados, em princípio, em benefício dos bens que as geraram, de acordo com a

classificação orçamentária vigente. Nas situações em que houver saldo de recursos recebidos, estes poderão ser aplicados para atender a outras necessidades da UG, a critério do Ordenador de Despesas (OD).

Os recursos destinados ao FEx tem como finalidade principal auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações de serviços, inclusive programas de ensino e de assistência social que se façam necessários, a fim de que o EB possa dar cabal cumprimento às suas missões.

6.2.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Em virtude das 652 organizações militares do Exército Brasileiro, o patrimônio imobiliário requer uma atenção especial, principalmente, no que diz respeito à manutenção dos bens imóveis.

Parte dos recursos orçamentários despendidos para a manutenção são originários das receitas próprias auferidas na exploração econômica e que complementam os montantes alocados pelo tesouro.

A ação orçamentária 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército; cujo objetivo é adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional; é a principal responsável pelos recursos destinados à manutenção do patrimônio imobiliário.

Em seu escopo, a ação 20PY contém atividades como recuperação, reparação, reforma, adequação e adaptação de instalações.

No ano de 2016, o Departamento de Engenharia e Construção, responsável pela ação, executou cerca de R$ 60 milhões, entre obras e manutenção, atingindo uma meta de física de 350 (trezentas e cinquenta) Organizações Militares Adequadas.

Os registros contábeis são de responsabilidade das Organizações Militares e das Regiões Militares, os quais são objeto de análises contábeis das ICFEx e da Diretoria de Contabilidade, e não apresentaram restrições no exercício financeiro.

6.2.6. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Acerca dos riscos de invasões de áreas da União sob jurisdição do Comando do Exército, o Departamento de Engenharia e Construção expediu as Normas para Cercamento de Imóveis sob a Jurisdição do Exército (NORCERC), de 23 de outubro de 2009, visando padronizar as formas de cercamento, a sinalização e as patrulhas patrimoniais, a fim de proteger o patrimônio imobiliário.

O Comando de Operações Terrestres, por sua vez, emitiu a Diretriz para Prevenção Contra Invasão de Áreas da União sob Jurisdição do Exército Brasileiro, de 15 SET 2009, com o objetivo de subsidiar os Comandantes de Organizações Militares quanto à adoção de medidas que impeçam a invasão de áreas da União sob jurisdição do EB e, caso venha a ser consumada, acerca dos procedimentos para a reintegração de posse.

Tendo-se em conta que os imóveis da União jurisdicionados ao Comando do Exército possuem um elevado índice de regularização dominial, mais de 80% dos imóveis regularizados, não raro são objetos de cobiça externa (especulação imobiliária - pressões âmbito nacional de todos os setores público e privado).

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação (TI) no Exército é de responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia, Órgão de Direção Setorial do Exército Brasileiro, que possui essa atribuição declarada em sua missão institucional, contida no seu regulamento e aprovado pela Portaria nº 370 do Comandante do Exército, de 30 de maio de 2005. Entende-se por gestão da TI no Exército o planejamento, a implantação e os processos decorrentes das soluções de TI julgadas corporativas, ou seja, aquelas que são de interesse de todo o Exército. As soluções de TI específicas de cada OM estão fora do escopo desta gestão.

A gestão de TI é executada através da Vice-Chefia de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que administra as Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), cujas missões são diretamente ligadas às soluções corporativas de TI. Essas OMDS são as executoras dos programas, projetos e processos de TI que visam prover, da melhor maneira possível, a TI para todo o Exército, através de soluções corporativas. Todas essas OMDS estão estabelecidas em Brasília.

A TI no Exército é divida em três macroprocessos finalísticos: infraestrutura de dados, sistemas de informação e informações geográficas. Cada um desses processos possui um órgão executor, subordinado à Vice-Chefia de TIC: infraestrutura, de responsabilidade do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx); sistemas corporativos, de responsabilidade do Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS); e informações geográficas, de responsabilidade da Diretoria de Serviço Geográfico (DSG).

No caso da infraestrutura, de responsabilidade do CITEx, suas atividades principais podem ser englobadas em três processos finalísticos: hospedagem e operação de sistemas e serviços de TI, operação de comunicações estratégicas e gestão de logística de TI. Tais processos são executados em parte pelo próprio CITEx e em parte pelos Centros de Telemática de Área (CT/CTA), que estão espalhadas pelo Brasil e são subordinadas diretamente ao CITEx. Esses Centros possibilitam que as Organizações Militares de todo o Exército estejam assistidas mais de perto, o que garante um suporte mais efetivo nas operações dos serviços de TI.

O sistemas corporativos possuem seu ciclo de vida sob a égide do CDS. Isso significa que todo o sistema do Exército classificado como corporativo, ou seja, que atende ao Exército como um todo, passa a ser de responsabilidade daquele Centro. Ciclo de vida deve ser entendido, neste caso, como todas as etapas de um sistema de informação, considerando desde a concepção (caso ele já seja concebido como corporativo) até sua descontinuação, passando pelo desenvolvimento, manutenção, implantação, treinamento, etc. Essa questão está melhor elucidada na Portaria nº 508, do Comandante do Exército, de 25 de junho de 2013. Também é competência do Centro de Desenvolvimento de Sistemas integrar e aperfeiçoar Sistemas de Informações Corporativos e Sistemas Operacionais, além de realizar estudos e propor soluções na área de segurança da informação.

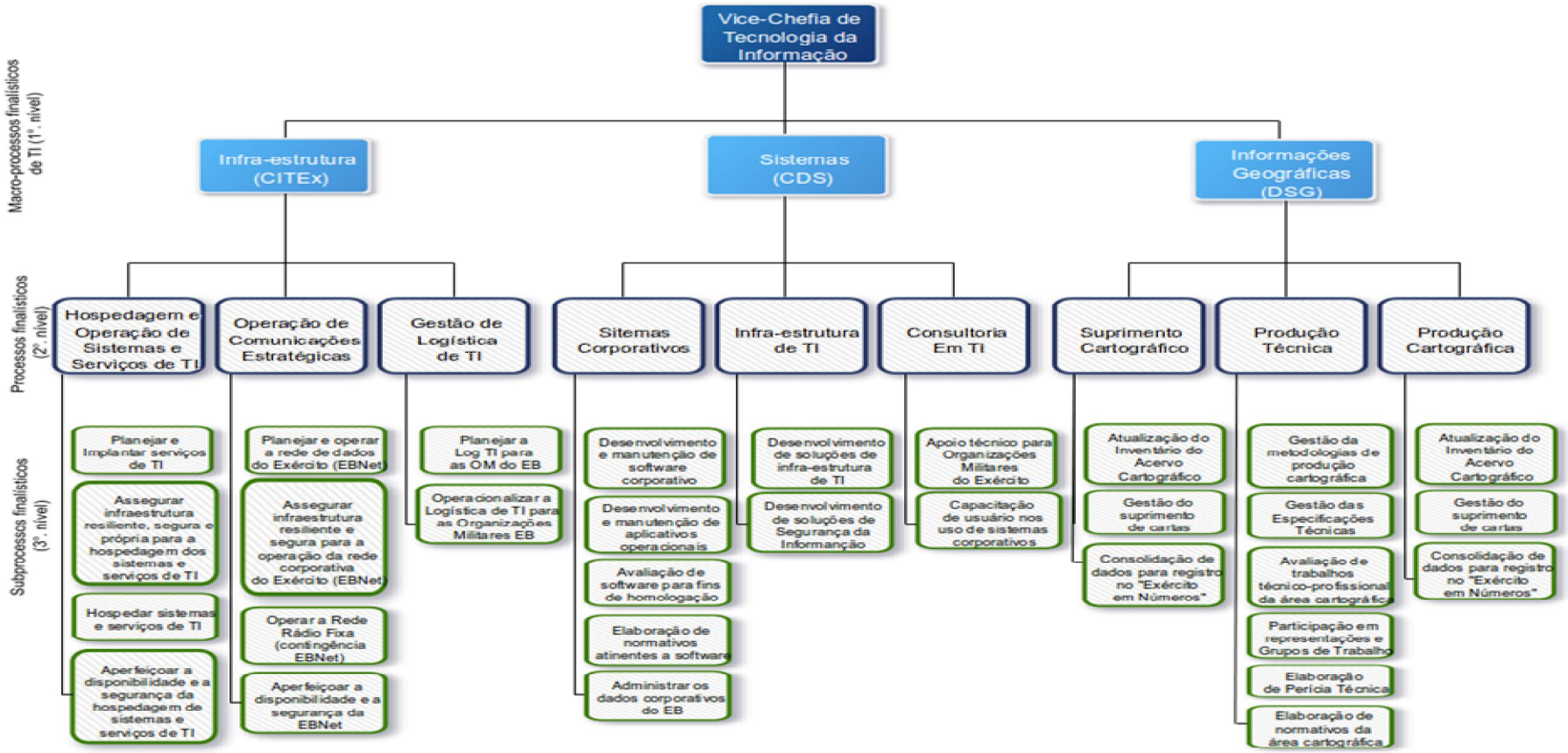
Quanto ao terceiro macroprocesso finalístico, que diz respeito às imagens geográficas, é executado um trabalho ímpar de produção de imagens geográficas, produção cartográfica e normatização. É mister ressaltar que a Diretoria de Serviço Geográfico, uma das entidades públicas federais que constituem o Sistema Cartográfico Nacional, possui autoridade constituída para regular questões sobre o assunto com validade em âmbito nacional.

Através da Figura 1 é possível ter uma visão mais sintética da organização dos processos finalísticos da gestão corporativa das TIC no Exército Brasileiro.

É oportuno ressaltar que Defesa Cibernética é uma área tratada fora da égide da TI corporativa do Exército.

Também é importante citar que existe um forte arcabouço normativo que regula o uso das TIC e define as responsabilidade, muitos dos quais em processo de revisão/atualização.

Figura 21 - Organização dos processos finalísticos da gestão corporativa das TIC no Exército Brasileiro



Fonte: DCT

6.3.1 Arcabouço normativo que regula o uso das TIC

Quadro 75 – Regulatório das TIC do Exército

CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Governança de TIC	PEE	Plano Estratégico do Exército	Port Nº 1.507-Cmt Ex, de 15 DEZ 14
	CETI	Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação	Port Nº 233-Cmt Ex, de 20 MAR 14
	PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	Port Nº 553-Cmt Ex, de 09 JUN 14
	CONTIEx	Regulamento do Conselho Superior de Tecnologia da Informação	Port Nº 352-Cmt Ex, de 20 MAIO 13
	COMSIC	Regulamento do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Exército Brasileiro	Port Nº 1.289-Cmt Ex, de 21 OUT 14
	Política de Info do Exército	Política de Informação do Exército	Port Nº 089-Cmt Ex, de 05 MAR 04
	SINFOEx	Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informação do Exército	Port Nº 445-Cmt Ex, de 11 JUN 10
CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Segurança da Informação	EB10-IG-01.014	Instruções Gerais de Segurança da Informação e Comunicações para o Exército Brasileiro	Port Nº 803-Cmt Ex, de 30 JUL 14
		Cartilha Emergencial de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicações	Port Nº 720-Cmt Ex, de 21 NOV 11
	IR 80-05 - IRESICP	Instruções Reguladoras sobre Segurança da Infraestrutura de Chave Pública do Exército Brasileiro	Port Nº 025-DCT, de 07 JUN 09
	IR 80-06 - IRERAIZ	Instruções Reguladoras para Práticas de Certificação da Autoridade certificadora Raiz do Exército Brasileiro	Port Nº 026-DCT, de 07 JUL 09
	IR 80-07 - IREPCAC	Instruções Reguladoras para Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora do Exército Brasileiro	Port Nº 027-DCT, de 07 JUL 09
	IR 13-15 - IRESER	Instruções Reguladoras sobre Segurança da Informação nas Redes de Comunicações e de Computadores do Exército Brasileiro (3)	Port Nº 004-DCT, de 31 JAN 07
	IR 13-09 - IRASEG	Instruções Reguladoras sobre Auditoria de Segurança de Sistemas de Informação do Exército Brasileiro	Port Nº 003-DCT, de 31 JAN 07
	IR 13-10 - IRRISC	Instruções Reguladoras sobre Análise de Riscos para Ambientes de Tecnologia da Informação do Exército Brasileiro	Port Nº 002-DCT, de 31 JAN 07

CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Utilização dos meios de TIC	IG-01.010	Instruções Gerais para Utilização da Rede Mundial de Computadores pelo Exército Brasileiro – 2ª Edição.	Port Nº 445-Cmt Ex, de 19 MAIO 15
	NORTI	Normas para o Controle da Utilização dos Meios de Tecnologia da Informação no Exército – 3ª Edição.	Não há
	NEMSI/CT	Normas para Emprego Sistêmico da Informática no Âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia.	Port Nº 029-DCT, de 28 ABR 06
	IR 13-07 - IREMSI	Instruções Reguladoras para Emprego Sistêmico da Informática no Exército Brasileiro.	Port Nº 026-DCT, de 31 MAR 06
	IR 13-06 - IRESCE	Instruções Reguladoras para Emprego Sistêmico do Serviço de Correio-Eletrônico no Exército Brasileiro.	Port Nº 049-DCT, de 19 DEZ 05
	IR 14-01	Instruções Reguladoras para o Suprimento e Dotação de Material de Informática das Organizações Militares do Exército.	Port Nº 006-STI, de 14 FEV 02
	NARMCEI	Normas Administrativas relativas ao Material de Comunicações Estratégicas, Eletrônica, Guerra Eletrônica e Informática.	Port Nº 005-STI, de 13 FEV 02
CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Software	EB10-IG-01.008	Instruções Gerais para a interoperabilidade e padronização de software do Exército Brasileiro – 1ª Edição.	Port Nº 1.275-Cmt Ex, de 12 DEZ 13
	IG-01.006	Instruções Gerais do Ciclo de Vida do Software no Exército – 1ª Edição.	Port Nº 508-Cmt Ex, de 25 JUN 13
	IG-01.006	Instruções Gerais do Ciclo de Vida do Software no Exército – 1ª Edição.	Port Nº 768-Cmt Ex, de 16 AGO 13
	EB80 MT-78.001	Metodologia de Desenvolvimento de Software do Exército.	Port Nº 007-DCT, de 28 MAR 13
	Plano de Migração SL	Plano de Migração para Software Livre no Exército Brasileiro, versão 2010.	Port Nº 011-DCT, de 29 MAR 10
	GESOFT	Diretriz para Utilização e gestão de Software no Exército Brasileiro.	Port Nº 037-DCT, de 12 SET 07
	MT Distribuição Linux	Metodologia para Escolha de Distribuição GNU/Linux, Versão 1.0.	Port Nº 031-DCT, de 10 AGO 07
	Guia Avaliação de SW	Guia de Avaliação de Software no Exército Brasileiro.	Port Nº 005-DCT, de 21 FEV 07
CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Banco de Dados	EB10-IG-01.005	Instruções Gerais para Estruturação e Emprego Sistêmico da Base de Dados Corporativos do Exército Brasileiro (EBCORP) - 1ª Edição.	Port Nº 578-Cmt Ex, de 10 JUL 13
	IR 14.06	Normas de Atribuição de Nomes e Metadados para Administração de Dados no Exército.	Port Nº 011-STI, de 18 OUT 04

CATEGORIA	SIGLA	IDENTIFICAÇÃO/TÍTULO ATO DE APROVAÇÃO	DOCUMENTO
Polo Tecnologia da Informação	GT PTI	Criação de GT para propor a organização da Base Administrativa do Polo de Tecnologia da Informação (PTI) do Exército Brasileiro no setor Militar Urbano.	Port Nº 055-DCT, de 11 OUT 13
	GT PTI	Criação de GT para estudar e propor a formalização da criação do Polo de Tecnologia da Informação (PTI) do Exército Brasileiro no setor Militar Urbano, bem como seu regime de funcionamento.	Port Nº 056-DCT, de 11 OUT 13

Fonte: DCT

6.3.2 Principais Sistemas de Informações

a. Relação dos sistemas corporativos, atualmente em uso, e a função de cada um deles

Quadro 76 - Relação dos sistemas corporativos, atualmente em uso, e a função de cada um deles

Abreviatura	Função
Arranchamento on-line	Sistema de controle de arranchamento
AVA	Ambiente Virtual de Educação e Cultura
BDGEx	Banco de Dados Geográficos do Exército
COMBATER	Sistema de Simulação de Combate
C2 EM COMBATE	Sistema de Comando e Controle para operações convencionais
ESC	Estudo de Situação Continuado
GPEx	Sistema de Gerenciamento de Projetos do Exército
PACIFICADOR	Sistema de Comando e Controle para segurança de grandes eventos
PLAMOGEx	Plano de Movimentações de Pessoal
Portal de Educação	Ambiente EAD do Exército
RECODOM	Relação de Organizações Militares do Comando do Exército
SADLA	Portal de Lições Aprendidas
SERMIL	Sistema de Serviço Militar
SGC	Sistema de Gestão de Cerimonial
SGD	Sistema de Gestão de Desempenho

SICAMOB	Sistema de Cadastro de Mobilização
SICAPEx	Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército
SICOVEM	Sistema de Controle de Venda e estoque de Munições
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIG	Sistema de Imagens Geográficas
SIGA	Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário
SIGADEx/SPED	Gestão Arquivística e Documental do Exército
SIGAWEB	Sistema de Gestão de Aprendizagem dos Colégios Militares
SIGIP	Sistema de Gerenciamento de Instrumento e Parceria
SIGMA	Sistema de Credenciamento Militar de Armas
SIMAGEx	Sistema de Imagens do Exército
SIMATEx	Sistema de Material do Exército
SIP	Sistema de Inativos e Pensionistas
SISACODE	Sistema de Acompanhamento de Demanda
SISBI	Sistema de Controle de Boletins do Exército
SISBOL	Sistema de Boletim
SISC	Sistema integrado de Servidores Civis
SISCAB	Sistema de Controle de Automóveis Blindados
SISCAPED	Cadastro de Produtos e Empresa de Defesa
SISCAT	Sistema de Catalogação
SISCOFA	Sistema de Controle Fabril de Armas
SISCOTI	Sistema Integrado de Coordenação de Operações Terrestres Interagências
SISCUSTOS	Sistema Gerencial de Custos
SISGLMD	Sistema de Informações Gerenciais de Logística e de Mobilização de Defesa
SISLEG	Sistema de Legislação Ostensivo do Exército
SISMMP	Sistema de Mapeamento e Modelagem de Processos

SISNC	Sistema de Nota de Crédito
SISPIT	Sistema de Plano Interno de Trabalho
SISTAVOP	Sistema de Acompanhamento e Validação da Operacionalidade das OM

Fonte: DCT

b. Sistemas corporativos em desenvolvimento ou manutenção

Quadro 77 - Principais Sistemas de Informações

SISTEMAS	**Descrição dos objetivos do sistema**	**Manutenção** (se própria ou terceirizada)	**Despesas anuais com manutenção**	**Prazo para conclusão** (quando sistema em desenvolvimento)
ANTIVÍRUS CORPORATIVO	Solução de segurança da informação	Terceirizada	Não há	17 JUL 19 (fim da vigência do contrato)
PACIFICADOR	Sistema de Comando e Controle para defesa/segurança de grandes eventos	CDS	R$ 273.000,00	Em uso
PROTETOR	Sistema de apoio à decisão do sistema de coordenação de operações terrestres interagências	CDS	Em planejamento	Em planejamento
FAC2FTer	Família de Aplicativos de Comando e Controle da Força Terrestres (FAC2FTer)	CDS	Em planejamento	Em planejamento
GPEx	Sistema de Gerenciamento de Projetos	Terceirizada	R$ 291.666,67	2019
SISBOL	Sistema para Gerenciamento de boletim interno	Terceirizada	R$ 271.400,13	2018
SIGELOG	Sistema Integrado de Gestão Logística	Terceirizada	R$ 4.184.729,00	2018
SISDOT	Sistema de Dotação de Material	Terceirizada	R$ 533.333,33	2018
SISPEX QC/QCP	Sistema para Gerenciamento de Pessoal do Exército, Quadro de Cargos e Quadro de Cargos Previstos	Terceirizada	Em planejamento	Em planejamento
SISFPC	Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados	Terceirizada	Em planejamento	Em planejamento
SIPPES	Sistema de Pagamento de Pessoal	Terceirizada	R$ 3.000.000,00	2017
FAC2FTer	Família de Aplicativos de Comando e Controle da Força Terrestre (FAC2FTer)	CDS/ Terceirizada	R$ 1.498.714,05	2020 (Conforme PEEx)

Fonte: DCT - **Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes: -**

6.3.3. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A TI, pela amplitude e diversidade de sua aplicação, permeia toda a organização do EB, desde a seleção de pessoal até o Comando e Controle das ações de combate, passando pela logística e pela saúde, dentre outras áreas. Assim, a TI deve ser empregada para potencializar as capacidades do EB, visando o cumprimento de sua missão e o enfrentamento das mais variadas ameaças relacionadas à Defesa Nacional.

Também merecem destaque as incertezas na disponibilização de recursos, considerando-se que os cortes e contingenciamentos têm sido uma constante ao longo dos anos, demandando ainda uma maior capacidade de planejamento em prol da aplicação de recursos financeiros que agreguem valor efetivo à Instituição.

Neste cenário, a Governança de TI assume importante papel na definição dos trabalhos que devem ser executados, sejam eles programas, projetos, processos ou simples ações, de maneira que o direcionamento dos investimentos colaborem com o alcance de seus Objetivos Estratégicos.

O Exército está caminhando em direção de aumentar sua maturidade na Governança de TI. Como iniciativa principal, estabeleceu que o aprimoramento da Governança de TI do Exército seria um dos objetivos estratégicos a serem perseguidos no quadriênio 2016-2019 (OEE 07, do Plano Estratégico do Exército) e ainda regulou o Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx). Este conselho tem caráter deliberativo e se destina a assessorar o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação (TI) do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; no planejamento, na direção e no controle das ações de TI; e na condução da Governança de TI no âmbito do Exército.

De acordo com o Regulamento do CONTIEx, Governança de TI tem por objetivos avaliar e direcionar o emprego atual e futuro da TI, para assegurar que a sua utilização atenda aos objetivos organizacionais, bem como monitorar o seu desempenho na busca dos resultados pretendidos. Ainda em 2014, foi publicada a Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação, a CETI, conforme no Boletim do Exército nº 13, de 28 de março de 2014, e teve por finalidade, à época, orientar a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, o PETI, estabelecido através da Portaria nº 55, de 09 JUN 14, do Comandante do Exército, seguindo o princípio de que Tecnologia da Informação deva ser estruturada e empregada para o atendimento das necessidades do Exército Brasileiro (EB).

Para a elaboração da CETI, foi realizado um minucioso diagnóstico estratégico, considerando-se os ambientes interno e externo, com a participação efetiva dos principais agentes operadores da TI no Exército, levando-se em consideração, também, o diagnóstico estratégico realizado pelo Estado-Maior do Exército (EME) na formulação do Plano Estratégico do Exército. Dessa forma, a CETI está delineada pela visão de futuro da TI no EB, pelos Objetivos Estratégicos de TI e pelas orientações estratégicas para a elaboração do PETI. Os Objetivos Estratégicos de TI foram definidos considerando como horizonte o ano de 2022, quando está prevista ser concluída a Fase de Transformação do EB.

O Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx), oportunamente assessorado pelo Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI), promoveu, então, a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para todo o Exército, em 2014, em sua primeira versão, ainda vigente, publicada no Boletim do Exército nº 30, de 25 de julho de 2014, através da Portaria nº 553/Comandante do Exército, de 09 de junho de 2014. Como documento estratégico está permanentemente alinhamento com o Plano Estratégico do Exército (PEEx), sendo fruto dos desdobramentos dos Objetivos lá relacionados.

Destaque-se que o PETI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação do Exército Brasileiro, durante o período que envolve o Processo de Transformação. Ele define os Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação (OETI), as estratégias e as ações estratégicas, que serão concretizadas com a execução dos projetos e das ações executivas.

Adicionalmente às exigências do controle externo, no que tange ao acompanhamento de aquisições de TI, aumentaram e ultrapassaram as demandas iniciais por conformidade dos processos. A fim de cumprir o exigido nos regulatórios, além da necessidade para que as aquisições estejam claramente alinhadas com o Planejamento Estratégico do Exército, tenham economicidade e, principalmente, efetividade, cada uma das três OMDS executoras dos macroprocessos de TIC possuem seu PDTI sob os quais as aquisições relativas aos seus processos finalísticos estão fundamentadas.

Com o objetivo de melhoria contínua, foi feito um mapeamento do processo atual de aquisição de soluções de TI no Departamento de Ciência e Tecnologia, órgão responsável pelas soluções corporativas, e a proposta de um novo e efetivo processo para ser executado a partir de 2017. Este novo processo prioriza maiores controles de resultados efetivos e economia em escala, pois reforça a importância da logística de TI, macro processo através do qual aquisição de equipamentos e soluções poderão ser feitas de maneira mais centralizado, estimulando o fim da compra “a varejo”.

Com relação ao quantitativo de pessoal aplicado na TI corporativa do Exército, estima-se um total de 3.500 integrantes, a grande maioria militares técnicos da área de Tecnologia da Informação, muito embora muitos desses sejam da área administrativa. Contudo, todos trabalhando em prol dos macroprocessos finalísticos da área de TIC (sistemas 160, infraestrutura 2.140, imagens 1200).

Abaixo estão relacionadas as principais entregas no ano de 2016, resultantes dos macroprocessos finalísticos da área de TI:

- modernização da rede de voz e dados do Exército, ampliando as suas possibilidades. A nova estrutura está fomentando a descontinuidade de contratação por parte de Organizações Militares de links de Internet de provedores privados. Essa medida irá contribuir para a segurança da informação, que dentro das Forças Armadas é sempre considerada atividade crítica. A nova rede do Exército está caminhando para a tecnologia Giga, onde haverá um *backbone* nacional de alta capacidade, o qual permitirá a formação de um anel no centro do Brasil, a partir do qual as demais conexões serão desdobradas. Em centro urbanos, está em implantação as redes metropolitanas do Exército (este projeto equivale à Ação Estratégica do PEE 7.3.2 e Ação Estratégica do PETI 1.1.1);

- sobre a segurança da informação, está ocorrendo a implantação do novo *data center* do Exército, em Brasília, e da Nuvem Privada do Exército (atividades impostas no PETI 1.1.3.a e 1.1.3.d, respectivamente). Já estão ocorrendo as transferência de sistemas corporativos, antes distribuídos pelas diversas Organizações Militares do Brasil, para este *data center*, garantindo o atendimento aos requisitos de confiabilidade e continuidade dos serviços, mas principalmente aos de segurança. Também foram concluídas as migração das bases de dados de pessoal, avaliadas como as de mais alto grau de criticidade, para o mesmo *data center*. Ainda na área de segurança da informação, ocorreram diversas capacitações técnicas além da ativação de uma estrutura de validação de segurança de programas de computador e implantação de solução de segurança para todos os computadores do Exército Brasileiro, através da contratação de solução de anti-vírus corporativo (atividade imposta no PETI 7.3.2.3). Além disso foi finalizado o projeto de implantação do Correio Eletrônico do Exército, ferramenta corporativa, com repositório também centralizado

nesse mesmo *data center* (atividade imposta no PETI 1.2.2.a), ainda no escopo da segurança da informação;

- o programa Amazônia Conectada, estabelecido por meio da Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015, vem colaborar com a conectividade entre todo o Exército Brasileiro, inclusive as Organizações Militares situadas nos mais longínquos rincões do Brasil. Importante ressaltar que a conectividade é condição *sine qua non* para garantir o Comando e Controle. O Amazônia Conectada é um programa ousado que tem como interessados toda a população do Norte do Brasil, uma vez que irá entregar a ela os benefícios de conectividade através de banda larga por fibra ótica, ligando todo Norte ao restante do país, em boa velocidade e com funcionamento regular, diferente de hoje, quando a comunicação é feita via satelital. Ve**ncedor do prêmio de melhor projeto para prestação de serviço digital no setor público do ano 2016, já teve seu primeiro trecho** inaugurado em 2015, ligando Coari a Tefé, ambas as cidades no Estado do Amazonas. Em 2016 foi executada parte considerável do trecho que liga Manaus a Coari, muito embora não finalizado. Maiores informação estão contidas no endereço http://www.amazoniaconectada.eb.mil.br (este projeto é uma atividade imposta pela Ação Estratégica do PEE 7.3.2.2);

- o sistema Pacificador é um sistema estratégico para a segurança dos grandes eventos, trazendo à equipe a consciência situacional do entorno, o tratamento de incidentes e a matriz de sincronização. Muito usado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio - 2016 e alcançando pleno êxito nas operações, é um sistema de alta disponibilidade e crítico para a garantia da segurança e tratamento de incidentes. Já foi utilizado nos outros grandes eventos do Brasil, desde 2011, estando em evolução desde então. Na versão atual, além da nova arquitetura, foram aperfeiçoadas as funcionalidades existentes, num modelo evolutivo fruto de lições aprendidas dos eventos anteriores (este projeto é uma atividade imposta da Ação Estratégica do PEE 7.3.1.2)

- foi iniciado o projeto para criar um versão do Sistema de Informações Geográficas, o SIGWEB, para dispositivos móveis, no formato APP. Ainda com relação ao SIGWEB foi realizada a integração com o SIPLOM (Sistema de Planejamento de Operações Militares, do Ministério da Defesa). Também foi renovada a integração com o software Pacificador e produzida uma nova versão do Geoportal. Da mesma maneira, a versão do SIGWEB para *desktop* está sendo desenvolvida. Mais informações através do endereço http://www.geoportal.eb.mil.br *(*este projeto é uma atividade imposta pela Ação Estratégica do PEE 7.3.1.4*);*

- deu-se continuidade ao projeto SIGDesktop, para implantação no âmbito do Exército de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para ambiente desktop baseado em software livre (QGIS), a fim de apoiar a geração da geoinformação básica e temática de interesse da Força Terrestre (este projeto é uma atividade imposta pela Ação Estratégica do PEE 7.3.1.5)*;*

- implantação do projeto AC-DEFESA, projeto conduzido pelo Exército, em parceria com a Marinha e Aeronáutica, para desenvolver ferramenta de autoridade certificadora para todo o Ministério da Defesa. Esse projeto, que está em fase de implantação, não apenas irá proporcionar o aumento da segurança mas a economia de recursos, pois não mais será necessário contratar serviço de certificação externo. (este projeto engloba duas atividades impostas no PETI 3.4.1.a e 3.4.1.b);

- o desenvolvimento de sistemas corporativos também continua em andamento. O Sistema de Informações Gerenciais (SIGA) está em fase de finalização. O Sistema Gerencial de Logística (SIGELOG), evolução do atual Sistema de Material do Exército (SIMATEx), está em 35% do andamento do projeto. O Gerenciador de Projetos do Exército (GPEX) está instalado em todo o Brasil com a capacitação concluída em 80% do país (projetos estão englobados na Estratégia do PETI 1.2.);

- o projeto Base de Dados Corporativa do Exército Brasileiro (EBCORP) tem por objetivo unificar os dados dos diversos sistemas corporativos em um só banco de dados e hospedá-lo numa estrutura que contemple todos os requisitos de segurança e disponibilidade necessários. O projeto encontra-se em fase avançada. O EBCORP já está funcionando num ambiente apropriado e com alta disponibilidade, onde vários sistemas já tiveram sua base de dados migrada e integrada, tais como Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército, Sistema de Gestão de Desempenho, Sítio Web Informações de Pessoal e Sistema Único de Controle de Efetivo e Movimentações. O estágio atual é a continuação da migração dos dados dos demais sistemas para o EBCORP, processo esse que demanda ajustes nos códigos dos sistemas corporativos que o utilizam.

6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1. Estruturação do meio ambiente no Exército Brasileiro

A preocupação com o meio ambiente está inserida em todos os órgãos da estrutura do Exército Brasileiro, desde o Comandante do Exército, passando pelos Órgãos de Assessoramento Superior (OAS), Órgãos de Direção Geral (ODG), Órgãos de Assistência Direta e Imediata (OADI), Órgãos de Direção Setorial e Operacional (ODOp) até a Força Terrestre.

Ao Cmt Ex, aos OAS, ODG e OADI cabe a elaboração da Política Militar Terrestre, sempre com o olhar na conservação e preservação do meio ambiente. Os ODS e os ODOp têm a responsabilidade de elaborar os planos e programas setoriais que incluam as seguintes ações ambientais gerais:

a. alocar recursos financeiros, sempre que possível, para as Organizações Militares executarem seus projetos e atividades ambientais;

b. elaborar normas técnicas que considerem o transporte, o armazenamento, a coleta, o tratamento, a destinação final, a eliminação de expurgos e resíduos, bem como medidas passíveis de evitar danos ou degradação ao meio ambiente, que estejam em suas esferas de competência, observando a legislação aplicável; e

c. buscar parcerias com órgãos e instituições externas para apoio à implantação dos seus projetos e atividades ambientais.

Por sua vez, as Organizações Militares da Força Terrestre são responsáveis pelas seguintes ações:

a. executar a conservação e a recuperação ambiental das áreas sob sua responsabilidade;

b. realizar anualmente o diagnóstico ambiental dos seus imóveis, empreendimentos e atividades;

c. elaborar o Plano de Gestão Ambiental da Organização Militar, com base no diagnóstico ambiental atualizado;

d. propor e/ou executar projetos e atividades ambientais visando à recuperação e à melhoria ambiental das áreas sob sua responsabilidade. São exemplos de projetos ou atividades ambientais: recuperação de áreas degradadas (contaminadas, erodidas, desmatadas), coleta seletiva, proteção da fauna e flora, proteção dos recursos hídricos (recuperação de áreas de preservação permanente, instalação de sistemas para tratamento de efluentes, instalação de poços de monitoramento, etc.), capacitação ambiental, dentre outros; e

e. estabelecer parcerias para orientar ações e solucionar problemas atinentes às necessidades ambientais em suas respectivas áreas, após ouvido o escalão superior.

6.4.2. Política de sustentabilidade ambiental

Como visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada no Exército Brasileiro, é possível destacar a definição da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental e do Sistema de Gestão

Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB), definidos por meio da Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001, que tem como finalidade estabelecer a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, visando à implantação das ações de gestão ambiental no âmbito do Exército.

Para a definição da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental e do SIGAEB, a Portaria n° 571 usou como referência, além de outras normas, a Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Maio Ambiente), a Resolução nº 237, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de 19 de dezembro de 1997 e a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC).

Em 2008, o Comando do Exército aprovou as Instruções Gerais para o SIGAEB (IG 20-10), por meio da Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008. Com isso, estabeleceu que o Departamento de Engenharia e Construção funcionaria como órgão de consultoria técnica da questão ambiental no âmbito do Exército Brasileiro.

Em 2010, pela Portaria nº 1.275, de 28 de dezembro de 2010, foi aprova a Diretriz para adequação do Exército Brasileiro à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por fim, em 2011, foi aprovada as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental (IR 50-20) pela Portaria nº 001 DEC, de 26 de setembro de 2011. Estas Instruções estabelecem os procedimentos operacionais, educativos, logísticos, técnicos e administrativos do Exército Brasileiro para o gerenciamento ambiental efetivo, de modo que assegure a adequação à legislação pertinente e o cumprimento do dever de defender, preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Porém, foi necessário organizar corpo técnico para atender a esta demanda e foi criada a Seção de Meio Ambiente na Diretoria de Patrimônio (D Patr) do DEC. Em 2013, a D Patr foi transformada em Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), com a missão de normatizar, superintender, orientar e coordenar as atividades da Administração Patrimonial e Ambiental do Exército.

Neste intervalo, foi necessário ampliar o corpo técnico nas Regiões Militares devido à capilaridade que as Organizações Militares do Exército têm no país. São mais de 600 OM, sendo necessário aproximar o corpo técnico especializado dos locais de maior demanda e ao mesmo tempo apoiar o Estado-Maior do Exército e o DEC no levantamento dessas demandas e busca por recursos necessários.

Atualmente, o Exército Brasileiro tem uma equipe de 60 especialistas da área ambiental nos Órgãos de Direção Setorial e nas Regiões Militares ou Grupamentos de Engenharia.

6.4.3. Critérios de garantia da sustentabilidade ambiental

O Exército Brasileiro aderiu à Agenda **Ambiental da Administração Pública (A3P)** em 2011 e o DEC, por meio da DPIMA, divulgou esta adesão no âmbito do Exército, ou seja, nas mais de 600 OM com o apoio do Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro, além da promoção de cursos e palestras, principalmente para os novos Comandantes de OM e nas OM de Formação de Militares.

Internamente, o DEC assinou dois Acordos de Cooperação em parceria com outras instituições para melhoria da qualidade ambiental de duas áreas militares. O primeiro acordo de cooperação foi com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e a Companhia Imobiliária de Brasília para disposição de lodo de Estação de Tratamento de Esgoto e solo de escavação da recuperação ambiental do Pátio Rodoferroviário. O segundo acordo de cooperação foi com a Universidade de Brasília para estudos e propostas para contenção de processos erosivos do solo no Campo de Instrução de Formosa.

No âmbito administrativo, constantemente o Exército tem implementado inúmeras campanhas de uso racional de recursos. O mesmo ocorre com relação ao consumo de energia nas OM, sendo

desenvolvidas constantes campanhas para a adoção de medidas de racionamento do uso de ar condicionado e manutenção periódica dos mesmos.

Em relação às construções e reformas sustentáveis, o DEC, por meio da Diretoria de Obras Militares (DOM), da Diretoria de Projetos de Engenharia (DPE) e da Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), propõe que, sempre que possível, as obras levem em conta a questão ambiental, preocupando-se com a eficiência energética das edificações, utilização de materiais ambientalmente corretos, disposição de resíduos e utilização racional da água.

Recentemente, o DEC, por meio da DPIMA, elaborou e divulgou Caderno com as Orientações para a Gestão do Meio Ambiente nas Organizações Militares no âmbito do Exército Brasileiro e houve divulgação das sugestões descritas na A3P e na IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012 para elaboração dos Planos de Gestão Ambiental das OM.

A DPIMA também criou o Ambiente Virtual da DPIMA (AVPIMA), o qual tem por finalidade otimizar a produção de trabalhos colaborativos no âmbito do Exército Brasileiro, apoiar o treinamento à distância de assuntos atinentes às atividades da DPIMA, dentre outras demandas de interesse do Preparo da Força Terrestre nos assuntos de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.

Quadro 78 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	**Não**
1	Seu órgão participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	**X**	
2	No órgão ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	**X**	
3	As contratações realizadas pelo órgão observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	**X**	
4	O órgão possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		**X**
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site institucional (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado:		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados:		

Análise crítica da atuação da unidade:

1. A Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001, determinou que o EME inserisse a Política de Gestão Ambiental na Política Militar Terrestre do Exército Brasileiro.

2. O Estado-Maior do Exército (EME) é responsável pela definição de metas e previsão de orçamento para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

3. Mediante o DIEx nº 52-SMA.DPATR/ D Patr/DEC, de 19 de junho de 2013, foi solicitado por esta UJ a possibilidade de estudar a elaboração do PLS, em coordenação com o Comando Logístico.

Fonte: DEC

6.4.4. Principais resultados alcançados no ano de 2016

Seguem as principais realizações do Exército Brasileiro no tocante ao meio ambiente:

a. participação (na parte ambiental) na realização do Estágio de Capacitação Técnica do Módulo de Abastecimento de Combustível em Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, promovido pela Diretoria de Material (DMat) do Exército;

b. remoção de 8 (oito) tanques subterrâneos de combustível na Academia Militar da Agulhas Negras – AMAN, em Resende/RJ, realizada em parceria com a Petrobrás;

c. Publicação de 2 (dois) cadernos de orientação: "Caderno de Orientações para a Gestão do Meio Ambiente nas Organizações Militares no âmbito do Exército Brasileiro" e "Caderno de Orientações para Instalação, Operação e Remoção de Tanques Subterrâneos de Combustíveis no âmbito do Exército Brasileiro";

d. Realização do Inventário Florestal para construção das seguintes obras:

1) Próprio Nacional Residencial (PNR) funcional do Comandante da Brigada da Foz do Amazonas, em Macapá/AP;

2) Brigada da Foz do Amazonas, em Macapá/AP; e

3) Estrada Vicinal na Base Naval de Aratú, em Salvador/BA.

e. Recebimento de autorização para implantação dos seguintes empreendimentos:

1) ampliação e adequação do 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC);

2) ampliação e adequação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOpEsp);

3) manutenção e conservação de trechos da Rodovia BR 110-316/PE;

4) Brigada da Foz do Amazonas, Macapá/AP;

5) estrada vicinal na Base Naval de Aratú, Salvador/BA;

6) Hospital Militar de Resende/RJ;

7) Hospital Militar de Porto Alegre/RS; e

8) Polo TI, Brasília/DF.

f. Recebimento da Autorização de Supressão de Vegetação para a construção dos seguintes empreendimentos:

1) Brigada da Foz do Amazonas, Macapá/AP; e

2) Estrada Vicinal na Base Naval de Aratú, Salvador/BA.

6.5. GESTÃO DE FUNDOS

6.5.1. Identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo

O Fundo do Exército (F Ex) foi criado por intermédio da Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, com a finalidade de auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Comandante do Exército, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

De acordo com o Regulamento da Diretoria de Gestão Orçamentária (R-14) aprovado pela Portaria nº 016, de 16 de janeiro de 2004, o Fundo do Exército é gerido pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), que é uma Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) à Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e tem por finalidade realizar a gestão setorial a cargo da SEF, a gestão dos recursos do F Ex, a produção de informações gerenciais para a SEF e o controle de importações e exportações e das dívidas interna e externa do Exército.

6.5.2. Objetivos e desempenho do fundo

A Unidade Jurisdicionada (UJ) é um Fundo de natureza pública contábil de agregação dos recursos próprios do Comando do Exército e não executa despesas.

O Fundo descentraliza créditos orçamentários para a consecução das metas das Organizações Militares (OM) de forma a complementar os recursos ordinários. Para a consecução de seus objetivos utiliza-se do Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA), uma ferramenta de Tecnologia da Informação (TI), para gerenciar os recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição das 652 OM, sendo destas, 425 Unidades Gestoras.

Os recursos do Fundo do Exército estão distribuídos nas seguintes Ações Orçamentárias/PO - LOA 2016:

- **0Z00** – Reserva de Contingência – Financeira;

- **15F1 – PO 0001** – Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares;

- **2000 – PO 0001, 0002 e 0003** – Administração da Unidade;

- **2004 – PO 0005, 0007 e 0008** – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

- **2522 – PO 0000** – Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos;

- **2919 – PO 0000** – Registro e Fiscalização de Produtos Controlados;

- **4450 – PO 0001** – Aprestamento do Exército.

6.5.2.1. Valores do planejamento e execução orçamentária das Ações do Fundo do Exército

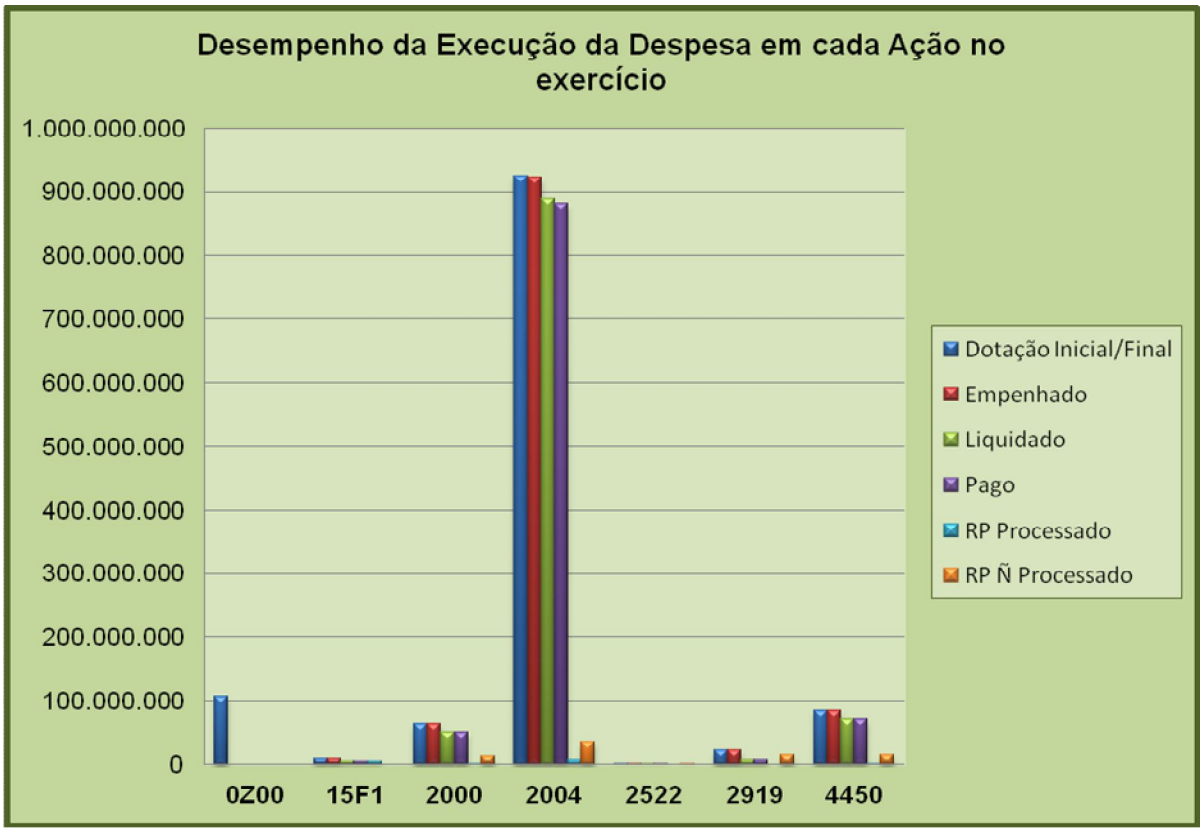
Tabela 11 - Desempenho da Execução da Despesa em cada Ação (em R$ 1,00)

AÇÃO	Dotação Inicial/Final	Empenhado	Liquidado	Pago	RP do exercício	
					Processado	Ñ Processado
0Z00	106.359.246	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15F1	8.985.728	8.985.728	4.971.629	4.971.629	4.014.099	0,00
2000	64.008.396	63.989.332	50.866.595	49.858.050	1.008.546	13.122.737
2004	923.800.792	923.276.242	888.955.582	881.649.295	7.306.286	34.320.660
2522	741.582	740.571	713.080	713.080	0,00	27.491
2919	22.516.440	22.472.399	7.204.821	6.953.503	251.317.70	15.267.578
4450	83.909.820	83.856.499	71.043.242	70.339.139	704.102	14.813.257
Total	**(*)1.103.962.758**	**1.103.320.771**	**1.023.754.949**	**1.014.484.697**	**13.033.033**	**77.551.723**
% Execução		**99,94%**	**92,79%**	**99,09%**		

Nota explicativa: (*) A dotação destinada à Reserva de Contingência não foi considerada no cálculo.

Fonte: SEF

Gráfico 5 - Desempenho da Execução da Despesa em cada Ação



Fonte: SEF

6.5.2.1.1. Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

a. <u>Ação 15F1 / Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares</u>

Possui o objetivo de construir, adquirir ou reformar os imóveis residenciais para a constituição de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares e servidores civis dos Comandos Militares, baseada em projetos de Engenharia executados no âmbito do Comando Militar ou contratados, no todo ou em parte. Podem, ainda, basear-se na aquisição de imóveis, de material ou sistema já disponíveis no mercado.

Os recursos descentralizados tiveram a finalidade de construir Próprios Nacionais Residenciais (PNR), para atender à demanda das famílias dos militares que, devido ao cumprimento da sua missão, são alocados e transferidos constantemente para diversas regiões geográficas do Brasil.

A meta da LOA prevista para a Ação foi realizada, com a execução de 58 (cinquenta e oito) unidades habitacionais disponibilizadas, com o registro de Indicadores de eficiência de 180,74% e eficácia de 100,00%.

b. <u>Ação 2000/Administração da Unidade</u>

Com o objetivo de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a Ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias se afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

A meta da LOA prevista para cada PO da Ação foi realizada plenamente, com o registro dos respectivos indicadores inseridos no quadro seguinte.

Tabela 12 – Metas da Ação 2000

AÇÃO 2000	Físico	
	Meta LOA	**Realizado**
PO0001	423	423
PO0002	4.703	4703
PO0003	13	13

Fonte: SEF

c. <u>Ação 2004 / Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</u>

Tem o objetivo da concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

A meta da LOA prevista para cada PO da Ação foi realizada quase na sua plenitude, com o registro dos respectivos indicadores inseridos no quadro seguinte.

Tabela 13 – Metas da Ação 2004

AÇÃO 2004	Físico	
	Meta LOA	**Realizado**
PO0005	23.092	20.792
PO0007	672.935	605.642
PO0008	696.027	696.027

Fonte: SEF

d. <u>Ação 2522 / Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos</u>

Possui o objetivo de realizar a: produção e aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para os programas governamentais de assistência farmacêutica; aquisição de equipamentos e materiais de apoio; treinamento e capacitação técnica de pessoal; administração de importação (armazenagem, taxas, seguros etc.); transporte, mobilização e acondicionamento de cargas; diárias e passagens; aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais); aquisição de material de informática, de expediente e de escritório, com o objetivo de suprir a demanda de fármacos, medicamentos e fitoterápicos, possibilitando a regulação de preço, a qualidade dos produtos e a utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.

Os recursos alocados pela LOA para a Ação 2522 foram descentralizados exclusivamente para o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, por ser a Organização Militar que tem como principal objetivo a produção e aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para atender ao efetivo do Exército Brasileiro em todo território nacional.

Os recursos atenderam as propostas para o ano de 2016 e a meta da LOA prevista para a Ação foi realizada plenamente, com a execução de 1.043 (um mil e quarenta e três) milhares de unidades farmacêuticas produzidas, com o registro de Indicadores de eficiência de 104,00% e eficácia de 100,00%.

6.5.2.1.2. Programa 2058 – Defesa Nacional

a. <u>Ação 2919 / Registro e Fiscalização de Produtos Controlados</u>

Possui o objetivo de contribuir para o controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

Os recursos da Ação tem previsão legal (Lei 10.834/03) de destinação para atividades realizadas principalmente pelas Regiões Militares (RM), por intermédio dos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados regionais e de guarnições (SFPC/RM ou Gu). Essas atividades de fiscalização compreendem as seguintes ações: verificações documentais, visitas de inspeção e vistorias nos locais onde são exercidas atividades com Produtos Controlados pelo Exército (PCE) por pessoas físicas ou jurídicas possuidoras de Registro.

O planejamento das atividades de Fiscalização de Produtos Controlados é realizado de forma descentralizada pelos SFPC/RM.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) agrega as demandas das Regiões Militares e as suas próprias demandas, que incluem, entre outras, a emissão de autorizações para fabricação de produtos controlados e importações e aquisições na indústria nacional por pessoas físicas ou jurídicas.

Cumpre destacar que a meta da LOA prevista para a ação foi realizada, com a execução de 392.160 (trezentos e noventa e dois mil, cento e sessenta) unidades de fiscalização realizadas, com o registro de Indicadores de eficiência de 506,09% e eficácia de 161,94%, foi atingida em sua totalidade.

b. <u>Ação 4450 / Aprestamento do Exército</u>

Possui o objetivo de atender demandas para o Preparo e Adestramento da Força Terrestre (F Ter), macro processo este que é prioritário e fundamental para o Exército e visa contribuir para

uma nova condição da participação das Forças Armadas, capaz de dissuadir forças oponentes e se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de interesse estratégico no Brasil e no exterior.

Os recursos autorizados na Ação atenderam, de forma complementar, às Unidades Gestoras do Comando do Exército nas necessidades de Suporte Administrativo e de Apoio Pessoal e Apoio e Preparo da Força Terrestre, contribuindo para o adestramento dos militares nas condições mínimas exigidas.

O adestramento dos aproximadamente 130.000 militares permitiu que a Força cumprisse a sua missão constitucional e subsidiária, a exemplo da Força de Paz no Haiti, Jogos Olímpicos, campanhas educativas e de combate ao mosquito Aedes Aegypti, entre outras, contribuindo para a segurança do País e bem-estar da sociedade.

Os fatores que facilitaram a execução da Ação estão relacionados à aprovação da Proposta Orçamentária Anual do Fundo do Exército e autorização dos Limites de Movimentação e Empenho; bem como, o planejamento e racionalização no uso dos recursos autorizados, atendendo às necessidades mais prioritárias. A meta da LOA prevista para cada PO da Ação foi realizada plenamente, com o registro dos respectivos indicadores inseridos no quadro seguinte.

Tabela 14 – Metas da Ação 4450

AÇÃO 4450	Descrição da Meta	Físico		Indicadores (%)	
		Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	Militar instruído/adestrado	130.000	130.000	118,11%	100,0%

Fonte: SEF

Mesmo com as dificuldades de limitações de cotas impostas em 2016, ao final do exercício obteve-se um percentual de execução de despesa empenhada de 97,91% (noventa e sete vírgula noventa e um por cento), atingindo-se plenamente a meta de execução fixada.

No que diz respeito à Liquidação da despesa, a meta do Comandante do Exército era de 90% (noventa por cento) do empenhado até o dia 30 Nov 16; e, ao final do exercício, o percentual atingido pelas UGE foi de 92,79% (noventa e dois vírgula setenta e nove por cento) das despesas liquidadas, impactando positivamente no cumprimento das metas estipuladas.

Apesar de os indicadores de desempenho vinculados Às ações alocadas na UO F Ex serem gerenciados pelos ODS, o F Ex não tem atribuição para definir e administrar indicadores de desempenho gerenciados por outras UG, mas realiza o seu acompanhamento orçamentário e financeiro junto aos sistemas de informação.

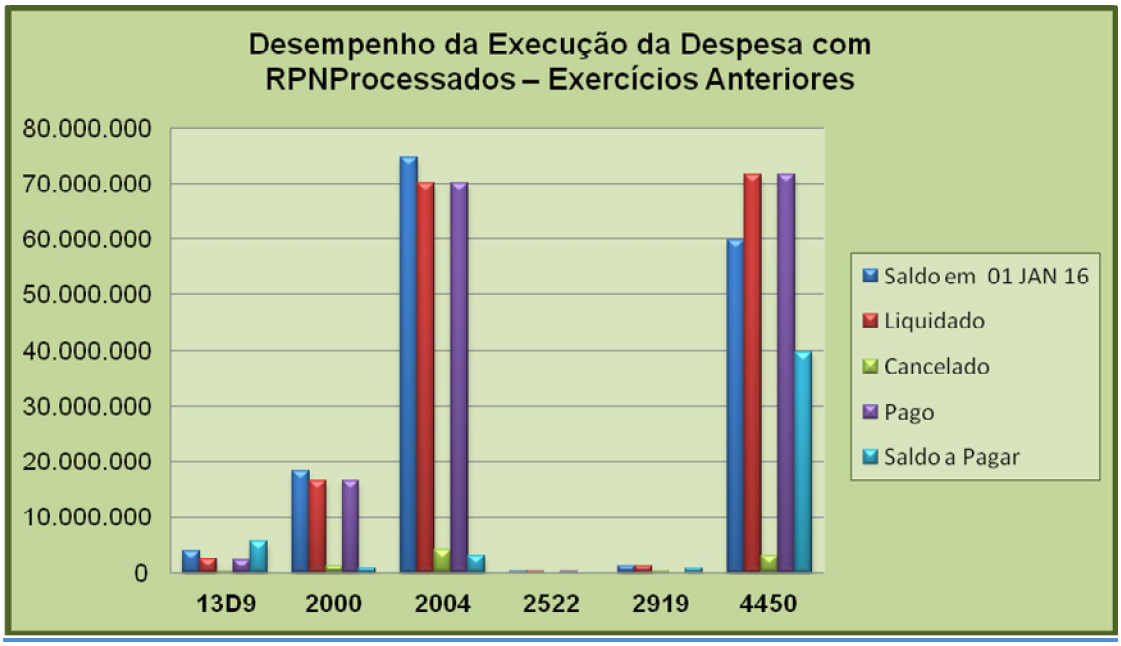
Tabela 15 - Desempenho da Execução da Despesa com RPNP – Exercícios Anteriores (em R$ 1,00)

AÇÃO	Saldo em 01 JAN 16	Liquidado	Cancelado	Pago	Saldo a Pagar
13D9	3.970.090	2.453.237	75.027	2.259.025	5.670.380
2000	18.252.087	16.535.067	1.045.240	16.528.138	817.672
2004	74.687.623	70.032.528	4.257.416	70.015.756	3.071.098

2522	134.219	134.219	0,00	134.219	0,00
2919	1.155.609	1.044.559	153.773	942.805	689.026
4450	59.712.804	71.687.804	3.031.370	71.641.485	39.630.471
Total	**157.912.432**	**161.887.414**	**8.562.826**	**161.521.429**	**49.878.648**

Fonte: SEF

Gráfico 6 - Desempenho da Execução da Despesa com RPNP – Exercícios Anteriores (em R$ 1,00)



Fonte: SEF

6.5.2.1.3. Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

- Ação 13D9 / Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército

Com o objetivo de construir, adquirir ou reformar os imóveis residenciais para a constituição de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares e servidores civis dos Comandos Militares, baseada em projetos de Engenharia executados no âmbito do Comando Militar ou contratados, no todo ou em parte. Podem, ainda, basear-se na aquisição de imóveis, de material ou sistema já disponíveis no mercado.

Os recursos reinscritos em Restos a Pagar tiveram a finalidade de construir/reformar Próprios Nacionais Residenciais (PNR), para atender à demanda das famílias dos militares, que, devido ao cumprimento da sua missão, são alocados e transferidos constantemente para diversas regiões geográficas do Brasil.

A referida Ação Orçamentária foi substituída pela Ação 15F1, em Dez/2015, permanecendo o saldo em RP até a sua plena utilização.

6.5.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados

a. A receita arrecadada pelo Fundo do Exército, conforme balanço orçamentário apresentado pelo SIAFI, é a seguinte:

Tabela 16 – Receitas arrecadadas pelo FEx (Em R$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada
Receitas Correntes	1.204.248.353	1.204.248.353	1.448.824.794
Tributárias	6.319.288	6.319.288	28.801.646
Patrimonial	212.055.790,	212.055.790,	327.058.569
Serviços	981.763.488	981.763.488	1.068.158.322
Outras receitas	4.109.787	4.109.787	24.806.255
Receitas de Capital	3.472.183	3.472.183	14.408.003
Alienação de Bens	3.472.183	3.472.183	14.408.003

Fonte: SEF

b. A origem principal da Receita são as receitas correntes que representaram uma arrecadação considerável no F Ex.

c. Apesar do volume significativo de receitas auferidas pelas Unidades Gestoras, atualmente a utilização desses recursos sofre severas limitações.

d. A restrição de limites de crédito, movimentação e empenho e de pagamento que são impostas ao Exército Brasileiro tem impacto significativo na aplicação dos recursos oriundos das receitas próprias.

e. Dessa forma, o descompasso entre a expectativa de receitas e os limites orçamentários autorizados vem gerando alguns problemas para a Força Terrestre, dentre os quais:

- prejuízo das atividades relacionadas à área de ensino, pois as cotas relativas ao recolhimento de mensalidades escolares não são integralmente repassadas aos Colégios Militares e Estabelecimentos de Ensino;

- desaceleração do ritmo de construção de novos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), uma vez que os recursos oriundos da folha credenciada, parcialmente utilizados para este fim, não são totalmente autorizados;

- queda no nível de manutenção dos PNR existentes, já que os valores recolhidos pelos usuários não são integralmente utilizados na atividade;

- prejuízo da manutenção e funcionamento da rede de Hotéis de Trânsito, haja vista que a totalidade dos ingressos advindos do pagamento de hospedagens fica impossibilitada de ser aplicada em melhorias e em ferramentas de gestão;

- redução no apoio aos concursos públicos a cargos das escolas militares, em virtude do valor recolhido pelas taxas de inscrição não ser totalmente repassado às escolas responsáveis pela aplicação das provas; e

- prejuízo das atividades desenvolvidas na área de saúde, pois, apesar dessas despesas serem de caráter obrigatório, suas receitas possuem rigorosos limites de pagamento. Portanto, a diferença entre a arrecadação e a autorização já apresenta como consequência um desestímulo à

exploração de bens patrimoniais e um arrefecimento da busca por receitas próprias no Exército Brasileiro.

f. A origem dos ingressos de recursos do Fundo do Exército são as seguintes:

- dotação consignada, anualmente, no Orçamento Geral da União;

- produto das operações de venda de bens, realizadas em conformidade com legislação;

- indenizações relativas a dotações orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

- recursos provenientes de empréstimos ou financiamentos contraídos no País ou no Exterior;

- importâncias resultantes das percentagens fixadas pelo Comandante do Exército sobre saldos líquidos mensais de atividades comerciais ou industriais de órgãos do Comando do Exército;

- saldos anuais não aplicados das atividades de suprimento de subsistência;

- produto de arrendamento ou alienação de bens móveis de Exército bem como de indenizações de material extraviado ou danificado;

- rendas provenientes de exploração, inclusive arrendamento, de imóveis jurisdicionados ao Ministério do Exército, devendo, no último caso, ser comunicada a ocorrência ao órgão próprio responsável pelo patrimônio da União;

- indenizações e multas resultantes da aplicação da legislação referente à fiscalização de produtos controlados pelo Ministério do Exército;

- rendas provenientes de serviços de qualquer espécie prestados pelo Ministério do Exército a Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, desde que não previstos em Planos de Cooperação aprovados; e

- rendimentos líquidos das operações financeiras do próprio Fundo, deduzida a parcela correspondente à remuneração dos serviços de sua administração, bem como, os saldos em estabelecimento bancários, com sede no exterior, proveniente da aplicação em operações financeiras realizadas com os depósitos para garantia de contratos estabelecida com fornecedores de artigos importados pelo Ministério do Exército.

g. Os recursos do F Ex são classificados em próprios e vinculados. Os recursos próprios são contabilizados tanto no País como no exterior e cuja aplicação é de competência do Comandante do Exército ou do Secretário de Economia e Finanças, por delegação; já os recursos vinculados, por sua vez, são aqueles cuja utilização é de competência dos ODS ou das UG que os geraram e têm destinação específica prevista no plano de aplicação, segundo a fonte de cada receita.

6.5.4. Relacionamento dos recursos do Fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

O relacionamento dos recursos do F Ex com a atuação das UG é realizado por intermédio do acompanhamento e o controle dos recursos financeiros disponibilizados às OM para o cabal desempenho das missões previstas na LOA, com a confirmação, junto aos sistemas informatizados, da plena execução dos recursos disponibilizados.

O Fundo do Exército tem como principal função auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Comandante do Exército, se façam necessários, a fim de que o Exército possa cumprir as suas missões.

Analisando-se os relatórios do Fundo do Exército percebe-se o cumprimento de mais de 90% do planejamento orçamentário de 2016, ou seja, o F Ex alcançou um satisfatório desempenho de sua função.

6.5.5. Demonstrações contábeis do fundo

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16 e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

6.5.5.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, além das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

O Balanço Orçamentário do exercício de 2016 apresenta como receita prevista o valor de R$ 1.207.720.536,00 e como valor da receita realizada o valor de R$ 1.463.232.798,32, ou seja, ocorreu um excesso de arrecadação no valor de R$ 255.512.262,32 durante o exercício de 2016.

6.5.5.2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro demonstra também a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro do exercício de 2016 demonstra que ocorreu um superávit financeiro no valor de **R$ 1.098.566.138,52**.

Tabela 17 - Resultado financeiro do exercício – FEx (Em R$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial
Receitas Orçamentárias	**1.463.232.798**
(+) Transferências Financeiras Recebidas	**1.395.393.783**
(+) Recebimentos Extra Orçamentários	**78.024.869**
(+) Saldo do Exercício Anterior	**1.053.182.881**
(-) Despesa Orçamentária	**0,00**
(-) Transferências Financeiras Concedidas	**2.609.027.641**
(-) Pagamentos Extra Orçamentários	**282.240.552**
Resultado Financeiro do Exercício	**1.098.566.138**

Fonte: SEF

6.5.5.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõe.

O F Ex é um fundo de natureza contábil, não possui ativo permanente por ser uma OM vinculada, e, por isso o Balanço Patrimonial possui como ativo somente valores financeiros.

Tabela 18 - Balanço Patrimonial – F Ex 2016 (Em R$ 1,00)

2016	
TOTAL DO ATIVO	**1.098.566.138**
Ativo Circulante	**1.463.232.798**
Ativo não Circulante	**1.395.393.783**
TOTAL DO PASSIVO	**1.098.566.138**
Passivo Circulante	**0,00**
Passivo Não Circulante	**0,00**
Patrimônio Líquido	**1.098.566.138,52**

Fonte: SEF

6.5.5.4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. As variações patrimoniais quantitativas aumentativas do F Ex no exercício de 2016 foram de R$ 2.660.149.724,73, e as variações patrimoniais quantitativas diminutivas foram R$ 2.616.016.566,24, portanto, o Resultado Patrimonial do período foi de R$ 44.133.158,49.

6.5.5.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o saldo do caixa.

Tabela 19 - Fluxo de Caixa - FEx

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**30.975.253,81**
INGRESSOS	**2.922.243.446,64**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.448.824.794,75**
Outros Ingressos das Operações	**1.473.418.651,89**
DESEMBOLSOS	**-2.891.268.192,83**
Outros Desembolsos das Operações	**-2.891.268.192,83**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**14.408.003,57**
Ingressos	**14.408.003,57**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**45.383.257,38**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**1.053.182.881,14**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.098.566.138,52**

As demonstrações contábeis do Fundo do Exército detalhadas estão contidas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrativos das Variações Patrimoniais e Fluxos de Caixa, os quais estão disponíveis no SIAFI.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

Os canais disponibilizados são:

4.1.1. Fale conosco – Divisão de relações públicas

- *Internet*: www.eb.mil.br.
- *E-mail*: faleconosco@eb.mil.br.

TELEFONES e FAX

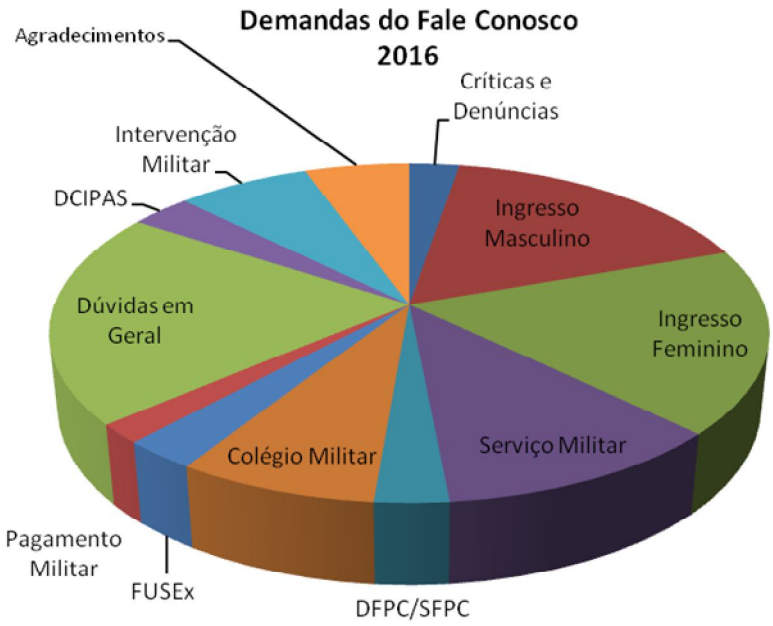
- Div Plj Gst = (61) 3415 4113 / fax: (61) 3415 4439.
- Div RM = (61) 3415 5303/ fax: (61) 3415 5619.
- Div RP = (61) 3415 4114.
- Div Prod Div = (61) 3415 5163 e (61) 3415 5263.
- SIC = (61) 3415 5751 e (61) 3415 5813.

Quadro 59 - Demandas do "FALE CONOSCO" 2016

Assuntos	*Meses*												*Total*	*%*
	Jan	***Fev***	***Mar***	***Abr***	***Mai***	***Jun***	***Jul***	***Ago***	***Set***	***Out***	***Nov***	***Dez***		
Críticas e Denúncias	5	18	12	26	28	70	21	17	27	29	41	16	310	2,64
Ingresso Masculino	75	110	181	171	117	167	230	233	210	192	174	126	1986	16,94
Ingresso Feminino	119	135	117	135	208	213	235	286	215	160	145	103	2071	17,67
Serviço Militar	136	83	82	101	50	134	128	140	132	149	108	74	1317	11,23
DFPC/SFPC	27	39	27	34	6	32	29	33	45	17	29	15	333	2,84
Colégio Militar	39	30	41	39	10	115	178	122	114	77	83	54	902	7,69
FUSEx	16	14	29	32	19	31	41	50	33	27	34	7	333	2,84
Pagamento Militar	6	15	40	24	1	20	13	11	23	22	29	12	216	1,84
Dúvidas em Geral	130	152	202	251	32	286	220	303	226	217	215	169	2403	20,50
DCIPAS	16	18	11	35	2	42	42	52	47	51	41	21	378	3,22
Intervenção Militar	32	37	340	95	6	45	44	12	67	17	60	69	824	7,03
Agradecimentos	29	36	48	63	13	74	62	83	71	68	62	41	650	5,54
Total	630	687	1130	1006	492	1229	1243	1343	1210	1026	1021	707	11723	100

Fonte: CCOMSEx

Gráfico 01- Demandas do Fale Conosco 2016



Fonte: CCOMSEx

4.1.2. Mídias sociais

- *Facebook, Twitter, Youtube* e EBlog, por meio do portal do Exército.

  - Endereço: www.eb.mil.br

São disponibilizados os seguintes canais de atendimento ao cidadão nas mídias sociais, dentro do ambiente chamado SAC 2.0 (Serviço de Atendimento ao Cidadão 2.0).

- Mensagem *inbox* no *Facebook*;
- Comentários em postagem no *Facebook*;
- Comentários no *Twitte*r;
- Comentários realizados em vídeos no *Youtube*; e
- Comentários realizados no EBLog.

Pela especificidade das mídias sociais, onde não é possível assegurar a real identidade dos usuários em um curto espaço de tempo, os pontos de contatos com os usuários dessas mídias somente são utilizados para atender as seguintes demandas:

- Informar a população sobre as atividades do Exército Brasileiro, divulgando, sempre que possível, nossos valores;
- Responder dúvidas ostensivas; e

- Receber sugestões.

As denúncias e pedidos de acesso à informação de dados restritos, recebidos nas mídias sociais, são encaminhadas para os canais adequados, a saber: Fale Conosco e Serviço de Informação ao Cidadão.

No ano de 2016, foram coletados os seguintes resultados:

a. Número Total de Atendimentos no Período: 17.638;

b. Tempo Médio de Resposta: 9 horas;

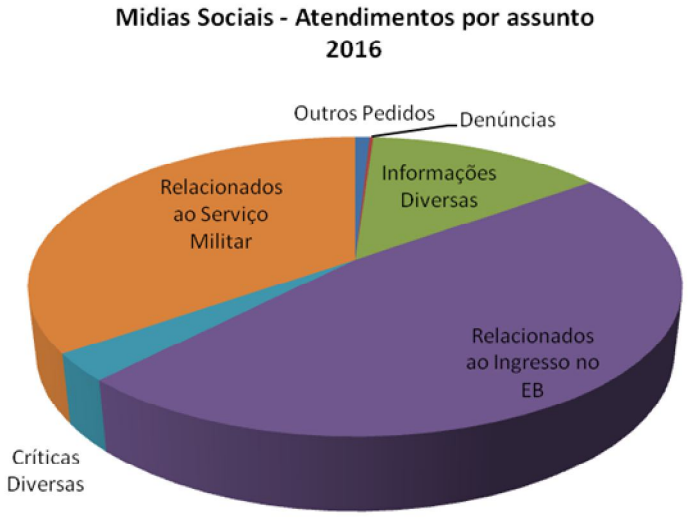
c. Divisão dos atendimentos por assuntos:

Quadro 60 - Atendimento por assunto – 2016

ASSUNTO	TOTAL
Relacionados ao Ingresso no EB	8.321
Relacionados ao Serviço Militar	6.146
Informações Diversas	2.448
Denúncias	38
Críticas Diversas	526
Outros Pedidos	149

Fonte: CCOMSEx

Gráfico 02



Fonte: CCOMSEx

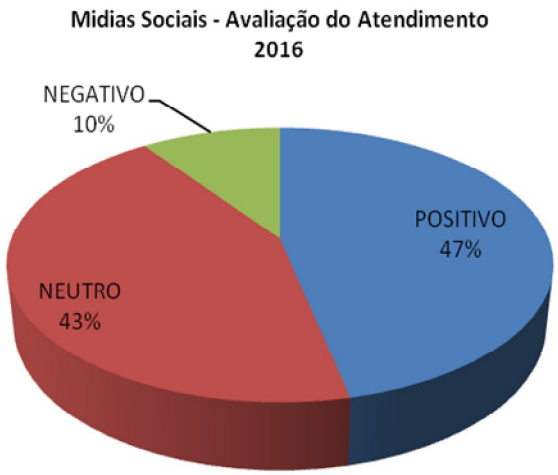
d. Avaliação do Atendimento

Quadro 61 – Avaliação do atendimento – 2016

AVALIAÇÃO	TOTAL (%)
POSITIVO	46,38
NEUTRO	43,37
NEGATIVO	9,85

Fonte: CCOMSEx

Gráfico 03



Fonte: CCOMSEx

Fruto dos dados coletados observa-se que as mídias sociais do Exército Brasileiro são um canal de fácil acesso para a solução de dúvidas corriqueiras, principalmente sobre as formas de ingresso e o serviço militar.

Em relação à avaliação do sentimento do cidadão no SAC 2.0, a maioria (85**%)** avalia o Exército como positivo.

As mídias sociais propiciam um ambiente de interação jovem e amigável, onde as estruturas burocráticas são ocultadas sob um acesso direto e instantâneo. O acompanhamento tecnológico é essencial nesse cenário, onde prever tendências é muito difícil.

Existem, ainda, oportunidades de melhorias no aprimoramento das campanhas de ingresso e do serviço militar, esta última em complemento ao Ministério da Defesa, realizadas no ambiente digital.

4.1.3. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC-EB)

- Telefones: (61) 3415 5751 e (61) 3415 5813

- Acesso ao serviço por meio do portal do Exército, no link: ACESSO À INFORMAÇÃO, no sítio *www.eb.mil.br.*

Quadro 62 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) – 2016

(Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de acesso à Informação - LAI)

Descrição	Quantidade	%
Pedidos iniciais sem recursos (CComSEx)	676	89,65
Recursos de 1ª instância (EME) – que não subiram para a 2ª instância	46	6,10
Recursos de 2ª instância (Gab Cmt) – que não subiram para a CGU	7	0,92
Recursos de 3ª instância (CGU) – que não subiram para a CMRI	11	1,46
Recursos de 4ª instância (CMRI)	14	1,86
Total de pedidos iniciais processados no CComSEx	754	100

Fonte: CCOMSEx

Avaliação do SIC:

a) 89,65% dos pedidos foram respondidos pelo próprio SIC-EB;

b) Aproximadamente 10% seguiram para as próximas etapas recursais para análise das negativas de acesso à informação, dos quais:

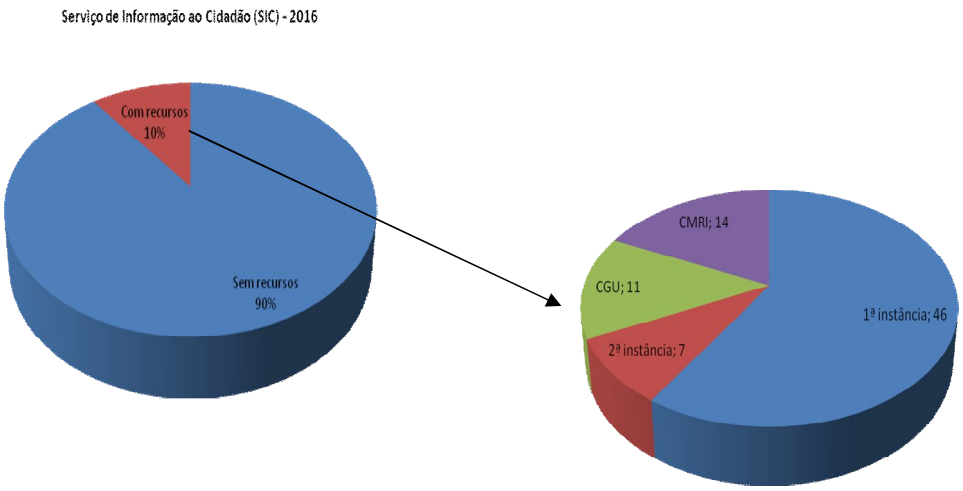
1) 6,10% foram resolvidos na 1º instância (CComSEx), não subindo para a 2ª instância (EME);

2) 0,92% foram resolvidos na 2ª instância (EME), não subindo para a CGU (3ª instância);

3) 1,46% foram resolvidos na 3ª instância (CGU), não subindo para a CMRI (4ª e última instância); e

4) 1,86% de recursos passaram para a CMRI, como última instância recursal administrativa na análise de negativas de acesso à informação.

Gráfico 04



Fonte: CCOMSEx

4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.932/2009, alinhada ao esforço do Governo Federal em estabelecer padrões de qualidade no atendimento prestado aos cidadãos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal. A Carta de Serviços ao Cidadão do Exército tem por objetivo informar ao cidadão sobre os serviços prestados pela organização, os meios de acesso a esses serviços e o compromisso na qualidade de atendimento prestado ao usuário, contribuindo para garantir a transparência nas informações sobre todas as ações e programas executados.

O conteúdo da Carta de Serviços ao Cidadão do Exército será disponibilizado no sítio www.eb.mil.br.

Serviços Prestados ao Cidadão por meio do Portal do EB:

- Apoio aos Públicos Internos (Ativo e Inativo);
- Atividade Militar no Exterior (Missões de Paz);
- Atividade-fim pelo Brasil;
- Banco de imagens;
- Comunicação Social;
- Cultura, Ensino, Capacitação Física;
- Desenvolvimento Tecnológico;
- Destinação Constitucional e Legislação;
- Endereços de Organizações Militares;

- Entidades Vinculadas (parceiros);
- Estrutura Organizacional;
- Fabricação de Material de Emprego Militar;
- Fiscalização de Produtos Controlados;
- Hotéis de Trânsito (Meios de Hospedagem);
- História e Civismo;
- Inativos, Pensionistas e Assistência Social;
- Ingresso na Força;
- Meio Ambiente;
- Mídias Sociais;
- Normas e Diretrizes do Comando;
- Obras Militares e de Cooperação;
- Pagamento de Pessoal;
- Portal da Transparência;
- Projetos de Engenharia;
- Preparo e Emprego;
- Publicações Institucionais (Boletim do Exército, INFORMEx, Revistas Verde-Oliva e Recrutinha);
- Rádio Verde-Oliva;
- Relacionamento com a Mídia;
- Resenha diária;
- Saúde;
- Serviço Militar;
- Serviços Geográficos;
- Valores Militares; e
- Web TV.

4.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações referentes à prestação de contas anual do Comando do Exército encontram-se no portal na Internet - www.eb.mil.br, guia ACESSO À INFORMAÇAO (lado esquerdo da página) - AUDITORIAS/PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (lado direito da página).

4.4. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

As pesquisas de opinião pública realizadas por institutos nacionais, como o IBOPE, a FGV, o DATAFOLHA, o Instituto SENSUS e a MK Pesquisa, entre outros, são os principais instrumentos de medição da satisfação da sociedade brasileira com os serviços prestados pelo Exército. Os resultados da última pesquisa solicitada pelo Exército, realizada em Janeiro de 2016 pela empresa MK Pesquisa, forneceu parâmetros para a atualização do Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), particularmente para a Comunicação Estratégica.

Quadro 63 - Pesquisas de satisfação realizadas, por ano (2013-2016)

Ano	% de satisfação	Instituição	Item Avaliado
2013	75 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES - FORÇAS ARMADAS (refere-se ao 3º trimestre 2012)
	64 %	IBOPE	ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL - FORÇAS ARMADAS (Julho 2013)
2014	72 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI) - 2º e 3º Trim 2013.
	64 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) - 4º Trim 2013 e 1º Trim 2014.
	68 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (pesquisa FGV Índice de Confiança no Judiciário - ICJBrasil) - Abr 2013 a Mar 2014
2015	68 %	FVG	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) - 1º Trim 2015
	73 %	DATAFOLHA	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa sobre o FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS) - Jul 2015
2016	81,1%	MK Pesquisa	Pesquisa encomendada pelo Exército – de Jan 2016

Fonte: CCOMSEx

O nível de satisfação também é medido pelos indicadores das Mídias Sociais, conforme citado nos subitens 4.1.2 MÍDIAS SOCIAIS e 4.1.1 Fale Conosco (instrumento de Relações Públicas).

4.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- Em relação ao portal do Exército na Internet, o atendimento é adequado. À época da reformulação do portal, em 2014, foram seguidas as recomendações do Ministério da Defesa.

- É utilizada a linguagem LIBRAS (surdos-mudos) em produtos destinados aos públicos interno e externo, como, por exemplo, "O COMANDANTE RESPONDE".

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

a. Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos)

Este Órgão aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

b. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Adoção da tabela contida na Macro função SIAFI 020330 (depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, autarquias e fundações), no item 6.3 (Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil) disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Sítio http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/.

c. Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Método das cotas constantes, seguindo a orientação do item 7.2, da Macro função SIAFI 020330.

d. Taxas utilizadas para os cálculos

As definidas pelo item 6.3 (Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil), da Macrofunção SIAFI 020330.

e. Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Os ativos mantidos pelas unidades estão registrados pelo custo de aquisição ou produção ou construção sem aplicar sobre eles integralmente a redução ao valor recuperável dos ativos e o ajuste ao valor presente. Ressalta-se que parte dos imóveis foram reavaliados e os demais itens do imobilizado não foram testados para aferir sua recuperabilidade, embora registrados ao valor de aquisição e depreciados mensalmente.

f. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pelo Órgão no exercício

A redução ao valor recuperável dos ativos e o ajuste a valor presente de ativo e passivo têm reflexo nos resultados e nos itens patrimoniais objeto de ajustes do Órgão.

Não foi possível aplicar integralmente os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável e de ajuste a valor presente no exercício financeiro de 2016, em razão da limitação sistêmica, capacitação e falta de pessoal. Desse modo, o Órgão procedeu à reavaliação de partes dos imóveis sob sua jurisdição, com impacto econômico-financeiro na variação patrimonial de R$ 34.938.039.745,24 (trinta e quatro bilhões, novecentos e trinta e oito milhões, trinta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) de acréscimo no imobilizado e no resultado, resultante da Variação Patrimonial Aumentativa de R$ 35.698.360.819,26 (trinta e cinco bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos) e de Variação Patrimonial Diminutiva de R$ 760.321.074,02 (setecentos e sessenta milhões, trezentos e vinte um mil, setenta e quatro reais e dois centavos).

5.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS

O estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos do Comando do Exército encontra-se em estágio relativamente avançado quando comparado a outros Órgãos da Administração Pública Federal.

O Exército Brasileiro na busca constante das boas práticas voltadas à gestão pública e antevendo a importância da informação de custos para a tomada de decisão e a melhoria do gasto público, expediu, na Diretriz Geral do Comandante do Exército de 2003, determinações para o desenvolvimento e implantação de um sistema de custos para a Força Terrestre.

Na ocasião, o Exército baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000, conjugada com a Lei 4.320, de 1964, que já tratava da apuração de custos para os órgãos públicos. A LRF determina que a "Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial".

Nessa esteira, seguindo a diretriz do Comandante do Exército, a Diretoria de Contabilidade - D Cont desenvolveu o Sistema Gerencial de Custos do Exército - SISCUSTOS, instituído pela Portaria nº 932 do Comandante do Exército, em 19 de dezembro de 2007, que aprova as Normas para Funcionamento do Sistema.

O SISCUSTOS tomou fulcro no custeio baseado nas atividades, "Custeio ABC", aplicando e adaptando algumas peculiaridades da Força Terrestre. Essa definição foi tomada no início dos trabalhos, ocorrido em meados de 2004, pelo grupo técnico, formado por integrantes da Secretaria de Economia e Finanças – SEF e suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas - OMDS, responsável por sua implantação.

O objetivo do sistema é ser uma ferramenta que possibilite identificar o custo das atividades significativas; proporcionar aos dirigentes, nos seus respectivos níveis, informações gerenciais sobre os custos apropriados nas diferentes atividades; realizar o acompanhamento gerencial das Organizações Militares - OM e disponibilizar informações em tempo hábil para auxiliar no processo decisório, mediante a análise comparativa dos custos entre as diversas unidades do Exército.

Para cumprir os objetivos citados, o SISCUSTOS coleta e processa os dados que são extraídos de diversos sistemas, internos e externos à Instituição. A importação de dados (carga no Sistema) é realizada pelo SISCUSTOS sob a gestão da Seção de Custos da Diretoria de Contabilidade – D Cont, com os dados das apropriações dos serviços provenientes do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI por meio do Tesouro Gerencial e Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC; do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) que é um módulo do Sistema de Material do Exército - SIMATEX, com os insumos de material e depreciação do material permanente; do Sistema Automático de Pagamento de Pessoal - SIAPPES, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e do Sistema de Retribuição no Exterior - SRE com os valores das remunerações; objetivando assim, disponibilizar informações gerenciais aos diversos níveis do Comando do Exército.

Seguindo a ideia de um sistema em constante evolução, o SISCUSTOS mantém-se atualizado com as orientações e determinações dos órgãos responsáveis pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Conselho Federal de Contabilidade - CFC emanando resoluções específicas como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as NBC T 16 e, em particular ao assunto de custos, a NBC T 16.11 que estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público - SICSP.

A Diretoria de Contabilidade mantém-se atualizada e alinhada aos normativos e orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Órgão Central de Contabilidade e Custos do Governo Federal, inclusive seguindo as metodologias aplicadas pelo Sistema de Custos do Governo Federal.

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído com a Portaria STN 157, de 09 de março de 2011, tendo como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional e como Órgãos Setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos – SIC.

No mesmo sentido a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre o Sistema de Informações de Custos – SIC, o qual constitui sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.

Assim, cumprindo essas orientações da Portaria STN 716, a Secretaria de Economia e Finanças publicou a Portaria 020 – SEF, de 22 DEZ 11, que criou Setorial de Custos do Comando do Exército, designando a Diretoria de Contabilidade como Órgão Setorial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC. Dessa forma a D Cont mantém sob sua responsabilidade o gerenciamento das informações de custos no tocante aos registros e evidenciações contábeis de todas as Unidades do Comando do Exército.

A fim de identificar o estágio em que se encontra a implantação de sistemática de apuração de custos pela Unidade Jurisdicionada e em que medida os seus produtos são utilizados para subsidiar a tomada de decisões, seguem algumas informações:

a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso:

A Secretaria de Economia e Finanças publicou a Portaria 020 – SEF, de 22 DEZ 11, que criou Setorial de Custos do Comando do Exército, designando a Diretoria de Contabilidade como Órgão Setorial do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC. A D Cont encontra apoio e parceria nas 11 (onze) Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército – ICFEx, sediadas nas diversas Regiões Militares, para seus trabalhos de registros e evidenciações contábeis e custos das 425 Unidades Gestoras - UG do Comando do Exército.

b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados:

O EB possui 652 Organizações Militares (OM), dessas 425 são Unidades Gestores, nas suas diversas áreas de atuação, tais como, operacional, de saúde, de logística, de engenharia, de ensino fazem trabalhos de apuração e evidenciação dos custos de suas atividades. Nesse trabalho são considerados os custos com pagamento de pessoal, consumo de material utilizado nas atividades, depreciação do material permanente, contratação e utilização de serviços utilizados para a manutenção das diversas atividades operacionais e administrativas das unidades.

c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos:

O Sistema Gerencial de Custos do Exército carrega, importa e processa dados que são extraídos de diversos sistemas e cadastros realizados no próprio sistema. Esses dados são carregados no banco de dados do próprio SISCUSTOS com informações cadastradas de pessoal, valores das contas de telefone e cadastro da potência elétrica para rateio dos valores gastos com energia elétrica. Também são importados dados, sob a gestão da D Cont, de diversos sistemas como

do SIAFI com os dados das apropriações dos serviços extraídos por meio do Tesouro Gerencial/SIC. Do SISCOFIS são contabilizados o consumo de material e a depreciação mensal do material permanente. E dos diversos sistemas de pagamento (SIAPPES, SIAPE e SRE) são computados os valores brutos das remunerações dos militares da ativa, funcionários civis e pessoal servindo no exterior.

O Sistema de Informação de Custos do Governo Federal - SIC também é utilizado para gerar relatórios de custos, entretanto com um enfoque gerencial mais amplo e obtenção das informações dos Programas, Ações e Planos Orçamentários do Comando do Exército.

d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos:

As unidades fazem o levantamento de custos, por meio de extração de dados dos diversos sistemas que integram a Gestão de Custos, levando em consideração os centros de custos, aqui considerados como as atividades da Organização Militar - OM, que pela estrutura do Exército faz correlação com as seções e subunidades da Organização Militar.

Cada OM possui um Gestor de Custos para o gerenciamento, acompanhamento e fiscalização das informações de custos produzidas. Este agente da administração, denominado Gerente de Custos, é o Fiscal Administrativo da OM que, por sua vez, é designado em Boletim Interno pelo Ordenador de Despesas. Outros atores são igualmente importantes para o processo. O Encarregado do Setor de Finanças responsável pelas apropriações no SIAFI de acordo com os CC selecionados pela unidade. O Encarregado do Setor de Material pelas movimentações do material de consumo e distribuição do material permanente para posterior cálculo da depreciação mensal. Também outros agentes designados pelo gestor para auxílio da correta utilização do sistema e produção de informações úteis e confiáveis (auxiliares de custos).

Mensalmente, a equipe de custos da OM reúne-se para verificar os dados lançados no SISCUSTOS. Esta reunião fica registrada no Relatório de Prestação de Contas Mensal (RPCM) do OD da OM.

e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos:

O maior obstáculo encontrado pela Gestão de Custos do Exército tem sido a quebra de paradigmas no sentido da conscientização e da solidificação de uma cultura de custos e de gestão. Tendo como premissa que a credibilidade da informação de custos depende diretamente da ação dos agentes da administração envolvidos neste processo, cabe destacar os principais óbices enfrentados pela Gestão de Custos do Exército em termos de impactos na atuação da unidade jurisdicionada:

− rotatividade de pessoal;

− falta de confiabilidade dos dados lançados na ferramenta SISCUSTOS e outros sistemas ao qual a ele são vinculados (SIAFI, SISCOFIS); e

− desconhecimento dos objetivos e das informações produzidas pela Gestão de Custos.

Atualmente a Gestão de Custos do Comando do Exército encontra-se em fase de consolidação e a Diretoria de Contabilidade tem buscado soluções para minimizar o impacto dessas dificuldades, como a normatização de procedimentos, desenvolvimento de novas funcionalidades voltadas para facilitar às rotinas de seus usuários e o incentivo a capacitação do pessoal, tudo objetivando elevar o nível de conscientização dos usuários, em consequência visando agregar maior confiabilidade dos dados lançados nos sistemas.

A Diretoria de Contabilidade tem por missão fazer com que a Gestão de Custos cumpra com sua finalidade e gere informações necessárias ao apoio à tomada de decisão. Portanto as unidades jurisdicionadas são orientadas a primar pelo correto lançamento dos dados inseridos nos sistemas envolvidos para que das informações geradas sejam confiáveis e possam prestar a sua finalidade que é a tomada de decisão pelo gestor do órgão.

f) relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão:

A funcionalidade de comunicação e gerenciamento da gestão de custos disponibilizada pela ferramenta SISCUSTOS é o Relatório de Análise de OM (RAOM). Esse relatório está disponível para a comunicação das observações relevantes e acompanhamento dos dados deste processo entre as OM, ICFEx e D Cont.

Outros relatórios de custos pré-definidos pela D Cont são disponibilizados às Unidades para pesquisa no banco de dados (BD) do SISCUSTOS. Essa pesquisa é realizada por qualquer usuário do sistema que visualizará os custos das Organizações Militares do Exército podendo verificar os custos com pessoal, contratação de serviços, consumo de material em nível de subitem da despesa e depreciação do material permanente. Também é possível pela ferramenta de BI, Flex Vision, a construção de relatórios que permite a visualização dos dados armazenados em bancos relacionais nos mais variados formatos e possibilita a construção de consultas a cargo do gestor de acordo com suas necessidades.

5.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

- As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas figuram como anexo a este Relatório de Gestão.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

7.1.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

a. <u>Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU</u>

No exercício de 2016, foram recebidas pelo Comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx, um total de 242 (duzentas e quarenta e duas) deliberações exaradas pelo TCU, por meio de acórdãos que continham determinações e/ou recomendações.

Está apresentado na tabela/quadro seguinte, o quantitativo recebido de acórdãos comparativamente com o atendido pelo Comando do Exército, conforme sua classificação (determinações e recomendações).

Tabela 20 – Comparativo de determinações e recomendações feitas pelo TCU

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendido pelo Comando do Exército
Determinações	**36**	**32 (*)**
Recomendações	**6**	**6**
Deliberações na Área de Pessoal	**200**	**126 (**)**

Fonte: SEF

(*) a diferença de 4 (quatro) determinações para apurações, entre o recebido e o atendido, conforme determinado nos Acórdãos nº 1120/2016- Plenário do TC 010.365/2016-8; 1669/2016- Plenário do TC 014.749/2016-5; 2273/2016 - Plenário do TC 012.062/2014-6 e 9705/2016 – 2ª Câmara do TC 017.396/2016-6, se encontram em andamento e dentro do prazo estipulado pelo TCU para o cumprimento das determinações; e

(**) as 74 (setenta e quatro) deliberações na área de pessoal encontram-se em fase de atendimento pelas respectivas unidades responsáveis e sendo acompanhadas pelo Centro de Controle Interno do Exército.

b. <u>Formas de acompanhamento das deliberações do TCU</u>

O órgão na estrutura do Comando do Exército responsável pelo acompanhamento e controle dos processos em trâmite no TCU e das deliberações decorrentes é o Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx, o qual dispõe de sistema informatizado específico para o controle de demandas do TCU. Posteriormente, após análise e registro, a demanda do Tribunal é enviada a uma das 11 (onze) Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército – ICFEx, para remessa às suas Unidades Gestoras Vinculadas e acompanhamento do cumprimento das determinações e/ou recomendações.

c. <u>Determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente)</u>

Quadro 79 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento (recomendações feitas em processo de contas e não atendidas)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-026.029/2013-8	3492/2016-TCU 1ª CÂMARA	1.7.1.2.	Ofício 0447/2016-TCU/SecexDefesa, de 07/06/2016	07 Jun 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Economia e Finanças				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 1.7.1.2 - utilização de indicadores pelas unidades jurisdicionadas que não são suficientes para monitorar e avaliar a gestão e acompanhar o alcance das metas do exercício, em desconformidade com o previsto na parte A, item 2.4, do Anexo II, da Decisão Normativa nº 119/2013 (item V da instrução de peça 77, p. 21).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Considerando o teor do item 1.7.1.2., do Acórdão citado na referência, participo que esta Secretaria já reformulou os indicadores de desempenho relativos aos diversos processos finalísticos de suas OMDS, os quais se encontram em fase de apuração e validação.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.175/2014-5	Acórdão TCU nº 10.865/2016	1.7.1.2	Ofício 0790/2016-TCU/SecexDefesa, de 07/10/2016	27 Out 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Economia e Finanças				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 1.7.1.2 - não adoção das medidas necessárias pela SEF ao cumprimento do Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados e previu que os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deveriam implantar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação do decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para coleta seletiva solidária.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Todos os resíduos produzidos pela Secretaria de Economia e Finanças, exceto os que têm origem nos suprimentos de informática, são descartados diretamente na central de recolhimento de lixo do Quartel General do Exército, a qual é administrada pela Base de Administração do Quartel General do Exército. O resíduo relativo aos suprimentos de informática é descartado mediante retirada do material por empresa especializada.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.175/2014-5	Acórdão TCU nº	1.7.1.3	Ofício 0790/2016-TCU/SecexDefesa,	27 Out 2016

	10.865/2016		de 07/10/2016	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Economia e Finanças				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 1.7.1.3 - não elaboração ou implementação pela SEF do plano de gestão de logística sustentável previsto no Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e estabeleceu critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Entre 2012 e 2014, esta Secretaria, com todas as suas OMDS/CCIEx, realizou a mudança de todas as suas instalações, antes ocupada na Esplanada dos Ministérios, no Anexo ao Bloco "O", para o Bloco "I" do Quartel Geral do Exército. A mudança acarretou adoção e, concomitantemente, adaptação de procedimentos administrativos. Nesta senda, houve solução de continuidade na ação de implantação do relacionado plano, tendo em vista a avaliação de que a ação seria de responsabilidade da Base Administrativa do Quartel General do Exército, de forma centralizada. Fato que atualmente foi solucionado por meio de procedimentos internos conjugados ao plano da Base Administrativa do Quartel General do Exército.				

Fonte: SEF

d. <u>Determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o relatório de gestão anual</u>

Quadro 80 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 034.062/2011-4	AC-1176-17/15-P	9.4.	Ofício nº 6339/2015-TCU/SEFIP, de 27 Mai 2015	19 Jun 2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas - DCIPAS do Departamento-Geral do Pessoal – DGP.				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 9.4 - determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras: 9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;				

9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão; 9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno; 9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão; 9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
- Informações sobre a Revisão dos Cálculos dos Proventos de Aposentadorias apresentadas pela DCIPAS/DGP: Informações inseridas por determinação do CCIEx, conforme DIEx nº 18-SPE/CCIEx, de 11 FEV 16. Em 2013, foram revistos <u>todos</u> os processos de aposentadorias de servidores, cujo provento é calculado pela média das maiores remunerações, de acordo com o previsto no § 3º, do artigo 40, da constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, regulamentada pela Lei nº 10.887, de 2004. Até aquela revisão os proventos eram implantados manualmente no sistema SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, ou seja, valor informado (Sequencia 1). Esta revisão consistiu na atualização do código do fundamento da aposentadoria e dos dados funcionais dos servidores aposentados no sistema SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos. Este procedimento <u>corrigiu</u> a forma de pagamento e atualizou, automaticamente, o valor do provento do servidor. A partir de 2013 a implantação dos proventos das aposentadorias concedidas, a que se refere o Acórdão nº 1176-17/2015 - Plenário, é realizada conforme valores calculados automaticamente pelo SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, estando em conformidade com a Lei nº 10.887, de 2004. As vantagens que compõe a base para cálculos da média aritmética das maiores remunerações para a concessão de aposentadoria são definidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio do SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.

Fonte: SEF

7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

a. <u>Visão geral sobre das recomendações feitas pelo órgão de controle interno</u>

A tabela a seguir apresenta a quantidade de recomendações recebidas pelas unidades da estrutura do Comando do Exército comparativamente à quantidade atendida em 2016.

Tabela 21 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	24.499

Número de Recomendações Atendidas	22.350
Indicador de Recomendações Atendidas	91,23%
Indicador de Recomendações Não Atendidas	8,77%

Fonte: SEF

b. Formas de acompanhamento das recomendações do OCI

Compete às Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), Unidades de Controle Interno do Comando do Exército, realizar os trabalhos de auditoria e fiscalização em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA). O PAAA é o documento que contém o planejamento das auditorias a serem realizadas, durante o ano, pelo controle interno nas Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército, no Fundo do Exército (F Ex) e nas entidades vinculadas ao Comando do Exército (Fundação Osório, Fundação Habitacional do Exército – FHE e Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL), na mesma sede do OCI e fora de sede, conforme o caso.

Atualmente, o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) é o responsável por consolidar e aprovar as propostas do PAAA elaborado pelas ICFEx, acompanhar a consequente execução, auditar a FHE, a IMBEL, a Fundação Osório, o F Ex, e, excepcionalmente, atuar nas UG. O CCIEx e as ICFEx, na fase de planejamento, levam em consideração, na concepção do PAAA, as variáveis básicas da materialidade, da relevância e da criticidade.

De igual modo, ainda na fase de planejamento, procede-se à avaliação do risco operacional e de fraude, destinada à identificação das áreas e sistemas relevantes a serem auditados. O processo de seleção deve estar integrado simultaneamente ao planejamento estratégico do Exército e ao PAAA.

Após o Comandante do Exército aprovar o Plano de Inspeções e Visitas (PIV), que engloba o PAAA, as ICFEx e o CCIEx realizam as visitas de auditoria previstas. É comum, ainda, que durante o transcurso do exercício financeiro ocorram visitas de auditoria não programadas, em razão de alguma demanda de órgãos externos (Tribunal de Contas da União; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Ministério Público; Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, etc.), ou mesmo de órgãos internos. Nestes casos, o Chefe do Centro de Controle Interno decide acerca da instauração do procedimento de auditoria devido.

Realizadas as visitas de auditoria pelas ICFEx, os achados e as recomendações são consolidados em relatórios próprios e encaminhados aos gestores das respectivas unidades organizacionais auditadas, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento se pronunciem acerca da implementação das recomendações e sugestões propostas.

O atendimento das recomendações e sugestões propostas nos relatórios de visita de auditoria é verificado na visita de auditoria seguinte.

Por fim, após o pronunciamento da unidade auditada a respeito do cumprimento das recomendações, o relatório de auditoria é encaminhado pela ICFEx ao CCIEx, onde se realiza o acompanhamento das atividades de auditoria.

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 81 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
1885	61	-	4	-	-	-	-	-

* **Outros Casos - razões:** Inscrição na Dívida Ativa da União: 4 (quatro) casos

Fonte: SEF

O processo de apuração de irregularidades administrativas no âmbito das Organizações Militares (OM) do Comando do Exército segue o previsto na Portaria 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003, combinado com orientações normativas complementares expedidas, até o exercício financeiro de 2010, pela Secretaria de Economia e Finanças do Exército e, mais recentemente, pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx).

Assim, conforme preconizado pela legislação vigente, na ocorrência de fatos de qualquer natureza que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, os procedimentos para a apuração e ressarcimento são desenvolvidos pela unidade gestora interessada mediante instauração de Sindicância, de Inquérito Policial Militar (IPM) ou de Processo Administrativo, de acordo com a respectiva legislação e o previsto na Portaria anteriormente citada.

As auditorias e as perícias contábeis também podem ser utilizadas como instrumentos para a apuração e levantamento de informações.

Esgotadas as medidas administrativas internas, conforme as possibilidades anteriormente tratadas, sem que tenha ocorrido a devida recomposição do Erário, serão tomadas providências para instauração da Tomada de Contas Especial (TCE), de acordo com a legislação específica que regula esse tipo de processo.

No caso de instauração de Sindicância, IPM ou Processo Administrativo, o Comandante, Chefe ou Diretor da Organização Militar deverá comunicar sua abertura à Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) de vinculação, independentemente dos valores envolvidos e das demais comunicações regulamentares.

Ao tomar conhecimento da instauração de quaisquer processos dessa natureza, as Unidades de Controle Interno (ICFEx) passam a acompanhar e a controlar o seu andamento, até a efetiva recomposição do Erário ou a inscrição do(s) responsável(eis) na Dívida Ativa da União.

Esse acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Dano ao Erário (SISADE), desenvolvido no âmbito do Comando do Exército como ferramenta capaz de facilitar o cadastro, o trâmite, o acompanhamento e a tomada de decisão acerca do andamento de tais processos em todos os níveis (unidade gestora, ICFEx e CCIEx).

No SISADE, registram-se todos os dados referentes às apurações de prejuízos à Fazenda Nacional no âmbito do Órgão, bem como as informações podem ser consolidadas a qualquer

momento por meio de uma funcionalidade denominada Relatório de Acompanhamento da Apuração de Indícios de Irregularidades Administrativas (RAAIIA).

7.3. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Em 2016 não houve vigência de contratos com empresas que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento.

7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O ART. 5º da Lei 8.666/93

O Órgão disponibiliza os recursos para as suas UG (Unidades Gestoras) respeitando a ordem cronológica das liquidações, dentro de cada fonte de recursos e vinculação de pagamento disponível para repassá-las. A Setorial Financeira do Órgão utiliza um sistema informatizado que permite levantar as obrigações assumidas diariamente pelas unidades jurisdicionadas, segregando-as por data de liquidação. Com isso, tem-se condição de sub-repassar oportunamente recursos financeiros.

Em situação de restrição fiscal, que inviabilize operacionalizar da forma citada acima, prioriza-se o pagamento de despesas consideradas sensíveis para funcionamento do Órgão, tais como: saúde, operações militares inadiáveis, educação, concessionária de serviço público e obrigações de contratos continuados.

Havendo demanda ajuizada determinando o depósito imediato, abandona-se essa política para atender a determinação judicial.

Demonstrações Contábeis

Anexo I

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL 2
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 4
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 6
BALANÇO FINANCEIRO 8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 14
1. INFORMAÇÕES GERAIS 14
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 14
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 14
5. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 16
6. ESTOQUES 17
7. BENS MÓVEIS 17
8. BENS IMÓVEIS 18
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIA ASSISTENCIAL A PAGAR A CURTO PRAZO 19
10. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 20
11. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO 20
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20
13. VENDA DE MERCADORIAS 21
14. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS 21
15. SUBTOTAL DAS DESPESAS 21

BALANÇO PATRIMONIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**BALANÇO PATRIMONIAL** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	08/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		**3.449.027.974,55**	**3.384.077.215,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	**1.521.927.183,75**	**1.402.498.301,93**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5	**227.209.695,03**	**111.946.689,47**
Estoques	6	**1.699.891.095,77**	**1.869.626.897,08**
VPDs Pagas Antecipadamente		-	**5.326,68**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**122.195.292.183,93**	**86.748.741.470,44**
Imobilizado		**122.059.630.286,09**	**86.619.059.923,40**
Bens Móveis	7	11.471.444.947,46	10.965.667.245,18
Bens Móveis		13.064.600.429,99	12.068.306.844,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-1.593.155.482,53	-1.102.639.599,36
Bens Imóveis	8 e 14	110.588.185.338,63	75.653.392.678,22
Bens Imóveis		110.703.461.030,92	75.710.071.992,82
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-115.275.692,29	-56.679.314,60
Intangível		**135.661.897,84**	**129.681.547,04**
Softwares		128.623.475,58	122.713.826,67
Softwares		130.233.166,11	122.718.628,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-1.609.690,53	-4.801,33
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		7.038.422,26	6.967.720,37
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		7.038.422,26	6.967.720,37
TOTAL DO ATIVO		**125.644.320.158,48**	**90.132.818.685,60**

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		**359.685.994,16**	**1.209.209.461,58**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9	**194.403.260,11**	**39.449.931,14**
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		**133.316.334,42**	**991.041.018,71**
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		**6.514,21**	**22.295,96**
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	**31.959.885,42**	**178.696.215,77**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.161.909,93**	**991.333,54**
Demais Obrigações a Longo Prazo	11	**1.161.909,93**	**991.333,54**
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		**360.847.904,09**	**1.210.200.795,12**

ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	**975.861,00**
Demais Reservas		**9.329.724,70**	**9.329.724,70**
Resultados Acumulados		**125.274.142.529,69**	**88.912.312.304,78**
Resultado do Exercício		36.457.189.985,24	5.792.074.429,19
Resultados de Exercícios Anteriores		88.878.809.739,25	87.111.376.602,03
Ajustes de Exercícios Anteriores	12	-61.857.194,80	-3.991.138.726,44
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**125.283.472.254,39**	**88.922.617.890,48**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**125.644.320.158,48**	**90.132.818.685,60**

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**1.521.927.183,75**	**1.435.198.151,12**
ATIVO PERMANENTE	**124.122.392.974,73**	**88.697.620.534,48**

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
PASSIVO FINANCEIRO	**2.309.681.716,90**	**3.493.381.924,63**
PASSIVO PERMANENTE	**192.755.892,93**	**942.873,66**
SALDO PATRIMONIAL	**123.141.882.548,65**	**86.638.493.887,31**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**993.842.291,58**	**942.169.462,69**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**9.717.565.048,45**	**3.909.381.868,63**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	993.842.291,58	942.169.462,69	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.717.565.048,45	3.909.381.868,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	132.384.790,52	92.235.336,35	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	929.852,23	929.852,23
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	822.869.567,63	810.266.527,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	6.927.438,26	9.246.890,89
Direitos Contratuais a Executar	38.587.933,43	39.667.598,83	Obrigações Contratuais a Executar	9.709.707.757,96	3.899.205.125,51
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**993.842.291,58**	**942.169.462,69**	**TOTAL**	**9.717.565.048,45**	**3.501.487.865,21**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-1.786.345.905,32**
Recursos Vinculados	**998.591.372,17**
Alienação de Bens e Direitos	6.316.426,13
Educação	12.562,81
Seguridade Social (Exceto RGPS)	195.977,45
Operação de Crédito	-31.376.636,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.037.247.010,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-13.803.967,51
TOTAL	**-787.754.533,15**

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	08/02/2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**124.569.060.083,60**	**91.039.820.262,81**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		**27.905.050,90**	**21.973.077,19**
Taxas		27.905.050,90	21.973.077,19
Contribuições		**1.332.494.098,88**	**1.261.817.194,13**
Contribuições Sociais		1.332.494.098,88	1.261.817.194,13
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**356.302.300,06**	**329.431.493,14**
Venda de Mercadorias	13	11.300.005,92	13.310.683,29
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		345.002.294,14	316.120.809,85
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**211.992.735,68**	**391.712.374,23**
Juros e Encargos de Mora		1.448.679,26	346.366,50
Variações Monetárias e Cambiais		88.801.810,59	289.885.890,36
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4	121.742.245,83	101.480.117,37
Transferências e Delegações Recebidas		**84.756.440.821,98**	**77.265.665.001,83**
Transferências Intragovernamentais		81.431.683.688,60	74.537.691.530,46
Transferências Intergovernamentais		22.048.655,59	71.303.447,26
Transferências das Instituições Privadas		4.582.173,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.298.126.304,79	2.656.670.024,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		**36.921.829.503,98**	**10.854.428.408,22**
Reavaliação de Ativos8 e14		35.698.360.819,26	9.589.716.619,46
Ganhos com Alienação		12.216.514,82	16.956.947,45
Ganhos com Incorporação de Ativos		911.169.452,37	963.224.408,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos		300.082.717,53	284.530.432,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**962.095.572,12**	**914.792.714,07**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		962.095.572,12	914.792.714,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**88.111.870.098,44**	**85.247.745.833,60**
Pessoal e Encargos		**14.058.274.903,28**	**13.339.673.437,46**
Remuneração a Pessoal		12.752.903.930,98	12.204.520.872,42
Encargos Patronais		108.702.340,85	110.817.598,44
Benefícios a Pessoal		1.196.637.316,45	1.024.307.532,60
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		31.315,00	27.434,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		**19.374.520.485,20**	**18.131.100.532,91**
Aposentadorias e Reformas		8.643.636.879,66	8.240.802.041,49
Pensões		10.659.923.756,47	9.831.330.213,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		70.959.849,07	58.968.278,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**5.061.403.246,21**	**4.679.922.236,80**
Uso de Material de Consumo		1.462.865.019,92	1.317.625.167,75
Serviços		2.986.638.267,13	2.859.949.332,93
Depreciação, Amortização e Exaustão		611.899.959,16	502.347.736,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**140.079.827,37**	**215.783.853,33**
Juros e Encargos de Mora		406.724,63	615.280,40
Variações Monetárias e Cambiais		138.535.789,15	214.098.151,98
Descontos Financeiros Concedidos		1.137.313,59	1.070.420,95
Transferências e Delegações Concedidas		**46.057.831.980,49**	**42.193.904.918,10**
Transferências Intragovernamentais		43.623.345.518,72	39.843.916.775,50
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.434.486.461,77	2.349.988.142,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		**3.219.294.128,60**	**6.570.338.887,33**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		760.340.357,59	4.454.250.292,41
Perdas com Alienação		151.253,32	0,00
Perdas Involuntárias		229.962.303,23	382.967.760,04
Incorporação de Passivos		920.373.947,85	1.005.980.263,63
Desincorporação de Ativos		1.308.466.266,61	727.140.571,25
Tributárias		**32.154.350,24**	**30.378.304,99**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		802.606,85	732.093,65
Contribuições		31.351.743,39	29.646.211,34

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**168.311.177,05**	**86.643.662,68**
Premiações	125.697,48	89.005,60
Incentivos	29.973,87	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	168.155.505,70	86.554.657,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**36.457.189.985,16**	**5.792.074.429,21**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	**2015**

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	16/02/2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.337.956.704,00**	**1.337.956.704,00**	**1.484.467.283,39**	**146.510.579,39**
Receitas Tributárias	**6.319.288,00**	**6.319.288,00**	**28.801.646,90**	**22.482.358,90**
Taxas	6.319.288,00	6.319.288,00	28.801.646,90	22.482.358,90
Receita Patrimonial	**212.055.790,00**	**212.055.790,00**	**330.327.310,13**	**118.271.520,13**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	87.026.567,00	87.026.567,00	116.645.670,43	29.619.103,43
Valores Mobiliários	83.611.524,00	83.611.524,00	121.742.245,83	38.130.721,83
Cessão de Direitos	41.417.699,00	41.417.699,00	91.939.393,87	50.521.694,87
Receitas de Serviços	**981.763.488,00**	**981.763.488,00**	**1.068.161.703,36**	**86.398.215,36**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	56.364.241,00	56.364.241,00	70.104.474,78	13.740.233,78
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	594.539,00	594.539,00	343.218,51	(251.320,49)
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	923.800.792,00	923.800.792,00	996.368.357,64	72.567.565,64
Outros Serviços	1.003.916,00	1.003.916,00	1.345.652,43	341.736,43
Transferências Correntes	**133.708.351,00**	**133.708.351,00**	**20.183.895,56**	**(113.524.455,44)**
Outras Receitas Correntes	**4.109.787,00**	**4.109.787,00**	**36.992.727,44**	**32.882.940,44**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2.304.957,04	2.304.957,04
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.573.775,00	3.573.775,00	32.132.203,70	28.558.428,70
Demais Receitas Correntes	536.012,00	536.012,00	2.555.566,70	2.019.554,70
RECEITAS DE CAPITAL	**12.553.023,00**	**12.553.023,00**	**16.272.783,60**	**3.719.760,60**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**20,00**	**20,00**
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	20,00	20,00
Alienação de Bens	**3.472.183,00**	**3.472.183,00**	**14.408.003,57**	**10.935.820,57**
Alienação de Bens Móveis	3.472.183,00	3.472.183,00	10.818.553,57	7.346.370,57
Alienação de Bens Imóveis	-	-	3.589.450,00	3.589.450,00
Transferências de Capital	**9.080.840,00**	**9.080.840,00**	**1.864.760,03**	**(7.216.079,97)**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.350.509.727,00**	**1.350.509.727,00**	**1.500.740.066,99**	**150.230.339,99**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.350.509.727,00**	**1.350.509.727,00**	**1.500.740.066,99**	**150.230.339,99**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**38.002.231.893,23**	**38.002.231.893,23**
TOTAL	**1.350.509.727,00**	**1.350.509.727,00**	**39.502.971.960,22**	**38.152.462.233,22**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		**34.809.448.678,00**	**36.987.826.310,00**	**38.138.010.756,97**	**37.062.381.471,98**	**36.988.775.092,87**	**-1.150.184.446,97**
Pessoal e Encargos Sociais		30.353.506.822,00	32.151.413.994,00	32.052.243.716,72	32.052.243.716,72	32.052.243.716,72	99.170.277,28
Outras Despesas Correntes		4.455.941.856,00	4.836.412.316,00	6.085.767.040,25	5.010.137.755,26	4.936.531.376,15	-1.249.354.724,25
DESPESAS DE CAPITAL		**1.214.506.730,00**	**1.287.575.233,00**	**1.364.961.203,25**	**758.793.337,11**	**734.596.359,37**	**-77.385.970,25**
Investimentos		1.214.506.730,00	1.287.575.233,00	1.364.961.203,25	758.793.337,11	734.596.359,37	-77.385.970,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**106.359.246,00**	**106.359.246,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**106.359.246,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15	**36.130.314.654,00**	**38.381.760.789,00**	**39.502.971.960,22**	**37.821.174.809,09**	**37.723.371.452,24**	**-1.121.211.171,22**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		**36.130.314.654,00**	**38.381.760.789,00**	**39.502.971.960,22**	**37.821.174.809,09**	**37.723.371.452,24**	**-1.121.211.171,22**
TOTAL		**36.130.314.654,00**	**38.381.760.789,00**	**39.502.971.960,22**	**37.821.174.809,09**	**37.723.371.452,24**	**-1.121.211.171,22**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**158.504.875,83**	**1.068.055.592,68**	**998.639.968,46**	**994.758.958,98**	**83.058.038,83**	**148.743.470,70**
Pessoal e Encargos Sociais	2.569,68	0,00	0,00	0,00	2.569,68	0,00
Outras Despesas Correntes	158.502.306,15	1.068.055.592,68	998.639.968,46	994.758.958,98	83.055.469,15	148.743.470,70
DESPESAS DE CAPITAL	**454.194.794,42**	**641.403.090,28**	**705.180.644,15**	**701.539.624,20**	**42.075.898,14**	**351.982.362,36**
Investimentos	454.194.794,42	641.403.090,28	705.180.644,15	701.539.624,20	42.075.898,14	351.982.362,36
TOTAL	**612.699.670,25**	**1.709.458.682,96**	**1.703.820.612,61**	**1.696.298.583,18**	**125.133.936,97**	**500.725.833,06**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.014.278,93**	**647.716.691,20**	**647.433.724,53**	**256.662,69**	**1.040.582,91**
Outras Despesas Correntes	1.014.278,93	647.716.691,20	647.433.724,53	256.662,69	1.040.582,91
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**391.868.922,09**	**391.848.582,33**	**16.362,26**	**3.977,50**
Investimentos	0,00	391.868.922,09	391.848.582,33	16.362,26	3.977,50
TOTAL	**1.014.278,93**	**1.039.585.613,29**	**1.039.282.306,86**	**273.024,95**	**1.044.560,41**

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

BALANÇO FINANCEIRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**BALANÇO FINANCEIRO** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMISSÃO	08/02/2017

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**	ESPECIFICAÇÃO	**2016**	**2015**
Receitas Orçamentárias	**1.500.740.066,99**	**1.454.992.813,02**	**Despesas Orçamentárias**	**39.502.971.960,22**	**37.504.052.817,42**
Ordinárias	**20.894.423,19**	**18.454.425,41**	**Ordinárias**	**27.237.952.411,52**	**17.071.591.686,86**
Vinculadas	**1.562.019.168,32**	**1.445.124.985,23**	**Vinculadas**	**12.265.019.548,70**	**20.432.461.130,56**
Operação de Crédito	533,78	580,06	Alienação de Bens e Direitos	3.474.970,18	0,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.528.690.126,11	1.422.798.271,76	Educação	12.814.398,74	578.224,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-82.173.524,52	-8.586.597,62	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.131.353.511,80	15.691.846.629,97
			Operação de Crédito	8.885.527.513,46	3.578.455.395,31
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.205.430.464,36	1.152.667.093,84
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	26.418.690,16	8.913.786,79
Transferências Financeiras Recebidas	**81.225.718.424,31**	**74.465.508.967,60**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**43.416.127.143,85**	**39.771.291.456,97**
Resultantes da Execução Orçamentária	75.297.476.747,30	69.543.197.484,41	Resultantes da Execução Orçamentária	37.929.634.676,11	35.172.430.783,24
Repasse Recebido	37.566.074.651,36	34.552.103.057,64	Repasse Concedido	198.232.580,18	181.336.356,47
Sub-repasse Recebido	37.731.249.700,67	34.991.068.275,17	Sub-repasse Concedido	37.731.249.700,66	34.991.068.275,17
Sub-repasse Devolvido	152.395,27	26.151,60	Sub-repasse Devolvido	152.395,27	26.151,60
Independentes da Execução Orçamentária	5.928.241.677,01	4.922.311.483,19	Independentes da Execução Orçamentária	5.486.492.467,74	4.598.860.673,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.590.432.615,83	3.796.413.463,59	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.775.045.169,18	2.170.531.050,61
Demais Transferências Recebidas	818.533,50	529.979,94	Demais Transferências Concedidas	815.395,55	459.979,94
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.336.973.099,39	1.125.368.039,66	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.710.614.474,72	2.427.869.643,18
Movimentações para Incorporação de Saldos	17.428,29	0,00	Movimentações para Incorporação de Saldos	17.428,29	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	**3.447.747.914,28**	**4.096.534.031,78**	**Despesas Extraorçamentárias**	**3.135.678.419,69**	**2.350.728.482,92**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	97.803.356,85	831.384.981,31	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.039.282.306,86	433.895.526,91
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.681.797.151,13	1.709.458.682,96	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.696.298.583,18	1.743.975.644,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	289.319.981,30	149.128.412,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	284.859.044,95	170.548.626,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.378.827.425,00	1.406.561.955,05	Outros Pagamentos Extraorçamentários	115.238.484,70	2.308.684,90
Restituições a Pagar	1.713,93	0,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	985,81	78.801,76
Passivos Transferidos	539.735,58	0,00	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	0,00	2.229.332,33
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	683,09	29.063,77	Variação Cambial	478.034,46	0,00
Arrecadação de Outra Unidade	1.378.280.386,50	1.261.817.539,69	Valores Compensados	0,00	550,81
Valores para Compensação	550,81	0,00	Ajuste Acumulado de Conversão	50.030.479,16	0,00
Ajuste Acumulado de Conversão	0,00	10.441.893,01	Demais Pagamentos	64.728.985,27	0,00
Demais Recebimentos	0,00	134.272.960,38			

Saldo do Exercício Anterior	**1.402.498.301,93**	**1.011.535.246,84**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**1.521.927.183,75**	**1.402.498.301,93**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.402.498.301,93	1.011.535.246,84	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.521.927.183,75	1.402.498.301,93
TOTAL	**87.576.704.707,51**	**81.028.571.059,24**	**TOTAL**	**87.576.704.707,51**	**81.028.571.059,24**

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCíCIO	2016
PERíODO	Anual
EMISSÃO	08/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**1.913.840.520,46**	**1.695.887.885,18**
INGRESSOS	**84.378.328.758,91**	**77.388.856.097,81**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.464.283.387,83**	**1.356.129.841,02**
Receita Tributária	28.801.646,90	21.972.777,19
Receita Patrimonial	208.585.064,30	195.543.175,12
Receita de Serviços	1.068.161.703,36	132.750.926,52
Remuneração das Disponibilidades	121.742.245,83	101.508.383,58
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.992.727,44	904.354.578,61
Transferências Correntes Recebidas	**20.183.895,56**	**11.527.419,88**
Intergovernamentais	5.493.299,55	10.747.419,88
Dos Estados e/ou Distrito Federal	3.918.866,62	6.218.676,19
Dos Municípios	1.574.432,93	4.528.743,69
Intragovernamentais	500.000,00	780.000,00
Outras Transferências Correntes Recebidas	14.190.596,01	0,00
Outros Ingressos das Operações	**82.893.861.475,52**	**76.021.198.836,91**
Ingressos Extraorçamentários	289.319.981,30	149.128.412,46
Restituições a Pagar	1.713,93	0,00
Passivos Transferidos	539.735,58	0,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	683,09	29.063,77
Transferências Financeiras Recebidas	81.225.718.424,31	74.465.508.967,60
Arrecadação de Outra Unidade	1.378.280.386,50	1.261.817.539,69
Valores para Compensação	550,81	0,00
Ajuste Acumulado de Conversão	0,00	10.441.893,01
Demais Recebimentos	0,00	134.272.960,38
DESEMBOLSOS	**-82.464.488.238,45**	**-75.692.968.212,63**
Pessoal e Demais Despesas	**-38.449.926.030,16**	**-35.556.089.999,67**
Judiciário	-19.320.877,58	-6.380.538,43
Essencial à Justiça	-23.015,27	-14.984,71
Administração	-2.143.323,91	-4.199.827,70
Defesa Nacional	-26.109.489.396,71	-15.513.739.109,11
Segurança Pública	-883.989.841,40	-842.587.106,33
Relações Exteriores	-53.226.918,65	-2.586,70
Assistência Social	-4.110.615,33	-4.581.662,90
Previdência Social	-11.317.260.825,06	-19.173.561.336,44
Saúde	-44.542.399,10	-1.289.027,71
Educação	-4.517.452,24	-3.120.395,00
Direitos da Cidadania	0,00	-38.290,00
Gestão Ambiental	-1.539.196,42	-1.158,18
Ciência e Tecnologia	-5.698,20	-100.581,20
Organização Agrária	0,00	-90.387,75
Transporte	-2.004.903,08	0,00
Desporto e Lazer	-7.754.936,49	-6.304.703,95
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.369,28	-78.303,56
Transferências Concedidas	**-198.338.520,60**	**-192.808.246,21**
Intragovernamentais	-198.338.520,60	-192.808.246,21
Outros Desembolsos das Operações	**-43.816.223.687,69**	**-39.944.069.966,75**
Dispêndios Extraorçamentários	-284.859.044,95	-170.548.626,64
Transferências Financeiras Concedidas	-43.416.127.143,85	-39.771.291.456,97
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	0,00	-2.229.332,33
Variação Cambial	-478.034,46	0,00
Valores Compensados	0,00	-550,81
Ajuste Acumulado de Conversão	-50.030.479,16	0,00
Demais Pagamentos	-64.728.985,27	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.796.276.418,67**	**-1.364.701.050,47**
INGRESSOS	**14.408.003,57**	**27.559.331,74**
Alienação de Bens	**14.408.003,57**	**27.559.331,74**
DESEMBOLSOS	**-1.810.684.422,24**	**-1.392.260.382,21**

Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.407.818.279,13**	**-1.107.416.195,21**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-402.866.143,11**	**-284.844.187,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**1.864.780,03**	**59.776.220,38**
INGRESSOS	**1.864.780,03**	**59.776.220,38**
Operações de Crédito	**20,00**	**193,00**
Transferências de Capital Recebidas	**1.864.760,03**	**59.776.027,38**
Intergovernamentais	619.880,02	59.776.027,38
Dos Municípios	619.880,02	59.776.027,38
Outras Transferências de Capital Recebidas	1.244.880,01	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**119.428.881,82**	**390.963.055,09**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**1.402.498.301,93**	**1.011.535.246,84**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.521.927.183,75**	**1.402.498.301,93**

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	**52121 - COMANDO DO EXERCITO E 52904 – FUNDO DO EXERCITO** - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCíCIO	2016
PERíODO	DEZ(Encerrado)
EMISSÃO	20/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	86.952.354.112,57	-	-	86.952.354.112,57
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	159.022.489,46	-	-	159.022.489,46
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	(3.993.503.164,09)	-	-	(3.993.503.164,09)
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	(423.758,13)	-	-	(423.758,13)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	9.329.724,70	2.788.195,78	-	-	12.117.920,48
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	975.861,00	-	975.861,00
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	5.792.074.429,18	-	-	5.792.074.429,18
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	9.329.724,70	88.912.312.304,77	975.861,00	-	88.922.617.890,47

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	9.329.724,70	88.912.312.304,78	975.861,00	-	88.922.617.890,48
Variação Cambial	-	-	-	-	-	(30.485.411,62)	-	-	(30.485.411,62)
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(4.059.792.381,03)	(1.814.153,61)	-	(4.061.606.534,64)
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	1.814.153,61	-	-	1.814.153,61
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	(4.467.651,62)	-	-	(4.467.651,62)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	838.292,61	-	838.292,61
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	36.457.189.985,19	-	-	36.457.189.985,19
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	3.994.753.645,45	-	-	3.994.753.645,45

Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	9.329.724,70	125.274.142.529,65	-	-	125.283.472.254,35

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nome Completo e Oficial da Unidade

Comando do Exército e Fundo do Exército.

1.2. Natureza jurídica da entidade

Entidade de Direito Público.

1.3. Vinculação Ministerial

Os Órgãos são vinculados ao Ministério da Defesa, sendo o Fundo do Exército, por intermédio do Comando do Exército.

1.4. Domicílio da entidade

O Exército Brasileiro, do qual são órgãos integrantes, o Comando e o Fundo do Exército, é uma instituição nacional estando presente em todo território nacional, por maio de suas organizações militares, tendo sua Administração Central instalada no Quartel General do Exército – QGEx, sito Avenida do Exército, Bloco A, 2º piso, CEP: 70.630-901, Brasília-DF.

1.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade.

O Exército Brasileiro é parte integrante das Forças Armadas, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica, constituindo-se, assim, em uma Instituição Nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

A Força Terrestre possui como missões definidas pela Constituição Federal, no Art. 142:

- à defesa da Pátria,

- à garantia dos poderes constitucionais e,

- por iniciativa dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

São registrados pelo valor nominal, atualizado às taxas de juros e variação cambial. Os Órgãos disponibilizam os recursos para as suas UG (Unidades Gestoras), respeitando a ordem cronológica das liquidações, cumprindo o que determina o Art. 5º da Lei 8.666/93.

Em situação de restrição fiscal, que inviabilize operacionalizar da forma citada acima, prioriza-se o pagamento de despesas consideradas sensíveis para funcionamento dos Órgãos, tais como: saúde, operações militares inadiáveis, educação, concessionária de serviço público e obrigações de contratos continuados.

3.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Agregam os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo pelo valor de realização.

3.3. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos de produção.

3.4. Varações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos antecipados que serão convertidos em despesas pela prestação de serviço aos Órgãos no futuro.

3.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, as taxas são as definidas pela Macro função SIAFI 020330 (depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, autarquias e fundações), no item 6.3 (Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil) disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Sítio http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/.

3.6. Intangível

São mensurados com base no custo de aquisição deduzido a amortização acumulada.

3.7. Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis (regime de competência), acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.8. Apuração de Resultado

As Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas) foram apuradas pelo Regime de Competência.

3.9. Receitas e Despesas Orçamentárias

Os recursos financeiros consignados pelo orçamento são disponibilizados pelo Governo e as despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
111110206	CTU[1] - recursos da conta única aplicados	64.069.793,84	10.592.759,75
111111903	Demais contas - Caixa Econômica Federal	1.828.805,27	1.642.817,79
111115005	Poupança	204.096.760,75	164.897.142,95
111115008	Fundo de aplicação - extramercado	768.425.244,38	784.733.688,02
111115011	Aplicações Financeiras Liquidez Imediata - Recursos CTU	-	5.815.212,42
111115012	Resgate Aplicações Financeiras Liq Imed Recursos CTU	-	(5.815.212,42)
111122001	Limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS[2]	441.145.926,89	394.290.010,81
111210200	Bancos conta movimento bancos oficiais externados	30.139.027,62	31.698.882,61
111215000	Aplic.Financeira liquidez Imediata - moedas estrangeiras	12.221.625,00	14.643.000,00
Total		**1.521.927.183,75**	**1.402.498.301,93**

A Conta Contábil Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (OFSS) apresentou maior movimentação no período, sendo as Setoriais Financeiras dos Órgãos Comando e Fundo do Exército responsáveis pelas movimentações. Em 31 DEZ 15, as Setoriais Financeiras apresentavam o saldo de R$303.693.946,84. No exercício financeiro seguinte, ingressou, por meio de arrecadação e repasse, o saldo de R$ 44.932.583.379,07 e saíram por sub-repasse para as unidades gestoras pagar e mais despesas assumidas o valor de R$ 44.838.801.105,61, restando o saldo de R$ 397.476.220,30, em 31 DEZ 16. Os R$

[1]CTU – conta única do Tesouro Nacional
[2] OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

43.669.706,59 restantes, para totalizar os R$ 441.145.926,89, encontram-se espalhados pelas unidades gestoras dos Órgãos.

O Fundo do Exército possui autorização em lei para realizar aplicações no mercado financeiro e operações de crédito, conforme Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 e a Portaria nº 345, de 29 de dezembro de 1998, do Ministério da Fazenda, legislação mais recente abordando especificamente a autorização para aplicações no mercado financeiro dos fundos de interesse da Defesa Nacional. Deste modo, os rendimentos de depósitos bancários e aplicações financeiras totalizaram R$ 121.742.265,83.

5. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
113110101	13º Salário - adiantamento	15.377.290,07	-
113110102	1/3 de férias - adiantamento	-	17.002.888,92
113110200	Suprimento de fundos - adiantamento	-	44.240,95
113110400	Adiantamento de transferências voluntárias	20.150.553,00	15.568.380,00
113110500	Adiantamento a prestadores de serviços	25.481.560,40	25.481.560,40
113110900	Adiantamentos a fornecedores	143.220.786,85	-
113410101	Crédito a receber por folha de pagamento	792.728,58	714.906,58
113410102	Crédito a receber por dano ao patrimônio	448.372,05	268.862,56
113410103	Crédito a receber por erro administrativo	50.679,11	-
113410104	Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	874.973,50	874.973,50
113410105	Crédito a receber de servidor não recolhido no prazo	301.512,92	252.275,37
113410107	Multa/juros a receber de servidor responsabilizado	16.110,14	16.110,14
113410109	Crédito a receber oriundo de uso ou alugueis	2.882,13	2.882,13
113410110	Crédito a receber por pagamento indevido beneficio PREVI	116.504,81	92.723,10
113410199	Outros créditos administrativos	4.848,80	-
113410201	Crédito a receber decorrentes de pagamentos indevidos - TCE	4.710,88	4.710,88
113410203	Crédito a receber decorrente desfalque ou desvio - TCE	2.532.499,32	2.532.499,32
113410205	Crédito a receber de responsáveis por dano/perda-TCE	17.129.727,31	15.707.264,58
113810400	Vales, tickets e bilhetes	7.177,42	7.177,42
113810500	Créditos a receber por pagamento em duplicidade	-	550,81
113810601	Valores a receber por devolução despesas estornadas	19.780,56	32.327,74
113810700	Créditos a receber decorrentes de infrações	477.197,17	442.705,88
113812900	Crédito a receber de entidades estaduais, DF e municipais	199.800,00	199.800,00
113823303	Sub-repasse concedido diferido	-	32.699.849,19
Total		**227.209.695,02**	**111.946.689,47**

A Conta Contábil Crédito a Receber de Responsáveis por Dano/Perda-TCE registra o crédito a receber referente a saques indevidos de proventos de ex-pensionista civil, ocorrido no período de 30 de setembro de 1995 a 19 de fevereiro de 1997, conforme apurado em Tomada de Contas Especial realizada pelo Órgão Pagador, além de outros casos apurados em TCE. Os valores estão inscritos na Dívida Ativa da União.

Também há registro neste grupo de contas por valores a receber proveniente de acidente com viaturas, restituição de ajuda de custo e indenização de transporte de bagagem, além de aplicação de multas administrativas por inexecução contratual de fornecedores contratados, conforme dispõe o Inciso II, do Art. 87 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências).

O Adiantamento a fornecedores trata de pagamentos antecipados pela contratação de serviços de modernização de aeronaves da Aviação do Exército Brasileiro. O adiantamento a fornecedores foi realizado para aquisição de materiais de emprego militar no exterior.

6. ESTOQUES

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
115110101	Mercadorias para venda ou revenda	560.954,10	1.052.663,00
115110103	Mercadorias - estoque por atacado	105.632,90	105.632,90
115110201	Mercadorias - estoques estratégicos	-	5.873,65
115310100	Produtos em elaboração	3.419.664,29	3.049.668,23
115410100	Matérias-primas - armazéns próprios	6.632.249,80	8.297.786,44
115510100	Estoques mercadorias para revenda em transito	8.419,37	88.432,98
115511000	Materiais de consumo em trânsito	51.022.690,03	89.077.656,37
115610100	Materiais de consumo	749.568.092,80	702.925.108,01
115610200	Gêneros alimentícios	0,00	78.979,16
115610600	Medicamentos e materiais hospitalares	213.425,68	98.022,03
115611000	Estoques sobressalentes a alienar	37,43	8.557,76
115710000	Adiantamentos a fornecedores - consolidação	-	161.893.616,44
115810100	Materiais de acondicionamento e embalagem	14.248,99	790,39
115810201	Material consumo -estoque interno- para distribuir	813.503.774,72	804.744.065,13
115810202	Material consumo - armazém terceiros- para distrib	4.560.776,26	8.104.386,87
115810205	Estoque de materiais para premiações	57.760,74	37.259,34
115810301	Mercadorias para doação - estoque interno	156.271,54	298.516,54
115810402	Vegetais	0,00	3.000,00
115810500	Importações em andamento - estoques	70.058.288,54	89.748.073,25
115819800	Estoques diversos	8.808,59	8.808,59
Total		**1.699.891.095,78**	**1.869.626.897,08**

No período, foram consumidos o correspondente a R$ 1.462.865.019,92 dos materiais de consumo.

7. BENS MÓVEIS

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
123110101	Aparelhos de medição e orientação	101.606.407,41	99.653.068,93
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	540.804.791,30	491.552.626,39
123110103	Equipam/utensílios médicos, odonto, lab e hospitalar	505.489.014,01	445.751.071,03
123110104	Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	25.251.869,37	23.562.054,38
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	205.218.512,60	163.214.927,83
123110106	Maquinas e equipamentos industriais	135.761.896,06	124.582.824,56
123110107	Maquinas e equipamentos energéticos	111.280.591,18	95.762.184,09
123110108	Maquinas e equipamentos gráficos	10.404.319,56	11.022.969,57
123110109	Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	130.748.663,04	118.821.867,29
123110110	Equipamentos de montaria	1.719.283,23	38.496,00
123110112	Equipamentos, pecas e acessórios p/automóveis	13.344.535,87	13.351.456,74
123110113	Equipamentos, pecas e acessórios marítimos	13.525.046,01	13.411.515,09
123110114	Equipamentos, pecas e acessórios aeronáuticos	191.807.402,50	114.271.778,73
123110115	Equipam. Pecas e acessórios proteção ao voo	70.148.659,85	46.132.407,70
123110116	Equipamentos de mergulho e salvamento	3.281.720,57	3.289.746,45
123110117	Equipam de maquinas e motores navios esquadra	1.194.005,23	1.314.830,23
123110118	Equipamentos de manobras e patrulhamento	263.651.009,62	246.745.305,10
123110120	Maquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	390.627.804,88	396.444.188,24
123110121	Equipamentos hidráulicos e elétricos	28.163.881,79	26.684.308,48
123110122	Equip e mat permanentes vinculados a convênio	28.990,00	28.990,00
123110123	Maquinas e equipamentos - construção civil	143,81	-
123110124	Maquinas e equipamentos eletroeletrônicos	1.111,75	1.111,75
123110125	Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	174.010.657,86	153.401.970,39

123110199	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	303.856,95	610.861,55
123110201	Equipamentos de processamento de dados	528.586.255,12	471.046.519,72
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	164.977.530,84	152.123.228,97
123110302	Maquinas e utensílios de escritório	5.531.471,99	5.399.299,57
123110303	Mobiliário em geral	403.151.617,81	351.626.932,89
123110304	Utensílios em geral	36.574,45	304,00
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	1.686.736,97	204.591,93
123110403	Discotecas e filmotecas	29.585,00	29.423,25
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	19.328.833,10	18.426.892,10
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	96.086.321,59	85.348.059,68
123110406	Obras de arte e pecas para exposição	4.356.477,58	3.970.183,27
123110499	Outros materiais culturais, educacionais e comuns	-	1.725,00
123110501	Veículos em geral	50.714.601,52	46.620.928,54
123110502	Veículos ferroviários	45.140,07	45.140,09
123110503	Veículos de tração mecânica	4.058.966.891,51	4.008.081.737,12
123110504	Carros de combate	527.823.349,91	450.289.153,01
123110505	Aeronaves	655.287.402,44	598.946.933,96
123110506	Embarcações	63.361.960,12	50.755.142,94
123110701	Bens móveis em elaboração	538.912.301,51	288.886.303,91
123110702	Importações em andamento - bens móveis	235.865.191,42	220.912.761,83
123110703	Adiantamentos para inversões em bens móveis	268.956.574,91	214.722.751,78
123110801	Estoque interno	376.105.638,58	852.632.592,89
123110802	Estoque de distribuição	514.433.324,09	552.453.738,46
123110803	Bens móveis a reparar	75.613.696,08	85.161.057,59
123110804	Bens móveis em reparo	17.660.655,55	63.678.162,05
123110805	Bens móveis inservíveis	51.374.159,32	46.871.163,17
123110900	Armamentos	494.338.279,39	433.217.689,03
123111000	Semoventes	14.103.755,85	8.455.310,71
123119901	Bens móveis a alienar	731.960,08	894.728,82
123119902	Bens em poder de outra unidade ou terceiros	594.185.763,33	4.393.330,20
123119904	Armazéns estruturais - coberturas de lona	232.700,00	237.200,00
123119905	Bens móveis em transito	80.009.594,63	188.001.772,86
123119906	Bens móveis em recuperação	213.677,14	-
123119907	Bens não localizados	929.717,46	1.731.768,85
123119908	Bens móveis a classificar	206.505,49	206.505,49
123119909	Pecas não incorporáveis a imóveis	10.578.273,00	10.100.941,86
123119910	Material de uso duradouro	291.653.571,97	262.919.557,54
123119999	Outros bens móveis	150.165,67	262.750,93
123810100	Depreciação acumulada - bens móveis	(1.593.155.482,54)	(1.102.639.599,35)
Total		**11.471.444.947,40**	**10.965.667.245,18**

O saldo da Conta Contábil Bens Não Localizados refere-se a material extraviado em processo de apuração de responsabilidade. Os registros foram realizados para apuração de divergências entre o estoque físico e o existente no sistema de controle patrimonial, sendo nomeada comissão para verificação das divergências e conforme sejam identificados são devidamente baixados da referida conta.

8. BENS IMÓVEIS

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
123210101	Imóveis residenciais / comerciais	4.415.906.810,68	2.341.318.697,76
123210102	Edifícios	411.930.230,54	310.426.373,05
123210103	Terrenos/glebas	41.683.937.930,14	30.103.182.456,87
123210104	Armazéns/galpões	686.145.686,96	648.342.482,46

123210105	Aquartelamentos	55.172.556.376,05	34.175.427.362,95
123210106	Aeroportos/estações/aeródromos	182.864.652,91	31.786.680,47
123210107	Imóveis de uso educacional	45.321.440,44	44.992.671,58
123210108	Represas/açudes	13.527.868,60	13.527.868,60
123210109	Fazendas, parques e reservas	4.004.547.258,89	3.999.191.038,75
123210110	Imóveis de uso recreativo	303.199.863,75	281.932.324,21
123210111	Ilhas	15.665.013,25	15.665.013,25
123210114	Museus/palácios	6.672.572,21	6.666.074,14
123210115	Laboratórios/observatórios	154,73	154,73
123210116	Hospitais	799.365.073,23	678.907.018,21
123210117	Hotéis	67.482.550,62	67.336.209,54
123210119	Portos/estaleiros	15.037.774,30	15.037.774,30
123210120	Complexos/fábricas/usinas	41.993.830,53	36.280.055,64
123210121	Cemitérios	2.593,80	2.593,80
123210122	Estacionamentos e garagens	172.345,69	172.345,69
123210128	Bens de infraestrutura	84.185,92	84.185,92
123210198	Outros bens imóveis registrados no SPIUNET	20.179.324,82	20.058.097,08
123210201	Imóveis residenciais / comerciais	596.485,86	257.770,86
123210202	Edifícios	1.570.081,71	2.136.438,77
123210203	Terrenos/glebas	2.399.630,09	2.835.521,26
123210204	Armazéns/galpões/silos	7.350,00	28.575,48
123210205	Aquartelamentos	942.007,41	2.289.714,53
123210208	Represas/açudes	9.831,00	-
123210224	Salas e escritórios	92.276,58	92.276,58
123210407	Garagens e estacionamentos	1.500,00	75.430,66
123210503	Estradas	13.416,85	0,00
123210504	Pontes	7.181,54	12.750,00
123210507	Subestações transmissão energia elétrica	265.160,60	-
123210601	Obras em andamento	2.516.230.599,56	2.630.735.011,23
123210602	Obras em andamento - regime execução especial	378.035,95	113.012,00
123210603	Obras em andamento - convênios	1.202.812,54	1.175.370,85
123210604	Adiantamentos para inversões em bens imóveis	4.736.044,14	8.275.684,02
123210605	Estudos e projetos	130.794.597,65	127.631.572,51
123210606	Almoxarifado de inversões fixas	76.999.872,23	68.841.445,66
123210700	Instalações	21.548.345,02	27.445.055,36
123210800	Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.977.373,71	2.005.057,71
123219902	Imóveis em poder de terceiros	57.686,16	57.686,16
123219905	Bens imóveis a classificar/ a registrar	57.037.204,26	45.716.720,98
123219906	Bens imóveis a alienar	-	9.419,20
123810200	Depreciação acumulada - bens imóveis	(115.275.692,29)	(56.679.314,60)
Total		**110.588.185.338,63**	**75.653.392.678,22**

O aumento do saldo da Conta Contábil Bens Imóveis refere-se, em sua maioria, à atualização por meio da avaliação dos imóveis de uso especial, realizado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUNET).

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIA ASSISTENCIAL A PAGAR A CURTO PRAZO

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
211110101	Salários, remunerações e benefícios	2.073.848,65	36.324.585,83
211110102	Décimo terceiro salário a pagar	191.600.284,48	-
211210100	Benefícios previdenciários	344.785,56	1.959.054,57
211410101	INSS contribuição s/ salários e remunerações	1.427,47	-

211410900	Recursos previdenciários - GPS a emitir	3.710,95	3.710,95
211420101	INSS-contrib.s/salários e remunerações -intra	102.747,17	341.935,59
211420103	INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	276.455,83	820.644,20
Total		**194.403.260,11**	**39.449.931,14**

No exercício de 2016, foram pagos nesta rubrica o valor de R$ 33.432.795.388,48, referentes a ativos, inativos e pensionistas.

10. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
218810102	INSS	248.855,01	4.513.312,22
218810104	IRRF devido ao tesouro nacional	17.322,70	81.655,28
218810106	Impostos e contribuições diversos devidos ao tesouro	2.281.300,68	26.847.749,44
218810109	ISS	680.087,99	3.975.085,58
218810114	Pensão alimentícia	0,00	318,24
218810128	Depósitos retidos de fornecedores	43.662,34	50.317,95
218810199	Outros consignatários	16.605,42	8.012,51
218810302	Depósitos recebidos por determinação judicial	709,55	680,83
218810402	Depósitos e cauções recebidos	669.305,79	653.894,70
218810409	Depósitos de terceiros	25.383.142,13	23.080.324,26
218810412	Depósitos de rendimentos do PIS/PASEP	49.563,42	49.563,42
218810447	Depósitos por devolução de valores não reclamado	635.844,17	19.197,72
218910100	Indenizações, restituições e compensações	474.088,49	9.207.048,63
218910200	Diárias a pagar	1.267.703,22	4.549.742,75
218912100	Serviços eventuais - pessoal técnico	-	1.588,48
218913601	GRU-valores em trânsito para estorno despesa	2.114,80	-
218913603	Ordens bancárias canceladas	166.676,01	-
218913609	Saque-cartão de pagamento do governo federal	1.844,30	1.817,80
218913610	Fatura - cartão de pagamento do governo federal	21.059,40	17.716,62
218920100	Indenizações, restituições e compensação-intra	-	28.987,96
218923902	Repasse recebido diferido	-	72.909.352,19
218923903	Sub-repasse recebido diferido	-	32.699.849,19
Total		**31.959.885,42**	**178.696.215,77**

11. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
228810402	Depósitos e cauções recebidos	1.161.909,93	991.333,54
Total		**1.161.909,93**	**991.333,54**

Registra os valores de terceiros, que por decisão administrativa, visam garantir a execução do contrato com fornecedores.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
234110000	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos	-	975.861,00
236110200	Reavaliação de bens imóveis - por nº do RIP	9.329.724,70	9.329.724,70
237110101	Superávits ou déficits do exercício	36.457.189.985,19	5.792.074.429,19
237110201	Superávits ou déficits exercícios anteriores	88.878.809.739,24	87.111.376.602,02
237110300	Ajustes de exercícios anteriores	(61.857.194,80)	(3.991.138.726,44)
Total		**125.283.472.254,33**	**88.922.617.890,47**

O saldo da Conta Contábil Ajustes de Exercícios Anteriores corresponde à retificação de erro imputável a exercícios anteriores, não sendo possível atribuir a fatos subsequentes, tais como acerto contábil da depreciação acumulada, conforme procedimentos orientados na Macro Função 02.03.30 (Depreciação,

Amortização e Exaustão); divergência de saldo entre o inventário físico (SISCOFIS) e o SIAFI; correção de lançamentos patrimoniais com utilização de situações incorretas, contabilizando a referida conta ao invés da conta de VPD; e baixas de bens intangíveis (software), na qual se utilizou, inadequadamente, a referida conta.

13. VENDA DE MERCADORIAS

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
431111300	Venda de medicamentos	686.079,31	700.611,37
431111400	Venda de livros periódicos e assemelhados	391.775,29	410.663,67
431111600	Venda de fardamentos	10.222.978,32	12.199.408,25
431910100	Vendas canceladas e devoluções	(827,00)	-
Total		**11.300.005,92**	**13.310.683,29**

Os valores são descontador em folha de pagamento dos militares, constituindo-se em receita do Fundo do Exército.

14. REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Contas Contábeis		DEZ/2016	DEZ/2015
461110200	Reavaliação de bens imóveis	35.698.360.819,26	9.589.665.739,26
Total		**35.698.360.819,26**	**9.589.665.739,26**

15. SUBTOTAL DAS DESPESAS

Unidades Orçamentárias	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Justiça Militar	219.454,09	18.895,89	18.895,89
Justiça Eleitoral	34.412.030,51	19.812.271,03	18.977.503,46
Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	744.000,00	-	-
Min. da Ciência, Tecnologia, Inovação e Com.	2.869.637,55	2.869.637,55	2.869.637,55
Ministério da Educação	16.822.465,24	14.621.708,65	14.345.436,94
Ministério da Justiça e Segurança Publica	21.718.424,32	21.718.424,32	21.718.424,32
Ministério Público da União	1.332.829,48	840.440,28	840.440,28
Ministério das Relações Exteriores	9.598,61	9.598,61	9.598,61
Ministério da Saúde	47.044.085,57	43.552.646,46	43.552.646,46
Ministério dos Transp., Portos e Aviação Civil	43.241.333,07	27.352.352,44	26.317.467,68
Ministério do Meio Ambiente	579.187,43	39.196,43	39.196,43
Ministério do Esporte	17.782.489,75	14.079.593,72	12.578.163,07
Ministério da Defesa	37.347.161.050,45	35.876.782.655,53	35.804.707.786,75
Comando da Aeronáutica	1.316.711,91	1.145.549,99	1.113.343,28
Comando do Exército	1.100.665.731,23	1.022.170.584,21	1.012.900.332,20
Ministério da Integração Nacional	863.415.169,34	773.157.008,85	760.437.463,31
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	3.637.761,53	3.004.244,99	2.945.115,88
Total	**39.502.971.960,10**	**37.821.174.808,97**	**37.723.371.452,12**

Os valores empenhados são superiores as Dotações Atualizadas em razão do Comando do Exército executar o orçamento de outros órgãos (destaque).

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
Comandante do Exército

ANDRÉ MARCOS DA SILVA – Cap
Contador - CRC PA 011179/O-3

Estado Maior do Exército
Escritório de Projetos do Exército

ANEXO II

INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON (EME)

Figura 5 – Logotipia do SISFRON

Observação: Conforme estrutura sumarial do corpo do Relatório de Gestão

2.2.2.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Ações de Responsabilidade da unidade – OFSS

Identificação da Ação						
Código	**14T5** **Tipo: Projeto**					
Título	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON					
Iniciativa	01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)					
Objetivo	Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional. **Código: 0482**					
Programa	Política Nacional de Defesa **Código: 2058** **Tipo:** Temático					
Unidade Orçamentária	**52121** – Comando do Exército					
Ação Prioritária	(**X**) Sim ( ) Não Caso positivo : (**X**) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
182.240.222,00	182.240.222,00	182.225.522,99	68.891.100,55	68.211.145,42	691.912,87	113.334.422,44

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Dar continuidade à estruturação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre.	Percentual de execução	2*	1	1,5

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
141.151.952,73**	113.238.029,17	2.070.550,12	Sistema implantado	Percentual de execução	80,22

*O valor diz respeito à meta física da ação 14T5, localizador nacional, constante do SIOP.

** Corresponde à soma de RP não processados reinscritos e inscritos.

2.2.2.2. Análise Situacional.

O Projeto Estratégico do Exército (PEE) SISFRON é um Projeto com o propósito de fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, incrementando a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, garantir o fluxo de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como responder prontamente contra ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações isoladas, conjuntas ou interagências. Compreende o emprego de recursos financeiros de três Planos Orçamentários (PO):

- PO 01 - Sensoriamento e Apoio à Decisão: desenvolvimento, aquisição de meios, contratação de serviços para implantação de sistemas de sensoriamento instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais, de sistemas de comunicações; de sistemas de tecnologia da informação aplicados à decisão; bem como das infraestruturas necessárias de: logística; obras; segurança da informação e comunicações e defesa cibernética; capacitação, simulação e treinamento; desenvolvimento e aquisição de aeróstatos e de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e sua infraestrutura de apoio. Aquisição de aeronaves de asa fixa e sua infraestrutura de apoio; aquisição e desenvolvimento de meios de comando e controle e de sistemas de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto tais como: maquinários e ferramentais, combustível para avaliações, capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; e contratação de serviços de logística integrada, visando à manutenção da operacionalidade dos equipamentos especializados.

- PO 02 - Apoio à Atuação: desenvolvimento e aquisição de meios de autoproteção, emprego individual e coletivo, mobilidade tática e estratégica necessários ao cumprimento das missões de vigilância e reconhecimento e às atividades de apoio logístico, exigidas para sua disponibilidade e pronto emprego em todos os escalões envolvidos (Pelotões Especiais de Fronteira, Destacamentos de Fronteira, Subunidades, Batalhões, Regimentos, Grupos, Centros, Brigadas, Divisões, Comandos Militares de Área, Comando de Operações Terrestres e Comando do Exército); aquisição de produtos de defesa para uso no ambiente operacional do SISFRON; aquisição de meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implantação do projeto tais como: maquinários e ferramentais,

capacitação e treinamento do pessoal, adequação à legislação e obtenção de licença ambiental, despesas judiciais, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, publicação de manuais e cadernos de instrução, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.

- PO 03 - Obras de Engenharia: adequação, adaptação, recuperação, reparação e construção de instalações e organizações militares participantes do SISFRON e suas estruturas de apoio ao pessoal (instalações de saúde, residências etc.); aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento às demais obras de infraestrutura: redes de abastecimento de água e esgoto, elétrica, lógica, telefônica, subestação de energia elétrica, urbanização, pavimentação, drenagem, cercamento, estacionamento, proteção ambiental, construção e manutenção de poços artesianos, equipamentos fixos, divisórias e mobiliário complementar; aquisição de materiais e meios e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à implementação da ação, tais como: maquinários e ferramentais, treinamento do pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório; contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender as atividades especiais referentes a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

a) Execução das metas:

No ano de 2016, foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema, na área do Comando Militar do Oeste (CMO), que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), cujo comando situa-se em Dourados/MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

A dotação orçamentária inicial prevista pela LOA/2016 foi de R$ 182,24 milhões. Os valores constantes do projeto de lei corresponderam a R$ 118,98 milhões para sensoriamento e apoio à decisão, R$ 3,62 milhões para apoio à atuação e R$ 15,0 milhões para obras de engenharia e infraestrutura. Ademais, a Lei Orçamentária contemplou emendas no valor de R$ 18,69 milhões da Bancada do Paraná, R$ 6,82 milhões da Bancada do Mato Grosso do Sul, R$ 8,83 milhões de comissão e R$ 10,3 milhões de relator. O limite autorizado em 2016 foi de R$ 182,24 milhões.

A meta física inicial constante no SIOP era de 2%. O montante efetivamente liquidado foi de R$ 182,13 (sendo R$ 68,89 milhões referentes à LOA/2016 mais R$ 113,24 em restos a pagar de 2015), possibilitando a realização física de 1,50% do total previsto para o Projeto (R$ 11,992 bilhões).

As principais realizações no PO 01 - Sensoriamento e Apoio à Decisão - no ano de 2016 foram as seguintes:

1) Optrônicos e Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR): entregues o SVMR fixo de Coronel Cancelo; o SVMR móvel do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (R C Mec); e os SVMR transportáveis do 10º, 11º e 17º R C Mec, além do 20º Regimento de Cavalaria Blindado (RCB); entregues ainda 277 optrônicos (óculos de visão noturna - OVN).

2) Conclusão do desenvolvimento e implantação da versão de entrega do *software* de comando e controle em combate v.6 em todas as organizações militares (OM) contempladas no Projeto Piloto do SISFRON, com exceção da integração do MAGE e do Binóculo Termal Multifuncional (previstas para 2017).

3) Comunicações Táticas: entrega de módulos de comunicações rádio veiculares, para ligações nível grupo, pelotão, subunidade e unidade.

4) Comunicações por Satélite: foram conduzidas diversas atividades de definição da nova arquitetura preconizada pelo Ministério da Defesa (MD) e realizados testes de viabilidade técnica.

5) Comunicações Estratégicas: foram executadas as rotas da Infovia correspondentes ao trecho de Guaíra - PR a Campo Grande - MS, interligando o CMO a grande parte das Unidades componentes da 4ª Bda C Mec.

6) Centros de Comando e Controle (CC2): entregues os CC2 fixos do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) e do 10º RCMec, completando o portfólio de entregas previstas para esse subsistema. Permanece pendente apenas um CC2 móvel destinado a testes de apreciação, que já foi fabricado e está aguardando a definição do escopo dos ensaios a cargo do Centro de Avaliações do Exército (CAEx).

7) Infraestrutura: construção e entrega de 15 sítios da Infovia; execução de um remanejamento de geradores (adequação de capacidades), o que propiciou uma economia de R$ 400.000,00 para o contrato.

8) Suporte Logístico Integrado (SLI): execução do suporte logístico continuado (treinamento e capacitação, assistência técnica e reparos em garantia), tendo como principais atividades a substituição de antenas dos receptores de MAGE atingidas por raios, a substituição das antenas veiculares dos rádios "Harris" que estavam indisponíveis e o reparo de geradores veiculares que apresentaram defeito.

9) Ambiental: foram retificadas duas licenças de instalação de sítios da Infovia; foi emitida uma licença de operação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); e foi realizado o acompanhamento in loco e emissão dos relatórios respectivos de 12 sítios de Infovia; entrega de dois relatórios de gestão ambiental e um relatório anual de acompanhamento das obras.

10) Gerenciamento do projeto: foi realizado o acompanhamento gerencial e financeiro-orçamentário do Subprojeto SAD (monitoramento e controle); foi solucionado na via negocial o contencioso relativo ao gerenciamento de *offset* do SISFRON; foi recebida a documentação de engenharia de sistemas circunstanciada em face do contencioso anteriormente citado, totalizando cerca de R$ 13 milhões; A finalização do projeto de implantação do *Sharepoint*, com as seguintes funcionalidades; módulo de gestão financeira, acompanhamento de indicadores, processos de viagens, geração de relatórios gerenciais e ferramentas de comunicação do Projeto.

11) Simulador do SISFRON: finalizado o projeto do *software* do simulador, com as seguintes funcionalidades: módulo de simulação de enlaces rádio e simulação de emprego de radar de vigilância e dispositivos de imageamento; módulo de capacitação; módulo de decisão multicritério; módulo de engenharia de requisitos.

12) Apoiadora (INGEPRO): realização financeira conforme planejado; entregues 545 relatórios (pareceres, acompanhamento e outros artefatos de apoio à fiscalização).

13) Finalização da obra do Pavilhão do Centro de Monitoramento de Fronteiras (CMFron) em Brasília -DF, com entrega prevista para meados de 2017.

14) Aplicação de recursos para exercícios de avaliação técnica e operacional, com o objetivo de validar ou não as soluções adotadas.

As principais realizações no PO 02 – Apoio à Atuação - no ano de 2016 foram as seguintes: aquisição de materiais de saúde, cadeira odontológica e padiolas articuladas para posto de atendimento avançado; meios para montagem de postos de bloqueio e controle de estrada, material de áudio e vídeo; estações de tratamento de água para PEF/DEF amazônicos; equipamentos de engenharia, geradores e torres de iluminação; viaturas operacionais especializadas e de apoio, Vans, viaturas escoltas, pranchas para veículos pesados, ambulâncias, picape; e ampliação da capacidade de dique flutuante.

As principais realizações no PO 03 – Obras de Engenharia - no ano de 2016 foram as seguintes:

1) Foram iniciadas (licitadas e empenhadas) as seguintes obras: infraestrutura civil da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, construção do Centro de Operações da 5ª Divisão de Exército, construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Corixa-MT e do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito-MT; e

2) Foram entregues as seguintes edificações: pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Mundo Novo – MS).

b) Fatores intervenientes:

Os seguintes fatores contribuíram positivamente para a obtenção dos resultados:

1) Garantia de orçamento para o ano corrente, por parte da SOF/STN e Comando do Exército;

2) Solução de contencioso relativo à *offset* que se encontrava em negociação há mais de três anos;

3) Ação gerencial para conciliar a estrutura matricial peculiar em projetos com a estrutura departamental do Exército;

4) Aproveitamento das estruturas gerenciais existentes nos órgãos de direção setorial (ODS) do Exército e nos Comandos Militares de Área;

5) Manutenção da gerência do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, principal vertente de execução do projeto, para o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), tendo em vista as suas competências nas atividades de ensino, logísticas, operacionais e administrativas que, operando sinergicamente, contribuem significativamente para a superação das dificuldades de execução de um projeto complexo e de grande porte como o PEE SISFRON;

6) Contratação de empresa integradora (Consórcio TEPRO), em regime de empreitada integral, para implantação e integração do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

7) Contratação de consultoria técnica de apoio à fiscalização (empresa INGEPRO) do contrato com a empresa integradora do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

8) Existência de contratos estabelecidos em exercícios anteriores, ainda em vigor, que possibilitaram a aplicação imediata dos recursos orçamentários e financeiros recebidos;

9) Planejamento antecipado da aplicação dos créditos orçamentários, baseados em cenários de disponibilidade orçamentária;

10) Agilidade do Comando do Exército na distribuição dos limites de movimentação e empenho para a Ação 14T5;

11) Aprendizado adquirido e mantido nos últimos anos pelas equipes do Projeto, existentes no EME, nos ODS e nos comandos militares de área;

12) Apoio do Escritório de Projetos do Exército às iniciativas do PEE SISFRON;

13) Melhor estruturação das empresas contratadas para realizar as entregas previstas, fruto da mobilização realizada nos anos anteriores; e

14) Capacitação de recursos humanos envolvidos na gerência dos projetos, na fiscalização de contratos e na operação do sistema, nas mais diversas áreas do conhecimento, notadamente engenharia, contratos, gestão, fiscalização e planejamento.

Os seguintes eventos prejudicaram o desenvolvimento da Ação 14T5:

1) Dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (Infovia) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

2) Dependência do desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa, a cargo do Ministério da Defesa, de modo a permitir as especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações por Satélite do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

3) Dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica;

4) Variação cambial, que impactou a saúde financeira do consórcio contratado para integrar os subsistemas (TEPRO); e

5) Sobrestamento de algumas atividades de execução contratual, em razão de interpretações divergentes do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX) e da Integradora acerca do Termo de Contrato nº 027/CCOMGEX, de 19 de novembro de 2012.

c) Restos a pagar:

As possíveis razões para o montante de valores inscritos em restos a pagar são as seguintes:

- Falta de previsibilidade (incerteza) quanto às datas e ao montante de créditos e numerários disponibilizados no decorrer do exercício financeiro, o que dificultou o empenho oportuno das despesas e o consequente encerramento da execução das mesmas ainda em 2016;

- Natureza peculiar da maioria dos equipamentos e serviços do Projeto, que não estão prontamente disponíveis em prateleira, requerendo, portanto, um período considerável de tempo para produção, implantação e integração;

- Atraso na entrega dos bens e serviços que deveriam ter sido realizados em 2016; e

- Longa duração das cadeias produtivas, de contratados e subcontratados, destinadas a fornecer produtos e serviços para o Projeto, o que requer a informação antecipada sobre a disponibilidade de créditos orçamentários, para permitir entrega de produtos e serviços no mesmo exercício financeiro.

2.4.5.1 Identificação e descrição sucinta das normas que regulam a gestão do SISFRON.

- Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB), que regulam a gestão do PEE SISFRON. As NEGAPEB objetivam padronizar e operacionalizar uma metodologia para a Elaboração e Gerenciamento de Projetos no âmbito do Exército Brasileiro;

- Diretriz do Comandante do CCOMGEX, no que tange aos processos internos de gestão de processos e pessoas;

- Documentação de gestão técnica do subprojeto de Sensoriamento e Apoio a Decisão (Plano de Gestão do Projeto, Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas, Plano de Integração, Relatórios de Integração, Planos de Trabalho dos subsistemas, Projetos Executivos, entre outros), especificamente no caso do PO 01;

- Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação do estágio de execução em que se encontra o projeto e as razões para eventuais atrasos e alterações (ANEXO III);

- Relatórios gerenciais mensais contemplando o monitoramento e controle do projeto;

- Gerenciamento de riscos do projeto;

- Indicadores de qualidade, contemplando processos operacionais do projeto, bem como, serviços realizados por meio do Suporte Logístico Integrado.

2.4.5.2 Cronograma físico-financeiro atualizado.

a. Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação do estágio da execução em que se encontra o projeto.

- Anexo III. O PEE SISFRON encontra-se na fase de implantação do Projeto Piloto.

b. Razões para eventuais atrasos e alterações.

- Insuficiência e irregularidade na disponibilização de recursos orçamentários e financeiros.

- Dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (INFOVIA) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

- Dependência do desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa, a cargo do Ministério da Defesa, de modo a permitir a especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações por Satélite do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

- Dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica;

- Previsão em 2016 de restrição orçamentária para o projeto, limitando o escopo de entregas previsto inicialmente no Cronograma físico-Financeiro do Subprojeto;

- Variação cambial, que impactou a saúde financeira da Integradora;

- Sobrestamento de algumas atividades de execução contratual, em razão de interpretações divergentes do CCOMGEX e da Integradora acerca do Termo de Contrato nº 027/CCOMGEX, de 19 de novembro de 2012;

- Existência de contenciosos administrativos envolvendo subsistemas-chave do projeto, como os sensores de sinais eletromagnéticos (MAGE), infraestrutura e as comunicações estratégicas (INFOVIA);

- Incapacidade da Integradora de realizar integralmente o escopo previsto do Subprojeto para o corrente ano, parte em face das dificuldades financeiras, parte devido a outras dificuldades enfrentadas pelo consórcio (dificuldade de importação, atraso no desenvolvimento tecnológico, incapacidade de cumprir todo o cronograma de entregas, dificuldades logísticas, falha na análise dos riscos negociais etc.);

- Necessidade de avaliação de equipamentos entregues pelo SISFRON por parte do CAEx, ocasionando atrasos em cascata nas entregas dos subsistemas Optrônicos e Centros de Comando e Controle;

- Problemas estruturais (lógicos e elétricos) encontrados em algumas OM beneficiárias do Projeto, que impactaram a entrega de centros de Comando e Controle e Infraestrutura previstos no Projeto;

- Problemas patrimoniais (obtenção e regularização de terrenos) decorrentes da implantação dos sítios da Infovia; efetividade das atividades de capacitação a cargo da Integradora, que encontra obstáculo na alta rotatividade e difusão dos conhecimentos transferidos para os demais integrantes das OM;

- Problemas na gestão patrimonial do Projeto, ocasionado principalmente pela falta de pessoal no subsistema de SLI;

- Óbices na execução e atingimento do escopo do Simulador do SISFRON, devido a problemas operacionais e financeiros enfrentados pela empresa Contratada para esse fim (RUSTCON);

- Inexistência de pessoal capacitado suficientemente para operar e gerir os meios de tecnologia da informação e comunicações (TIC) nas OM recebedoras desses sistemas;

- Atrasos na execução do subsistema MAGE em razão de óbices técnicos de engenharia e questionamentos jurídicos acerca da propriedade intelectual de itens desenvolvidos no escopo do projeto;

- Baixa execução do subsistema de comunicações por satélite devido ao atraso na definição dos padrões de comunicação desses meios, a cargo do MD, e consequente demora no lançamento do SGDC;

- Atrasos consecutivos no desenvolvimento do Software de Gestão Logística do SISFRON (SGL); e

- Demora na assinatura do 3º Termo Aditivo, ocasionando a postergação de uma série de etapas do CFF afetadas pelas necessidades de modificação contratual.

2.4.5.3. Eventuais alterações na declaração de escopo do projeto.

- Em 2016, não houve alterações na declaração de escopo do projeto.

2.4.5.4. Informações por subprojeto acerca de licitações realizadas e contratos assinados até o exercício financeiro de 2016:

a. Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão

- Anexo IV.

b. Subprojeto de Obras de Engenharia

- Anexo V.

c. Subprojeto de Apoio à Atuação

- Anexo VI.

d. Despesas financeiras decorrentes de eventuais atrasos na execução dos contratos e medidas adotadas para evitá-los.

No caso específico do Contrato celebrado com o Consórcio TEPRO, conforme cláusula referente a reajuste anual aplicável aos valores de etapas vincendas, houve acréscimo da ordem de R$ 35,1 milhões no total de R$ 968,9 milhões. Além do acréscimo previsto inicialmente, devido ao cumprimento natural do cronograma físico-financeiro do contrato, ocorreram reajustes em decorrência, principalmente, de restrições orçamentárias e financeiras, de reprogramação e alongamento da execução do Projeto, bem como da disponibilidade de infraestrutura (obras de engenharia e regularizações patrimoniais).

Os custos devidos a mudanças nas datas de entregas são passíveis de ocorrer durante os reajustes anuais, quando esses atrasos independem da ação ou omissão da Contratada. A probabilidade de ocorrência de atrasos dessa natureza tem sido minimizada pelo acompanhamento da realização das entregas previstas, pela identificação antecipada de possíveis atrasos e pela intervenção adequada das equipes do Projeto.

2.4.5.5. Localização geográfica e finalidade das principais obras de infraestrutura do subprojeto Obras de Engenharia.

- Obras iniciadas (licitadas e empenhadas): construção da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada (Cascavel-PR), construção do Centro de Operações da 5ª Divisão de Exército (Curitiba-PR), construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Foz do Iguaçú), adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Corixa-MT e do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito-MT; e

- Obras entregues: pavilhão garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande – MS), pavilhão do centro de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Bela Vista – MS), pavilhão do centro de operações do 9º Grupo de Artilharia de Campanha

(Nioaque – MS), pavilhão de administração de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Iguatemi – MS) e pavilhão de administração de um Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Mundo Novo – MS).

- Obras previstas para 2017:

- **Anexo V.**

2.4.5.6. Medidas de contingência previstas em relação a eventuais atrasos por longos períodos na execução do projeto decorrentes de contingenciamentos ou outros motivos adversos, para salvaguardar ativos, principalmente os afetos à tecnologia da informação, contra o risco de obsolescência tecnológica.

A obsolescência dos meios de TI é um fato que ocorre em qualquer programa que envolva sistemas complexos, como ocorre com o SISFRON, haja vista que a definição dos requisitos e a assinatura do contrato ocorreram ao longo do ano de 2012. Esse fato é notório no Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, particularmente, no Subsistema de Centros de Comando e Controle (CC2), que abarca a maioria dos ativos e passivos de TI do Projeto.

As medidas mitigadoras desse óbice são:

- A eventual substituição dos itens descontinuados por equipamentos mais modernos, que satisfaçam ou ultrapassem os requisitos em vigor, sem custo.

- A previsão de uma lista de aprovisionamento inicial (LAI), criada com a finalidade de agilizar a logística dos itens de maior rotatividade, que irá prover a manutenção dos equipamentos descontinuados e a distribuição ou recompra dos itens pela Contratada, no caso em que não forem utilizados.

- A seleção dos ativos e passivos de TI à época do lançamento da RFI/RFP contemplou os itens de desempenho acima da média, permitindo uma sobrevida antes de sua completa obsolescência tecnológica.

- A arquitetura dos sistemas de TI é propositadamente flexível e modular, permitindo interoperabilidade com sistemas legados e futuros. As equipes dos subsistemas têm acompanhado a evolução dos atrasos na implantação dos respectivos projetos, propondo quando necessário, a alteração contratual (por meio de solicitações de modificação) com vistas a manter os ativos e passivos de TI em compasso com a última tecnologia disponível. O Termo de Contrato nº 027, no anexo C (MAGE) prevê especificamente essa condição.

- A Contratada (Consórcio TEPRO), por sua vez, tem provido equipamentos compatíveis (em desempenho) com a solução prevista na época da assinatura do contrato, atualizadas tecnologicamente com as soluções disponíveis no mercado por ocasião das entregas.

2.4.5.7. Indicação das próximas etapas previstas, informando estimativas acerca de valores, prazos e quantitativos de equipamentos e serviços planejados.

As próximas etapas, com os respectivos valores, prazos e quantitativos, estão previstas nos contratos de objetivos para 2017, celebrados entre o EME e os ODS apoiadores da execução do Projeto. Os contratos de objetivos constam dos anexos VII, VIII, IX, X e XI.

2.4.5.8. Contrato 27/2012, celebrado entre o CCOMGEX e o Consórcio TEPRO, relativo à implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão do Projeto Piloto do SISFRON:

1) LISTA DOS PRODUTOS ENTREGUES E DE SERVIÇOS REALIZADOS E PREVISTOS NO ÂMBITO DO SUBPROJETO DE SENSORIAMENTO E APOIO À DECISÃO, INCLUSIVE PROJETOS EXECUTIVOS E PLANOS DE TRABALHO

a) Sítios da INFOVIA :

Foram construídos oito sítios de INFOVIA, destinados a compor a rede de comunicações estratégicas do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão que, por sua vez, destina-se a interligar Centros de Comando e Controle e sensores diversos. Cada sítio é constituído de: torre metálica autoportante; *shelter* de concreto; grupo motor-gerador; além de adequações civis diversas (terraplanagem e fundações, muro de arrimo/contenção, sinalização etc.) e interligação elétrica, painéis, extensão de rede e aterramento.

Localização dos sítios entregues: Jardim, Nioaque, Aquidauana, Dois Irmão do Buriti, Terenos, Campo Grande e Nova Alvorada do Sul, todos no Mato Grosso do Sul.

b) Principais produtos e serviços entregues em 2016 - EQUIPAMENTOS

- Optrônicos:

Equipamento	Previsto	Executado
Binóculo	270	270
OVN	327	276
BT	16	16
BTM	5	1

- SVMR:

Equipamento	Previsto	Executado
Transportável	4	4
Móvel	9 (2 em 2015)	2
Fixo	4 (2 em 2015)	2

- MAGE:

Equipamento	Previsto	Executado
Centro Regional de Monitoramento	1	1
Estações Fixas	20 (3 a 5 em 2015)	2
CIGE (Simulador de GE)	1	1
Estações Móveis	2	0

- SAD:

Etapas	Previsto	Executado
Desenvolvimento	11	11
Implantação	13	13*

- Comunicações Táticas:

Equipamento	Escalão	Previsto	Executado
ALFA	U	1	0
BRAVO	Pel Com/U	18	18
CHARLIE	GU	19	19
DELTA	Pel Com/U	12	12
ECHO	U	19	0
ECHO A	U	4	0
ESTAÇÕES FIXAS HF	U / GU	4	0
FOXTROT	MTO Bda	3	3
GOLF	MTO U	8	8
HOTEL	MTO SU	3	2

Equipamento	Escalão	Previsto	Executado
HOTEL A	MTO SU	8	0
HOTEL B	MTO SU	6	0
INDIA	GU	1	1
JULIET	SU	5	5
JULIET A	SU	8	8
KILO	Pel Com/U	4	0
KILO A	SU	30	17
LIMA	GE	67	56
LIMA A	Pel	23	0
LIMA B	GE	23	0
RÁDIO PORTÁTIL H/VHF	U	10	10
RÁDIO PORTÁTIL UHF	GE	1000	1000
RÁDIO PORTÁTIL VHF	U	136	0
SOFTWARE C2VIEW	Todos	91	0
SOFTWARE TAC CHAT	Todos	123	0
TVP + MINI CAMERA	GE	250	250
ESTAÇÃO FIXA HCLOS	U/GU	4	2

- Comunicações por Satélite:

	Previsto	Executado
Estação Central	1	0
Terminal Regional	1	0
Terminal Móvel	1	0
Terminal Fixo	4	0
Terminal Portátil	30	0

- Comunicações Estratégicas:

Equipamentos	Previsto	Executado
NOC	1	0
REPETIDORAS	68	18

- Centro de Comando e Controle:

	Previsto	Executado
CC2 Fixo	7	7
CC2 Móvel Bda	1	1
CC2 Móvel Unidade	10	9

- Infraestrutura:

	Previsto	Executado
Retificador	74	27
Inversor	46	32
Rack	91	32
Shelter concreto	50	19
Shelter metálico	24	10
Grupo Motogerador	103	66

- Suporte Logístico Integrado (SLI) e *Software* de Gestão Logística (SGL):

	Previsto	Executado	Executado %
SLI	122,2Mi	97,1Mi	75,00

SGL	16Mi	12,6Mi	78,75
Total	138,2Mi	109,7Mi	79,37

c) Principais produtos e serviços entregues em 2016 – COM BASE NO CFF (em R$)

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
AMB	**R$ 510.127,66**
Relatório de Gestão Ambiental - 10/12	R$ 510.127,66
A-OPT	**R$ 17.952.853,02**
Binóculo de Imagem Termal e acessórios	R$ 8.633.858,10
Óculos de Visão Noturna de intensificação de imagem e acessórios	R$ 8.949.264,36
OPT - Integração - Termal	R$ 369.730,56
B-SVMR	**R$ 3.052.886,01**
1 SVMR Fixo - Mundo Novo	R$ 2.044.945,19
Estação Remota (ERC2) - 11º RCMec	R$ 143.351,42
SVMR - Integração - SVMR Fixo - Cel. Cancelo	R$ 146.295,70
SVMR - Integração - SVMR Fixo - Mundo Novo	R$ 157.140,75
SVMR - Integração - SVMR Móvel - 17º RCMec	R$ 561.152,95
C-MAGE	**R$ 14.525.211,29**
1º Lote - MAGE (DF em HF/VHF/UHF) Fixo - SW - Amambai	R$ 2.030.413,49
1º Lote - MAGE (DF em HF/VHF/UHF) Instalação - Amambai	R$ 281.447,54
1º Lote - MAGE (DF em VHF/UHF) Fixo - Ponta Porã	R$ 2.255.021,17
Central de Treinamento Versão Preliminar - SW	R$ 6.641.998,35
Módulo de Demodulação Militar MAGE - Fase 1	R$ 3.316.330,74
D-SAD	**R$ 7.660.275,28**
IMPLANTAÇÃO DO SAD - COTER e CCOMGEX	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo - Cmdo CMO	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo - CRM	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 10º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 11º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 17º RCMec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - 9º GAC	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Fixo e Móvel - Cmdo 4ª Bda C Mec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 14ª Cia Com Mec	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 20º RCB	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 28º Blog	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 2ª Cia Inf	R$ 553.418,82
IMPLANTAÇÃO DO SAD - Móvel - 4º Cia Eng Cmb Mec	R$ 553.418,82
Integração Parcial - Pacote 4.1	R$ 465.830,63
E-COMTAT	**R$ 20.544.322,79**
COM TAT - Integração - Kilo - Pacote 2	R$ 398.659,43
COM TAT - Integração - Módulo India	R$ 62.467,06
COM TAT - Integração - Módulo Juliet	R$ 667.728,12
Entrega do Módulo India	R$ 1.035.145,56

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
Entrega do Módulo Juliet	R$ 11.077.171,43
Entrega do Módulo Kilo - Pacote 2	R$ 6.606.211,73
Rádio HCLOS - Rep Aral Moreira 1	R$ 348.469,73
Rádio HCLOS - Rep Tacuru	R$ 348.469,73
G-COMEST	**R$ 3.927.497,11**
COM EST - Integração - Rota 2 - Amambai - Aral Moreira	R$ 610.124,66
COM EST - Integração - Rota 3 - Iguatemi - Mundo Novo	R$ 610.124,65
COM EST - Integração - Rota 4 - Rep Campo Grande - Rep Nova Alvorada do Sul	R$ 665.097,88
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 10/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 11/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 12/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 2/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 3/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 4/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 5/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 6/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 7/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 8/12	R$ 4.000,50
COM EST - Link 10 mbps Campo Grande-Dourados Mensalidade 9/12	R$ 4.000,50
COM EST - Rota 2 - Amambai - Instalação	R$ 35.581,73
COM EST - Rota 2 - Enlace Amambai - Rep Amambai	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Aral Moreira - Rep Aral Moreira 1	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Rep Amambai - Rep Aral Moreira	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 2 - Enlace Rep Aral Moreira 1 - Rep Ponta Porã	R$ 144.114,81
COM EST - Rota 2 - Equipamentos Sítios	R$ 84.294,74
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Instalação	R$ 54.807,55
COM EST - Rota 3 - Enlace Iguatemi - Rep Tacuru	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 3 - Equipamentos Sítios	R$ 101.712,26
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Instalação	R$ 54.807,54
COM EST - Rota 4 - Enlace N. Alvorada do Sul - Rep N. Alvorada do Sul 1	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep Dourados - Rep Rio Brilhante	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep N. Alvorada do Sul 1 - Rep Campo Grande	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Enlace Rep Rio Brilhante - Rep N. Alvorada do Sul	R$ 141.858,34
COM EST - Rota 4 - Equipamentos Sítios	R$ 123.060,70
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Instalação	R$ 38.219,44
COM EST - Rota 8 - Campo Grande - Instalação	R$ 35.581,73
GER PROJ	**R$ 13.682.752,50**
Integração Geral - 3/7	R$ 2.768.873,14
Integração Geral - 4/7	R$ 2.974.132,47

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
Integração Geral - 5/7	R$ 2.974.132,47
Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES) 5/6	R$ 2.482.807,21
Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES) 6/6	R$ 2.482.807,21
H-CC2	**R$ 2.342.994,01**
C2 - Integração - C2 Fixo - 9º GAC	R$ 170.416,01
C2 - Integração - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 40.881,06
Entrega dos Equipamentos Instalados - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 1.957.216,84
Instalação - C2 Móvel - 28º Blog	R$ 174.480,10
I-INFRA	**R$ 18.780.717,26**
Adequação Sítio P25 Rep Amambai	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Antônio João	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Ponta Porã	R$ 77.288,54
Adequação Sítio P25 Rep Rio Brilhante	R$ 77.288,54
COM EST - Rota 10 - Rep Porto Murtinho 1 - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 510.804,11
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Amambai - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 510.804,11
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 496.344,06
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira 1 - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 2 - Rep Aral Moreira- Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 311.623,30
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 3 - Rep Tacuru- Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 603.601,58
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Infraestrutura	R$ 576.339,00
COM EST - Rota 4 - Rep Campo Grande - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 508.531,96
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 393.008,75
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 4 - Rep N. Alvorada do Sul 1 - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 574.166,70
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 4 - Rep Rio Brilhante - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 368.130,95
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 5 - Antônio João - Shelter de Concreto	R$ 201.599,47
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 394.084,48
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 6 - Rep Jardim - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01

SUBSISTEMAS	Soma de Valor da Etapa (R$)
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 461.328,72
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 7 - Rep Dois Irmãos do Buriti - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 318.450,08
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Infraestrutura	R$ 523.603,81
COM EST - Rota 7 - Rep Morro Paxixi - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 389.007,27
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 7 - Rep São Pedro - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 8 - Campo Grande 20 RCB - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 76.975,58
COM EST - Rota 8 - Campo Grande 20 RCB - Infraestrutura	R$ 23.335,46
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 576.981,74
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 8 - Rep Nova Lima - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Equipamentos de Infraestrutura	R$ 277.595,94
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Infraestrutura	R$ 465.833,10
COM EST - Rota 8 - Rep Terenos - Shelter de Concreto	R$ 190.078,01
COM EST - Rota 9 - Caracol - Infraestrutura	R$ 571.518,99
Condicionadores de Ar 22.000 BTU - Substituição ao de 12000 BTU - Rep Ponta Porã	R$ 11.521,46
INFRA - Integração - 3º Grupo Motogeradores CRM - 69 KW / 91 KVA	R$ 59.788,73
INFRA - Integração - 7º Lote No Break BELA VISTA - 40 KVA	R$ 30.295,05
INFRA - Integração - 8º Lote No Break NIOAQUE - 40 KVA	R$ 30.295,05
Instalação - 3º Grupo Motogeradores CRM - 69 KW / 91 KVA	R$ 193.597,21
Instalação - 7º Lote No Break BELA VISTA - 40 KVA	R$ 20.674,12
Instalação - 8º Lote No Break NIOAQUE - 40 KVA	R$ 20.674,12
J-SLI	R$ 12.678.765,18
Entrega de dados para catalogação - 3/4	R$ 2.392.442,78
Fornecimento Lista Inicial de Provisionamento - 3/5	R$ 4.338.314,04
Suporte, Capacitação e Gestão da Garantia	R$ 5.948.008,36
SGL	R$ 1.726.338,08
Testes Integrados	R$ 1.726.338,08
TOTAL GERAL	**R$ 117.384.740,18**

*data de referência em 27 de dezembro de 2016.

2) SITUAÇÃO ATUAL DAS SUBCONTRATAÇÕES, EM ESPECIAL NO QUE SE REFERE AOS PLANOS DE COMPENSAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO PREVISTOS NO ANEXO K AO CONTRATO 27/2012

O Anexo VIII – disposições de offset e propostas preliminares de compensação (e respectivos apêndices ao termo de contrato nº 27/2012) - previu as seguintes transações de *offset* vinculadas ao objeto do contrato principal:

ACORDO DE COMPENSAÇÃO	SUBSISTEMA	CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO
001	Optrônicos	ELBIT SYSTEMS ELECTRO-	30/08/2013

		OPTICS – ELOP	
002	Comunicações por Satélite	ADVANTECH WIRELESS INC	08/10/2013
003	Sensores de Sinais Eletromagnéticos	SAAB MEDAV TECHNOLOGIES GMBH	10/10/2013
004	Comunicações Táticas	HARRIS CORPORATION	25/10/2013

a) Situação atual dos Acordos de Compensação decorrentes do Termo de Contrato nº 027/2012 – CCOMGEX e seus projetos associados:

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
Acordo de Compensação Nº001	ELOP	AEL Sistemas	Anexo A	Investimentos em infraestrutura estratégica para a produção de Optrônicos no Brasil	Os equipamentos de produção e testes estão prontos na ELOP aguardando aprovação do Termo Aditivo para início do processo logístico de exportação de Israel para o Brasil.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo B	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo C	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas & BRADAR	Anexo D	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e BRADAR. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas & Harpia	Anexo E	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração do binóculo de	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e HARPIA. Ainda

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
				imagem termal CORAL CR para o Brasil	serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo F	Transferência da tecnologia do monóculo de visão noturna LORIS para a produção, os testes, a certificação de conformidade e a manutenção no Brasil	Equipamentos recebidos e treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	Exército Brasileiro	Anexo G	Inspeção técnica das instalações da ELOP e da AEL Sistemas S.A.	Inspeção técnica nas instalações da ELOP realizada. O projeto aguarda o recebimento de todos os equipamentos pela AEL e o término da transferência de tecnologia existentes nos outros projetos, para que possa ser feita a inspeção técnica nas instalações da AEL.
Acordo de Compensação Nº 003	MEDAV	BRADAR	Anexo A	Calibração de antena de radiogoniometria	Sítio para calibração das antenas será instalado no CCOMGEX. Aguardando a importação dos equipamentos que irão compor o campo.
	MEDAV	BRADAR	Anexo C	IFS-8000 SIPAC	Programa de treinamento do projeto enviado e aprovado. No momento encontram-se em confecção os materiais que serão disponibilizados no treinamento previsto para acontecer em abril de 2017.

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
	MEDAV	BRADAR	Anexo E	Linha de Sintonizadores de Banda Larga OMT	Em dezembro de 2015, ocorreu um workshop do OMT na BRADAR, onde a BRADAR apresentou a V1.0 do OMT totalmente fabricado no Brasil. A MEDAV entregou os relatórios sobre os testes de integração final (FIT), última etapa da engenharia do offset, sobre essas unidades. O FAT do OMT ocorreu e foi aprovado. A MEDAV concordou em ceder a parte de propriedade intelectual cabível ao EB.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo F	Bolsa de estudos de doutorado de pesquisa e desenvolvimento AOA - TDOA	O militar nomeado para o doutorado concluiu em 16/12/2016 o primeiro semestre do curso de 3 anos.
	MEDAV	BRADAR	Anexo G	Estação de desenvolvimento de dispositivos virtuais	Materiais de treinamento aceitos. A data do treinamento está sendo definida.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo I	Centro de Treinamento	Embarque de equipamentos previstos para fevereiro de 2017. Treinamento previsto para abril de 2017.
	MEDAV	BRADAR	Anexo K	IFS	Estão sendo realizados reajustes no planejamento do treinamento.
Acordo de Compensação Nº 004	HARRIS	Exército Brasileiro	Anexo A	Capacidade de Manutenção Local	Estações de diagnóstico, montagem e testes recebidas. Deverão ser entregues ainda algumas peças para o treinamento e os planos de ensino correspondentes.

Contrato	Contratada	Beneficiária	Anexo	Nome do Projeto	Situação atual
	HARRIS	SAVIS	Anexo B	Capacitação e desenvolvimento de criptografia nacional	O projeto se encontra em fase final, aguardando a disponibilidade de pessoal para receber o treinamento previsto em contrato, a ser ministrado pela SAVIS.
	HARRIS	BRADAR	Anexo C	*Falcon Command* para PC	O projeto se encontra em fase final. Aguardando apenas um último treinamento.

Os 17 projetos de compensação vigentes se encontram, em sua maioria, em suas fases finais e caminham para a devida conclusão conforme descrito nos Acordos de Compensação. Houve atrasos nos projetos de Optrônicos e MAGE devido a questões relacionadas às licenças de importação e fabricação, todavia os assuntos em pauta foram resolvidos e os projetos poderão caminhar para seu encerramento. Os projetos do subsistema de comunicação tática caminham conforme escopo definido em contrato apenas com a necessidade alteração de alguns equipamentos a serem importados

Devido à necessidade de atualização e modificação de alguns anexos dos projetos existentes, far-se-á necessário o aditivo contratual dos respectivos Acordos de Compensação para que esses reflitam com exatidão o panorama atual dos projetos.

Estima-se que em 2017 possa haver o encerramento e, consequentemente, o reconhecimento dos créditos de 10 projetos de *offset*.

3) ESTÁGIO ATUAL DO PLANO DE GESTÃO DO PROGRAMA (PGP) DETALHANDO AS SETE FERRAMENTAS DE GESTÃO ABRANGIDAS:

- Gestão de Risco;
- Gestão da Qualidade;
- Gestão da Comunicação;
- Governança;
- Gestão de Prazo;
- Gestão de Aquisições; e
- Gestão de Escopo.

O PGP é o principal documento de gestão do Projeto, tendo sido entregue em março de 2013 e estando em vigor até o presente. O artefato foi construído em conjunto pelas partes contratantes, segundo os princípios e áreas de conhecimento do PMBoK/PMI. No concernente às ferramentas da gestão mencionadas, cabe o seguinte detalhamento:

- Gestão de Risco: a gestão de riscos é tratada no capítulo 6 do PGP, o qual aborda os principais processos, ferramentas e métodos a serem empregados para garantir a realização dos objetivos da Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão do Projeto Piloto do

Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Os riscos do Projeto são revistos a cada semestre pelos Relatórios de Integração (RINT); além disso, os gerentes de subsistema coletam, revisam e informam os riscos do Programa ao gestor mensalmente, no relatório correspondente.

– Gestão da Qualidade: a gestão da qualidade é realizada segundo os processos mencionados no Capítulo 5 do PGP. Os indicadores de qualidade (dentro dos critérios e indicadores estabelecidos pelas partes) são mapeados pelo PGES e consolidados semestralmente nos Relatórios de Integração.

– Gestão da Comunicação: a gestão da comunicação é realizada segundo o capítulo 8 do PGP. As reuniões entre as partes e os mecanismos e instrumentos de comunicações pertinentes são listados e detalhados. A consolidação dos indicadores de comunicação é apresentada semestralmente ao Gestor do contrato nas reuniões gerenciais do Programa.

– Governança: o capítulo 2 do PGP descreve, em linhas gerais, as ações de governança do Programa, que visam, entre outros, o alinhamento do projeto, o monitoramento e o controle de ameaças e oportunidades, a tomada de decisões e a garantia de que os entregáveis estejam focados no projeto conforme o escopo contratado. As ferramentas de governança incluem processos internos, comunicação com *stakeholders*, gestão de prazos e escopo, gestão de riscos e outras, cujos indicadores, quando aplicável, são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT, nos relatórios mensais dos gerentes de subsistema e relatórios diversos.

– Gestão de Prazo: a gestão do prazo, tratada no capítulo 4 do PGP, inclui os requeridos para o término do Programa, garantindo que ele cumpra com os prazos definido no Termo de Contrato que lhe deu origem. A principal ferramenta de gestão de prazo é o Cronograma Físico Financeiro (CFF) do Programa, atualizado diariamente no que concerne à execução ou não das etapas existentes. As outras ferramentas de gestão de prazo previstas são os termos aditivos de prazo e as postergações solicitadas pelas partes, cuja pertinência é julgada pelo gestor. Os indicadores de prazo (SPI e outros) são apresentados semestralmente ao Comitê Gestor do Programa e consolidados no RINT a que se referem.

– Gestão de Aquisições: a gestão de aquisições, também conhecida como gestão de também conhecido como processo de *Seleção de Fornecedores*, é aplicado sempre que for necessário contratar, engajar e gerir um fornecedor a fim de realizar a entrega de um produto e/ou realização de um serviço. A principal ferramenta de gestão de fornecedores está detalhada no PGES (*metodologia de Kepner-Tregoe*); ademais, a gestão de aquisições é supervisionada constantemente pela Contratante, uma vez que, por força de contrato, todas as subcontratações atinentes ao objeto do contrato deverão ser necessariamente aprovadas pelo CCOMGEX.

– Gestão de Escopo: a gestão de escopo é definida pelo PGP em seu capítulo 3 e compreende a *gestão da modificação* e a *gestão da configuração*. As principais ferramentas de gestão do escopo previstas no Programa são: ferramenta de gestão racional de requisitos (*Rational* DOORS); as reuniões periódicas do Comitê Gestor de Modificações (CGM) do Programa; os testes de verificação e validação (V&V), com os processos respectivos; e os diversos planos (PGES, Plano de Integração, Plano de Gestão de SLI e outros), manuais, estudos e outros artefatos que versam sobre a configuração do Programa. Em relação à gestão de escopo, o detalhamento do estágio atual da Gestão da Modificação, Gestão de Configuração, Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas e Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado é detalhado a seguir.

i. Gestão da Modificação e Gestão de Configuração

A Gestão da Modificação e Gestão de Configuração são subprocessos da gestão de escopo do programa. Ambas têm seus processos descritos no PGP, sendo atualizados a cada oportunidade em que esse artefato sofrer revisão. O PGES descreve alguns dos processos e ferramentas da gestão de configuração, sendo esta igualmente atualizada a cada nova edição do Plano.

ii. Plano de Gestão de Engenharia de Sistemas

O PGES é o artefato processual do Projeto, descrevendo procedimentos e atribuindo escopo a outros documentos técnicos de engenharia de sistemas. Em face da conclusão do contencioso referente ao Offset, os 5 artefatos de engenharia de sistemas do Projeto, a saber: PGES 5 e 6; RINT 3, 4 e 5, tiveram os recursos a eles devidamente pagos.

iii. Plano de Gestão de Suporte Logístico Integrado

O Plano Estratégico de Suporte Logístico Integrado (PESLI) descreve a visão estratégica de suporte, a integração, as atividades e o gerenciamento do suporte logístico integrado da Fase Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Este plano compõe a documentação de gestão do Programa SISFRON no que se refere às atividades de Suporte Logístico Integrado.

4) ESTÁGIO ATUAL DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS (PGES), DO PLANO DE INTEGRAÇÃO, DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE CADA SUBSISTEMA E DOS PLANOS DE TRABALHO, INDICANDO A DATA DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE CADA DOCUMENTO

a) Plano de Gerenciamento de Engenharia de Sistemas (PGES)

No escopo da Engenharia de Sistemas do Programa, foram previstas 6 edições para o PGES com escopo incremental, a serem entregues ao longo da implantação do Sistema. Com essa estratégia, buscou-se a atualização constante do principal artefato de engenharia do Programa, em particular dos processos atinentes e do escopo dos demais documentos de gestão de engenharia relacionados. As datas de entrega das seis edições do PGES são detalhadas abaixo.

Edição	***Status***	**Data de recebimento**
PGES 1/6	Recebido	Maio/2013
PGES 2/6	Recebido	Setembro/2013
PGES 3/6	Recebido	Março/2014
PGES 4/6	Recebido	Junho/2014
PGES 5/6	Recebido	Outubro/2016
PGES 6/6	Recebido	Outubro/2016

b) Plano de Integração

O Plano de integração (Análise Funcional e Conceitual do Sistema, Projeto Detalhado do Sistema e Plano de Implantação) **teve sua edição inicial entregue em 27 de setembro de 2013**, e compõe a documentação de gestão de programa da Fase Piloto do Projeto SISFRON que descreve a estratégia e os esforços da Contratada para a integração do projeto, tanto na fase de definição como na fase de implementação, necessários ao fornecimento dos subsistemas de forma integrada. O PINT consiste em uma documentação extensa e bastante densa, contendo informações técnicas e arquiteturais, além de estudos e resultados de simulações acerca da operação do sistema integrado.

No contexto do PGES, foi prevista a revisão do PINT na entrega do PGES 5, o que ocorreu de fato. O documento foi atualizado – particularmente quanto às modificações que ocorreram por ocasião da definição dos Projetos Executivos dos subsistemas e dos resultados advindos da gestão de escopo do Programa. **O PINT revisado foi entregue e aceito em outubro de 2015**, por ocasião da apresentação do PGES 5.

c) Projetos executivos de cada subsistema

A maioria dos Projetos Executivos dos subsistemas já foram concluídos, apresentados e recebidos; resta apenas uma etapa referente ao subsistema de Sensores Eletromagnéticos (MAGE) pendente de apresentação e aprovação, de forma a completar o portfólio de artefatos de gerenciamento do Programa. A tabela a seguir lista os projetos executivos previstos e as respectivas datas de recebimento.

Subsistema	Estado atual	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	Recebido	Novembro/2013
B – SVMR (TRANSPORTÁVEL)	Recebido	Dezembro/2014
B – SVMR (MÓVEL E FIXO)	Recebido	Maio/2015
C – MAGE (CRM E CIGE)	Recebido	Novembro/2015
C – MAGE (FASE 1A)	Recebido	Novembro/2015
C – MAGE (FASE 1B)	**Atrasado (circunstanciado; em revisão)**	–
D – SAD (C2CMB)	Recebido	Fevereiro/2014
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	Recebido	Abril/2014
F – COMUNICAÇÕES SAT	Recebido	Maio/2014
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	Recebido	Dezembro/2013
H – CENTROS DE C2	Recebido	Dezembro/2013
I – INFRAESTRUTURA	Recebido	Agosto/2013
J – SGL	Recebido	Agosto/2013

Ressalta-se que, em face das modificações de escopo que ocorrem durante a implantação do Programa, informações e planejamentos constantes da documentação de gestão são atualizados; as particularidades ocorridas na implantação, não previstas inicialmente ou não detalhadas suficientemente nos projetos executivos, constam da documentação pós-entrega *(as-built*).

d) Planos de trabalho

Os Planos de Trabalho dos subsistemas – SOW – foram apresentados, aprovados e entregues em sua totalidade. A revisão dos documentos, em particular dos cronogramas, é feita dinamicamente nos processos de gestão do prazo. Está em vias de finalização a elaboração de um cronograma integrado entre as Partes, que irá ajustar automaticamente as datas e tempos acordados inicialmente nos SOW. A tabela a seguir relaciona esses artefatos às datas de recebimento respectivas.

Subsistema	Estado atual	Data de recebimento
A – OPTRÔNICOS	Recebido	Junho/2013
B – SVMR	Recebido	Agosto/2013
C – MAGE	Recebido	Novembro/2013
D – SAD (C2CMB)	Recebido	Agosto/2013
E – COMUNICAÇÕES TÁTICAS	Recebido	Julho/2013
F – COMUNICAÇÕES SAT	Recebido	Julho/2013
G – COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS	Recebido	Agosto/2013
H – CENTROS DE C2	Recebido	Junho/2013
I – INFRAESTRUTURA	Recebido	Julho/2013
J – SGL	Recebido	Junho/2013

2.4.5.9. Aquisição de plataformas externas ao Projeto.

1) GESTORES DO EME REPRESENTANTES DO COMANDO DO EXÉRCITO JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESA EM COMISSÕES

Não há representante do SISFRON em comissão externa ao EB.

2) SATÉLITES DE COMUNICAÇÕES E SENSORIAMENTO

No caso do Projeto Piloto do SISFRON, em particular do Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão, a dependência externa mais expressiva é o lançamento do satélite de comunicações de defesa (SGDC) em abril 2017. Em dezembro de 2015, foram concluídos os alinhamentos da nova tecnologia do satélite de defesa entre o EB e o MD, a fim de compatibilizar os padrões e em 2016 foi definido o Sistema DAMA. Em consequência, o subsistema de comunicações por satélite deverá ter seu cronograma e documentação de gestão atualizado via aditivo contratual.

O principal impacto operativo, caso a implantação desse sistema seja frustrada, recairá sobre os terminais fixos e veiculares do subsistema de sensoriamento eletromagnético, que baseiam seu sistema de comunicações no meio satélite. Adicionalmente, há uma série de terminais portáteis de voz/dados por satélite previstos para distribuição, e a não concretização desse meio prejudicará a mobilidade e flexibilidade de emprego esperadas para as tropas contempladas.

No fim de 2016 foram realizados testes de enlace entre os terminais dos SISCOMIS e simuladores de tráfego dos sensores de sinais eletromagnéticos; a conclusão parcial desses testes é no sentido de que a arquitetura e os requisitos atuais deverão ser necessariamente revistos – via aditivo contratual – com o fito de adequá-los à capacidade efetivamente ofertada pelos sistemas de Com Sat a serem incorporados ao SISFRON e os meios de sensoriamento eletromagnético contratados.

3) SISTEMAS DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (SARP)

Não aplicável ao Subprojeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão a cargo do CCOMGEX.

2.4.5.10. Análise crítica sobre o andamento do projeto, contemplando os efeitos (positivos ou negativos) de eventual atraso na execução do cronograma físico, de alterações contratuais, de restrições orçamentárias etc.

- O PEE SISFRON vem sendo executado com um ritmo consideravelmente menor do que o previsto devido, entre outros fatores, aos seguintes: restrições orçamentárias, particularmente no ano de 2015; capacidade de mobilização e realização da Integradora inferior ao ritmo de entregas previsto no CFF; ineditismo do projeto; e óbices internos ao Exército e à Administração (capacitação de pessoal das OM, questões patrimoniais, contenciosos e outros).

- Tais eventos acarretaram reajustes anuais do cronograma físico-financeiro do Projeto Piloto, cuja conclusão das etapas de implantação, inicialmente prevista para 2016, deverá alongar-se no tempo para 2018, caso sejam mantidos os níveis de execução atuais. Desse modo, esses aspectos retardam a entrega dos resultados do Projeto para a sociedade, eventualmente frustrando as expectativas dos segmentos a serem beneficiados com esses resultados.

- Adicionalmente, os contenciosos promoveram atrasos na execução do projeto, com consequência para a execução financeira. Foram tomadas providências necessárias para resolução, o resultou em entendimento entre as Partes na via negocial, no caso do gerenciamento dos acordos de compensação a cargo da Integradora. Outros contenciosos em aberto – manutenção da INFOVIA e reequilíbrio financeiro do Termo de Contrato nº 027/2012 –, além de discussões sobre a implantação da infraestrutura, estão em discussão entre as Partes.

Anexo A ao relatório de Gestão do SISFRON 2016 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PFI	Empreendimento	UF	Estágio	% de Execução Física (1)	Meta Física	Unidade de Medida	Data de Início Prevista (2)	Data de Conclusão Prevista (2)	2011 - 2016 (milhões R$) (3)	Pós 2016 (milhões R$)	Valor total do empreendimento (milhões R$)
PAI	Implantar o SISFRON	BR	Em execução	7,41%	PEE SISFRON implantado nas 13 Brigadas.	Brigada	01/01/2012	31/12/2021	1.028,57	10.963,43	11.992,00
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 4ª Bda C Mec (Dourados/MS) (Piloto)	MS	Em execução	62,47%	PEE SISFRON implantado na área da 4ª Bda C Mec (Piloto).	Brigada	01/01/2012	31/12/2018	1.028,57	394,02	1.422,59
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 18ª Bda Inf Fron (Corumbá/MS)	MS	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 18ª Bda Inf Fron.	Brigada	ASD	ASD	0,00	552,80	552,80
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá/MT)	MT	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 13ª Bda Inf Mtz.	Brigada	ASD	ASD	0,00	640,81	640,81
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 17ª Bda Inf Sl (Porto Velho/RO)	RO AC AM	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 17ª Bda Inf Sl.	Brigada	ASD	ASD	0,00	2.404,17	2.404,17
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 15ª Bda Inf Mec (Cascavel/PR)	PR SC	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 15ª Bda Inf Mec.	Brigada	ASD	ASD	0,00	468,71	468,71
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 1ª Bda C Mec (Santiago/RS)	RS	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 1ª Bda C Mec.	Brigada	ASD	ASD	0,00	252,40	252,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 16ª Bda Inf Sl (Tefé/AM)	AM	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 16ª Bda Inf Sl.	Brigada	ASD	ASD	0,00	1.293,35	1.293,35

FILHO	Implantar o SISFRON na 2ª Bda Inf Sl (São Gabriel da Cachoeira/AM)	AM	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área 2ª Bda Inf Sl.	Brigada	ASD	ASD	0,00	1.287,48	1.287,48
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 1ª Bda Inf Sl (Boa Vista/RR)	RR	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 1ª Bda Inf Sl.	Brigada	ASD	ASD	0,00	1.485,00	1.485,00
FILHO	Implantar o SISFRON na área da 22ª Bda Inf Sl (Macapá/AP) Em organização	AP, PA	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área do CMN.	Brigada	ASD	ASD	0,00	1.320,40	1.320,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 3ª Bda C Mec (Bagé/RS)	RS	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área da 3ª Bda C Mec.	Brigada	ASD	ASD	0,00	206,40	206,40
FILHO	Implantar o SISFRON na 8ª Bda Inf Mtz (Pelotas/RS)	RS	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área 8ª Bda Inf Mtz.	Brigada	ASD	ASD	0,00	135,59	135,59
FILHO	Implantar o SISFRON na2ª BdaC Mec Mtz (Uruguaiana/RS)	RS	Planejado	0,00	PEE SISFRON implantado na área 2ª Bda C Mec.	Brigada	ASD	ASD	0,00	522,30	522,30
							TOTAL		**1.028,57**	**10.963,43**	**11.992,00**

Legenda:

(1) 7,41% corresponde ao total liquidado em relação ao custo total do empreendimento; 62,47% corresponde ao total liquidado em relação ao custo total do Projeto Piloto.

(2) ASD: as datas de início e conclusão das fases posteriores ao Projeto Piloto (PP) dependerão de estudos particulares decorrentes das lições aprendidas com o PP.

(3) Soma dos recursos empenhados pelo Projeto até Dez 2016 menos os empenhos cancelados (empenho efetivo).

INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO EME - PEE SISFRON - Sensoriamento e Apoio à Decisão

Lista de licitações realizadas em 2013					
Objeto da licitação	**Órgão gestor**	**Modalidade de licitação**	**Nome da(s) empresas(s) vencedora(S)**	**Valor orçado (R$)**	**Valor contratado (R$)**
Módulo Telemática Operacional (MTO)	CComGEx	Pregão Eletrônico via CBW	Harris	R$ 3.336.613,48	R$ 2.460.618,48

Lista de licitações realizadas em 2014					
Contratação de fábrica de software para o Comando do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX) e suas OMDS	CComGEx	Pregão Eletrônico	RUST CONSULTORIA ENGENHARIA LTDA	R$ 14.040.000,00	R$ 7.020.000,00
Aquisição de licenças de softwares.	CComGEx	Pregão eletrônico (SRP), para formação de registro de preço, tipo menor preço unitário, para futura aquisição de licenças de software Microsoft.	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA	R$ 462.749,27	R$ 440.728,02
Serv Inst para SRDT	CComGEx	Pregão Eletrônico via CBW	Motorola	R$ 222.100,00	R$ 222.100,00
Eqp Rad Multibanda (SRP)	CComGEx	Pregão Eletrônico via CBW	Harris	R$ 392.334,16	R$ 392.334,16
Aquisição de Solução de Auditoria e Gerenciamento do AD, Serviços de Arquivos e Correio Eletrônico	CComGEx	Carona	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA	R$ 198.000,00	R$ 198.000,00
Aquisição de conjunto Rádio Tático Portátil UHF para o Comando do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército - CCOMGEX e suas OMDS	CComGEx	Pregão Eletrônico	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO -BRASIL IMBEL	R$ 30.442.075,00	R$ 30.442.075,00

A

Órgão Gestor	Modalidade	Nr Contrato	Nome Contratada	Valor Orçado	Contratado Inicial
CRO / 5ª RM	Pregão	35/2016	PWR BRASIL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA	25.915,00	25.915,00
CRO / 5ª RM	Pregão	35/2016	OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA - EPP	23.714,00	23.714,00
CRO / 5ª RM	Pregão	35/2016	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	49.629,00	49.629,00
CRO / 5ª RM	Pregão	35/2016	ANDERSON DARWIN MATINHUK-ME	11.644,00	11.644,00
CRO / 5ª RM	Pregão	38/2016	OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA - EPP	19.435,00	19.435,00
CRO / 5ª RM	Pregão	38/2016	OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA - EPP	23.985,00	23.985,00
CRO / 5ª RM	Pregão	38/2016	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	90.870,00	90.870,00
CRO / 5ª RM	Pregão	34/2016	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	10.100,10	10.100,10
CRO / 5ª RM	Pregão	34/2016	OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LTDA - EPP	4.816,28	4.816,28
CRO / 5ª RM	Concorrência	01/2015	LESSIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	2.713.067,20	2.248.985,70
CRO / 5ª RM	Concorrência	22/2012	Jugler Construtora de Obras Ltda	5.200.000,00	5.346.122,20
CRO / 5ª RM	Pregão	01/2015	Elite Engenharia	6.644,00	6.644,00
CRO / 5ª RM	Pregão	01/2015	Elite Engenharia	5.992,60	5.992,60
CRO / 5ª RM	Concorrência	34/2016	CPD REFORMAS E CONSTRUÇÕES LTDA	2.027.443,54	1.792.067,13
CRO / 5ª RM	Concorrência	38/2016	FORTE BRASIL ENGENHARIA EIRELI-EPP	2.052.319,35	1.843.978,63
CRO / 5ª RM	Tomada de Preços	16/2015	ENG CONS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	544.608,43	501.154,92
CRO / 5ª RM	Concorrência	35/2016	CRC ENGENHARIA LTDA	10.792.873,02	8.166.520,14
CRO / 5ª RM	Pregão	34/2016	PWR BRASIL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA	5.263,30	5.263,30
CRO / 5ª RM	Pregão	34/2016	ANDERSON DARWIN MATINHUK-ME	2.364,88	2.364,88
CRO / 5ª RM	Pregão	35/2016	T&M ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	58.016,00	58.016,00
CRO / 5ª RM	Pregão	34/2016	T&M ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	11.816,96	11.816,96
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	21/2014	C3 Engenharia	103.744,44	103.744,44
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	22/2014	RENOVA CONSTRUÇÕES E PAISAGISMO LTDA ME	103.744,44	103.397,70
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	10/2015	CONNECT FAST COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	899.560,19	1.279.558,52
CO/3ª Gpt E	Concorrência	16/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	562.936,04	562.936,04
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	06/2015	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	715.027,90	609.400,31
CO/3ª Gpt E	Concorrência	17/2013	CONNECT FAST COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	1.330.531,73	1.049.946,40
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	03/2016	DSOARES EMPRENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	135.465,69	135.465,69
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	04/2016	DSOARES EMPRENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	169.970,86	169.970,86
CO/3ª Gpt E	Concorrência	31/2014	COPLENGE Engenharia Ltda	2.929.601,01	3.114.345,46
CO/3ª Gpt E	Concorrência	28/2013	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	1.135.710,38	1.135.861,43
CO/3ª Gpt E	Concorrência	22/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	533.449,80	599.553,97
CO/3ª Gpt E	Concorrência	23/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	533.449,80	598.993,72
CO/3ª Gpt E	Concorrência	24/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	533.449,80	689.722,57
CO/3ª Gpt E	Concorrência	25/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	533.449,80	862.300,01
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	07/2015	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	397.411,46	369.935,12
CO/3ª Gpt E	Concorrência	27/2013	C3 Engenharia	2.524.151,30	2.519.148,44
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	25/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	701.938,95	606.349,56
CO/3ª Gpt E	Concorrência	05/2013	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	796.353,65	796.353,65
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	27/2014	Construtora Obras Maiores LTDA - ME	716.525,47	649.389,09
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	82.100,45	22.649,33
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	132.540,10	30.473,87
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	180.450,20	33.186,99
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	23.628,86	23.628,86
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	32.156,29	32.156,29
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	28.875,63	28.875,63
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	29.446,28	29.446,28
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	25.757,12	25.757,12
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	650.000,00	31.011,67
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	20/2013	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	224.090,08	29.468,11
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	03/2015	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	705.445,09	705.423,60
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	05/2015	C3 Engenharia	721.678,03	721.678,03
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	16/2014	TESLENCO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA	127.076,02	84.573,49
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	12/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	19.614,90
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	39/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	2.600,00
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	42/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	44.895,00
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	10/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	23.610,00

CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	14/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	18.389,19
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	14/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	18.389,19
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	14/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	18.389,19
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	40/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	127.076,02	20.780,00
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	13/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19.800,00	19.800,00
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	09/2014	Rádice Engenharia LTDA-EPP	33.812,14	33.812,14
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	15/2014	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	15.635,00	15.635,00
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	07/2014	Rádice Engenharia LTDA-EPP	27.762,14	27.762,14
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	24/2014	MULT OBRAS SERVIÇOS E COMÉCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	728.565,68	728.557,42
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	29/2014	ELEFE CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA	705.445,09	696.157,24
CO/3ª Gpt E	Concorrência	40/2013	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	1.314.546,21	1.300.496,92
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	34/2014	WLH Construções Ltda	1.138.160,35	1.136.840,80
CO/3ª Gpt E	Concorrência	18/2011	POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES Ltda	1.602.332,25	1.602.332,25
CO/3ª Gpt E	Concorrência	07/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	3.337.223,93	3.337.223,93
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	73.810,95	72.247,02
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	91.294,09	97.476,21
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	91.294,09	97.476,21
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	91.294,09	97.476,21
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	91.294,09	97.476,21
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	101.139,41	107.321,55
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2015	C3 Engenharia	101.139,41	107.321,55
CO/3ª Gpt E	Concorrência	06/2013	MACEN - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	2.500.000,00	2.438.785,54
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	35/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	1.009.839,74	633.807,23
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	35/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	92.208,11	91.172,36
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	35/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	92.208,11	91.172,36
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	35/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	92.208,11	91.172,36
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	35/2014	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	92.208,11	91.172,36
CO/3ª Gpt E	Concorrência	02/2013	ENGELEC ENGENHARIA ELÉTRICA E CIVIL LTDA-ME	2.783.914,68	2.783.914,68
CO/3ª Gpt E	Concorrência	08/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	809.889,87	809.889,07
CO/3ª Gpt E	Concorrência	03/2013	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	1.445.756,30	1.283.498,99
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	08/2015	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	1.019.567,57	999.999,99
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	09/2015	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	1.017.346,82	896.981,91
CO/3ª Gpt E	Concorrência	09/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	761.096,53	761.096,53
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	38/2013	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	1.169.486,20	1.139.898,18
CO/3ª Gpt E	Concorrência	32/2014	WLH Construções Ltda	3.061.310,22	3.058.991,33
CO/3ª Gpt E	Concorrência	04/2013	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	568.901,20	776.466,28
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	01/2014	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	56.153,90	51.886,21
CO/3ª Gpt E	Concorrência	12/2013	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	5.954.704,03	4.175.782,91
CO/3ª Gpt E	Concorrência	14/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	900.886,15	900.866,15
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	49/2013	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	532.640,32	499.021,47
CO/3ª Gpt E	Concorrência	41/2013	VIZZOTO & CIA LTDA	1.676.516,06	1.676.001,01
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	46/2013	Construtora Obras Maiores LTDA - ME	715.407,03	654.895,76
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	42/2013	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	1.425.810,57	1.133.012,47
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	47/2013	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	1.094.684,13	796.669,37
CO/3ª Gpt E	Concorrência	13/2013	COPLENGE Engenharia Ltda	7.140.249,78	6.772.878,03
CO/3ª Gpt E	Tomada de Preços	06/2014	F & F Construções e Projetos Eireli - ME	1.085.575,94	1.085.575,94
CO/3ª Gpt E	Dispensa de Licitação	13/2013	ARATER CONSULTORIA & PROJETOS LTDA - EPP	4.800,00	4.800,00
CRO / 11ª RM	Concorrência	21/2013	OMEGA ENGENHARIA	11.396.462,27	10.210.551,62
CRO / 12ª RM	Concorrência	08/2013	WORK ENGENHARIA	3.100.000,00	2.269.218,41

nexo C ao Relatório de Gestão do SISFRON 2106 - LICITAÇÕES - Obras de Engenharia

Objeto Contratado	Descrição Obra
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Construção da Infraestrutura da 15 Cia Com Bld / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Construção da Infraestrutura da 15 Cia Com Bld / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Construção da Infraestrutura da 15 Cia Com Bld / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Contratação de serviços técnico-profissionais para elaboração de estudos de engenharia necessários as obras militares de interesse do Exército Brasileiro	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Obra de Construção do Centro de Operações da 15ª Bda Inf Mec em Cascavel-PR.	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Construção da infraestrutura do 33º BI Mtz	Construção / Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem e Sinalização Vert/Horz. / 33º BI Mtz
Serviços técnico-profissionais para elaboração de Projetos Executivos de engenharia.	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Serviços técnico-profissionais para elaboração de Projetos Executivos de engenharia.	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Obra de Construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º BI Mec, em Foz do Iguaçu/PR.	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Construção da infraestrutura de terraplanagem, pavimentação e drenagem da área de ocupação da 15ª Cia Com Mec.	Construção / Construção da Infraestrutura da 15 Cia Com Bld / Cmdo 15ª Bda Inf Mec
Construção da Garagem da 15ª Cia Inf Mtz	Adaptação / Garagem / 15ª Cia Inf Mtz
Obra de construção do COP da 5ª DE e 11º CT em Curitiba-PR.	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Execução Serviços técnico-profissionais para elaboração de projetos executivos de engenharia.	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Execução Serviços técnico-profissionais para elaboração de projetos executivos de engenharia.	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Contratação de empresa para execução de Serviços de Sondagem Percussiva e Rotativa em terrenos pertences a aquartelamentos da 5º Região Militar, r	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E
Contratação de empresa para execução de Serviços de Sondagem Percussiva e Rotativa em terrenos pertences a aquartelamentos da 5º Região Militar, r	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec
Obra de Construção do posto de reabastecimento Avançado (PRA), no 17º R C Mec, em Iguatemi - MS	Construção / Posto de Reabastecimento Avançado / 17º RC Mec
Obra de Construção do Posto de Reabastecimento Avançado (PRA) da 3º Cia Fron, em Forte Coimbra - MS	Construção / POSTO DE REABASTECIMENTO AVANÇADO / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra
obra de adequação das instalações elétricas do Pavilhão do Comando do Comando Militar do Oeste, em Campo Grande, MS	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - CMO / Cmdo CMO
Construção do Pavilhão Garagem do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande – MS	Construção / Pavilhão Garagem/Oficina / 9º B Com
Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Amambai, MS.	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 17º RCMec / 17º RC Mec
Construção de infraestrutura elétrica do 9° Batalhão de Comunicações (Rede elétrica, lógica e CFTV) – 1ª fase, em Campo Grande – MS	Construção / Energia Elétrica / 9º B Com
Serviços de execução de sondagem à percussão SPT e rotativa no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em Corixa, MT.	Construção / Pavilhão Rancho / PEF Corixa / 2º B Fron
Serviços de execução de sondagem à percussão SPT e rotativa no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em Palmarito, MT	Construção / Pavilhão H Reduzido / PEF Palmarito / 2º B Fron
Obra de Construção do Pavilhão Comando do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	Construção / Pavilhão Comando e Administração / 9º B Com
Adequação das instalações do NuCRM – CMO, em Campo Grande/MS	Adequação / NUCRIS - NÚCLEO DO CENTRO REGIONAL DE INTELIGÊNCIA DO SINAL / Cmdo CMO
Obra de Construção do Centro de Operações - 11º RC Mec, em Ponta Porã/MS	Construção / COP / 11º RC Mec
Obra de Construção do Centro de Operações - 17º RC Mec, em Amambai/MS.	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 17º RC Mec
Obra de Construção do Centro de Operações - 10º RC Mec, em Bela Vista/MS	Construção / COP / 10º RC Mec
Obra de Construção do Centro de Operações - 9º GAC, em Nioaque/MS	Construção / COP / 9º GAC
Obra de Adequação da Infraestrutura da Rede Elétrica do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Bela Vista - MS	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELETRICA / 10º RC Mec
Adequação do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado 17º RC MEC	Adaptação / Pavilhão administração / 17º RC Mec
Obra de Construção da 2º Garagem da 14ª Compania Comunicações Mecanizada, em Dourados - MS.	Construção / Pavilhão Garagem II / 14ª Cia Com Mec
OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO 20º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADA, EM CAMPO GRANDE – MS	Construção / Garagem / 20º RCB
Obra de Adequação da Infraestrutura da rede elétrica do 47º Batalhão de Infantaria, em Coxim, MS	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 47º BI / 47º BI
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Reparação / Pavilhão Comando / 2ª CIA FRON
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Reparação / Pavilhão de comando e administração / 28º B Log
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Adequação / Pavilhão CMDO e ADM / 2º B Fron
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELETRICA / 10º RC Mec
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 17º RCMec / 17º RC Mec
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 47º BI / 47º BI
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - 4Bda C Mec / CMDO 4ª BDA C MEC
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 11º RCMec / 11º RC Mec
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - CMO / Cmdo CMO
Elaboração de Projetos Executivos de Adequação da Infraestrutura de Energia Elétrica de Organizações Militares do Comando Militar do Oeste, em MT,M	Construção / CASA DE FORÇA DE ENERGIA 17º B FRON / 17º B Fron
Obra de Construção da Garagem da 2ª Companhia de Fronteira, em Porto Murtinho - MS	Construção / Pavilhão Garagem / 2ª CIA FRON
Obra de Construção da Garagem do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Iguatemi - MS	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 17º RC Mec
Serviços de Elaboração de Estudos e Projetos de Arquitetura e Engenharia para atender ao Plano Básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2	Adaptação / Sede CICC / 11º RC Mec
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Adaptação / Posto de abastecimento, lavagem e lubrificação / 28º B Log
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Adequação / Pavilhão de Rancho e Hotel de Trânsito / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Adaptação / PAVILHÃO OFICINA / 17º RC Mec
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Adaptação / Garagem Central / 11º RC Mec

Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 2ª CIA FRON
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / CENTRO DE OPERAÇÕES / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / Centro de Operação / 17º B Fron
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Terraplenagem / ATERRAMENTO DO HELIPORTO / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / Infraestrutura de Paióis / 17º RC Mec
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / Contrução do Posto de Saúde 9º GAC / 9º GAC
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Adequação / Cobertura / Pavilhão Hangar / 3º B Av Ex
Serv. de elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia para atender ao plano básico de Construção do Exército Brasileiro do ano de 2014	Construção / 6º Batalhão de Inteligência / 6º B Intlg Mil
Obra de Construção da Garagem do 17º RC Mec em Mundo Novo - MS	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 17º RC Mec
OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 18º B Log, em Campo Grande - MS	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 18º B Log
CONSTRUÇÃO DO PALL DO 17º RC Mec DE AMAMBAI/MS.	Ampliação / Posto de Abastecimento e Lubrificação / 17º RC Mec
Obra de construção de redes de água, incêndio, esgoto e infraestrutura do 9º Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	Construção / Caixa D'Água / 9º B Com
Construção do Centro de Operações do Comando Militar do Oeste, em Campo Grande – MS	Construção / Cop / CMDO C M O
OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO "H" DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACOL - MS	Construção / Pelotão especial de fronteira-caracol / 10º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0003 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0004 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0005 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0006 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0007 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0012 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0011 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0010 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0009 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0008 Cb/Sd/Tf / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0013 ST/Sgt / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0014 ST/Sgt / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0015 ST/Sgt / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0016 ST/Sgt / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0026 Of Sup / 17º RC Mec
Obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS	Adequação / Alvenaria / PNR MS090093C0025 Of Sup / 17º RC Mec
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA, EM DOURADOS/MS	Construção / Centro de Operações de Dourados / CMDO 4ª BDA C MEC
Obra de Construção de 4 (quatro) paióis CV 1/2 do 17º R C Mec - Amambai/MS	Construção / Infraestrutura de Paióis / 17º RC Mec
Obra de Construção de 4 (quatro) paióis CV 1/2 do 17º R C Mec - Amambai/MS	Construção / Paiol / 17º RC Mec
Obra de Construção de 4 (quatro) paióis CV 1/2 do 17º R C Mec - Amambai/MS	Construção / Paiol / 17º RC Mec
Obra de Construção de 4 (quatro) paióis CV 1/2 do 17º R C Mec - Amambai/MS	Construção / Paiol / 17º RC Mec
Obra de Construção de 4 (quatro) paióis CV 1/2 do 17º R C Mec - Amambai/MS	Construção / Paiol / 17º RC Mec
Construção do Centro de Operações da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá - MT	Construção / Centro de Operações / Cmdo 13ª Bda Inf Mtz
OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACO	Construção / PAVILHÃO GARAGEM / 10º RC Mec
Construção do Pavilhão Depósito do Parque Regional de Manutenção/9, em Campo Grande - MS	Construção / Depósito SISFRON / Pq R Mnt / 9ª RM
Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica do 11º R C Mec, em Ponta Porã, MS	Construção / CASA DE FORÇA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA 11º RCMec / 11º RC Mec
Obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, MS	Construção / Casa de Força Infraestrutura Elétrica - 4Bda C Mec / CMDO 4ª BDA C MEC
CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 28º B LOG, EM DOURADOS/MS	Construção / Oficina de MNT do 2º ESQ. / 28º B Log
OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 2º BATALHÃO DE FRONTEIRA, CÁCERES/MT.	Adequação / Pavilhão CMDO e ADM / 2º B Fron
Obra de construção do 6º Batalhão de Inteligência, em Campo Grande, MS.	Construção / 6º Batalhão de Inteligência / 6º B Intlg Mil
CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DA 14ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, EM DOURADOS–MS	Construção / Pavilhão Garagem I / 14ª Cia Com Mec
Adequação da Rede Elétrica,13ª BDA INF MTZ,Cuiabá/MT	Adequação / PAVILHÃO COMANDO E ADMINISTRAÇÃO / Cmdo 13ª Bda Inf Mtz
Construção do Pavilhão Companhia com Posto de Comando do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	Construção / CIA com Posto de Comando / 9º B Com
Construção do Pavilhão Corpo da Guarda do 9° Batalhão de Comunicações, em Campo Grande - MS	Construção / Corpo da Guarda/Posto de Identificação / 9º B Com
Adequação da Infraestrutura Elétrica, 28° B LOG em Dourados/ MS.	Reparação / Pavilhão de comando e administração / 28º B Log
Obra de Adequação do Pelotão de Cavalaria Mecanizado - 17º R C Mec, em Mundo Novo/MS.	Adaptação / Pavilhão Administração / 17º RC Mec
Obra de Adequação da Infraestrutura da Rede Elétrica do Pavilhão da 2ª Companhia de Fronteira, em Porto Murtinho/MS.	Reparação / Pavilhão Comando / 2ª CIA FRON
OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, EM CORUMBÁ - MS	Construção / ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO / 17º B Fron
Adequação da Estação de Tratamento de Água ETA, 3ª CIA FRON, Forte Coimbra - Corumbá/MS.	Adequação / Estação de Tratamento de Água / 3ª Cia Fron / Forte Coimbra
Construção de infraestrutura civil do 9° Batalhão de Comunicações (terraplenagem, drenagem, esgoto e pavimentação) – 1ª fase, em Campo Grande – M	Adequação / Pavimentação / 9º B Com
Serviço de elaboração de projetos da implantação do Batalhão de Infantaria Mecanizado, em SINOP, MT	Construção / Pavimentacao / Cmdo CMO
Contratação de empresa para retirada de licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa (DOF), rel	Adequação / Pavimentação / 9º B Com
Obra de construção do Centro de Monitoramento de Fronteiras no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), em Brasília/DF.	Construção / Centro de Monitoramento de Fronteiras / CComGEx
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES - COP - 17ª BDA INF SL - PORTO VELHO/RO	Construção / COP / Cmdo 17ª Bda Inf SL

Anexo D ao relatório de Gestão do SISFRON 2106 - CONTRATOS - Apoio à Atuação					
Lista dos contratos assinados em 2014					
Objeto	**Empresa contratada**	**Valores envolvidos**	**Termos aditivos e suas respectivas motivações**	**Atrasos e seus impactos na condução do projeto**	**Estágio da execução físico-financeira de cada contrato**
200 BARREIRA PLÁSTICA EMPILHÁVEL 55 CM	JIREH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	55.376,00			PAGO
100 BARREIRA PANTOGRÁFICA REFLEXIVA SANFONADA	ELIDE GIUSTINA BORTOLON - ME	111.500,00			PAGO
150 LUVA REFLEXIVA LUVA PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	ELIDE GIUSTINA BORTOLON - ME	17.400,00			PAGO
150 SUPER CONE BARRIL COMPACTO, CILÍNDRICO,	NORTE UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	23.242,25			PAGO
60 QUEBRA MOLAS PORTÁTIL	JIREH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	53.098,20			PAGO
60 SINALIZADOR TIPO GIROFLEX	NORTE UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	13.800,00			PAGO
20 FAROL DE BUSCA	ADEMIR BORGES FILHO - ME	17.000,00			PAGO
30 BLOQUEADOR ANTI FUGA	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	29.669,70			PAGO
50 ESPELHO DE INSPEÇÃO VEICULAR	THERMKAL COMERCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA - ME	8.500,00			PAGO
70 PLACA LOMBADA DE SINALIZAÇÃO REFLETIVA	JIREH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	9.184,00			PAGO
100 ALGEMA PARA PULSO DE DUPLA DOBRADIÇA	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	19.000,00			PAGO
100 BASTÃO TIPO TONFA RETRÁTIL	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	15.899,00			PAGO
150 MESAS E CADEIRAS DE CAMPANHA	WANDER CASE EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA - EPP	810.000,00			PAGO
60 CARTEIRA ESCOLAR PARA ANOTADOR CADEIRA	D & C COMERCIO E SERVICOS - EIRELI - EPP	8.940,00			PAGO
60 LANTERNA MINI TIPO MAGLITE	THERMKAL COMERCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA - ME	1.500,00			PAGO
20 DETECTOR DE METAL	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	3.900,00			PAGO
3500 COTOVELEIRA TAMANHO ADULTO	SRP - ELETRÔNICO	122.500,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
3500 JOELHEIRA TAMANHO ADULTO	UNIAO SUPRIMENTOS MILITARES LTDA - EPP	192.500,00			PAGO
3500 PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG	NORTE UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	4.375,00			PAGO
1000 FITA ADESIVA LARGA	NORTE UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	2.400,00			PAGO
120 LUVA REFLEXIVA	PREMIERSEG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	12.720,00			PAGO
96 CONE BARRIL (1,15 M)	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	24.576,00			PAGO
48 SINALIZADOR TIPO GIROFLEX 51	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	7.776,00			EMPENHADO
48 PLACA LOMBADA	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	9.151,68			PAGO
24 PLACA "20 KM/H"	FRATELLI COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.159,68			PAGO
24 PLACA "60 KM/H "	FRATELLI COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.439,76			PAGO
110 PISCA DE ADVERTÊNCIA	FRATELLI COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.644,50			PAGO
3469 PROTETOR AURICULAR	LOPUS COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	4.856,60			PAGO
3469 JOELHEIRA	MAGO COMERCIAL EIRELI	88.632,95			PAGO
3469 COTOVELEIRA	MAGO COMERCIAL EIRELI	61.921,65			PAGO
120 BARREIRA PLÁSTICA EMPILHAVEL 125	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	29.829,60			PAGO
48 BARREIRA PANTOGRÁFICA REFLEXIVA SANFONADA	ELIDE GIUSTINA BORTOLON ME	53.520,00			PAGO
24 BLOQUEADOR ANTIFUGA (FURA PNEU)	CARAVAN IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	18.240,00			PAGO
60 ALGEMA	AJES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	7.194,00			PAGO
60 BASTÃO TIPO TONFA RETRÁTIL	CARAVAN IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	8.819,40			PAGO
120 CADEIRA DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO	D & C COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	32.400,00			EMPENHADO
96 MESA DOBRÁVEL E ARTICULADA COM TAMPO EM ALUMÍNIO	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	14.851,20			PAGO
48 CARTEIRA ESCOLAR PARA ANOTADOR	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	6.672,00			PAGO
48 LANTERNA MINI MAGLITE 40	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	5.508,00			PAGO
24 DETETOR DE METAL	CARAVAN IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	6.597,60			PAGO

2 GUINCHO ELÉTRICO 9.000 LBS A 9.100 LBS	GOL COMERCIAL LTDA - EPP	7.326,00			LIQUIDADO
1 GUINCHO ELÉTRICO 12.000 LBS	GOL COMERCIAL LTDA - EPP	3.761,00			EMPENHADO
1 GUINCHO ELÉTRICO 16.000 LBS	TURCHIELLO & FERREIRA LTDA - ME	5.384,60			EMPENHADO
1 BALSA FLUVIAL DE CARGA,	ESTALEIRO BIBI EIRELI - ME	1.190.800,00			EMPENHADO
2 PEQUENA EMBARCACAO COM PROPULSAO PROPRIA	ESTALEIRO BIBI EIRELI - ME	3.384.000,00			EMPENHADO
8 TORRE DE ILUMINAÇÃO REBOCÁVEL	GAMMA COBRA PROJETOS SERVICOS E COMERCIO	392.000,00			LIQUIDADO
4 GUARDIANS	BRUNSWICK COMMERCIAL & GOVERNMENT PRODUCTS, INC.	2.083.288,96	Não é o caso	Não é o caso	EMPENHADO
4 REBOQUES DE TRANSPORTE EMBAR	BRUNSWICK COMMERCIAL & GOVERNMENT PRODUCTS, INC.	66.979,04			EMPENHADO
4 JOGOS DE PEÇAS DE MNT EMBAR	BRUNSWICK COMMERCIAL & GOVERNMENT PRODUCTS, INC.	129.019,16			EMPENHADO
12 GERADORES DE 5 A 8 KVA	EMEQUE EMPRESA MINEIRA DE EQUIPAMENTOS LTDA	122.039,64			EMPENHADO
MATERIAIS DE AUDIO E VIDEO E INFORMÁTICA PARA COMPOR KITS PARA POSTOS DE BLOQUEIO E CONTROLE DE ESTRADAS (PBCE).		41.566,00	Não é o caso	Não é o caso	
38 AUTOCLAVE PORTÁTIL 19L,	BH LABORATÓRIOS	193.200,00			Empenhado
2 ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS, 15 BIOMBO DE TRÊS FACES COM RODÍZIOS, 44 CILINDRO DE OXIGÊNIO PEQUENO COM MÁSCARA 3L, 1 CONJUNTO PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISE, 2 MESA CIRÚRGICA	LIFE TRADE	455.036,00			Aguardando TREM
41 APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA, 64 PADIOLA ARTICULADA, 67 PADIOLA FIXA	SERVITAL	750.802,00			Empenhado
6 CONJUNTO DE COBERTORES, 8 CONJUNTO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE, 2 CONJUNTO PARA TRATAMENTO DE FERIDOS, 5 KIT PARA INTUBAÇÃO,	LAGARRIGUE	26.952,00	Não é o caso	Não é o caso	Empenhado
10 SUPORTE PARA SORO	FISIOMÉDICA	3.510,00			Empenhado
2 GABINETE ODONTOLÓGICO DE CAMPANHA	ANDES COMERCIAL	103.400,00			Empenhado
1 CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE DOIS CORPOS	COZIL	32.500,00			Empenhado
6 CONJUNTO PARA IMOBILIZAÇÃO, 10 MACA HOSPITALAR,	S&M	281.440,00			Empenhado
10 CAMA DE CAMPANHA, 36 CARRINHO PORTA PADIOLA,	IMPOBRÁS	543.800,00			Empenhado
2 DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO,	IBI LIFE MEDICAL	15.300,00			Empenhado
5 VTE MUNCK 23 TON	MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	1.419.495,00			EMPENHADO
4 VIATURA OPERACIONAL DE TRANSPORTE NÃO-ESPECIALIZADO, TIPO PICK-UP, ¶ TON, VOP 1, 4X4	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	703.472,00			PAGO
2 VTNE, PICK-UP 3/4 TON, 4X4, VOP2	TOYOTA DO BRASIL LTDA	336.000,00			EMPENHADO
10 VTP MOTOCICLETA TRAIL, OPERACIONAL CAMUFLADA	HONDA DO BRASIL LTDA	139.000,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
28 VRE CISTERNA D'ÁGUA DE 1.500 L, CAMUFLADA	DELKA DO BRASIL FABRICA DE REBOQUES LTDA - EPP	1.176.000,00			PAGO
81 VRTNE 1 1/2 T, CAMUFLADA	DELKA DO BRASIL FABRICA DE REBOQUES LTDA - EPP	3.240.000,00			PAGO
4 VTE AMBULANCIA SR, NA COR CAMUFLADA, HILUX	TOYOTA DO BRASIL LTDA	757.000,00			PAGO
1 VRE COMBUSTÍVEL - 1.500 LITROS	P C S DAMASCENO & CIA LTDA - EPP	55.643,50			EMPENHADO

Lista dos contratos assinados em 2013

Objeto	Empresa contratada	Valores envolvidos	Termos aditivos e suas respectivas motivações	Atrasos e seus impactos na condução do projeto	Estágio da execução físico-financeira de cada contrato
605 CAPACETE BALÍSICO TAMANHO "G"	GLAGIO DO BRASIL LTDA	710.875,00			PAGO
3407 REDE DE SELVA	ALTO COMANDO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTD	1.355.986,00			PAGO

4737 PONCHO	SKIPPY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	217.665,15			PAGO
605 CAPACETE BALÍSICO TAMANHO "M"	INBRATERRESTRE INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL	683.045,00			PAGO
162 MARMITA TÉRMICA	ALTO COMANDO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTD	150.660,00			PAGO
193 BARRACA DE ACAMPANHA COM PISO	SOAMEFER COMERCIAL LTDA - ME	1.135.872,55			PAGO
25.000 SUSPENSÓRIO EM Y" TIPO 2"	SOAMEFER COMERCIAL LTDA - ME	486.750,00			EMPENHADO
25.000 CINTO DE CAMPANHA" TIPO 2"	COMPOSITES INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACA	505.000,00			EMPENHADO
5.000 COLDRE AMBIDESTRO	R.M. COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	174.800,00	Não é o caso	Não é o caso	EMPENHADO
15.090 MANTA LEVE	COMBAT INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - ME	828.139,20			EMPENHADO
6.500 REDE DE SELVA	ALTO COMANDO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	2.587.000,00			EMPENHADO
4.750 ÓCULOS DE PROTEÇÃO	SOAMEFER COMERCIAL LTDA - ME	800.897,50			EMPENHADO
2.056 MOCHILA DE ASSALTO	ALTO COMANDO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	50.988,80			EMPENHADO
6.570 SACO DE CAMPANHA	COMBAT INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - ME	355.765,50			EMPENHADO
56 GERADOR 15 KVA	WR EQUIPAMENTOS E MAQUINAS LTDA - EPP	2.352.000,00			PAGO
78 GERADOR 3 KVA	CHAVES COMERCIO E LICITACOES EIRELI - EPP	183.066,00			PAGO
5 BOMBA D'ÁGUA	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICA	8.750,00			PAGO
5 CONTENTOR FLEXIVEL	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICA	19.000,00			PAGO
1 CARRETA AGRICOLA	VEITRA LTDA - ME	5.200,00			PAGO
1 GALÃO TANQUE DE COMBUSTÍVEL	CASALUPE COMERCIO LTDA - EPP	350,00			PAGO
293 LUVAS DE RASPA DE COURO	J. J. VITALLI - ME	2.317,63			PAGO
60 BOMBAS D'ÁGUA	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICA	105.000,00			PAGO
60 CONTETORES	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICA	228.000,00			PAGO
68 GPS	SHEKINAH COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	66.810,00	Não é o caso	Não é o caso	RESTOS A PAGAR
1 PERFURATRIZ	PROMINAS BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA	1.350.000,00			RESTOS A PAGAR
1 COMPRESSOR DE AR - PERFURATRIZ	MEGAMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	366.000,00			PAGO
1 CARRETA AGRICOLA	VEITRA LTDA - ME	5.200,00			PAGO
1 ROÇADEIRA	VEITRA LTDA - ME	5.300,00			PAGO
85 DETECTORES DE METAIS	MINELAB ELECTRONICS PTY LTD	391.275,40			PAGO
4 GUARDIANS	BRUNSWICK COMMERCIAL & GOVERNMENT PRODUCTS, INC.	2.125.101,60			PAGO
12 VTR TRANSPORTE NÃO ESPECIALIZADO, TIPO PICK UP 4X4 VOP 2	TOYOTA DO BRASIL LTDA	1.674.000,00			PAGO
32 VTR TRANSPORTE NÃO ESPECIALIZADO, TIPO PICK UP 4X4 VOP 2	TOYOTA DO BRASIL LTDA	4.464.000,00			PAGO
18 VTR TRANSPORTE ESPECIALIZADO, TIPO AMBULANCIA DE TRANSPORTE.	TOYOTA DO BRASIL LTDA	3.564.000,00			PAGO
9 VTR TRANSPORTE ESPECIALIZADO, TIPO AMBULANCIA	TOYOTA DO BRASIL LTDA	1.782.000,00			PAGO
4 VTR TRANSPORTE, TIPO POLICIA ESCOLTA	TOYOTA DO BRASIL LTDA	485.680,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
9 VTR TRANSPORTE ESPECIALIZADO SOCORRO MÉDIO 6X4	DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	4.365.000,00			PAGO
10 VTE MUNCIK 23 TON	IVECO LATIN AMERICA LTDA	2.760.000,00			PAGO
2 VTR TRANSPORTE NÃO ESPECIALIZADO, TIPO PICK UP 4X4 VOP 2	TOYOTA DO BRASIL LTDA	279.000,00			PAGO
2 VTP MOTOCICLETA TRAIL	FREEDOM MOTORS LTDA	27.800,00			PAGO
10 VTNE PICK UP (MARRUÁ)	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	1.757.400,00			PAGO
3 RESERVATÓRIO FLEX ÁGUA POTÁVEL	CIPLASTICOS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	5.370,00			PAGO

Lista dos contratos assinados em 2012					
Objeto	**Empresa contratada**	**Valores envolvidos**	**Termos aditivos e suas respectivas motivações**	**Atrasos e seus impactos na condução do projeto**	**Estágio da execução físico-financeira de cada contrato**
2280 MARMITAS	COMERCIAL MARAGATOS DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	35.682,00			PAGO
2092 TALHERES ARTICULADOS	COMERCIAL MARAGATOS DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	46.944,48			PAGO
2000 MOCHILAS DE MÉDIA CAPACIDADE	NAYR CONFECCOES LTDA	359.600,00			PAGO
2000 MANTA LEVE	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA - ME	105.100,00			A PAGAR
2400 SACO DE CAMPANHA	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA - ME	117.288,00			PAGO
2500 SACO DE DORMIR	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA - ME	204.750,00			A PAGAR
2010 PORTA-MARMITAS	ROUPAS PROFISSIONAIS MUNOZ ACUNA IMPORTACAO E EXPORTACA	26.130,00			CANCELADO
915 SACO DE DORMIR	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA - ME	74.938,50			CANCELADO
2471 ÓCULOS DE PROTEÇÃO	RC CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA - ME	364.325,00			CANCELADO
666 MOCHILA DE MÉDIA CAPACIDADE	NAYR CONFECCOES LTDA	119.746,80			PAGO
1 OCULOS DE PROTEÇÃO	RC CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA - ME	147,50			PAGO
6 TOLDO MODULAR	R.M. COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	5.452,98			PAGO
960 COLETE BALÍSTICO	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	2.783.040,00			CANCELADO
960 COLETE BALÍSTICO	GLAGIO DO BRASIL LTDA	2.784.000,00			PAGO
463 SACO LISTER	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICOS LTDA - EPP	136.214,60			PAGO
3115 TOLDO MODULAR	ESPECIALISTA CONFECCOES LTDA	211.050,00			PAGO
40 CARTEIRA ESCOLAR	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	34.200,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
400 COLETE DE ASSALTO	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	5.956,00			PAGO
100 BARREIRA DE CONTENÇÃO	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	3.200,00			PAGO
40 PISCA-PISCA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	9.600,00			PAGO
10 EQUIPAMENTO DE BUSCA PESSOAL	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	3.240,00			PAGO
20 ESPELHO DE INSPEÇÃO VEICULAR	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	4.900,00			PAGO
40 LANTERNA MINI TIPO MAGLITE	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	37.600,00			PAGO
50 BASTÃO TIPO TONFA RETRÁTIL	FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	8.550,00			PAGO
400 ÓCULOS DE PROTEÇÃO	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	25.500,00			PAGO
25 BARREIRA DE CONTENÇÃO	CARAVAN EXPORTACAO & IMPORTACAO DO BRASIL LTDA - EPP	3.500,00			PAGO
20 BLOQUEADOR ANTIFUGA DE 5M	H.G.C. TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	4.760,00			PAGO
50 ALGEMA SUPER P/ PULSO EM AÇO INOXIDÁVEL	T B CONSULTORIA E LOGISTICA LTDA - ME	65.596,00			PAGO
3 ESMERILHADEIRA ANGULAR	SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA-ME	439,00			PAGO
3 ESMERILHADEIRA GWS8	SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA-ME	884,85			PAGO
3 POLITRIZ ANGULAR	SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA-ME	2.685,00			PAGO
3 PISTOLA PINTURA ALTA PRODUÇÃO	SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA-ME	1.139,70			PAGO
3 CARREGADOR DE BATERIA	FERGAVI COMERCIAL LTDA	1.616,97			PAGO
3 ESTEIRA DE MECÂNICO COM RODAS	FERGAVI COMERCIAL LTDA	341,34			PAGO
3 FURADEIRA IMPACTO	FERGAVI COMERCIAL LTDA	1.013,88			PAGO
3 PAQUÍMETRO ANALÓGICO TITÂNIO	FERGAVI COMERCIAL LTDA	575,34			PAGO
4 CONTENTOR FLEXIVEL	VINIMAX - COMERCIO DE ARTEFATOS DE PLASTICA	22.620,00			PAGO
4 GERADOR 22 KVA	LEON HEIMER S/A	84.400,00			PAGO
8 GERADOR 8,8 KVA	WR EQUIPAMENTOS E MAQUINAS LTDA - EPP	25.760,00			PAGO
1 TORRE DE ILUMINAÇÃO REBOCÁVEL	AMERICA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME	30.349,00			PAGO
5 RECEPTOR	A. A. DE ARAUJO - ME	3.350,00			PAGO
2 GERADORES 22 KVA	LEON HEIMER S/A	42.200,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
5 RECEPTOR	A. A. DE ARAUJO - ME	3.350,00			PAGO

5 RECEPTOR	A. A. DE ARAUJO - ME	3.350,00			PAGO
REDES DE CAMUFLAGEM	R.M. COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTO	30.000,00			PAGO
5 TORRES ILUMINAÇÃO	AMERICA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME	151.745,00			PAGO
3 GERADORES 22 KVA	LEON HEIMER S/A	63.300,00			PAGO
3 CAMARA FOTOGRAFICA DIGITAL	LANISUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	800.97			PAGO
3 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	IMPERIO BR DISTRIBUIDORA LTDA - ME	1.119,36			PAGO
2 NOTEBOOK	CONFIAR REFRIGERACAO E SOLUCOES LTDA - ME	3.640,00			PAGO
2 RADIO RECEPTOR TALK ABOUT	ANDREZA REGINA DE ALMEIDA DE PAULA - ME	355,2			PAGO
3 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	IMPERIO BR DISTRIBUIDORA LTDA - ME	839,52			PAGO
4 CAMARA FOTOGRAFICA DIGITAL	LANISUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	1.067,96	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
1 NOTEBOOK	CONFIAR REFRIGERACAO E SOLUCOES LTDA - ME	1.820,00			PAGO
2 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	WCTOP COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME	580,00			PAGO
2 NOTEBOOK	SUPRIMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	2.740,00			PAGO
1 NOTEBOOK	SUPRIMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	1.370,00			PAGO
1 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	WCTOP COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME	290,00			PAGO
1 ESTABOLIZADOR DE TENSÃO	SUPRIMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	50,00			PAGO
3 CJ PARA DISPENSÁRIO	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA EPP	88.170,00			PAGO
6 APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA	SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA -	41.940,00			PAGO
9 CILINDRO PARA OXIGÊNIO 2	LAGARRIGUE PRODUTOS E EQUIPAMENTOSHOSPITALARES LTDA ME	18.000,00			PAGO
21 PADIOLA ARTICULADA	SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA -	14.595,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
15 PADIOLA FIXA	VNO ORTOPEDIA INDUSTRIA E COMERCIOIMPORTACAO E EXPORTA	10.785,00			PAGO
3 AUTOCLAVE	SERVITAL PRODUTOS MEDICOS LTDA -	22.950,00			PAGO
2 CJ DE IMOBILIZAÇÃO	LIFE-MEDICAL COMERCIAL LTDA EPP	34.980,00			PAGO
9 VRE CISTERNA DE AGUA 1500 LT	AGRITECH LAVRALE S.A	436.500,00			PAGO
3 VTE TANQ COMBUSTÍVEL 15.000 LT	ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	906.000,00			PAGO
3 VTE SOCORRO MÉDIO 6X4, 23 TON	ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1.326.000,00			PAGO
15 VTR REBOQUE 1/2 TON	DINAMICA FABRICA DE RESERVATORIOS E EQUIPAMENTOS LTDA -	757.500,00			PAGO
1 VTNE 3/4 TON AGRALE MARRUÁ	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	152.344,00	Não é o caso	Não é o caso	PAGO
70 VTNE, TIPO PICK UP, 3/4 TON, VOP 1	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	11.242.000,00			PAGO
63 VIATURAS TÁTICAS LEVES, 1/2 TON - VOP 1	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	11.835.369,00			PAGO
1 RADAR DE BUSCA E VIGILÂNCIA, SABER M60	ORBISAT INDUSTRIA E AEROLEVANTAMENTO S/A	4.800.000,00			PAGO
1 CENTRO DE OPERAÇÕES ANTIAÉREA	ORBISAT INDUSTRIA E AEROLEVANTAMENTO S/A	940.830,00			PAGO
67 VRE COZINHA DE CAMPANHA	EMC ARPA SAU.	4.400.000,00			PAGO
1 VOTNE PICK UP CABINE DUPLA	TOYOTA DO BRASIL LTDA	139.500,00			PAGO
17 MOTOCICLETAS TRAIL HONDA	VALECAR VEICULOS E PECAS LTDA	679.830,00			PAGO
2 ONIBUS DE POLICIA E GUARDA	COMIL ONIBUS S.A.	559.998,00			PAGO

PROJETO SISFRON - OBRAS DE ENGENHARIA PREVISTAS PARA 2017					
Nr	**Localização**	**Qnt**	**Descrição da obra**	**Nr OPUS**	**Necessidade de recursos para 2017**
1	Cmdo 15ª Bda Inf Mec	1	Prosseguir na Cnst do Centro de Operações	201405000037	150.000,00
2	15ª Cia Inf Mtz	1	Prosseguir na Adequação de Garagem	201405000170	0,00
3	Cmdo 5ª DE	1	Cnst do Centro de Operações da 5ª DE	201405000316	4.500.000,00
4	34º B I Mec	1	Construção do Centro de Cmdo e Controle Fixo do 34º B I Mtz (Foz do Iguaçu-PR)	201605000010	800.000,00
5	15ª Cia Com Mec	1	Construção da infraestrutura da 15ª Cia Com Mec (Cascavel-PR)	201505000070	4.000.000,00
6	15ª Cia Inf Mtz	1	Adequação do PALL e acessos (Guaíra-PR)	201605000067	500.000,00
7	Cmdo 15ª Bda Inf Mec	1	Adequação do Pavilhão Rancho do Cmdo 15ª Bda Inf Mec (Cascavel-PR)	201605000224	1.100.000,00
8	17º RC Mec	1	Prosseguir na Cnst de infraestrutura de paióis de munição (Amambai)	201409000042	200.000,00
9	17º RC Mec	16	Prosseguir na adequação de PNR no Esqd Iguatemi	201409000152 a 201409000167	100.000,00
10	17º RC Mec	1	Prosseguir na Cnst de garagem no Esqd Iguatemi	201409000019	0,00
11	17º RC Mec	1	Prosseguir no reparo e adequação da rede elétrica	201409000050	0,00
12	10º RC Mec	1	Prosseguir no reparo e adequação da rede elétrica	201409000049	0,00
13	11º RC Mec	1	Prosseguir no reparo e adequação da rede elétrica	201409000053	0,00
14	6º BIM	1	Prosseguir na adaptação de instalações para o núcleo do Btl	201409000212	0,00
15	6º BIM	1	Adequação das Instalações da Companhia de Fontes Humanas do 6º BIM	201609000308	850.000,00
16	6º BIM	1	Adequação do Cercamento do 6º BIM	201609000309	40.000,00
17	Cmdo 4ª Bda C Mec	1	Prosseguir no reparo e adequação da rede elétrica	201409000052	70.000,00
18	2ª Cia Fron	1	Prosseguir na Cnst de garagem	201409000030	0,00
19	Cmdo 9ª RM	1	Adeq da rede de esgotos 9ª RM	201409000171	450.000,00
20	PEF Corixa / 2º B Fron	7	Pross Adeq PEF Corixa (Mod Abst, 15 PNR, ETE, ETA, Rede Elétrica, Pav Cmdo, Rancho)	201609000028 a 201609000048	1.800.000,00
21	PEF Palmarito / 2º B Fron	7	Pross Adeq PEF Palmarito (Mod Abst,4 PNR, ETE, ETA, Rede Elétrica, Pav H Reduzido, Pav Cmdo)	201609000058, 201609000060, 201609000063, 201609000066	2.400.000,00
22	PEF Fortuna / 2º B Fron	7	Adeq PEF de Fortuna (Pjt, Sondagens, Mod Abst, 14 PNR, ETA, Rede Elétrica, Rancho, Pav H)	201609000061 a 65, 67 a 81, 113, 316	3.200.000,00
23	PEF Guaporé / 2º B Fron	7	Adeq PEF Guaporé (Mod Abst, 8 PNR, ETE, ETA, Rede Elétrica, Pav Refeit e Coz e Pav Cmdo)	201609000086 a 100	2.800.000,00
24	PEF Casalvasco / 2º B Fron	4	Adeq Dst Casalvasco (2 PNR, ETE, ETA, Rede Elétrica)	201609000107 a 112	100.000,00
25	9º B Com GE	1	Cnst da Cia Com PC	201109000331	2.900.000,00
26	9º B Com GE	1	Cnst de Pavilhão Subunidade	201609000306	2.900.000,00
27	9º B Com GE	1	Cnst do Pavilhão Rancho - 9º B Com GE	201109000333	2.100.000,00

(Continuação do Contrato de Objetivos EME-DEC - ano 2016 .....1/8

28	9º B Com GE	1	Cnst da cerca perimetral do Btl	201109000339	700.000,00
29	9º B Com GE	1	Cnst de Pavilhão Almoxarifado	201609000307	1.400.000,00
30	9º B Com GE	1	Cnst da 2ª garagem	201609000314	1.100.000,00
31	Pel C Mec Mundo Novo / 17º RC Mec	1	Cnst da Infra para instalação módulo de abast de 5.000 L	201609000101	100.000,00
32	3ª Cia Fron	1	Cnst de 02 (duas) ETE 3ª Cia Fron	201609000054 e 56	800.000,00
33	13ª Bda Inf Mtz	1	Cnst da Infraestrutura do Módulo de Abastecimento do Cmdo 13ª Bda Inf Mtz	201609000321	700.000,00
34	10º RC Mec	2	Construção do Fechamento de Garagens	201609000346 e 347	400.000,00
35	10º RC Mec	1	Adequação das Instalações do Pelotão de Comunicações	201609000337	40.000,00
36	11º RC Mec	2	Construção do Fechamento de Garagens	201609000344 e 348	400.000,00
37	11º RC Mec	1	Adequação das Instalações do Pelotão de Comunicações	201609000338	40.000,00
38	17º R C Mec - Esqd Iguatemi	1	Construção do Fechamento de Garagens	201409000019	200.000,00
39	17º RC Mec	2	Construção do Fechamento de Garagens	201609000342 e 343	400.000,00
40	17º RC Mec	1	Adequação das Instalações do Pelotão de Comunicações	201609000339	40.000,00
41	20º RCB	1	Adequação das Instalações do Pelotão de Comunicações	201609000336	40.000,00
42	9º GAC	1	Construção do Fechamento de Garagens	201609000334	200.000,00
43	4ª Cia E Cmb Mec	1	Construção do Fechamento de Garagens	201609000349	200.000,00
44	14ª Cia Com Mec	2	Construção do Fechamento de Garagens	201609000335 e 341	440.000,00
45	28º B Log	1	Construção do Fechamento de Garagens	201609000345	200.000,00
46	3ª Cia Fron	1	Adequação do Pavilhão Alojamento de Cb/Sd do Efetivo Profissional	201509000123	300.000,00
47	CM Fron	1	Prosseguir na Cnst do CM Fron (Brasília)	201211000140	0,00
48	17ª Bda Inf Sl	1	Cnst do Centro de Operações - Prosseguimento	201212000384	170.000,00
Total da Ação 14T5					**38.830.000,00**

Observação: Nr OPUS refere-se ao número de controle da obra no sistema de obras militares do Exército Brasileiro.